

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO

**UMA HISTÓRIA URBANA DA VIDA COTIDIANA DA AUTOCONSTRUÇÃO DO  
JARDIM NOVA ESPERANÇA EM GOIÂNIA (1979-1983)**

LUCIUS FABIUS BEN JAH JACOB GOMES

GOIÂNIA

2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**     Dissertação     Tese

**2. Identificação da Tese ou Dissertação:**

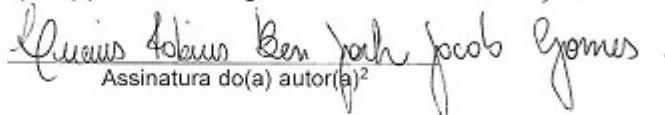
Nome completo do autor: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes

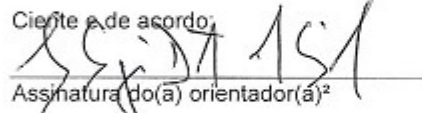
Título do trabalho: UMA HISTÓRIA URBANA DA VIDA COTIDIANA DA AUTO-CONSTRUÇÃO DO JARDIM NOVA ESPERANÇA EM GOIÂNIA (1979-1983)

**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:  
  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 02 / 04 / 2019

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

LUCIUS FABIUS BEN JAH JACOB GOMES

**UMA HISTÓRIA URBANA DA VIDA COTIDIANA DA AUTOCONSTRUÇÃO DO  
JARDIM NOVA ESPERANÇA EM GOIÂNIA (1979-1983)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

**Linha de Pesquisa:** Poder, Sertão e Identidades.

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva.

GOIÂNIA

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Fabius Ben Jah Jacob Gomes, Lucius  
UMA HISTÓRIA URBANA DA VIDA COTIDIANA DA  
AUTOCONSTRUÇÃO DO JARDIM NOVA ESPERANÇA EM GOIÂNIA  
(1979-1983) [manuscrito] / Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. -  
2019.  
205 f.

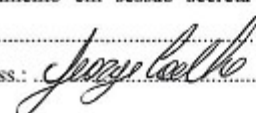
Orientador: Prof. Dr. Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,  
Goiânia, 2019.


Bibliografia. Apêndice.  
Inclui siglas.


1. História Urbana. 2. Vida Cotidiana. 3. Autoconstrução. 4. Ocupação urbana. 5. Jardim Nova Esperança. I. Sérgio Duarte da Silva, Prof. Dr. Luiz, orient. II. Título.


CDU 94

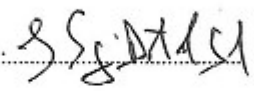
Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes**. Aos 15 (quinze) dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove (2019), com início às 14h30min, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes**, cujo título foi “Uma História Urbana da Vida Cotidiana da autoconstrução do Jardim Nova Esperança em Goiânia (1979-1983)”. A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº001/2019-PPGH, de 05 de fevereiro de 2019, pelos seguintes Professores Doutores: **Luiz Sérgio Duarte Silva (UFG) (Presidente)**, **George Leonardo Seabra Coelho (UFT)**, **Lucia Maria Moraes (PUC-GO)**, **Edmar Aparecido de Barra e Lopes (FCS/UFG)** e **Jiani Fernando Langaro (UFG)**. Os Examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 18 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato aprovado.....

Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho (UFT) Ass.: .....  
Decisão (...APROVADO.....)

Profª. Dra. Lucia Maria Moraes (PUC-GO) Ass.: .....  
Decisão (...APROVADO.....)

Prof. Dr. Edmar Aparecido de Barra e Lopes (FCS/UFG) Ass.: .....  
Decisão (...APROVADO.....)

Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro (UFG) Ass.: .....  
Decisão (...APROVADO.....)

Presidente da Banca Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte Silva (UFG) Ass.: .....  
Decisão (...aprovado.....)

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Cintila Alves Garcia, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenadora: .....  
Profª. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo

Secretária: .....  
Cintila Alves Garcia

*Para a minha avó, Joana Rosa de Jesus (In memoriam),  
personagem da história de Goiânia e do Brasil.*

## AGRADECIMENTOS

Como historiador que sou, e pelas vivências com as pessoas com quem tive a oportunidade de conhecer, aprendi que nada se constrói sozinho nesta vida. A história é sempre social, coletiva e, por isso, tenho muito a agradecer.

Primeiro, às mulheres que me criaram com muita coragem e cuidado: minha avó, Joana Rosa de Jesus (*In memoriam*), minha mãe, Ismarina Rosa de Jesus, e minha irmã, Roberta Cristina de Jesus Andrade. Agradeço ainda à minha amada namorada, Viviane de Souza Moraes Sarmento, sobretudo pela paciência, carinho e apoio nas horas de desconforto.

Agradeço ainda a Luiz Sérgio Duarte da Silva, grande historiador e meu orientador. A você, o meu muito obrigado por acreditar que o historiador que havia em mim poderia de fato existir, quando até eu mesmo achava que não. Obrigado também por sua generosidade, ensinamentos e paciência na construção de minha formação acadêmica. Além do mais, agradeço a todos os professores que me formaram na Faculdade de História da UFG, desde 2012. Em especial aos historiadores Dulce Amarante, Ana Carolina E. Coelho, Ana Teresa M. Gonçalves, Sônia Maria Magalhães, Tiago Zancoppe, Rafael Saddi, Cristiano Arrais, Alexandre Martins, Marlon Salomon, Roberto Abdala Júnior, David Maciel, João Alberto da Costa Pinto, Armênia Maria de Souza, Maria da Conceição Silva, Ulisses do Valle e Elias Nazareno. Obrigado por terem me ouvido e orientado nos momentos de aprendizado histórico. Agradeço também a todos os trabalhadores da Faculdade de História. Obrigado por fazerem existir essa ciência que ainda há de ser mais valorizada.

Agradeço a todos os pesquisadores membros da banca: Lúcia Maria Moraes, George Leonardo Seabra Coelho, Edmar Aparecido de Barra e Lopes e Jiani Fernando Langaro, por aceitarem gentilmente a leitura da pesquisa e sua consequente orientação. Agradeço a orientação obtida na qualificação desta pesquisa com as pesquisadoras Lúcia Maria Moraes e Adriana Mara Vaz.

Agradeço aos pioneiros do Jardim Nova Esperança: Maria de Jesus Rodrigues, Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo e Edmar Joaquim de Oliveira. Obrigado por aceitarem gentilmente as entrevistas e ainda me presentarem com conhecimentos históricos.

Agradeço também ao professor Nilton José dos Reis Rocha, da Faculdade de Jornalismo da UFG, por ter me apresentado aos moradores do bairro.

Agradeço aos colegas historiadores de profissão: Ricardo Lenard, Fernando Costa e Silva, Vinícius Gade, Ricardo Teixeira, Marcelo Henrique, Cristian Júnior, Túlio Queiroz, Augustus, Neide Barros, Mariana Affonso Penna, pelas inúmeras conversas que tivemos sobre o curso e nossas vidas cotidianas. Agradeço a leitura e correção do texto dos historiadores e colegas Murilo Gonçalves, Rafael Fallone e Sabrina Costa Braga. Agradeço aos amigos Jac Emmanuel, Alexander “baiano” e Ivan Vaz, pelas conversas “cabeças” que ajudaram durante a escrita desta dissertação.

Agradeço aos meus professores e historiadores do ensino médio, que me despertaram para o estudo da história: Isabel Cristina Campos, Rodrigo França e Rodrigo Grabois.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro desta pesquisa.



*Não esqueçamos jamais que as ideias são menos interessantes do que os seres humanos que as inventam, modificam, aperfeiçoam ou traem.*

François Truffaut

## RESUMO

A autoconstrução do Jardim Nova Esperança em Goiânia ainda faz parte de uma história urbana invisibilizada e marginalizada pela interpretação da “cidade legalizada”, “cidade planejada” e/ou de “urbanismo planejado” contida na historiografia goianiense. Este trabalho tem como objetivo construir, visibilizar e problematizar a história urbanística e cotidiana deste objeto, de 1979 a 1983. A intenção geral se articulou em interpretar, a partir da corrente da espoliação urbana como foram construídos o “problema da habitação” e sua consequente pauperização absoluta e espoliação urbana advindas do fenômeno urbano da autoconstrução da moradia precária em ocupações urbanas no capitalismo periférico e dependente brasileiro. Em associação a esta corrente de pesquisa, aplicou-se esta construção as noções dialéticas de vida cotidiana de José de Souza Martins e Henri Lefebvre neste presente objeto, na intenção de construir a dimensão densa dos impasses e conquistas cotidianas dos eventos históricos analisados. Também buscou-se investigar na historiografia regional sobre o tema, outros casos de ocupações urbanas cidade, e constatou-se, que este fenômeno urbano não é exclusividade de nosso recorte temporal, uma vez que ocorre na cidade desde a década de 1930. A partir do trabalho de campo, na entrevista com moradores pioneiros, objetivamos construir como ocorreram as sociabilidades da criação da mídia comunitária periódica pelos moradores, sua produção, função social e vinculação com o cotidiano político da ocupação. Com esta investigação foi possível trabalhar com jornais comunitários: *Comunicados*, *Boletins* e *Jornal 04 de Outubro*. Também foi objetivo, construir e tencionar as possíveis políticas habitacionais da Prefeitura de Goiânia em relação à política habitacional autoconstruída pelos moradores. Constatou-se deste ponto, que se efetivou na vida cotidiana da ocupação as políticas habitacionais criadas pelos moradores. Ademais, foi objetivado analisar os pressupostos, estratégias, intenções e construções discursivas de dois jornais da mídia local goianiense. Ou seja, investigar quais foram as interpretações das reportagens dos jornais *O popular* e *Opção* sobre a ocupação urbana estudada. Verificou-se que estes dois jornais construíram discursos que visavam destituir o sentido histórico desta ocupação, construindo versões pejorativas, herméticas e sobretudo distanciadas da história urbanística cotidiana vivenciada nesta ocupação urbana.

**Palavras-chave:** História Urbana, Vida Cotidiana, Autoconstrução, Ocupação urbana, Jardim Nova Esperança, Mídia Comunitária, Mídia local

## ABSTRACT

The self-construction of Jardim Nova Esperança in Goiânia is still part of an urban history that is invisibilized and marginalized by the interpretation of the “legalized city”, “planned city” and/or “planned urbanismo” contained in the historiography of Goiânia. This work aims to construct, to visualize and to problematize the urban and daily history of this object, from 1979 to 1983. The general intention was articulated in interpreting, from the current of the urban spoliation how they were constructed the "problem of the dwelling" and its consequent absolute pauperization and urban spoliation arising from the urban phenomenon of self-construction of precarious housing in urban occupations in peripheral and dependent Brazilian capitalism. In association with this current of research, this construction was applied to the dialectical notions of daily life of José de Souza Martins and Henri Lefebvre in this present object, with the intention of constructing the dense dimension of the impasses and daily conquests of the historical events analyzed. We also sought to investigate in regional historiography on the subject, other cases of urban city occupations, and it was found that this urban phenomenon is not exclusive of our temporal cut, since it occurs in the city since the 1930s. pioneers, we aim to construct how the sociability of the creation of the periodic community media by the residents, their production, social function and linkage with the political daily life of the occupation occurred. With this investigation it was possible to work with community newspapers: *Comunicados, Boletins e Jornal 4 de Outubro*. It was also objective, to construct and to intend the possible housing policies of the Municipality of Goiânia in relation to the housing policy self-constructed by the residents. It was verified from this point, that the housing policies created by the residents became effective in the daily life of the occupation. In addition, it was aimed to analyze the assumptions, strategies, intentions and discursive constructions of two newspapers of local Goiania's media. That is, to investigate what were the interpretations of the reports of the newspapers *O Popular* and *Opção* on the studied urban occupation. It was verified that these two newspapers constructed discourses that aimed to dismiss the historical sense of this occupation, constructing pejorative versions, hermetic and above all distanced from the daily urban history experienced in this urban occupation.

**Keywords:** Urban History, Everyday Life, Self-Construction, Urban Occupation, Jardim Nova Esperança, Community Media, Local Media

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

BNH - Banco Nacional de Habitação

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CELG - Central Elétricas de Goiás S.A

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPG - Centro dos Professores de Goiás

CPT - Comissão Pastoral da Terra

COHABS - Companhias Habitacionais

COMOB - Companhia Municipal de Obras e Habitação

COMURG - Companhia de Urbanização de Goiânia

DEVOP - Departamento de Viação e Obras públicas

DVDOC - Divisão de Biblioteca e Documentação

ECOS - Equipe de Estudos Econômicos e Sociais

FCP - Fundação da Casa Popular

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FUMDEC - Fundação Municipal De Desenvolvimento Comunitário

IAP - Institutos de Aposentadoria

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPLAM - Instituto de Planejamento e Meio Ambiente do Município

IPLAN - Instituto do Planejamento Municipal

OAB - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

PDIG - Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SEPLAM - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

SEPLAN - Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SGP - Sociedade Goiana de Pecuária

TELELAB - Laboratório de Produções Audiovisuais e Televisivas Integradas

UPG - União dos Posseiros Urbanos

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	<b>14</b>
<b>Capítulo 1 - História urbana e vida cotidiana no processo de construção do Jardim Nova Esperança: de ocupação a bairro de Goiânia</b> .....	<b>18</b>
<b>1.1. História Urbana e a corrente da Espoliação Urbana</b> .....	<b>18</b>
<b>1.2. História Urbana e Vida Cotidiana</b> .....	<b>34</b>
<b>1.3. Por uma breve história das invisibilidades das autoconstruções em ocupações urbanas em Goiânia (1933-1979)</b> .....	<b>58</b>
<b>1.4. A constituição histórica do Jardim Nova Esperança e suas percepções na historiografia</b> .....	<b>68</b>
<b>Capítulo 2 - O surgimento da mídia comunitária na vida cotidiana da autoconstrução da ocupação urbana do Jardim Nova Esperança e a construção de duas políticas habitacionais contadas por seus moradores</b> .....	<b>80</b>
<b>2.1. O nascimento da mídia comunitária periódica: Comunicados e Boletins vistos pela História Oral</b> .....	<b>80</b>
<b>2.2. Breve História da Política Habitacional no Brasil (1979-1985) e o desafio de sua relação com a experiência goianiense</b> .....	<b>97</b>
<b>2.3. História urbana e vida cotidiana dos <i>Comunicados, Boletins, Jornal 4 de outubro</i> e a formação de duas políticas habitacionais</b> .....	<b>104</b>
<b>2.4. A tensão entre duas políticas habitacionais na construção da escola pública</b> .....	<b>137</b>
<b>Capítulo 3 - A história urbana da vida cotidiana da autoconstrução do Jardim Nova Esperança vista pela mídia local periódica (1979-1983)</b> .....	<b>153</b>
<b>3.1. O primeiro contato com os vestígios da mídia local periódica</b> .....	<b>153</b>
<b>3.2. A História Urbana e a Vida Cotidiana do Jardim Nova Esperança vista pelos <i>Jornais O Popular e Opção</i></b> .....	<b>157</b>
<b>Considerações finais</b> .....	<b>176</b>
<b>Referências</b> .....	<b>184</b>
<b>Fontes</b> .....	<b>184</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>184</b>
<b>Apêndices (Entrevistas)</b> .....	<b>189</b>
<b>Apêndice A</b> .....	<b>189</b>
<b>Apêndice B</b> .....	<b>193</b>
<b>Apêndice C</b> .....	<b>199</b>

## INTRODUÇÃO

Abordaremos neste trabalho a construção de uma história urbana da vida cotidiana da autoconstrução do Jardim Nova Esperança em Goiânia (1979-1983). O interesse por esse objeto de pesquisa adveio do problema da marginalidade e invisibilidade do tema da autoconstrução da moradia precária em ocupações urbanas na historiografia sobre a história urbana de Goiânia. Tal problema está associado a uma ausência desse objeto na inclusão da “cidade legalizada”, “cidade planejada” e/ou de “urbanismo planejado”, o que alguns autores eventualmente chamam de “cidade ilegal”. Além disso, é perceptível que, na historiografia sobre a história urbanística da cidade, há uma dificuldade teórica em lidar com o tema e problematizá-lo, sobretudo em relação aos homens e mulheres comuns e anônimos que participaram, em suas vidas cotidianas, da relação e produção social com o espaço.

Escolhemos esse recorte temporal, pois a intenção é investigar os anos iniciais dessa ocupação urbana. A escolha deu-se também por tratar-se, provavelmente, dos anos mais dinâmicos da ocupação, movidos por impasses e conquistas, altos e baixos. Ademais, se deu em razão da quantidade e da diversidade qualitativa das fontes primárias disponíveis sobre o objeto, houve ainda um esforço em aproveitar o quanto se pode dos vestígios interpretados. Sobre o recorte espacial, essa ocupação urbana foi escolhida devido a sua complexa diversidade de possibilidades de temas de pesquisa e também por estar inserida em um contexto complexo: governo estruturado pela ditadura civil militar, nascimento de novos movimentos sociais, nova e específica imigração na cidade, intensificação das segregações urbanas na cidade, entre outros motivos.

Trabalharemos com, basicamente, quatro grupos teóricos mais amplos que serão articulados em uma interpretação em história urbana. A literatura da espoliação urbana, representada em grande medida por Lúcio Kowarick, Ermínia Maricato e Raquel Rolnik; a sociologia da vida cotidiana de José de Souza Martins e Henri Lefebvre; a literatura sobre a imprensa, formada por Tania de Luca e Cicilia Peruzzo e o trabalho de campo, representado pelo método da história oral, nas entrevistas com moradores pioneiros do bairro. Quanto às fontes primárias, trabalharemos com periódicos da mídia comunitária criada pelos moradores, periódicos da mídia local, revistas da Arquidiocese de Goiânia e com a oralidade de alguns moradores.

O objetivo geral do tópico 1.1 do primeiro capítulo é o de construir e problematizar o objeto da autoconstrução da moradia precária em ocupações urbanas no Brasil na área da história urbana, fundamentalmente identificando por quais razões esse “problema habitacional” ocorre nas cidades de capitalismo periférico e dependente brasileiro. Nesse processo, conceitualizaremos os conceitos de pauperização absoluta e espoliação urbana em Lúcio Kowarick. Ademais, problematizaremos os conceitos de moradia precária, ocupação urbana, e mutirão em Ermínia Maricato e Raquel Rolnik. Sobre esse ponto, buscaremos investigar quais eram as sociabilidades contidas no fenômeno urbano da autoconstrução em ocupações urbanas. Outra intenção é buscar uma referência semelhante às ocupações urbanas no Brasil para aplicá-la em Goiânia.

No tópico 1.2, faremos um debate sobre a noção de vida cotidiana em duas correntes distintas: a corrente ligada à Escola dos Annales, com Ronaldo Vainfas e a corrente do marxismo dialético de José de Souza Martins e Henri Lefebvre. Assim, buscaremos, na escolha do método dialético, uma proposta razoável sobre vida cotidiana, aplicável às fontes usadas na pesquisa. Isto é, escolhemos a noção de vida cotidiana que esteve vinculada à ideia de que só a conversão consciente ao projeto de revolução pode revolucionar a vida.

No tópico 1.3, problematizaremos o que já foi construído na historiografia sobre as ocupações urbanas na cidade. Sobre esse tema, tem-se a hipótese de que as ocupações urbanas não são exclusividade do nosso recorte temporal, mas são fenômenos urbanos que existem desde a década de 1930 na cidade.

No tópico 1.4 trabalharemos com a historiografia produzida sobre esse objeto de pesquisa, sobretudo no que tange aos antecedentes históricos da ocupação. Nela é possível notar que as versões narrativas estão contidas nas diferentes áreas científicas dos pesquisadores: arquitetura e urbanismo, geografia urbana e sociologia urbana. Entendemos que não houve uma alteração considerável nas versões históricas sobre a “origem” da ocupação e que sua diversidade faz parte dos desafios da historicidade na área da história urbana.

No segundo capítulo, a intenção geral é reconstruir como foi criada a mídia periódica comunitária na ocupação. Também temos a intenção de construir a história da política habitacional representada pela prefeitura de Goiânia, na figura de Índio do Brasil Artiaga, em relação à política habitacional autoconstruída dos moradores. Nessa tensão, a problematização se dará em identificar qual foi a política habitacional que se efetivou na ocupação em relação à construção da moradia precária e à infraestrutura urbanística do bairro.

No tópico 2.1 trabalharemos, a partir do método da história oral, como se construiu a sociabilidade da produção dos jornais comunitários na ocupação, como se deram suas funções sociais, como surgiu essa comunicação e de que modo serviu de veículo de comunicação pedagógica para as demandas políticas enfrentadas pelos moradores.

No tópico 2.2, construiremos uma breve história da política habitacional no Brasil dos anos 1979 a 1985, representada pelo SFH e BNH, relacionando com a política habitacional produzida regionalmente pelo poder público goianiense. O objetivo será identificar, de maneira mais próxima, o contexto da política habitacional que foi apropriada através do Governo Federal pelo poder público de Goiânia.

Quanto ao tópico 2.3, buscaremos construir a história da política habitacional tensionada entre poder público e moradores a partir das fontes da mídia periódica comunitária. Isto é, buscaremos evidenciar nesse tópico como ocorreu a construção da vida cotidiana nos principais eventos históricos da ocupação narrados por seus protagonistas. Nesse processo, trabalharemos com os *Comunicados, Boletins e Jornal 4 de Outubro*.

No tópico 2.4, trabalharemos com as tensões entre a política habitacional da prefeitura e a dos moradores na construção de uma escola pública. Veremos que, em termos gerais, a política habitacional autoconstruída dos moradores se tornou mais efetiva na vida cotidiana dos mesmos.

No terceiro capítulo, o objetivo geral será mostrar como chegamos até a mídia periódica local. Ademais, será trabalhado como tratamos os vestígios históricos com estatuto de arquivo no trabalho investigativo do historiador. Além disso, objetivamos problematizar os discursos produzidos pela ocupação do Jardim Nova Esperança contidos em dois jornais da mídia local. Buscaremos descobrir quais foram suas intenções, estratégias e pressupostos discursivos na interpretação da autoconstrução estudada.

No tópico 3.1, detalharemos como foi o passeio, a identificação e, sobretudo, a interpretação das fontes nos arquivos públicos da cidade e, ao mesmo tempo, buscaremos contextualizar uma breve história da imprensa periódica goianiense, com o intuito de lidar com as fontes tratadas.

Quanto ao tópico 3.2, mostraremos como foi interpretado pelo jornal *O Popular e Opção* a história urbana da vida cotidiana do Jardim Nova Esperança. Isto é, quais foram os discursos, os pressupostos e as estratégias produzidas na construção das reportagens sobre esse objeto.



Em síntese, constataremos que houve, por parte desses dois jornais, uma análise distanciada, hermética e pejorativa sobre a ocupação estudada e também que as reportagens construíram alguns modelos discursivos sobre a ocupação na cidade com o intuito de inviabilizar seu sentido histórico. As reportagens desses dois jornais estiveram longe de uma problematização historicizada em uma história urbana da vida cotidiana vivenciada no presente objeto de pesquisa.

# CAPÍTULO 1 - HISTÓRIA URBANA E VIDA COTIDIANA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO JARDIM NOVA ESPERANÇA: DE OCUPAÇÃO A BAIRRO DE GOIÂNIA

## 1.1. História Urbana e a corrente da Espoliação Urbana

A escola de pesquisa que daremos ênfase na área da história urbana<sup>1</sup> corresponde a uma corrente desenvolvida no departamento de arquitetura e urbanismo da USP na década de 1980, porém, referenciada por um sociólogo chamado Lúcio Kowarick<sup>2</sup>, que publica em 1979 a obra

---

<sup>1</sup> A principal referência nos estudos em história urbana para esta dissertação talvez se aproxime mais das pesquisas feitas na virada do século XX no Brasil, sobre, no geral, o debate que Adriana Mara Vaz e Luiz Sérgio Duarte da Silva identificam como da “modernização urbana”. Essa fase foi referenciada pela motivação de se montar um projeto de modernização nacional, mediante o desenvolvimento de infraestruturas urbanas e regionais e divulgação de ideologia progressista. É também um momento de construção de uma nova representação sobre a cidade e as sociabilidades da vida urbana. Todavia, por conta das complexificações das funções urbanas, estes estudos também foram interpretados nos processos de exclusão e segregação. Em suas progressões, essa área problematizou a associação entre modernização urbana e habitação, chamando atenção para o problema da moradia das camadas mais vulneráveis em relação às ideias do pensamento urbanístico que, dentre outras coisas, estavam inseridas num projeto de urbanismo moderno. Outra área de interesse dessa linhagem de pesquisa diz respeito aos estudos de território e mercados de trabalho, que evidenciavam questões ligadas à territorialidade, história do lugar, apropriação e ao mercado informal de trabalho nas cidades. Outra referência que está presente nesse mesmo artigo e faz relação com os interesses desta dissertação, diz respeito ao papel do pressuposto da interdisciplinaridade para se estudar a cidade. O pressuposto básico está em dimensionar o campo do urbanismo com perspectivas interdisciplinares, no intuito de analisar as cidades e construir narrativas sobre as mesmas. Nessa perspectiva metodológica se fazem presentes análises de discursos oficiais, administrativos, historiográficos e “ordinários”, como a literatura, relatos memorialísticos, diários, artigos de jornais, dentre outros, que versam sobre a cidade. A ideia é se munir de outros vestígios do passado para identificar outras possibilidades de problematizar o espaço, que não analise de forma unilateral somente seus aspectos físicos (Cf. SILVA; OLIVEIRA, 2008, p. 75-79). Outra questão importante deste artigo é a identificação, pelos autores, da história dos seminários de história da cidade e do urbanismo no Brasil, que têm seu início na década de 1990, tendo o programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA como pioneiro nesse debate.

<sup>2</sup> Esse autor é lembrado no livro de Raquel Rolnik (2015), *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*, ao lado de Francisco de Oliveira, por produzir uma literatura marxista da década de 1970 que, dentre outras coisas, serviu como crítica a uma teoria da marginalidade, que basicamente via os fenômenos da existência de “um outro sobranço da sociedade nas cidades: as hordas de pobres desempregados ou trabalhando em regimes de informalidade, que subsistem em situações de precariedade habitacional. De acordo com essa visão, as cidades crescem mais rápido do que deveriam e não conseguem absorver todos os que para ela migram, gerando ‘inchamento’ em vez de crescimento” (ROLNIK, 2015, p. 156-157). Para os dois autores, na formação de suas críticas “não se trata de um sistema dual que opõe arcaísmos a modernidades, mas de um modelo periférico de acumulação capitalista. Tal modelo necessita e reproduz uma parcela ‘sobranço’ de mão de obra ao não torná-la proletária e não garantir suas condições de reprodução integralmente, reproduzindo formas de trabalho e produção ligadas à sobrevivência. A presença desse contingente populacional, assim como de suas atividades ‘informais’, responderia então a uma dupla necessidade da acumulação no capitalismo periférico: manter baixos os custos de reprodução da força de trabalho e garantir um ‘exército industrial de reserva’ permanente. A existência de um grande contingente populacional de pobres e destituídos dos meios de produção nas cidades permitiria, assim, a manutenção de baixos níveis salariais. Essa é a condição *sine qua non* para a competitividade das empresas que operam na periferia do capital, que não contam com as economias de escala e de aglomeração e com a tecnologia

*A espoliação urbana* e em 1980 uma coletânea chamada *As lutas sociais e a cidade*. Nesse momento, existe um contexto específico para o olhar em torno do “problema da habitação” no Brasil, sendo assim:

Importa lembrar sobre o momento político da publicação desta coletânea, marcado pelos movimentos sociais desses anos 80, em especial o movimento dos trabalhadores em São Bernardo do Campo, em São Paulo, com destaque para a criação e atuação do partido dos trabalhadores (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009, p. 71).

É curioso identificar que esse momento cronológico é justamente o mesmo do objeto escolhido para esta pesquisa, com contextos parecidos, todavia, ao mesmo tempo, com inúmeras especificidades. Como será visto mais à frente nos próximos capítulos, existem peculiaridades contextuais regionais que diferem das pesquisas realizadas em São Paulo. Sobre as preocupações científicas da corrente que Kowarick liderou, é de suma importância para seus estudos naquele momento um olhar sobre:

[...] a formação das diversas experiências de luta e plataformas de reivindicação dos grupos populares que se organizavam, sociólogos e arquitetos dedicaram seus estudos às lutas sociais urbanas, problematizando o presente a partir de uma interpretação histórica menos comprometida com os esquemas ou categorias econômicas dominantes (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009, p. 71).

Esse também é o interesse desta pesquisa, pois as fontes escolhidas, que se sintetizam em três jornais de mídia comunitária, dois jornais da mídia local e narrativas orais de alguns ocupantes da época, evidenciam de forma veemente inúmeras manifestações históricas que têm a movimentação social de luta por direito à moradia como importante evento dentro dos acontecimentos da autoconstrução<sup>3</sup> do Jardim Nova Esperança. Nessa direção, com motivações próximas desta pesquisa e também com formação análoga aos autores já citados aqui, tem-se a figura do arquiteto e pesquisador Nabil Bonduki<sup>4</sup>, que, dentre outras questões, pesquisou

[...] as trilhas e os vestígios deixados pelos jornais e revistas, ao lado da consulta aos Anais da Câmara dos deputados na década de 1940. Foram trabalhados por ele no sentido de desterrar o significado e o espaço de reivindicações da população de baixa

---

de que gozam seus competidores nos países centrais. Por outro lado, produtos de consumo essenciais à sobrevivência - incluindo a casa -, ofertados de forma não monetária ou a um preço bastante baixo, permitem que esses salários sejam mantidos a valores até mesmo inferiores ao mínimo vital. A autoconstrução da moradia representa assim, a superexploração da força de trabalho, através do sobretrabalho e da espoliação urbana” (ROLNIK, 2015 p. 156-157).

<sup>3</sup> Este conceito será evidenciado e problematizado mais à frente por Lúcio Kowarick e Ermínia Maricato.

<sup>4</sup> É preciso chamar atenção de que Nabil Bonduki se envolveu com inúmeros estudos sobre, dentre outras questões, a política habitacional, política urbana, movimentos sociais e condições de moradia e urbanismo, sobretudo sobre a cidade de São Paulo. Possui vários livros publicados, dentre eles, *Origens da habitação social no Brasil* (2017). Possui vários artigos em revistas e escritos em periódicos. Também teve atuação como Superintendente de Habitação popular do município de São Paulo (1989-92), atuando na coordenação do programa de habitação de interesse social do município. Foi vereador do município de São Paulo (2001-2004), época em que coordenou a elaboração do substitutivo do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e ao mesmo os Planos Regionais das 31 subprefeituras do Município.

renda frente ao problema habitacional, entre o pós- Primeira Guerra e o fim do Estado Novo (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009, p. 71).

Nessa pesquisa, a preocupação de Bonduki deu-se em construir um histórico sobre os movimentos sociais, no intuito de evidenciar o conflito e a luta de diferentes setores da sociedade; ao mesmo tempo, mediar uma articulação com a questão da moradia e o direito a melhores condições de vida, no intuito básico de contextualizar o debate das implicações advindas das diferentes formas de ocupação e gestão das cidades no Brasil (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009).

Outra referência importante para este texto e que dialoga com os autores já citados baseia-se na figura de Raquel Rolnik. Dentre suas pesquisas, destaca-se a realizada na conjuntura do “período da industrialização” em São Paulo:

Em sua dissertação de mestrado, a arquiteta faz uma leitura inovadora do espaço urbano a partir dos conflitos entre diferentes setores da sociedade, entendendo que somente a história “minúscula” seria capaz de focalizar o palco das tensões e dos conflitos (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009, p. 71).

Seus trabalhos são referência<sup>5</sup> nesta pesquisa, principalmente sua percepção para a construção de uma espécie de “história minúscula”, pois construir uma narrativa sobre os “saberes urbanos”, que tenha interesses nessas miudezas de cada dia, faz parte de nossas intenções. Peixoto e Oliveira (2009, p. 3) também insistem que falta à cidade de Goiânia “um estudo que revele um outro lado de sua história e privilegie o que é miúdo e cotidiano, nesse âmbito, a história de seus bairros oferece uma oportunidade promissora”. E como uma espécie de caminho a ser seguido, essa história urbana possui, dentre outras coisas, “o duplo desafio de defrontar-se com as questões colocadas pelo espaço e, mais ainda, pelo tempo, articulando-as em uma rede de significações em que o espaço problematiza o tempo e o tempo problematiza o espaço” (PEIXOTO; OLIVEIRA, 2009, p. 3). Ainda sobre sua concepção metodológica de uma “história minúscula”, Rolnik<sup>6</sup> chama a atenção para o fato de que suas possibilidades de

---

<sup>5</sup> Estudos presentes em sua dissertação de mestrado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com orientação de Gabriel Bollafi (ROLNIK, 1981). A escolha dessa referência de Marisa Varanda Teixeira Carpintéro e Josianne Francia Cerasoli ao trabalho de Rolnik diz respeito à evidenciação do método de uma “história minúscula” trabalhado pela mesma. Pois, como será visto no tópico 1.2 do primeiro capítulo da presente dissertação, foi trabalhada a noção de vida cotidiana de Henri Lefebvre e José de Souza Martins associada a um tipo de interpretação em história urbana que, de certa forma, tem relação (semelhança) com a intenção de uma “história minúscula”.

<sup>6</sup> Ainda sobre o método usado em seu mestrado, sua motivação de pesquisa “reivindica a reconstituição da história em diálogo com a arquitetura ao entrecruzar a leitura de mapas, fotos, romances e a memória de antigos moradores dos bairros operários. Por outro lado, descerra a reflexão histórica sobre o poder das autoridades médicas frente às práticas populares, permite relacionar história e memória e estabelecer outro vínculo entre história e arquitetura, além de trabalhar com as noções de tempo/espaço sob vários ângulos, a partir de cortes transversais. Em lugar de

efetivação poderiam ser encontradas em jornais e em outros registros documentais, porém com cuidado, pois em jornais e documentos, a forma básica do registro (o texto escrito) escolhe tanto o autor, como o público, evidenciando conseqüentemente o ponto de vista minoritário de quem produz e lê palavras escritas (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009, p. 72).

No percurso da presente pesquisa, interessa-nos compreender um tipo específico de fenômeno na cidade: a autoconstrução<sup>7</sup>. De acordo com Maricato (1982), esse conceito está vinculado ao processo de construção da casa (própria ou não)<sup>8</sup> por seus moradores, por moradores junto a seus parentes, vizinhos, amigos, e/ou por moradores que obtiveram a assistência de algum profissional da área da construção civil. A mesma autora, ainda sobre as características do processo autoconstrutivo, diz que:

A importância quantitativa (e qualitativa) da autoconstrução junto ao proletariado das grandes cidades dos países capitalistas dependentes mostra que os programas e políticas oficiais estatais de habitação são muito menos importantes na produção da habitação popular do que querem fazer crer os relatórios técnicos oficiais. É principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos) (MARICATO, 1982, p. 72-73).

Ou seja, em sua percepção, o processo de autoconstrução<sup>9</sup> é um fenômeno que ocorre a despeito dos discursos produzidos pelos relatórios oficiais que versam sobre políticas ligadas à produção da habitação. Mais ainda, diz respeito ao fato de que sua manifestação é recorrente em países de capitalismo dependente em dimensões quantitativas e qualitativas e que sua produção tem um caráter peculiar, uma vez que se trata de uma construção de habitação

---

um movimento linear e evolutivo, a autora acompanha vários momentos históricos por meio das diferentes práticas discursivas” (CARPINTÉRO; CERASOLI, 2009, p. 72).

<sup>7</sup> Mais à frente será pontuado como Ermínia Maricato identifica a noção maior do objeto da moradia precária a categorias urbanas como casas inacabadas, insalubres, congestionadas, localizadas em favelas ou invasões, em loteamentos ilegais, em áreas de risco geotécnico ou sujeitas a enchentes. Concepção semelhante pode ser encontrada em Kowarick sobre o conceito de autoconstrução.

<sup>8</sup> Nesse livro, Ermínia Maricato argumenta que o processo de autoconstrução não faz parte apenas da construção da casa própria, mas também das moradias não próprias. Como exemplo, a autora chama atenção para as inúmeras áreas de favelas que são habitadas por trabalhadores que constroem suas moradias sem ter a posse do terreno. A mesma autora pontua que esses trabalhadores vivem cotidianamente intenso risco de despejo e que na cidade do Rio de Janeiro são recorrentes casos de desfavelamento dos núcleos situados nos morros da zona sul, pois são espaços potencialmente valorizados por sua expansão e concentração urbana. Os diagnósticos da autora estão claramente inseridos na época de produção de seu livro. Mesmo que faça análises históricas sobre várias questões, é notável seu estilo em contextualizar de forma sociológica seu objeto de pesquisa, no tempo presente em que escreve (MARICATO, 1982, p. 73-74).

<sup>9</sup> A fim de ampliar a reflexão a respeito do tema da autoconstrução, indicamos o documentário *Fim de semana*. Frente à indagação sobre as diferenças de ocupação urbana e autoconstrução, Maricato pontua que a autoconstrução trata da produção do espaço e a ocupação nem sempre se refere à produção (Cf. *FIM de Semana*. Roteiro e Direção: Renato Tapajós. Pesquisa e orientação: Erminia Maricato. Produção: Elsa Lopez Kathuni, Erminia Maricato, Renato Tapajós e W. Racy. Interlab Lider Revela AIC. 1976 (30 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gDm-vajAtrM>. Acesso em: 01 nov. 2018).

vinculada ao perfil e ao cotidiano de seu construtor. Tais construtores, não estranhamente, são trabalhadores despossuídos de bens materiais, que trabalham por baixos salários e possuem cotidiano com poucas horas livres. Não à toa, esse perfil de trabalhador obtém a disponibilidade para autoconstruir sua habitação nos finais de semana, em horários alternativos e/ou com o auxílio de alguma sociabilidade coletiva.

Há de se atentar que o objeto desta pesquisa, representado pelo processo autoconstrutivo da moradia, é produzido em um cenário de ocupação urbana. Nesse sentido, é importante evidenciar que em processos de assentamentos populares “das cidades ao redor do mundo, a categoria ‘ilegal’ não deve – e não pode – ser absolutizada”. Tal pressuposto é importante, pois reiteradamente a grande parte dos moradores “vive em sistemas de posse que podem ser considerados paralegais, semilegais ou quase legais, tolerados ou legitimados por leis costumeiras ou pelo simples uso ou tradição, reconhecidos ou simplesmente ignorados pelas autoridades”. Outra questão importante corresponde ao fato de que a autoconstrução em ocupações urbanas não deve ser tratada necessariamente como uma violação da lei. Pois, a princípio, quando os futuros moradores ocupam uma terra vazia sem o consentimento de seu proprietário, estão se portando como ilegais e por isso estão sujeitos a punições. Porém, em muitas situações, “a terra pode não ter ‘proprietário’ formal ou ainda, ser objeto de disputa entre vários postulantes”. Nesse sentido, “mesmo numa situação que parece, a princípio, claramente configurada como ilegal, a presença dos ocupantes pode não ser imediatamente contestada, levando muitas vezes a consolidação da ocupação” (ROLNIK, 2015, p. 175).

De uma forma teórica mais ampla, Kowarick<sup>10</sup> (1979, p.55) enfatiza que o problema da habitação não deve ser analisado de forma isolada de outros processos socioeconômicos e

---

<sup>10</sup> Em evento do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) com o título de *CEBRAP 50 anos, obras fundamentais: “A espoliação urbana: impactos e desdobramentos”*, Eduardo Marques chama atenção para o fato de que esse livro foi interpretado por alguns pesquisadores a leituras associadas a uma incorporação de análises marxistas estruturalistas francesas e da geografia crítica, o que lhe parece que só ocorre em um segundo momento. Todavia, na verdade, acredita que a obra se encaixa mais adequadamente referenciada pela discussão das noções de dependência e marginalidade. Não à toa, Fernando Henrique Cardoso é o autor central de um conjunto de obras produzidas no período do final dos anos 70 para 80. Para além disso, é quem prefacia o livro *A espoliação urbana*. Ao mesmo tempo, existe uma referência a Francisco de Oliveira. A questão geral do livro, para Marques, diz respeito ao debate em torno do desenvolvimento e do subdesenvolvimento no Brasil. O pressuposto básico é uma crítica a uma interpretação etapista, automática e mecânica sobre o desenvolvimento econômico e político que estava presente nas vertentes da teoria da modernização que versavam sobre o desenvolvimento político, debate importante dos anos 50 e 60. Essas teorias da modernização sugeriam que o desenvolvimento seria, em suas várias facetas (econômica, política, cívica, democrática), um processo automático, derivado dos processos de modernização. Ou seja, a introdução do assalariamento, a migração do rural para o urbano, a industrialização, a incorporação de formas de ver e viver no mundo, a política, a autoridade, as relações entre as pessoas no espaço urbano, de forma horizontalizada, liberariam as forças que produziriam a democracia, o desenvolvimento econômico, o comportamento cívico e as políticas sociais. Ainda segundo Marques, essas literaturas especializadas em temas específicos tinham uma ideia geral formada por uma certa teoria da convergência dos “efeitos positivos

políticos, uma vez que existe uma série de contradições específicas sobre esse fenômeno. Assim, em um caráter geral, destaca que:

É preciso verificar as modalidades produtivas a partir das quais a moradia é confeccionada. Neste particular, convém mencionar que o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente na expropriação da terra e dos instrumentos produtivos. Passa a produzir o que antes os trabalhadores independentes realizavam para prover sua própria subsistência, criando mercadorias

---

da modernização”. Contra essa teoria da modernização, de início, Marques identifica o que ele chama de “mundo real”, uma vez que não estava acontecendo esta suposta convergência no plano internacional nem no nacional. Ao mesmo tempo, evidencia que se colocou um campo de literatura heterogêneo, em que a teoria da dependência ganhou destaque (apesar de não ser a única). Seu papel constituiu-se de uma crítica chamando atenção de que não existe só uma forma de convergir, mas várias formas de convergir para diversas coisas como: desenvolvimento econômico, subdesenvolvimento econômico, democracia, ditadura, diversas trajetórias históricas, que podem levar a resultados que sejam estáveis. E o fator que caracterizaria a nossa posição, seria de subordinação, uma posição periférica, e não uma posição específica em uma “etapa”, que nos levaria ao desenvolvimento. A contribuição de países periféricos nesse modelo estaria associada ao fornecimento de mão de obra barata, a existência de taxas de superexploração muito elevadas e a um exército industrial de reserva também elevado. Ao mesmo tempo, a uma quantidade muito grande de pessoas que chegavam na cidade e não conseguiam se empregar no mercado formal e, conseqüentemente, não estariam inseridas de maneira marginal, todavia estariam subordinadas ao cerne da máquina de produção do capitalismo internacional, contribuindo assim, para uma certa forma de divisão do trabalho internacional. Enfim, esse pressuposto crítico chamava atenção de que “o elemento definidor de nosso capitalismo periférico seria o trabalho informal, sendo as dinâmicas do exército industrial de reserva a chave para a compreensão tanto de nossa situação (social) quanto de nossa posição (no sistema internacional)” (MARQUES, 2017). Segundo Marques, existiram paralelismos com pesquisas interessadas no mesmo assunto acontecendo em outros lugares (além do CEBRAP e das pesquisas em São Paulo), como os trabalhos da Janice Perlman no Rio de Janeiro, como o *Mito da marginalidade* (PERLMAN, 1981) os trabalhos de Carlos Nelson Dos Santos, Lícia Valladares, Luís Antônio Machado da Silva, dentre outros. Todos eles de uma certa forma discutindo temas sobre marginalidade e pobreza nas cidades brasileiras. Em paralelo a esses nomes, há uma produção internacional ocorrendo, que se misturará com a brasileira, porém um pouco mais à frente do recorte dos finais dos 70 para 80. Trata-se do marxismo estruturalista francês, da sua primeira geração poulantziana (Nicos Poulantzas), de características fortemente estruturalistas com *A questão Urbana* de Manuel Castells (1972), depois uma geração mais ligada a Enzo Mingione, com Edmond Preteceile e Christian Topalov e o “segundo” Castells (dos movimentos sociais, do livro *cidade democracia e socialismo*), produção que ocorrerá entre os anos 60 até finais dos 70. E a “criação do comitê de sociologia urbana da Associação Internacional de Sociologia (RC21 da ISA), em 1970, e da revista IJURR em 1977” (MARQUES, 2017). São esses grupos que, segundo Marques, construíram uma sociologia urbana crítica em paralelo com a produção brasileira. Enfim, segundo Marques *A espoliação urbana* faz parte do surgimento da sociologia urbana brasileira, porque é a primeira vez que se urbaniza o argumento. Sobre essa questão diz que “*A espoliação urbana* representou o início da sociologia urbana entre nós por realizar a urbanização dos argumentos anteriores sobre marginalidade. Em *São Paulo: crescimento e pobreza* já se colocava uma forte denúncia ao caráter excludente de nossa urbanização sob o milagre econômico do regime militar. Entretanto, embora aparecesse como elemento central, o urbano, não era lócus de processos específicos, exceto pelo capítulo da “*Lógica da desordem*”, não por acaso escrito pelo próprio Lúcio como um prelúdio do que se veria quatro anos depois em *A espoliação urbana*. Esse livro trouxe os processos de produção do espaço, sobretudo periférico, para o centro das análises da peculiaridade de nosso capitalismo, conectando de forma elegante os processos gerais de produção das desigualdades sociais e econômicas com as dinâmicas de produção da cidade” (MARQUES, 2017). Ver também: *CEBRAP 50 ANOS, OBRAS FUNDAMENTAIS: “A espoliação urbana: impactos e desdobramentos*. 2017. (120 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wPumPz0j1cE&t=2550> s. Acessado em: 02 nov. 2018. Estavam presentes Eduardo Marques (USP e CEM/CEBRAP), Gabriel Feltran (UFSCar e CEM/CEBRAP) e o autor da obra, Prof. Lúcio Kowarick.

que são consumidas por meio do salário ganho através da venda de sua força de trabalho. Esta é a marcha histórica geral do processo de acumulação, cuja obviedade torna desnecessárias maiores clarificações, a não ser aquela que aponta para o fato que o desenvolvimento das forças produtivas não se dá de maneira uniforme e linear: ao contrário, ocorre de modo desigual, no qual coexistem de forma articulada empresas com alta densidade de capital constante e unidades cujas modalidades produtivas dificilmente poderiam ser caracterizadas como plenamente capitalistas (KOWARICK, 1979, p. 55).

O problema da habitação para esse autor parte da premissa básica de que se, por um lado, em praticamente todos os ramos da economia resistem unidades produtivas “arcaicas” de característica manufatureira, por outro lado, a elaboração de bens para a auto subsistência não é mais, sobretudo nas cidades, uma prática generalizada. Tal argumento se faz possível, pois existe um contexto de mercantilização da economia, em que o consumo se realiza da produção ocorrida através da extração da mais-valia, forma que materializa o processo de valor de troca a partir do qual a mercadoria adquire sua absoluta dimensão. Esse contexto está associado ainda à presença de empresas industriais e de unidades manufatureiras que submetem sua classe trabalhadora no que tange ao acesso à moradia a condicioná-la a aluguéis de habitações eventualmente deterioradas, à construção de barracos em favelas e à autoconstrução de suas residências. A razão que justifica o surgimento de uma “economia natural” imersa ao sistema urbano-industrial, que tem sua dominação centrada nas empresas com alta densidade de capital, não deve ser tratada como uma questão anacrônica, uma vez que a produção capitalista se organiza não para fornecer aos trabalhadores os meios de vida indispensáveis para sua subsistência, mas sobretudo criar um excedente que é privadamente apropriado (KOWARICK, 1979).

Outro fator determinante no contexto da produção da autoconstrução diz respeito aos variados grupos de insumos que são necessários para sua realização. Tal questão está associada a uma complexa rede de agentes comerciais e financeiros, “na qual o ‘controle’ sobre a terra urbana constitui um fator fundamental no preço das mercadorias colocadas no mercado” (KOWARICK, 1979, p. 56). Os interesses do capital saídos deste processo inclinam-se a produzir uma mercadoria socialmente apropriada quanto ao seu padrão de habitabilidade para camadas da população com renda mais elevada, impedindo o ingresso da maioria dos trabalhadores necessitados de encontrar diferentes formas para se reproduzir na cidade enquanto mercadoria para o capital (KOWARICK, 1979). Sobre os detalhes desse processo, vale a pena a grande transcrição:

No caso da autoconstrução, que na sua finalidade e essência não deve ser entendida como uma forma de poupança, mas enquanto uma solução de subsistência, cria-se um dos elementos- a moradia- indispensáveis como meio de vida, que acaba por se



constituir uma fórmula que rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo realizar uma extração do excedente econômico apoiada em salários que podem ser constantemente deprimidos. Ademais, principalmente nas cidades, o “problema” habitacional está diretamente atrelado ao fornecimento de bens de consumo coletivo, no qual a ação do estado tem ganho crescente importância, pois os investimentos públicos são cada vez mais responsáveis por este componente também básico da reprodução da força de trabalho. Não sem menor importância no “problema” da habitação urbana está a questão da terra, cuja adequação atrela-se à existência de uma infraestrutura de serviços. Portanto os investimentos públicos também sob este ângulo aparecem como fator determinante no preço final das moradias, constituindo-se num elemento poderoso que irá condicionar onde e de que forma as diversas classes sociais poderão se localizar no âmbito de uma configuração espacial que assume, em todas as metrópoles brasileiras, características nitidamente segregadoras (KOWARICK, 1979, p. 57).

Não é só sobre as questões associadas ao preço da terra, às características do setor imobiliário-construtor ou da atuação do estado que as interpretações sobre este tema devem ser articuladas. Há de se pensar também que o padrão habitacional, fator elementar básico da reprodução da força de trabalho, advém do conjunto da composição social do capital e da forma como se divide o trabalho excedente do necessário. Enfim, essa problemática é decisiva para os níveis de subsistência da classe trabalhadora, pois seu valor irá variar de maneira evidente em razão da potenciação das forças produtivas e da eficácia que as classes trabalhadoras tiveram em participar de uma parte dos excedentes motivados pelo processo de acumulação. Uma questão que desemboca desse processo diz respeito à existência de um vasto exército de reserva, que não é nenhum pouco passível de ser interpretada como “massa marginal”, que por sua vez seria entendida como um conjunto com pouco ou nenhum significado para o processo econômico. Pelo contrário, pois tal “marginalidade” tem se formado como uma das principais alavancas de acumulação dos países de capitalismo tardio (KOWARICK, 1979). Um dos países mergulhados nesse processo é o Brasil, que cotidianamente se

[...] permite dilapidar, através da superexploração do trabalho e da espoliação urbana, boa parte da mão de obra engajada nas engrenagens produtivas na medida em que os segmentos desgastados podem ser substituídos pelos vastos reservatórios disponíveis (KOWARICK, 1979, p. 58).

Evidentemente, a existência de um reservatório de mão de obra é fundamental, mesmo que não suficiente para que o capitalismo se desenvolva, arruinando, sobretudo, os segmentos não qualificados da força de trabalho<sup>11</sup>. Para além da questão da grande quantidade de reserva de mão de obra, o encadeamento dessa dilapidação está relacionado à eficácia de organização

---

<sup>11</sup> Esse público, como evidencia Lúcio Kowarick, constitui a maioria daqueles que levam adiante a maquinaria produtiva da sociedade brasileira. No momento de sua pesquisa, o autor discorre que no Estado de São Paulo apenas 18% do conjunto dos trabalhadores ligados à indústria em 1973 estavam representados na categoria de operários “qualificados”. Essa fonte foi retirada de um relatório do SENAI-SP (KOWARICK, 1979, p. 58).

da classe trabalhadora em proteger tanto seus níveis salariais e condições de trabalho, como o alcance dos serviços com características coletivas, os quais, a propósito, estão em grande medida relacionados aos níveis de reprodução ampliada da força de trabalho, cuja habitação se faz como elemento substancial (KOWARICK, 1979).

Dois são os conceitos principais levantados pela teoria de Lúcio Kowarick em torno do “problema” da habitação, que em níveis mais radicais geram a alternativa da autoconstrução. O primeiro, diz respeito ao que o autor caracteriza como *pauperização absoluta* ou *relativa*, representada pelas condições de exploração do trabalho, da qual estão sujeitos diferentes segmentos da classe trabalhadora. O segundo, decorre do anterior e só pode ser completamente compreendido quando analisado levando-se em consideração os movimentos contraditórios representados pela acumulação do capital (KOWARICK, 1979). Trata-se do conceito de *espoliação urbana*, que basicamente define-se como:

O somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência a que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1979, p. 59).

Nesses dois processos é importante notar a presença e atuação do Estado. Em um primeiro momento, criando o suporte de infraestrutura indispensável à expansão industrial e, conseqüentemente, financiando a curto e longo prazo as empresas; nota-se também seu papel na ação de investidor econômico, atuando como uma instituição que tem por função criar bens de consumo coletivo associados às necessidades da reprodução da força de trabalho. Em um segundo momento, sua atuação passa por preservar “a ordem social”, importante para uma realização de um tipo de acumulação. Sobre essa questão, quando os recursos estatais se focam de forma preeminente para os imperativos da acumulação de capital em vez de demandar os atuantes da reprodução da força de trabalho, promove-se inevitavelmente a *espoliação urbana*. E, com a criação de excedente, dos quais estão submissos grupos sociais, a *pauperização absoluta*. Nos dois processos, o Estado, para legitimar tal projeto de características perversas para os atuantes da força de trabalho, aparece reiteradamente com práticas autoritárias e repressoras. A efetivação desses dois processos passa por uma tentativa do Estado de controlar e conter os movimentos sociais (reivindicativos) para a constante tentativa (eventualmente carregada de tensão) de atuar no modelo excludente de distribuição dos benefícios<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Os detalhes desses três processos são debatidos por Kowarick (ver: KOWARICK, 1979, p. 58-59).

Existe ainda uma intervenção do Estado brasileiro ligada ao financiamento de habitações. Porém, a mesma se deu historicamente no Brasil atrelada com o mercado imobiliário especulativo e com um conjunto de normatizações preestabelecidas para sua realização. Houve uma política habitacional<sup>13</sup> que se destinou ao financiamento de uma demanda de “interesse social”, porém com características pouco expressivas, uma vez que poucas pessoas conseguiam quitar suas prestações, e ao mesmo tempo, um perfil nada irrelevante de pessoas não estiveram integradas nos requisitos para o financiamento.

Outro conceito que está de certa forma vinculado ao de autoconstrução é o de mutirão. Basicamente, é definido como um processo de trabalho caracterizado pela cooperação entre os indivíduos, na troca de favores e em compromissos familiares, algo bastante diferente das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho. Sua prática se definiu no mundo rural brasileiro para o tratamento da colheita, diferente de sua motivação na cidade, uma vez que nela, serviu para a construção de casas. Essa tradição teve um forte vínculo com determinadas práticas festivas: um evento que comemorava o fim de um dia de trabalho e o fim do dia (MARICATO, 1982). No que diz respeito à festa durante o mutirão, seu sentido significava a

[...] forma de o pequeno produtor retribuir uma parte da ajuda prestada sendo que a outra parte seria retribuída em forma de trabalho, quando da convocação de um novo mutirão. Através dele firma-se um compromisso de troca de favores, em bases bastantes espontâneas, apesar de ser ditado pela necessidade (MARICATO, 1982, p. 71).

Outros aspectos da prática do mutirão estão associados à solidariedade e à espontaneidade que se evidenciam no auxílio mútuo entre as pessoas. Mais ainda, é a possibilidade de uma maior aproximação do morador produtor com a habitação produto, possibilitando uma percepção integrada do processo produtivo. O que permite, como evidencia Maricato (1982, p. 72) “um contato desalienante com o produto, já que o morador acompanha, decide e executa os mínimos detalhes da própria habitação”. Todavia, é importante pontuar que a mesma autora faz uma diferenciação entre os conceitos de mutirão e autoconstrução. A diferença básica está no entendimento que ao mutirão estão associadas as ideias de solidariedade, espontaneidade e contato com o produto, enquanto que a autoconstrução não estaria necessariamente associada a um trabalho coletivo. Porém, para além desta questão, existe ainda uma peculiaridade ao conceito de autoconstrução formulado pela autora. Trata-se da sua inserção no atual estágio do desenvolvimento capitalista em alguns países dependentes

---

<sup>13</sup> Este assunto será debatido no capítulo 2, no que tange a história da política habitacional no Brasil (referente ao nosso recorte) em associação com as demandas regionais desta mesma política.

e no papel que ocupa na reprodução da força de trabalho, principalmente em torno da forma que a mesma assume seu crescimento nas áreas metropolitanas, sob o auxílio da indústria oligopólica<sup>14</sup> (MARICATO, 1982).

Existe um contexto ao qual estão vinculados os estudos sobre o objeto da moradia precária<sup>15</sup>, que em grande medida está associada a ocupações urbanas, autoconstruções, favelas, dentre outros fenômenos urbanos no Brasil. Em texto sobre o tema, Maricato (2017, p. 105) evidencia o momento histórico no qual esse debate aparece. No início de seu texto, aponta a tese que irá defender: basicamente, ela se baseia no fato de que na fase do período de luta contra o regime da ditadura civil militar, uma série de pesquisas acadêmicas construiu uma nova interpretação sobre o urbano na periferia do capitalismo. Trata-se da ênfase nos estudos sobre a moradia precária ou o que ela chama de reprodução urbana da força de trabalho:

Essa produção estava em consonância com o esforço de resistência e combate à ditadura, o qual passou a incluir, a partir de meados dos anos 1970, um crescentemente vigoroso movimento social reivindicatório de moradia e melhorias urbanas, que por sua vez, com a progressiva conquista das “liberdades democráticas”, resultou em governos locais de novo tipo que se autodenominavam “prefeituras democráticas e populares” (MARICATO, 2017, p. 105).

A mesma autora, sobre esse contexto, atesta que as pesquisas não só tiveram movimentações no campo acadêmico, mas também ligação direta a outras demandas da época. Principalmente, as associadas a eventos políticos e sociais que conduziram o fim da ditadura e promoveram a eleição de governos engajados com as reivindicações e mobilizações populares. Ou seja, em sua percepção, as demandas dos eventos históricos<sup>16</sup> da época movimentaram as

---

<sup>14</sup> Maricato caracteriza as diferentes peculiaridades no conceito de mutirão e autoconstrução. Uma delas, como já comentado, relaciona as ideias de solidariedade, espontaneidade e contato com o produto com o mutirão, bem como enfatiza o fato do trabalho (coletivo ou não) da construção da casa (própria ou não) ser desenvolvido por seus moradores, por moradores ajudados por parentes, amigos, vizinhos, ou ainda por algum profissional remunerado da área da construção civil (pedreiro, encanador, eletricitista). Ademais, segundo a autora, há uma espécie de “naturalização” da prática dos trabalhadores migrantes de construir sua própria casa na cidade (assim como faziam na zona rural), porém é preciso se atentar para as condições para que tal fato se realize. Pois, não existe, como existe na zona rural, a possibilidade desse processo estar associado a uma cultura de subsistência, uma vez que na cidade os moradores estão submissos a uma economia urbana industrial capitalista. Seria interessante identificar elementos que se reiteram da cultura do campo na cidade, onde ora há um elemento do rural, ora um da cidade (MARICATO, 1982, p. 73-74).

<sup>15</sup> Essa é uma conceituação elaborada por Ermínia Maricato.

<sup>16</sup> Maricato evidencia que uma parte considerável dos estudiosos que faziam interpretações críticas sobre a realidade na época era ignorada por um *mainstream* de pesquisadores. Porém, esse grupo se envolveu com os movimentos sociais reivindicatórios, com a abertura política e com o retorno das eleições diretas para prefeito das capitais a partir de 1985. Muitos deles chegaram a assumir cargos públicos, defendendo plataformas de governo que tinham sido construídas nos partidos e movimentos sociais (MARICATO, 2017, p. 106). Outra questão importante é o contexto internacional, muito similar ao Brasil, principalmente em torno da luta contra regimes ditatoriais na década de 1980. Em nota de rodapé da mesma página, Maricato faz menção a alguns pesquisadores que participaram desse processo. Um deles é Emilio Pradilla Cobos, professor da UNAM (Universidad Nacional Autónoma do México), que produziu pesquisas críticas na década de 1980 e 1990 e ao mesmo tempo se envolveu

próprias interpretações científicas sobre a cidade naquele momento. Em síntese, três foram os principais participantes deste processo de vivências e interpretações sobre os acontecimentos: a produção acadêmica crítica, os movimentos sociais, construindo pautas de política urbana, e, por fim, as gestões municipais, que se envolveram em construir projetos urbanos (MARICATO, 2017).

O objeto da moradia precária construído por esse grupo de pesquisadores não tomou a cidade periférica como uma unidade, de forma homogênea. Na verdade, teve-se a intenção de tornar visíveis questões ocultas, em disputa com a produção, a apropriação e a representação da cidade em contraponto aos signos dominantes. No geral, o objeto da moradia precária tem no espaço urbano algumas manifestações, como “casas inacabadas, insalubres, congestionadas, localizadas em favelas ou invasões, em loteamentos ilegais, em áreas de risco geotécnico ou sujeitas a enchentes”. É importante notar que esse objeto tem peculiaridades, pois, numa análise atenta sobre o espaço urbano brasileiro, é notável que existem moradias com bons padrões em favelas e moradias em más condições<sup>17</sup> em bairros nobres. Todavia, o objeto de interesse associado ao conceito de moradia precária diz respeito à generalização da ilegalidade e precariedade, sobretudo levando em conta sua dimensão estrutural associada a um processo peculiar de acumulação. Ou seja, o interesse pelo “universo da moradia precária é estratégico para denunciar o conjunto da produção da cidade no capitalismo periférico e por meio dele denunciar também as especificidades desse processo de acumulação”. O pressuposto inicial advém do princípio marxista de que o espaço urbano, assim como outra mercadoria qualquer, faz parte de uma produção social e acarreta relações. Esse objeto também está interessado em identificar um mercado formal limitado que desconsidera parte expressiva da população. Ao mesmo tempo, busca localizar os problemas vinculados a uma taxa de lucro vigorosamente fundamentada na renda fundiária e em uma força de trabalho barata, que, incluída perversamente no mercado formal e nas políticas públicas, “produz boa parte da cidade com suas próprias mãos e suas próprias regras (intrínsecas às condições dessa produção)”. Em síntese, o objeto da moradia precária refere-se diretamente à cidade dos pequenos salários e do problema estrutural da informalidade. Porém, mais ainda, dois são os personagens que estão

---

em disputas partidárias e eleitorais, construindo propostas para a cidade do México. Ou seja, como já dito antes, é notável que os pesquisadores que se envolveram com o objeto de pesquisa da moradia precária, como autoconstruções, ocupações urbanas irregulares, favelas, dentre outros, nas décadas de 1970 a 1990, fizeram, para além de pesquisas científicas, imersões no contexto de seus objetos pesquisados.

<sup>17</sup> Recorrentemente com problemas de insalubridade.

entremeados a esses dois problemas: o Estado e os capitais<sup>18</sup> (representado em especial pelo mercado do capital imobiliário) (MARICATO, 2017, p. 110-111).

Como conclusão, é importante destacar que a referência pela corrente da espoliação urbana, como uma área da história urbana, não se deu por acaso. Ao contrário, foi uma escolha que teve a intenção de dar conta, da melhor forma possível, das especificidades contextuais históricas do presente objeto de pesquisa. Ademais, é uma literatura produzida no mesmo contexto temporal de nosso objeto e que, sobretudo, investigou no espaço de São Paulo casos muito semelhantes aos de autoconstruções em ocupações urbanas experienciadas em Goiânia. Essa corrente teve uma disposição e um olhar investigativo que de forma análoga também nos interessa, isto é, um olhar atento à construção das diferentes experiências de luta e reivindicação de grupos populares em torno do direito à moradia. Também, uma problematização do objeto a partir de uma interpretação histórica que não está vinculada de forma alienante a esquemas ou categorias econômicas dominantes. Assim, como na pesquisa de Bonduki, quer-se evidenciar a atuação do movimento social na ocupação, no intuito de destacar as tensões vividas pelos ocupantes em relação ao poder público e à iniciativa privada. Do mesmo modo, busca-se contextualizar, como Bonduki, conferindo ênfase às implicações advindas de diferentes formas de ocupação e gestão das cidades no Brasil. Com Rolnik, a referência se dá, dentre outras questões, sob seu método que a mesma intitula de “história minúscula”, onde focaliza as tensões e conflitos vividos no espaço urbano, encontrados em periódicos e em outros documentos. Articulação similar à nossa escolha em trabalhar com a noção de vida cotidiana de José de Souza Martins e Henri Lefebvre.

O conceito de autoconstrução de Ermínia Maricato, isto é, a construção da casa (própria ou não) por seus moradores, por moradores junto a seus parentes, vizinhos, amigos, e/ou moradores que obtiveram a assistência de algum profissional da área de construção civil, será muito importante para a presente pesquisa, fundamentalmente no que diz respeito a interpretá-lo como uma alternativa às possíveis políticas habitacionais oficiais. Ou seja, esse fenômeno marca um modo social de atuação frente às deformidades de nosso capitalismo dependente, em que o morador (eventualmente trabalhador(a) informal) trabalha nos finais de semana, ou nas horas de folga, contando com ajuda de amigos ou parentes, ou apenas com a força individual

---

<sup>18</sup> A pesquisa sobre o objeto da moradia precária tem o Estado e o capital, sobretudo imobiliário, como noções a serem problematizadas. Principalmente na interpretação do Estado como agente de políticas socialmente regressivas e repressivas e do mercado, especialmente o mercado imobiliário especulativo restrito, que se alimenta da renda fundiária, imobiliária e da superexploração da força de trabalho (MARICATO, 2017, p. 111).

de trabalho na produção de sua habitação. Esse processo está associado às características do capitalismo periférico e dependente brasileiro, também no papel que ocupa na reprodução da força de trabalho, principalmente em torno da forma que a mesma assume seu crescimento nas áreas metropolitanas, sob o auxílio da indústria oligopólica. Usaremos esse conceito a todo momento em nossa dissertação, pois o mesmo serviu não apenas para a melhor construção deste objeto de pesquisa dentro da área da história urbana, mas, sobretudo, aplica-se às particularidades históricas que ocorreram em torno da ocupação urbana em Goiânia.

Outro conceito importante é o de ocupação urbana, manifestação e ambiente específico para a autoconstrução. Como diz Maricato, a autoconstrução refere-se à produção do espaço, porém na ocupação urbana nem sempre ocorre produção do espaço. Sobre o conceito de ocupação urbana, assim como trabalha Raquel Rolnik, é importante retirá-lo de qualquer conotação ligada à categoria da ilegalidade, pois eventualmente grande parte dos ocupantes vive em sistemas de posse que podem ser considerados paralegais, semilegais, quase legais, tolerados ou legitimados por leis costumeiras, pelo simples uso ou tradição, reconhecidos ou simplesmente ignorados pelas autoridades. Outra questão importante é que uma ocupação urbana não deve ser tratada como uma violação da lei, como corriqueiramente é concebida. O princípio desses argumentos geralmente está vinculado ao fato de que, quando os futuros moradores ocupam uma terra vazia sem o consentimento do seu proprietário, estariam portando-se como ilegais e, por essa razão, colocando-se sujeitos a punições. Todavia, em inúmeras situações, a terra pode não ter proprietário formal<sup>19</sup> ou ainda ser objeto de disputa entre vários postulantes.

Com Lúcio Kowarick, foi possível perceber que o problema do acesso à habitação no Brasil, de acordo com sua definição, não deve ser analisado de forma isolada de outros processos socioeconômicos e políticos, uma vez que existe uma série de contradições específicas sobre esse fenômeno. É preciso investigar os modelos produtivos a partir dos quais a moradia é construída, pois, nesse processo, estarão em jogo as circunstâncias do sistema capitalista que, de partida, pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente na expropriação da terra e dos instrumentos produtivos. Isto é, “passa a produzir o que antes os trabalhadores independentes realizavam para promover sua própria subsistência, criando mercadorias que são consumidas por meio do salário ganho através da venda de suas forças de trabalho”. O desenvolvimento das forças produtivas não ocorre de maneira uniforme e linear,

---

<sup>19</sup> Esse é o caso da autoconstrução do Jardim Nova Esperança, cuja questão encontra-se exposta no tópico 1.4 do Capítulo 1.

mas de modo desigual, em que coexistem de maneira articulada empresas com alta densidade de capital constante e “unidades cujas modalidades produtivas dificilmente poderiam ser caracterizadas como plenamente capitalistas”. Outro fator é que, apesar de em praticamente todos os ramos da economia resistirem unidades produtivas “arcaicas” de característica manufatureira, a elaboração de bens para a subsistência na cidade não é mais uma prática generalizada. O autor defende tal questão, pois existe uma circunstância de mercantilização da economia, na qual o consumo se realiza da produção ocorrida através da mais-valia, modelo que “materializa o processo de valor de troca a partir do qual a mercadoria adquire sua absoluta dimensão”. Tal contexto está diretamente ligado à presença de empresas industriais e de unidades manufatureiras, pois são elas que submetem os trabalhadores à dependência do aluguel em habitações vulneráveis ou à autoconstrução de suas moradias. Ademais, a justificativa para uma espécie de “economia natural” dentro do sistema urbano industrial, dominado por empresas de alta densidade de capital, não deve ser tratada de forma “anacrônica, uma vez que a produção capitalista se organiza não para fornecer aos trabalhadores os meios de vida indispensáveis para sua subsistência, mas sobretudo criar um excedente que é privadamente apropriado” (KOWARICK, 1979, p. 59).

Outra questão determinante na produção da autoconstrução versa sobre os diferentes insumos que são necessários para sua efetivação, pois tal ponto tem dependência de uma complexa rede de agentes financeiros que têm controle sobre a terra urbana, o que dita o preço das mercadorias (habitação) colocadas no mercado. Esse ponto está interligado a uma perversidade na distribuição do acesso à moradia, uma vez que o capital se condicionará a produzir uma mercadoria socialmente apropriada em relação ao seu padrão de habitabilidade para grupos da população com renda mais elevada, impedindo a integração da maioria dos trabalhadores, os quais necessitam encontrar diferentes formas para se reproduzir na cidade enquanto mercadoria para o capital. Outra questão importante refere-se ao padrão habitacional, fator básico da reprodução da força de trabalho, que advém do conjunto da composição social do capital e da forma como se divide o trabalho excedente do necessário. Essa problemática é importante pois é decisiva para os níveis de subsistência da classe trabalhadora, uma vez que seu valor varia em razão da potenciação das forças produtivas e da eficácia que as classes trabalhadoras obtiverem em participar de “uma parte dos excedentes motivados pelo processo de acumulação”. A questão fundamental desse processo é a existência de um grande exército de reserva que, de forma alguma, é uma “massa marginal” que supostamente não teria importância para o processo econômico. Ao contrário, esta “marginalidade” é o principal fator



de acumulação de países de capitalismo tardio, periférico e dependente. O Brasil, a partir da superexploração do trabalho e da espoliação urbana, faz com que boa parte de sua mão de obra engajada nas engrenagens produtivas se submeta a passar por segmentos desgastados em que a todo momento serão substituídos por vastos reservatórios disponíveis. Kowarick destaca ainda que o reservatório de mão de obra é fundamental, mesmo que não seja suficiente para que o capitalismo se desenvolva, e que destrói ao mesmo tempo os segmentos não qualificados da força de trabalho. Os principais conceitos trabalhados por Kowarick, além de sua reflexão em torno do problema habitacional e da autoconstrução da moradia, são os de pauperização absoluta ou relativa e espoliação urbana. O primeiro refere-se às condições de exploração do trabalho da qual estão sujeitos os trabalhadores. Nesta pesquisa, constataremos a presença de grandes características de pauperização nas condições de trabalho dos ocupantes, uma vez que se integraram em sua grande maioria ao trabalho informal (KOWARICK, 1979, p. 59). O segundo, refere-se, como diz Kowarick, a um:

[...] somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência a que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1979, p. 59).

Diante dos dois processos, o autor trata das duas atuações do estado. Primeiro, criando um suporte para uma infraestrutura à expansão industrial, financiando a curto e longo prazos empresas e investindo na economia, com a função de criar bens de consumo coletivo vinculados às necessidades da reprodução da força de trabalho. Depois, na atuação para garantir “a ordem social”, importante para realizar um tipo de acumulação. Nesse sentido, quando os recursos estatais focam de forma superior aos imperativos de acumulação do capital em vez de contemplar os atuantes da reprodução de trabalho, acarreta-se na espoliação urbana. Ao mesmo tempo, com a criação de excedente, dos quais os grupos sociais estão submissos, ocorre a pauperização absoluta. Em ambos os processos o Estado, em busca de torná-los naturais, aparece recorrentemente com práticas autoritárias e repressoras. A efetivação prática desses dois processos passa por uma tentativa do Estado de controlar e conter os movimentos sociais (reivindicativos) para a constante tentativa (eventualmente carregada de tensão) de atuar no modelo excludente de distribuição dos benefícios. Outro conceito importante para esta pesquisa trabalhado por Maricato é o de mutirão, isto é, um processo de trabalho caracterizado pela cooperação entre os indivíduos, sob troca de favores e em compromissos familiares. Essa prática, de acordo com a autora, advém do mundo rural brasileiro e era representada pelo tratamento da colheita, diferente de sua manifestação da cidade, que atua para construir casas.

Tal conceituação aplica-se de maneira efetiva a este objeto, uma vez que a maioria dos ocupantes à época veio de diferentes zonas rurais e participou de um êxodo rural do final da década de 1970 para Goiânia. Outras características do conceito de mutirão estão relacionadas à solidariedade e à espontaneidade que se destaca no auxílio mútuo entre essas pessoas. Também a aproximação do morador produtor com a habitação produto, o que possibilita um processo desalienante com o produto, pois o morador acompanha todos os detalhes de sua construção. Outra noção importante é a de moradia precária, que engloba de forma mais ampla os conceitos de ocupações urbanas, autoconstruções, favelas, dentre outros. A mesma noção fez parte de um conjunto de estudos específicos que combatiam o regime da ditadura civil militar e que, através de pesquisas imersivas nos movimentos sociais por direito à moradia, serviu de análise para a discussão sobre o urbano do capitalismo periférico brasileiro. Outra característica dessa noção é que ela trabalha com espaços urbanos formados por casas inacabadas, insalubres, congestionadas, localizadas em favelas ou invasões, em loteamentos ilegais, em áreas de risco geotécnico ou sujeitas a enchentes. Também está associada à generalização da ilegalidade e precariedade, sobretudo levando em conta sua dimensão estrutural associada a um processo peculiar de acumulação. Por fim, essa noção é estratégica para nossa pesquisa, uma vez que denuncia o conjunto da produção da cidade no capitalismo periférico e, por meio dela, denuncia também as especificidades do processo de acumulação.

## 1.2. História Urbana e Vida Cotidiana

Neste tópico abordaremos uma discussão sobre a noção de vida cotidiana e diferentes interpretações sobre a mesma. Para tal empreitada, recorreremos a textos de José de Souza Martins<sup>20</sup>, Henri Lefebvre<sup>21</sup> e Ronaldo Vainfas<sup>22</sup>. A intenção básica se sintetiza em problematizar diferentes noções de vida cotidiana. Todavia, para além desta questão, busca-se escolher uma interpretação dessa noção que possa ser aplicada a uma construção narrativa em

---

<sup>20</sup> MARTINS, José de Souza. Apontamentos sobre vida cotidiana e história (A propósito de um texto de Ronaldo Vainfas sobre “História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas”). Em: MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 83-96.

<sup>21</sup> LEFEBVRE, Henri. *Critique of Everyday Life – Vol. I*. London-New York: VERSO, 1991.

<sup>22</sup> VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. Em: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.4, jan./dez. 1996a, p. 9-27. Depois da publicação desse artigo, houve comentários de vários autores sobre seu texto. Após a ocorrência das publicações dos comentários, Vainfas construiu outro artigo em resposta aos pesquisadores. Cf. VAINFAS, Ronaldo. Resposta aos comentários. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.4, jan./dez. 1996b, p. 105-122.

história urbana. Sobretudo, que se aproxime das peculiaridades dos eventos históricos da presente pesquisa.

Em um item de seu artigo nomeado de *Vida privada e vida cotidiana*, Vainfas faz um questionamento sobre a vida cotidiana (que também faz sobre vida privada<sup>23</sup>) que se resume basicamente com a pergunta: “qual a licitude da vida cotidiana enquanto problemática universal e, portanto, válida para todas as épocas históricas?” (VAINFAS, 1996a). Em referência a Mary Del Priore sobre o tema, desenvolve-se uma pergunta análoga: “como historicizar a noção mesma de vida cotidiana? Será ela universal e portanto válida para todas as épocas históricas? Será ela globalizante e logo, possível de se estender ao conjunto de uma formação social?” (DEL PRIORE, 1997, p. 259 apud VAINFAS, 1996a, p. 12). Em resposta negativa para tal questionamento se apropria de uma leitura de Henri Lefebvre e conclui que do ponto de vista da sociologia histórica este autor não teria hesitação em negar a validade de um conceito de cotidiano empregado a sociedades pré-industriais, pois consideraria que só a complexidade do contexto capitalista autorizaria o fracionamento do tempo, a separação de um tempo geral, histórico, cronológico, de um tempo diário e cotidiano (VAINFAS, 1996a). Sobre essa questão, Martins acredita que há uma grande redução por parte de Vainfas sobre as formulações teóricas de Henri Lefebvre ao que se refere a vida cotidiana. Pois, “na verdade, Lefebvre distingue o tempo natural e cósmico (e não o tempo geral, cronológico, histórico) do tempo linear, quantitativo e cotidiano” (MARTINS, 2008, p. 90). Para além disso, Vainfas e Martins opõem-se em relação à aplicabilidade do conceito em diferentes tempos históricos, pois para o segundo, vida privada e vida cotidiana, quando na condição de objetos de conhecimento científico, são temas da atualidade, da consciência social contemporânea e o são, pois de certa forma são problemas para a sociedade (MARTINS, 2008). Para sustentar essa argumentação, evidencia que em relação à sociedade, não é possível conceber consciência de novos problemas e em decorrência propor socialmente sua demarcação do que pode vir a ser um novo objeto do conhecimento, sem que eles se apresentem também, de certo modo, à consciência do homem comum. Afirma também que “não é nos gabinetes e nas bibliotecas que essas coisas surgem em primeiro lugar” (MARTINS, 2008, p. 84). Outro problema que identifica é que, ao articular concepções como essa para buscar na história suas pré-presenças, os especialistas em história que a fazem podem naturalmente garimpar evidências de vida cotidiana e vida privada no

---

<sup>23</sup> Não iremos nos aprofundar nos debates sobre vida privada discutidos por Vainfas e Martins. Porém, a principal referência de Vainfas é a obra de cinco volumes *Histoire de la Vie Privée*, publicada originalmente em 1985 por Georges Duby e Philippe Ariès.

passado remoto. Todavia, ficam devendo a explicação da legitimidade do favorecimento desses “conceitos” em relação a tempos históricos em que os mesmos não eram um dado da consciência social e, menos ainda, eram concebidos com estatuto de “conceito” (MARTINS, 2008). Sobre essa questão, Vainfas reconhece que os historiadores são sempre homens (e mulheres) de seu próprio tempo: “já o disse Lucien Febvre há décadas (sem as mulheres) -, sendo-nos totalmente impossível essa completa viagem no tempo que muitos ingenuamente acreditam possível” (VAINFAS, 1996b, p. 110). Acrescenta ainda que é verdade que os historiadores problematizam o passado a partir do presente, no entanto, se fizerem bem o trabalho de historiadores, identificarão o caminho que possibilitará o contato com a alteridade no tempo. Para além dessa questão, argumenta que o “passado é um país estrangeiro” (recorrendo a uma frase de Maria Lúcia Montes) e que os historiadores que entram em contato com ele levam consigo as experiências culturais conhecidas durante a viagem. Conclui dizendo que não há novidade nesse problema e que tal impasse não é específico de quem estuda vida privada e/ou vida cotidiana, pois, se há um problema epistemológico grave sobre essa questão, acredita ser incorrigível, uma vez que houve mesmo quem levantasse que os historiadores são de forma paradoxal anacrônicos por natureza de ofício e condenados ao cativo de seu próprio tempo, além de limitados pela tendenciosidade das fontes que usam (VAINFAS, 1996b).

Ainda sobre a percepção de um suposto reducionismo em Lefebvre, Martins lamenta que este autor, de mais de setenta obras, sendo a maioria delas sobre a construção e desenvolvimento de uma teoria da sociedade moderna associada a cotidianidade (e ao mesmo tempo não só pela vida cotidiana), tenha sido mencionado pelas reflexões de Vainfas por um texto que não possui total sentido quando desvinculado a uma reflexão teórica de conjunto. Pois, o pequeno livro *A vida cotidiana no Mundo Moderno*, como indica alguns vestígios, teria sido uma possibilidade de constituir o tomo terceiro da sua obra *Crítica da Vida Cotidiana*, estudo fundamental e imprescindível sobre o tema (MARTINS, 2008). No texto de Vainfas em resposta ao comentário de Martins sobre essa questão, o mesmo reconheceu que de fato teve a infelicidade de eleger o menor texto de Lefebvre sobre o tema e detalha: “pelo menos citei, ao contrário de Le Goff ou Duby, mas depois de ler o que José de Souza Martins comentou sobre Lefebvre, melhor seria tê-lo também omitido” (VAINFAS, 1996, p. 107).

Usando citações de Georges Duby para se aproximar de alguma concepção razoável em vida cotidiana, Vainfas (1996a) pontua que a noção neste autor é provavelmente percebida por uma leitura microscópica da história (“a casa, por exemplo”). Essa definição de Duby também aparece em outro período do texto, quando Vainfas pergunta onde se deve encontrar o território

da vida privada, independentemente da sociedade e do período histórico estudado. Em resposta, basicamente identifica que “Duby se preocupa desde logo em evitar que se busque na vida cotidiana, nos usos e costumes do dia-a-dia” (VAINFAS, 1996a, p. 11). Outra questão é que Vainfas tem a impressão que Duby parece associar vida cotidiana e individualismo ao recomendar ser preciso “não se desviar uma vez mais para a vida cotidiana, a casa por exemplo, o quarto, o leito - não cair numa história do individualismo, numa história da intimidade” (VAINFAS, 1996a, p. 11). Martins, considerando as citações e apropriações interpretativas de Duby por Vainfas sobre essa questão, afirma que Duby empobrece enormemente a concepção de vida cotidiana ao reduzi-la a “usos e costumes” e ao confiná-la “à casa e ao quarto” (MARTINS, 2008, p. 83) e “ao supor enfim que o lugar e o modo de vida cotidiana dizem respeito ao rotineiro e ao repetitivo” (MARTINS, 2008, p. 83). Martins identifica que Vainfas, assim como os autores que comenta, limitam a vida cotidiana aos usos e costumes e ao viver no interior da casa (do quarto e do leito). A partir dessa perspectiva, constata que ele considera indissociáveis vida privada e vida cotidiana. De acordo com essa reflexão, se a vida cotidiana se limita aos aspectos da vida social reduzidos à rotina dos usos e costumes, Vainfas estaria pensando em alguma questão muito afastada de vida cotidiana, uma vez que, dentre outras coisas, tal concepção seria constituída de senso comum, visto que se limita à hipótese de se desenrolar nos espaços mais típicos do privado, como a casa, o quarto, especialmente o leito e os lugares de intimidade. Nessa definição, a vida cotidiana não é interpretada como um modo de vida, mas cerceada aos aspectos repetitivos e rotineiros próprios da vida de todo dia, afastada da história e do acontecer histórico, principalmente em razão do confinamento às quatro paredes da habitação. Sob esses termos, poderia ser dito que até mesmo as “sociedades sem história” têm vida cotidiana, uma vez que possuem “usos e costumes” (MARTINS, 2008). Em resposta, Vainfas não concorda que seu primeiro texto tenha se limitado a interpretar a vida cotidiana associada aos usos e costumes e ao viver no interior da casa. Muito menos que a noção de cotidiano que usa seja de senso comum e restrita a um suposto desenrolar nos espaços mais típicos do privado. Diz que, na verdade, sugeriu o entrelaçamento das questões, uma vez que esteve ancorado na historiografia que existe sobre o tema e que reconhece que as soluções da equação desse debate irão depender das premissas teóricas do investigador (VAINFAS, 1996b).

Quanto à “apropriação” de Vainfas de Le Goff sobre vida cotidiana, também faz-se necessário alguns apontamentos. Tanto Le Goff como Duby rejeitavam a coleção sobre

“história da vida cotidiana” publicada pela *Hachette*<sup>24</sup> em 1938. Em artigo crítico em 1980, o primeiro afirmou se tratar de uma obra medíocre, que versava sobre um pequeno resquício de anedotas, com dados dispersos, instantâneos e que, conseqüentemente, não teriam relação com o cotidiano e nem com a história. Em síntese, Vainfas identifica que a rejeição de Le Goff significa menos a operacionalidade da noção de cotidiano de um modo geral, do que uma percepção “particularista e descritiva da vida cotidiana, uma leitura unicamente preocupada em ‘reconstituir’ os usos e mores passados de uma determinada sociedade ‘tal como eram vividos’” (VAINFAS, 1996a, p. 13). Sobre essa questão, parece ter escapado ao texto de Martins uma precisão em torno das reflexões de Le Goff sobre o tema, pois, em sua percepção, a concepção de vida cotidiana de Le Goff estaria quase que exclusivamente referida a “usos e mores”, porém, com a ressalva sobre o destaque para a vivência dos costumes, sugerindo “uma interpretação fenomenológica da vida costumeira e, portanto, do próprio vivido” (MARTINS, 2008, p. 83). Todavia, percebe que “mesmo assim, também aí estamos postos em face de um vivido repetitivo” (MARTINS, 2008, p.83). Em mesmo artigo de 1980, Le Goff fez uma defesa à validade do conceito de cotidiano, porém com a condição em seu dizer de estar “integrado a uma análise dos sistemas históricos”. Como referência para tal conotação, evidenciou a obra *A sociedade feudal*, de Marc Bloch, na qual o capítulo que versa sobre as formas de sentir e de pensar procura relacionar-se com o que ele chamava de “uma análise da sociedade feudal global”<sup>25</sup>. De forma telegráfica, em Le Goff o cotidiano não é meramente descritivo, mas explicativo e globalizante. Acredita-se que essa percepção esteja associada a uma espécie de “reabilitação” do conceito de mentalidade (porém, escrito de outro modo). Conceito já criticado neste contexto cronológico, na França, em outros lugares e em outros momentos (VAINFAS, 1996a). Uma outra caracterização de Le Goff em relação à vida cotidiana deu a impressão em

---

<sup>24</sup> Como destaca Vainfas (1996a), essa coleção tinha como motivação inicial ressuscitar o passado, retirando-lhe “o sabor” que supostamente ainda estaria contido no mesmo. Ressalta que foi inaugurada com o célebre livro de Carcopino sobre Roma no ápice do Império, em uma época de crise e momentos antes da Segunda Guerra Mundial. Ela tinha uma inspiração, uma espécie de nostalgia histórica, uma motivação de viajar no tempo, no intuito de saber como se dormia na Idade Média, como se navegava no tempo de Péricles, quais os tipos dos pratos estavam disponíveis nas refeições dos faraós, dentre outras questões. Outro dado importante é a contextualização da obra, que, como indica Jean-Didier Wolfrom, evoluiu principalmente após 1968, estimulada pela nova história histórica francesa, intitulada *Nova História*. Para além dessa questão, Wolfrom identificou três linhas de investigação e interesse na coleção. A primeira diz respeito à pesquisa de estudos de grandes épocas; a segunda, estudos sobre grupos socioprofissionais ou movimentos sociais através dos séculos e, neste quesito, mais vinculada à história social de Labrousse e/ou Saboul do que com a Nova História; por último, pesquisas de estudos regionais franceses. Vainfas (1996a) aponta que é preciso evitar injustiças com a coleção, pois, além de ter excelentes textos desde a década de 1940, teve um processo de diversificação e abriu vários leques de pesquisas.

<sup>25</sup> De acordo com Vainfas (1996a), algo semelhante fez Fernand Braudel na obra *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, produzida em 1967, em que o primeiro volume versa sobre “estruturas do cotidiano”, interpretadas em relação à vida material, em que códigos alimentares e vestuário são considerados mais determinantes à vida social do que práticas administrativas e instituições políticas.

Vainfas de um certo exagero a respeito de seus sentidos. Trata-se da definição que a associa como cenário privilegiado das lutas sociais e da construção da memória. Essa concepção foi retirada do capítulo de uma coletânea de 1974 organizada com Pierre Nora que, dentre outras coisas, apontou que uma história do cotidiano é capaz de anunciar “o sentimento de duração, nas coletividades e nos indivíduos, o sentimento daquilo que muda, bem como daquilo que permanece” (LE GOFF, 1976, p. 81 apud VAINFAS, 1996a, p. 14).

Ao que se refere à percepção pessoal e às conclusões de Vainfas acerca do conceito de vida cotidiana (ele a entende como *conceito*), o mesmo reconhece ser possível pensá-la enquanto possuída de a-historicidade, assim como interpreta que vários autores já o fizeram. Sobre esse ponto, existe uma imensa discordância de José de Souza Martins, pois, para ele, só autores que não trabalham com a dimensão propriamente histórica dos processos sociais é que se delimitam especificamente ao a-histórico em vida cotidiana. É o que ocorre, por exemplo, com as diferentes correntes da sociologia fenomenológica. É desse universo que se explicam as razões de tais autores não se reconhecerem como pesquisadores da sociologia da vida cotidiana e tampouco como pesquisadores em história da vida cotidiana. Para este grupo, toda a realidade é cotidiana, diz respeito ao vivido, pois é “o ato de construir o sentido dos atos, já que tais atos não derivam seu sentido de uma presumível e dada historicidade. A história é pensada, calculada, finita e transitória, momentânea”, está imersa na subjetividade “insegura e incerta, uma subjetividade constituída e dominada pela mediação do outro sem rosto e sem identidade”. Em síntese, “para estes autores, no limite, o destino e a história perdem sentido na vida cotidiana, pois com ela abre-se o tempo da morte inevitável e certa” (MARTINS, 2008, p. 91). Tendo Henri Lefebvre como referência, Martins defende que a *noção* (em vez de conceito) de cotidiano só tem solidez caso seja levado em consideração as contradições do processo histórico e, fundamentalmente, que se interprete o cotidiano como contraponto e alienação da história, pois o cotidiano não possui sentido separado do processo histórico que o reproduz. Indica ainda que “a concepção de Lefebvre, de que não há reprodução sem uma certa produção de relações sociais, não há cotidiano sem história, é essencial para discutir-se o tema” (MARTINS, 2008, p. 89). Apesar de Vainfas reconhecer a possibilidade de uma suposta a-historicidade no conceito de vida cotidiana, sua escolha também é histórica como a de Martins, porém advém de outros universos teóricos. Vainfas escolhe a opção de cotidiano como vinculada ao tempo, dimensão, ao seu ver, histórica por excelência. Todavia, sua opção interpretativa refere-se ao tempo longo, tempo das estruturas. Como uma de suas referências, cita Braudel, no intuito de pensar a vinculação que o mesmo fez do cotidiano em associação à vida material e às “prisões de longa

duração” condicionadas pelo meio geográfico (VAINFAS, 1996a). Em comentário final de seu texto, referente ao item *Vida privada e vida cotidiana*, Vainfas indica que fará considerações finais sobre a relação destes dois conceitos, relação que sugere estar vinculada à historiografia engajada no tema da história da vida privada. Uma das conclusões é que, no seu entender, vida cotidiana e vida privada não são conceitos intercambiáveis e devem ser, em certo nível, diferenciados. Sobre o cotidiano, define que:

[...] diz respeito ao tempo, sobretudo ao tempo longo, seja no plano da vida material, seja no plano das mentalidades ou da cultura, embora possa ser operacionalizado na dimensão restrita de uma cidade, uma região, um segmento social, um grupo socioprofissional. Mas é conceito mais passível de ligar-se às estruturas e ao social global, como indica aliás boa parte da historiografia que o adota (VAINFAS, 1996a, p. 14).

Já a vida privada é, em sua percepção, um conceito mais associado à domesticidade, à familiaridade ou a espaços restritos, que podem imitar a privacidade parecida com a que se concebeu a família a partir do século XIX. Outra questão que levanta é que não vê argumentos para pensar vida cotidiana e vida privada como necessariamente excludentes, pois a dimensão da familiaridade e/ou da intimidade pode ou deve ser identificada na cotidianidade. Sobre isso diverge Martins (2008), pois, nesse sentido o cotidiano ficaria reduzido ao lugar do perceber o que é ínfimo ou familiar. Ademais, acrescenta que Vainfas usa de forma inapropriada a concepção de cotidianidade, pois não percebe que cotidianidade é a era dominada pelo cotidiano e pela cotidianização da vida, ou seja, se caracteriza “pela fragmentação da consciência, pela manipulabilidade da consciência que não captura sua relação com o que Sartre define como processo de totalização em curso, na totalidade que lhe dá sentido” (MARTINS, 2008, p. 94). E mais<sup>26</sup>: “o íntimo e familiar está invadido pelo público, pela manipulação da percepção: a televisão, o rádio, o telefone, a internet, portanto, pelo adverso, pelo seu oposto” (MARTINS, 2008, p. 91). Por fim, Vainfas identifica como intrigante o fato de vida cotidiana e vida privada apresentarem-se no debate atual como conceitos tão próximos na linguagem de vários historiadores, chegando ao ponto de um conceito fazer lembrar do outro, resultando em momentos de associação e, ao mesmo tempo, de distinção, e até mesmo de oposição. Em perspectiva distinta, Martins indaga sobre quais seriam os momentos cotidianos da vida; e responde:

No público e no privado. Em casa, mas também na rua e no local de trabalho: nos lugares em que o homem está desencontrado em relação a si mesmo. Na casa, sim,

---

<sup>26</sup> Martins afirma sobre esta questão que esta invasão é um dos terrores mais presentes nos sonhos da população da metrópole, e que em pesquisa recente pode observar tal acontecimento. Sobre este tema indica o primeiro capítulo do livro *A sociabilidade do homem simples*. Cf. MARTINS, 2008.



mas na intimidade não. Não nos momentos do desejo e da festa (MARTINS, 2008, p. 91).

Martins interpreta que a vinculação de vida privada e vida cotidiana vem do engano de confundir em um novo objeto, confuso e composto, o que se apresenta como residual na historiografia tradicional: a longa duração, caracterizada por marcar tempos e épocas. Eventualmente o cotidiano é percebido e

[...] tende a ser confundido com o banal, com o indefinido, com o que não tem qualidade própria, que não se define a si mesmo como momento histórico qualitativamente único e diferente. E também com o doméstico e o íntimo, com o rotineiro e sem história. No entanto, os historiadores querem capturá-lo, fazê-lo objeto de história, para isso, no fundo, destituindo-o de sua historicidade (MARTINS, 2008, p. 89).

Outra discordância de Martins refere-se a Vainfas conceber vida cotidiana (e também vida privada) como um conceito. Pois, se trata de conceitos, sua utilização fica a juízo do pesquisador. E nesse sentido, são conceitos que perdem sua dimensão de noção e se apresentam como rótulos, munidos de certo vazio, descontextualizados em relação aos objetos e temas de pesquisa: “perdem, portanto, no texto do historiador sua historicidade, reduzidos à condição de peças ocas de um jogo de palavras”. Esse é um dos efeitos e manifestações práticas da cotidianidade, uma vez que “o próprio conceito de vida cotidiana é destituído de suas tensões históricas e de suas relações vitais para entrar no jogo sem sentido dos rótulos e designações *ad-hoc*, do imediato e do não histórico” (MARTINS, 2008, p. 95). O conceito deixa de dizer o que ele próprio é, passa a ser instrumento do inconceitual, pois sem sentido e sem vida. Ronaldo Vainfas

[...] não discute o vivido, que é o que dá vida ao conceito, sobretudo quando se fala em vida cotidiana. É nas tensões do vivido que tem lugar o encontro/desencontro da vida cotidiana com a vida privada, e da vida cotidiana com a história” (MARTINS, 2008, p. 95).

Há, como indica Martins, dois momentos para demarcar o cotidiano em Lefebvre. Um deles é o cotidiano como contraponto da festa e esta como período do tempo cósmico do processo social. O outro é

[...] o cotidiano como tempo linear privativo do ritmo natural e cósmico: o tempo (e as relações sociais) reduzido à sua linearidade quantitativa, capturado pela lógica da acumulação e da mensuração - o tempo determinado pela mediação do valor de troca das mercadorias e do trabalho mercantilizado (MARTINS, 2008, p. 90).

Esse é o tempo quantitativo da troca, do processo de acumulação e do consumo, em tensão e conflito com o tempo qualitativo do uso. É também “o tempo do homem subjugado pela coisa, tempo em conflito com o tempo do homem que subjuga a coisa. Por isso, o cotidiano

se transfigura na gestação da cotidianidade”, de forma que “a vida cotidiana se torna um modo de viver sem estilo” (MARTINS, 2008, p. 90). Mais ainda:

Na cotidianidade, e não na vida cotidiana, há um alargamento do imaginário em detrimento da imaginação. A vida se torna um modo de vida marcado por uma sociabilidade teatral, pela representação (por fazer presente o ausente), pela fabulação. Mas, se o imaginário submetido e manipulado pelas instâncias de poder se alarga em relação à imaginação, criadora e revolucionária, esta não desaparece. Sobrevive em tensão, como contradição do viver expressa no imediato e, portanto, na própria vida cotidiana. Logo, a vida cotidiana não pode ser pensada como o tempo dos usos e costumes, das invariâncias do tempo longo. Muito ao contrário (MARTINS, 2008, p. 90-91).

Outra questão cara a Martins diz respeito à aplicabilidade das noções “consolidadas” de vida privada e vida cotidiana na sociedade brasileira. Pois, para o mesmo, transplantar essas preocupações para uma sociedade periférica, de origem colonial, cria grandes dificuldades. Em uma reflexão se pergunta: como aplicar em relação à sociedade brasileira do passado, que não era uma sociedade inserida no centro dos acontecimentos históricos, as concepções de vida privada e vida cotidiana, “expressões de mudanças inovadoras no modo de vida, próprias das sociedades europeias dominantes?” (MARTINS, 2008, p. 90-91). A pergunta se justifica nos pressupostos que levaram a pensá-la:

[...] não estou expressando aqui nenhum nacionalismo extemporâneo. Mas, entendo que uma discussão como essa, em grande parte postiça, no mínimo sugere implicitamente uma indagação consistente sobre nossas peculiaridades sociais no período correspondente (MARTINS, 2008, p. 85).

Insiste ser necessário que, no caso do Brasil, se investigue as transformações peculiares e próprias de nossa sociedade que, no âmbito restrito de nossa realidade histórica, possivelmente anunciou e definiu, em diferentes momentos históricos, um novo modo de vida. Ao mesmo tempo, é necessário perguntar sobre os fatores e causas da nossa indiferença histórica “ou, no mínimo, da nossa tardia absorção das inovações sociais gestadas e difundidas a partir das sociedades metropolitanas, como é o caso da vida privada enquanto modo de vida (e o é também a cotidianidade)”. Em um exemplo sobre o que tange a noção de vida privada, Martins cita um costume marcante no Brasil que se difere das práticas europeias: a cultura de negociação para compra de perdão em casos de crime de sangue, considerando que o sangue e os vínculos de sangue eram interpretados como sendo privados, sobretudo como posse da família. De acordo com o mesmo autor, essa sociabilidade permanece até os dias atuais em diferentes regiões do país. Conflitos desse tipo são chamadas de lutas de família e se desenvolvem numa recorrente sequência de vinganças, ou seja, “o justicamento privado se sobrepondo à justiça pública”. De fato, é uma “concepção completamente distinta do privado e do sujeito privado, que é a família e não o indivíduo, muito longe, portanto, das análises que os

historiadores europeus têm desenvolvido a respeito da história da vida privada”. Outro exemplo que o mesmo autor levanta é de sua experiência como morador da Inglaterra, país que considera um típico lugar de vida privada. Diz não ser estranho observar em espaços públicos pequenas placas que apontam a cada momento as diferenças dos espaços públicos e privados: “aviso do homem privado ao homem cotidiano informando que ao passante cotidiano é vedado o território do privado”. Ou seja, “o cotidiano está na rua e não fundamentalmente na casa”. Pontua ainda que a diferenciação entre público e privado está na memória de cada cidadão (MARTINS, 2008, p. 85-92).

[...] em primeiro lugar porque há ali o cidadão, o sujeito que personifica o privado contra as pretensões e voracidades do público e do estado. Em segundo lugar porque para ser personificação do privado, o cidadão deve ser depositário da memória do conflito em que se gestou sua privacidade, memória do conflito orientado para privá-lo dos privilégios do direito costumeiro, origem de sua busca de vida privada (MARTINS, 2008, p. 92).

Martins insiste que não temos as sociabilidades da Europa no Brasil. Pois, em nosso país o cidadão se apresenta como uma ficção do estado. Ao mesmo tempo, é uma ficção do político, pois reiteradamente

[...] conspira para fazer do “cidadão” um cliente de seu populismo e de seu clientelismo, construindo assim um território que é o território em que não se distinguem o público e o privado. Por isso também, fica difícil pensar entre nós uma vida cotidiana (MARTINS, 2008, p. 92).

Nos dois casos, uma metodologia atenta a uma etnografia da consciência ingênua e das características mais sólidas da cultura popular nos evidenciaria uma considerável coleção de valores e costumes totalmente opostos em relação ao privado e ao cotidiano. O território do privado

[...] é entre nós um território capturado pelo público, também a vida cotidiana é mero conjunto de fragmentos do que seria propriamente a vida cotidiana, fluindo invasivamente entre “mundos” não cotidianos, demarcados por estilos cognitivos próprios e não cotidianos, como o sonho, a fantasia, a religião, a crendice, o jogo, o carnaval (MARTINS, 2008, p. 93).

Nossa rotina é realizada de sobressaltos, da alternância do cotidiano e não cotidiano, ao mesmo tempo ao mágico e ao religioso. É um cotidiano não constituído completamente que se evidencia, sobretudo, na realidade vivida pela sugestiva maioria da população. Com base nessas particularidades, Martins se pergunta: “como, então buscar investigativamente o privado e o cotidiano na história da sociedade brasileira, sem dialogar com a sociologia e, sobretudo, sem dialogar com a etnografia das crenças e costumes do povo?” (MARTINS, 2008, p. 93). Em resposta, chama atenção para uma perspectiva que não só é importante para a presente pesquisa, mas sobretudo faz parte de seu desafio na área de história, pois:

[...] uma historiografia limitada a documentos escritos numa sociedade de iletrados encontra-se ela mesma num impasse, impasse que torna ilícita a tentativa de afrancesar a nossa perspectiva histórica, expressão aliás de nossa alienação intelectual e de nossa desmemória. (MARTINS, 2008, p. 93).

Esse parece ser o caso de alguns personagens históricos que estão imersos no objeto da presente pesquisa. Alguns visibilizados pelas fontes usadas, outros não, uma vez que ainda fazem parte de uma espécie de anonimato imaginativo sobre os eventos históricos que se seguiram. Sobre o significado contextual do cotidiano para os perfis pesquisados é importante perceber que “para a burguesia (e sua consciência privada) o cotidiano é irrelevante” (MARTINS, 2008, p. 94). Porém,

[...] para os que se inquietam com os bloqueios e promessas da história, da redenção do homem, da constituição da universalidade do homem, o cotidiano é relevante, pois é fonte desse bloqueio e lugar da busca das possibilidades da história (MARTINS, 2008, p. 94).

Não por acidente, o possível, ou seja, o propriamente histórico, evidencia-se como residual, de forma a não ser capturado pelo repetitivo. Nesse sentido, “a cotidianidade não é e nem pode ser vaga substantivação de um adjetivo da moda, como se põe no texto de Vainfas”. Mas, ela é substantivamente a consciência do lugar das contradições na era do cotidiano. Ela é o momento da história que parece dominado pelo repetitivo e pelo que não tem sentido (MARTINS, 2008, p. 94).

Em outro artigo, Martins mobiliza diferentes correntes<sup>27</sup> sociológicas na investigação da relação entre vida cotidiana e senso comum. Em grande medida, o interesse pelo tema diz respeito a uma interpretação sobre a vida cotidiana que a vê como o refúgio de um desencanto, de um futuro improvável, condicionada por uma história bloqueada pelo capital e pelo poder. Porém, ao mesmo tempo, essa noção se tornou ponto de referência de novas esperanças para a sociedade, uma vez que o “novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano”. Também porque no “pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais”. No debate de áreas eruditas, o senso comum é pormenorizado e associado a banalidades, destituído de verdades, munido de equívocos, distorções, associado ao mundo em que faz parte, o da vida cotidiana. Nessa perspectiva estariam, por exemplo, as obras *As regras do método sociológico* e *Sociologia e Filosofia*, de Émile Durkheim (MARTINS, 2008). A importância da associação da motivação da pesquisa no senso comum em relação à vida cotidiana está em

---

<sup>27</sup> Ver: MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 10 (1), maio de 1998, p. 1-8. Basicamente, na discussão do texto se apresentam correntes da fenomenologia, interacionismo simbólico e dialética. Nos concentraremos na última.

perceber que no refúgio da vida cotidiana o homem pode descobrir a eficácia política (e histórica) de sua solidão. E também reconhecer a importância de que o senso comum não é só instrumento de repetições e dos modos que imobilizam a vida de cada pessoa e de todos. Na orientação sociológica, esse debate remete basicamente ao positivismo, com a “revisão da ideia de que só o fato desprovido de vida é social. Crítica que, aliás, a sociologia fenomenológica de Alfred Schütz já fez de modo eficaz”. Do lado da metodologia dialética, que é a que escolhemos para aplicar na presente pesquisa, interessa repensar “a ideia de que só a conversão consciente ao projeto de revolução pode revolucionar a vida”. Também, a indagação de que um senso comum destituído de sentido condena de forma irremediável o homem comum à submissão do silêncio e à situação de vítima das circunstâncias da história. A vida cotidiana é o mundo que dá sentido aos demais e na condição de referência se encontra subvertida e alterada em outros mundos. Essa é a evidência das discontinuidades que perpassam a vida cotidiana no dia a dia. O método dialético (mas não só ele) pode constatar e interpretar essas discontinuidades. Em Henri Lefebvre, ele aparece como momento de elevação superior da cotidianidade, criadores e privilegiados, se contrastando com os instantes banais da vida cotidiana. Pois, de acordo com Martins, “mesmo na rotina alienadora da fábrica e da produção há momentos de iluminação e criação, de invasão do cotidiano e do senso comum pela realidade e pelo conhecimento que revolucionam o cotidiano”. O vivido em Henri Lefebvre, noção muito importante para o autor, é de onde vêm as contradições que ocupam a cotidianidade de tempos em tempos, fundamentalmente nos momentos de criação (MARTINS, 1998, p. 2 - 5). Outra importância dá-se em relação à reprodução social, pois como

[...] lembrou Lefebvre mais de uma vez, é reprodução ampliada de capital, mas é também reprodução ampliada de contradições sociais: não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações- não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem história. Esses momentos são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo (MARTINS, 1998, p. 6).

E são em tais contradições sociais promovidas pelo fragmento de tempo no processo repetitivo (produzido pelo desenvolvimento capitalista), no tempo da rotina, da repetição e do cotidiano que se evidenciam “o momento de criação e de anúncio da história - o tempo do possível<sup>28</sup>. E que justamente por se manifestar na própria vida cotidiana, parece impossível”

---

<sup>28</sup> Martins indica em uma nota de rodapé que, a seu ver, foi Lefebvre quem propôs de maneira mais densa a questão do debate em torno do *possível*, articulando-o com o tema dos *resíduos*, que basicamente se encontra na discussão do que não pode ser capturado pelos poderes, o que leva a se propor a reclamação de algo novo. Diz ainda que uma inovação essencial em suas pesquisas foi a indicação de que além de dedução e indução, a ciência social deve também trabalhar com a *transdução*, ou seja, a lógica do possível. Ver: MARTINS, 1998, p. 6.

(MARTINS, 1998, p. 6). Esse indício sinaliza ao homem comum, imerso em sua vida cotidiana, que é na prática que ocorrem as circunstâncias da transformação do impossível em possível. Mais ainda, e em outra reflexão<sup>29</sup> sobre esse detalhe:

Heller disse que só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada (MARTINS, 1998, p. 6).

Sob tais características, associadas a necessidades radicais (vinculadas à falta e depois à adesão de sentido na vida cotidiana), que estão submersas as motivações que geraram o acontecimento histórico investigado por esta presente pesquisa e seus respectivos eventos cotidianos.

No prefácio de *Critique Of Everyday Life*, Michel Trebisch<sup>30</sup> esclarece o contexto do surgimento da noção de vida cotidiana. Já na abertura de seu texto, aparece de forma elucidativa as razões pelas quais o livro se apresenta: “*Crítica da Vida Cotidiana* procura ‘redescobrir o marxismo autêntico’, definido como ‘o conhecimento crítico da vida cotidiana’”. Discorre que o planejamento de Lefebvre para a escrita desse livro começou mais cedo do que a obra *La Conscience Mystifiée*. Sua primeira aparição ocorre em meio ao *Cinq essais de philosophie matérialiste*, porém lá é mencionada em estado de construção. Com mais detalhes sobre esse surgimento, levanta que é publicada em 1936, porém organizada em 1933/4 a obra *La Conscience Mystifiée*. Todavia, os temas que foram discutidos nessa obra já aparecem anteriormente na revista *Avant-Poste* de 1933. Essa revista, cujo tema geral era de literatura e crítica, durou apenas três números, porém foi bastante importante. Teve como objetivo central uma análise do fascismo enquanto manifestação ideológica. Naquele período histórico, o tema foi concebido como ousado. Ao mesmo tempo, a concepção de fascismo foi definida menos como uma espécie de metamorfose do capitalismo, e mais como uma mistificação da revolução. Nesse mesmo período, Norbert Guterman e Henri Lefebvre estavam trabalhando muito próximos e com leituras filosóficas políticas. Outro conceito importante que buscavam desenvolver era o de alienação, que saiu em dois textos que só mais à frente foram vistos como uma contribuição. Trata-se de *‘Individu et classe’* e, sobretudo, *La mystification: notes pour*

---

<sup>29</sup> Apesar de citar Agnes Heller em relação a essa reflexão, Martins destaca em nota de rodapé que o tema das *necessidades radicais*, ou seja, as necessidades que criam a *práxis revolucionária ou inovadora*, surge originalmente em estudos de Henri Lefebvre. Ver: MARTINS, 1998, p. 6.

<sup>30</sup> TREBISCH, Michel. Preface. In: LEFEBVRE, Henri. *Critique of Everyday Life – Vol. 1*. London-New York: VERSO, 1991.

*une critique de la vie quotidienne*. Um dos desafios da interpretação da noção de vida cotidiana é a junção desses textos, com a *La Conscience Mystifiée*, pois nessas produções os conceitos de alienação e mistificação aparecerão e terão associação com a vida cotidiana. Lefebvre e Guterman afirmam nessas circunstâncias que pretendiam contribuir para uma “teoria do conhecimento materialista”, analisando com o título de *mistificação* formas do pensamento burguês, na motivação de identificar um tipo geral (uma lei) sobre esse pensamento. Um dos temas extremos da pesquisa, identificada pelos mesmos de mistificação política, relaciona-se à construção do conceito de fascismo. A reflexão básica era: “quando o fascismo chama a si mesmo de revolução, sua irrealidade se distingue como a realidade suprema, e tenta tornar verdadeira uma realidade definitivamente irreal”. A primeira produção evidencia o individualismo enquanto uma mistificação, com a conclusão de que a ideia de consciência individual não possui chance de ser explicada por si mesma, pois não há consciência em si. A reflexão parte do exemplo de que na sociedade burguesa, o indivíduo pensa que sabe quem ele é e entende seu ser sendo seus bens e sua propriedade. No momento que essa ilusão é ceifada, o indivíduo imerge na angústia da “consciência infeliz” ao se dar conta da distância que o separa de seu ser. O sujeito (indivíduo) é separado de seu ser, como o objeto, ao se transformar em uma mercadoria, também é destacado de si mesmo. Mais ainda, as relações entre os homens são disfarçadas por relações entre objetos. No segundo texto, a inspiração veio da teoria marxista do fetichismo, onde a ideia central é do progressivo distanciamento do objeto, uma vez que a alienação não é só econômica, mas se vê também na incompetência que surge em todas as áreas da vida em compreender e pensar o outro. Tal limitação faz com que o pensamento burguês seja incapaz de compreender o mundo como uma totalidade, distanciando-se do real. Continuando essa reflexão, tem-se os valores como invenção de si mesmo, o que torna o distanciamento ainda maior, pois, “é quando uma realidade é devorada pela vida burguesa que ela vira um valor” (TREBISCH, 1991, p. 15).

Nesses raciocínios, a vida burguesa é alienada não só em razão de sua fragmentação, mas também por sua artificialidade. Por conta desta segunda, a mistificação se faz possível. Na obra *La Conscience mystifiée*, Lefebvre e Guterman reelaboram e ampliam a problemática da mistificação, na motivação de definir uma crítica marxista da ideologia burguesa. Em torno desse cenário se perguntam: “como devemos proceder a fim de atingir uma reabilitação necessária da consciência mistificada?”. Em resposta, completam: “ao começar com a descrição do mais prosaico dos homens em sua vida cotidiana”. No geral, o processo de construção do conceito de mistificação interpretado como um procedimento generalizado de disfarce e

inversão da realidade, advinha de uma leitura global da alienação vista como relações falsificadas do homem com o mundo. Em outra parte do prefácio, é chamada a atenção para a importância do capítulo “Notas escritas num domingo no campo francês”, da *Crítica da Vida Cotidiana*, em que Lefebvre pormenoriza com modos emotivos uma pequena Igreja próxima à sua vila nativa (Navarrenx), em que os gestos cristãos são realizados. No encerramento do capítulo, Lefebvre afirma que somente o método marxista pode possibilitar a compreensão dos “segredos”, dentre outras coisas, ligados aos aspectos obscuros do mistério social e da história. Um dos caminhos é viajar em nossas mentes ao retorno das origens de nossa civilização, na intenção de estudar as tradições comunais que persistiram com o passar dos tempos na vida rural. Em suas análises sobre os festivais camponeses, é possível notar sua percepção de que “os festivais contrastavam violentamente com a vida cotidiana, mas não eram separados dela”. Ainda nesse capítulo, define que a vida cotidiana tradicional é baseada de um modo geral não na separação, mas na ausência de diferenciação da ordem cósmica, que, num primeiro momento, une homem e natureza. Nesse sentido, a alienação aparece como um processo histórico de rebaixamento, uma privação da “plenitude humana” antiga, em razão de um movimento dual de separação e abstração. Se, de um lado, ocorre a separação do social e do humano, gerando divisão do trabalho e especialização das esferas da atividade humana, de outro lado, ocorre um aumento da abstração das ações humanas, desprovidas de sua substância vívida em troca de signos e símbolos. Com isso, a alienação direciona-se para um empobrecimento, uma espoliação da vida cotidiana. Ainda no prefácio, Trebisch afirma que, para Lefebvre, o cotidiano não é resumido à inautenticidade da *Alltäglichkeit*, como é recorrente em Heidegger e Lukács. Também não é somente um “*residuum*”, porém seu aspecto residual destaca um ou inúmeros estratos de sentidos mais profundos, ou seja, tanto uma paródia da plenitude perdida como os anteriores vestígios remanescentes dessa plenitude (TREBISCH, 1991, p. XV-XX). Em seu último comentário, Trebisch lembra que

Mesmo que a distinção de Lefebvre entre ‘vida cotidiana’ e ‘o cotidiano’ só apareça mais tarde, e nunca completamente desenvolvida, sua crítica da vida cotidiana é uma dupla leitura, ao mesmo tempo uma rejeição do inautêntico e do alienado, e um desenterro do humano que ainda está enterrado lá dentro (TREBISCH, 1991, p. XX).

Sobre essa questão, é importante que fique exposto que há um tipo de leitura do cotidiano em Lefebvre que basicamente corresponde uma espécie de arqueologia que, dentre outras coisas, é o que caracteriza os objetivos sociológicos de sua análise. Em uma máxima, diz Lefebvre: “o homem deve ser cotidiano, ou ele não será nada”. Com essa breve frase, o autor deixa evidente que desde sua reflexão sobre cotidiano, a vida cotidiana tem possibilidade de



levar à “revolução da vida cotidiana”. E, mais ainda, o “‘homem cotidiano’ é o homem da práxis, e somente a práxis vai possibilitar que se liberte da alienação e que alcance a totalidade concreta do ‘homem total’, ao mesmo tempo sujeito e objeto do seu devir” (TREBISCH, 1991, p. XIX).

No segundo tópico da sua introdução, intitulado *O conhecimento da vida cotidiana*, Lefebvre faz uma descrição e dá alguns exemplos que fazem parte de sua metodologia e reflexão sobre a vida cotidiana. Um dos exemplos é um passeio em um campo francês, onde o impasse está em não conseguir decifrar com nossos próprios olhos as paisagens humanas que aparecem à nossa frente. Levanta que é recorrente a todos nós um olhar como “estetas estéreis” que, ao mesmo tempo, confunde fatos naturais com fatos humanos. É assim que interpreta que também olhamos o produto da ação humana, como as centenas de séculos de trabalho que foram feitos nas terras. São vistas como se fossem o céu ou o mar, “onde a rota da passagem humana rapidamente desvanece”. Enfatiza ainda que não sabemos ver essa realidade, grandemente próxima e abundante, formada pelas formas que o trabalho criativo produziu. Em caminho pelo campo francês, basicamente para fazer alguma coisa, nós olhamos, porém não conseguimos ver, tais como moradores da cidade (cada vez mais distantes desse exemplo) e intelectuais. Somos todos tomados por um compromisso misto entre espetáculo estético e conhecimento. Outro exemplo diz respeito a um voo de um pássaro quando nos chama atenção, ou o barulho de uma vaca, ou uma criança cantando e criando ovelhas: achamos que sobre esses fenômenos somos perspicazes e concretos. Porém, não somos capazes de apreender os fatos humanos. Erramos em vê-los nos seus verdadeiros lugares onde estão presentes, em seus objetos simples e familiares, como a forma dos campos e dos arados. Lefebvre diz que “nossa busca pelo humano leva-nos muito longe, às ‘profundezas’. Nós buscamos nas nuvens ou nos mistérios, ao passo que ele está esperando por nós, rodeando-nos por todos os lados”. Sobre essa questão, discorre que não iremos encontrá-lo (o humano) nos mitos, mesmo que os fatos humanos carreguem em si uma grande presença de lendas, contos, canções, poemas e danças. O objetivo, a seu ver, é fazer com que abramos os olhos, abandonando o mundo sombrio da metafísica e as falsas profundezas da “vida interior”. Pois, assim, iremos descobrir a grande riqueza humana que os mais simples fatos da vida cotidiana possuem (LEFEBVRE, 1991, p. 131). Considerando a busca das características da vida cotidiana, o mesmo pensa numa reflexão sobre o familiar:

O familiar não é necessariamente o conhecido, disse Hegel. Pois vamos mais longe ao dizer que são nas coisas mais familiares que o desconhecido - não o misterioso - se encontra da forma mais rica, e que esse rico conteúdo da vida está ainda além de nossa

consciência vazia, obscura, habitada por impostores, saturada pelas formas da Razão Pura, com mitos e sua poesia ilusória (LEFEBVRE, 1991, p.131- tradução nossa).

Também pondera que nos tornamos muito sensíveis a mitos, o que desemboca em ingenuidade. Não acreditamos mais em mistérios, porém fazemos de conta que acreditamos neles, “[...] e não há nada tão cansativo como a falsa ingenuidade, a falsa estupidez de certos poetas que em outros sentidos têm todas as táticas, os truques da troca, as sutilezas técnicas da literatura nas pontas dos dedos”. Todavia, não somos sensíveis ao ponto de irmos além da razão abstrata, formal, metafísica, presente em nossas vidas e consciências. Em consequência, somos condicionados a um estado de transição incerta entre a velha e a nova razão. Para além dessa questão, nossa consciência é ainda apenas uma consciência privada, isto é, “individual e isolada, que se torna universal apenas em sua forma e pensamento abstratos - privados do contato real com o real e com qualquer consciência do seu caráter prático e cotidiano”. A percepção sobre a vida cotidiana parece recorrentemente ser pautada em seus aspectos familiares, triviais e inautênticos (LEFEBVRE, 1991, p. 131-132- tradução nossa).

Em outra passagem, Lefebvre (1991) se interroga: quem poderia ter pensado a um século atrás que as primeiras palavras de uma criança ou o rubor de um adolescente ou as formas de uma casa poderiam se tornar objetos de estudos científicos sérios? E, em resposta, evidencia que, desde que existe, a ciência do homem encontra seu material no trivial, no cotidiano e é ela mesma que iluminou o caminho de nossa consciência. O mesmo autor destaca que em todos os momentos e circunstâncias, nossas consciências são condicionadas a acreditar em sua própria autossuficiência, autoconsciência e sua habilidade de portar a si mesma e seus objetos. Porém, o verdadeiro conhecimento a orienta para algumas complicadas lições sobre modéstia. E, para o futuro, tais lições se farão urgentes, uma vez que nossa consciência eventualmente tem seus próprios modos de interpretar os resultados que o conhecimento produz. Nossa consciência tem reiteradamente a necessidade de crer que a ciência deve tratar de questões sublimes, misteriosas, no entanto, é mais simplesmente uma questão de atenção para com as primeiras palavras de uma criança ou o formato de um campo ou, para quem é da área da física, a cor azul do céu ou o impacto comum de dois corpos entre si.

Há uma ambiguidade específica que Lefebvre crê ser importante ser extinta para se analisar a vida cotidiana. Ela está relacionada a historiadores “da velha escola” que faziam questão de descrever, de forma minuciosa e detalhada, banalidades da vida cotidiana de um certo período, como doenças da realeza, assuntos amorosos, relacionados à vida do castelo medieval ou dos lugares do convívio camponês no século XVII. Tais exemplos, insiste

Lefebvre, “não têm qualquer tipo de relação com a ideia que pretendemos desenvolver de um conhecimento da vida cotidiana”, na verdade, “eles apenas aparentam ter; e são meramente uma máscara para interpretações extravagantes da história” (LEFEBVRE, 1991, p. 132 - tradução nossa). Reitera que não é estranho que se desloque de uma descrição “realista” do camponês no trabalho, ou do macacão de um trabalhador sujo de óleo em favor de uma teoria fantasiosa sobre a vida camponesa ou o destino da classe trabalhadora, pois:

[...] tal passe de mágica é a coisa mais fácil no mundo; é como muitos trabalhos filosóficos e políticos impostores, substituindo o concreto (o aparentemente concreto, e conseqüentemente falso, enganoso e mentiroso) por uma abstração (conseqüentemente uma abstração sem sentido), e baseando-se somente em frases graciosas, porém desconexas e estagnantes (LEFEBVRE, 1991, p. 132-133 - tradução nossa).

Entretanto, os detalhes guardam sua impressionante realidade, como na descrição feita por Lefebvre (1991, p. 133 - tradução nossa): “o carrinho de mão ainda range e é pesado, a vida do camponês ainda é dura e a do trabalhador ainda é maçante e triste. As coisas não foram transfiguradas, e nós não fomos transportados pelo júbilo místico”. Nossa consciência sobre todas essas coisas se faz transformada e perde sua trivialidade, banalidade, uma vez que em cada coisa vemos algo de novo, alguma coisa a mais que existe em objetos cotidianos, diferente de um revestimento abstrato, algo envolvido dentro do que outrora fomos incapazes de ver.

Outro destaque de Lefebvre diz respeito à reflexão de que mesmo com a dureza da vida camponesa, a miséria das fazendas, a tristeza dos bairros proletários e sua evidente condição intolerável, tal intolerância parece ocorrer ainda mais aguda quando nos tornamos conscientes do caráter magnífico e grandioso das obras realizadas com a produção do trabalho de quem participou desses acontecimentos. Em outros termos: “nossa consciência dessa contradição torna-se mais aguda, e encontramos-nos necessariamente com um novo imperativo: a transformação prática, efetiva das coisas como elas são”. O mesmo autor crê que em razão de estar guiado frequentemente de forma inconsciente por determinadas perspectivas, o historiador moderno “abandonou aquelas esferas elevadas nas quais reis, generais e príncipes da Igreja costumavam desfilar em seus imponentes trajes, proferindo nada mais que proposições históricas”. Pois agora, o historiador nos auxilia a entrar na realidade histórica ao nos destacar, em exemplo, como os antigos reis franceses transformaram-se em grandes donos de terras feudais e estabeleceram “as fundações sólidas nas quais sua ‘grande política’ [*grand policy*] foi construída pela compra de feudos e pela crescente posse de terra”. Insiste ainda que os “fatos inglórios foram na verdade os mais importantes, e para nós historiadores eles são mais reveladores que os eventos sensacionais”. Nesse sentido, a passagem de fatos “significantes”

para a soma total de eventos cotidianos refere-se exatamente à alternância da aparência para a realidade. Tal operação “é tão importante para a ciência como a mudança de elementos individuais para a totalidade” (LEFEBVRE, 1991, p. 133-134 - tradução nossa). Aponta ainda que

[...] somente a certeza de que estamos movendo das glamurosas aparências para a essência nos salva das perspectivas ilusórias com as quais indivíduos e grupos têm visto a si mesmos ao longo de sua história, permitindo-nos ver o início de uma ciência, mais do que o de um ensaio de escritores de disfarces antiquados (LEFEBVRE, 1991, p. 134 - tradução nossa).

Ainda sob essas reflexões, Lefebvre acredita que as grandes cenas do palco da história nunca foram “representações” no que diz respeito ao sentido psicológico e filosófico da palavra, diferente da “ingenuidade” de alguns. Elas não ocorreram com o trabalho de ingênuos, em eventuais atuações expressadas de forma completamente sincera e com o engajamento em dizer a verdade. “Elas foram mais ‘performances’ teatrais (e não esqueçamos a profunda ligação que sempre existiu entre teatro, ação e a própria vida)”. Eventos históricos entendidos como cenas sempre foram arranjados com a perspicácia e destreza por homens que objetivaram resultados específicos. Em cada palavra e gesto constituiu-se um ato, e atos devem ser interpretados de acordo com seu propósito, seu resultado e não simplesmente nas circunstâncias da pessoa que fala e age, como se fosse possível a tal pessoa “externalizar” sua realidade e sinceridade. Mais exatamente, “palavras e gestos expressam uma *ação*, e não simplesmente uma ‘realidade interior’ já pronta”. Em situações que o homem fala, movimenta-se em sua linha de ação um campo de força de possibilidades. Observando uma criança é possível perceber que qualquer coisa que ela diz é voltada para influenciar seu interlocutor, para obter um resultado específico do mesmo, o que deve ser entendido em seus próprios termos, no instante do tempo e da intenção. “É a grande essência da infância: um ser fraco buscando obter resultados de seres mais fortes que ele vê como um ser terrível, grandioso, poderoso... e ridículo” (LEFEBVRE, 1991, p. 134 - tradução nossa).

Lefebvre evidencia que “uma consciência mais aguçada da vida cotidiana substituirá os mitos do ‘pensamento’ e da ‘sinceridade’ - e as ‘mentiras’ deliberadas, provadas - com a ideia mais rica, mais complexa, de *pensamento-ação*”. Ao mesmo tempo, na hipótese que palavras e gestos produzem resultados diretos, os mesmos não devem ser aproveitados por uma “consciência interior” pura, mas por uma consciência em movimento, ativa e condicionada a metas específicas. “Seja de forma espontânea ou deliberada, nós sempre obtemos resultados ao sintetizar rapidamente a situação e a pessoa que desejamos influenciar”. As estratégias que

usamos sempre têm uma “parcela de teatro-ação e mestria, persuasão, sedução, aparato retórico, intimidação, histrionia”. Não se trata de uma questão de características preestabelecidas das pessoas sinceras, quer seja, de um lado, sinceridade, do outro, dissimulação (LEFEBVRE, 1991, p. 134-135 - tradução nossa).

[...] na vida cotidiana ou no brilho das ribaltas do teatro, os seres humanos sempre se comportam como *mistificadores* (*mystifiers*), que ‘desempenham um papel’ precisamente ao acentuar sua própria importância. Às vezes a atuação é rude, às vezes extremamente sutil; e além disso o ator compromete-se, compromissa-se; é uma questão séria. As partes devem encenar até o fim; não são papéis puros, os quais um ator pode abrir mão quando se cansa ou quando percebe que está encenando de forma ruim (LEFEBVRE, 1991, p. 136 - tradução nossa).

As partes ampliam a realidade e são igualmente reais. A encenação explora o que é possível, no abstrato, a encenação-ação não exclui a sinceridade, pelo contrário, ele a usa, ao mesmo tempo que adiciona algo extra, algo real, como por exemplo, o saber de uma situação, uma ação, um resultado a ser obtido. É partir dessas características que a vida cotidiana se assemelha ao teatro. E este mesmo teatro é capaz de resumir, condensar e até “representar” a vida para espectadores reais.

No que tange a análise da vida cotidiana, se o historiador erra ao examinar a história, o mesmo está ingenuamente sob uma armadilha condicionada por simplistas. Como descreve Lefebvre, “lá está ele entre os espectadores, boquiaberto, um intelectual de ordem menor demasiadamente apavorado para abordar - no papel, diga-se - o grande homem de seu mundo”. As “cenas foram ao palco (com sinceridade mais que suficiente) com glória e prestígio em vista; o historiador ingênuo é incluído, tal como seus contemporâneos”. Ele não possui nenhuma consciência, ironia e habilidade. Ele “é erudito ao infinitésimo nível, e mesmo assim não tem substância, peso, consciência humana. Está contente em despejar os mesmos velhos cenários históricos evento por evento”. Ademais, “o antídoto à sua frente; ele está quase pronto para começar a acreditar na natureza divina dos reis”. Ao mesmo tempo que se dirige com cuidado para não negar a relevância de figuras de liderança, o estudo histórico mais aprofundado leva em conta o todo, como “espectadores, situações, as telas de pintura da imensa *commedia dell'arte*”. Ao perceber que foram enganados, o historiador e o explorador da realidade humana associam conscientemente a história e o conhecimento da espécie humana com a vida, sobretudo a vida cotidiana, tanto no passado como no presente, deixando de lado suas ingenuidades. Esses mesmos historiadores denunciam as aparências, aquelas das quais se aproveitam da realidade de forma que autorizem o “‘grande homem desse mundo’ a nutrir sabiamente seu prestígio e a apresentar sua própria realidade para sua própria vantagem e assim

perpetuar essa realidade”. Nesse sentido, há uma grande convicção de que, em um certo sentido, instituições prodigiosas e ideias grandiosas se passam por fachada e vestuários teatrais (LEFEBVRE, 1991, p. 135-136 - tradução nossa). Em uma descrição de síntese:

Nas quase estagnadas águas da vida cotidiana existiram miragens, ondulações fosforescentes. Essas ilusões não ficaram sem resultados, haja vista que atingir resultados era sua maior *raison d'être*. E contudo, onde se encontra sua realidade genuína? Onde as mudanças genuínas tomam lugar? Nas profundezas triviais da vida cotidiana! História, psicologia e a ciência do homem devem tornar-se um estudo da vida cotidiana (LEFEBVRE, 1991, p. 136 - tradução nossa).

Como conclusão, é preciso destacar que a intenção básica deste tópico foi trabalhar diferentes concepções da noção de vida cotidiana. Porém, sobretudo, escolher uma interpretação dessa noção, no intuito de vinculá-la a uma leitura sobre a história urbana do presente objeto. Nessa estratégia, usamos dois textos de Ronaldo Vainfas que basicamente estão vinculados à chamada Nova História (associada à Escola dos *Annales*), dois textos de José de Souza Martins, que estão vinculados à sua sociologia da vida cotidiana (referenciada em grande medida por Henri Lefebvre e seu método dialético) e parte de uma tradução livre da obra *Critique of Everyday Life*, de Henri Lefebvre.<sup>31</sup>

Em um primeiro momento, a motivação se deu em confrontar as diferentes interpretações de Ronaldo Vainfas e José de Souza Martins sobre a noção de vida cotidiana. A primeira grande discordância dos dois autores diz respeito à aplicabilidade do conceito de vida cotidiana em diferentes tempos históricos. Para Martins, vida cotidiana, na condição de objeto científico, é tema da atualidade, da consciência social contemporânea e o é pois se tornou um problema para sociedade. É crítico a historiadores que no processo de garimpagem de vida cotidiana tentam buscar suas pré-presenças na história, destacando exemplos dessa noção em um passado remoto, porém com a dívida da explicação sobre a legitimidade desse conceito em relação a tempos históricos em que eles ainda não eram um dado da consciência social, e muito menos eram concebidos como um conceito. Para além disso, crê que a aplicabilidade dessa noção deva ser condicionada ao homem comum, e não necessariamente numa pesquisa livresca em bibliotecas. Quanto a Vainfas, apesar de reconhecer que somos filhos de nossos próprios tempos (supostamente com a preocupação em não analisar o tempo anacronicamente), diz no seu segundo texto que é inevitável ao historiador ser anacrônico. A discordância entre os dois autores parece-nos em grande medida vinculada a pressupostos teóricos e metodológicos distintos de análise sobre o tema. Vainfas está vinculado à Nova História e, nessa corrente, o

---

<sup>31</sup> Obra referenciada no início do presente tópico.

conceito de vida cotidiana é facilmente vinculado a perspectivas de longa duração, ou seja, tendo aplicabilidade em diferentes tempos históricos e longos. Para Martins, que em boa medida está vinculado ao método dialético de Lefebvre e preocupado com as especificidades culturais do Brasil, tal noção não pode ser aplicada em qualquer tempo histórico, senão na atualidade e, sobretudo, vinculada ao homem comum.

Outra discordância dos dois autores se dá em algumas definições sobre vida cotidiana, como por exemplo o uso que Vainfas faz de Georges Duby quando define vida cotidiana associada a uma leitura microscópica da história (associada à casa, por exemplo), aos usos e costumes do dia a dia, ao quarto e ao leito. Sobre essa questão, Martins interpreta que Vainfas, assim como os autores que articula, limitam-se a definir a vida cotidiana aos usos e costumes e ao viver no interior da casa. Nesse sentido, crê ser equivocada a análise, pois tal concepção se limitaria à hipótese de se desenrolar nos espaços mais típicos do privado, como a casa, o quarto, o leito e os lugares de intimidade. Nesses termos, vida cotidiana não é interpretada como um modo de vida, mas reduzida a aspectos repetitivos e rotineiros próprios da vida de todo dia, afastada da história e do acontecer histórico. Nesse sentido, evidencia que poderíamos conceber que até mesmo as “sociedades sem história” têm vida cotidiana, uma vez que possuem “usos e costumes”.

Ademais, encontramos uma discordância marcante entre os dois autores no que diz respeito à suposta possibilidade de se pensar a vida cotidiana como uma noção a-histórica. Em certa parte de seu texto, Vainfas sugere tal possibilidade, uma vez que existem alguns autores que trabalham nessa linha. Porém, para Martins, só autores que não trabalham com a dimensão propriamente histórica dos processos sociais é que se delimitam especificamente ao a-histórico em vida cotidiana. Obtendo Henri Lefebvre como referência, Martins defende que a noção (e não conceito) de cotidiano só tem solidez caso sejam levadas em consideração as contradições do processo histórico e, fundamentalmente, que se interprete o cotidiano como contraponto e alienação da história. Para além dessa questão, em sua percepção, o cotidiano não possui sentido separado do processo histórico que o reproduz. Baseia-se na concepção de Lefebvre de que não há reprodução sem uma certa produção de relações sociais, não há cotidiano sem história. Todavia, apesar de Vainfas supor a possibilidade de uma concepção a-histórica em vida cotidiana, o mesmo tem pessoalmente a concepção de que tal noção seja histórica e ligada ao tempo, porém ao tempo longo, tempo das estruturas. Uma de suas referências nesse sentido é o historiador Fernand Braudel que, dentre outras coisas, associa o cotidiano à vida material e às “prisões da longa duração”, condicionadas pelos meios geográficos.

Outra discordância ocorre na intenção de Vainfas em levantar a hipótese de que não há argumentos para pensar vida cotidiana e vida privada como necessariamente excludentes, pois a dimensão da familiaridade e/ou da intimidade pode ou deve ser identificada na cotidianidade. De forma diferente, Martins não crê que o cotidiano seja reduzido ao lugar do perceber o que é íntimo ou familiar, mas sim que cotidianidade seja a era dominada pelo cotidiano e pela *cotidianização* da vida, isto é, caracterizando-se pela fragmentação da consciência, pela manipulabilidade da consciência que não captura sua relação com o que Sartre define como “processo de totalização em curso”, na totalidade que lhe dá sentido. Mais ainda, na percepção de Martins, o íntimo e familiar está invadido pelo público, pela manipulação da percepção: a televisão, o rádio, o telefone, a internet; portanto, pelo adverso, pelo seu oposto. Para Martins, o cotidiano se dá no público e no privado, em casa, ao mesmo tempo na rua e no local de trabalho: nos lugares em que o homem está desencontrado em relação a si mesmo. Na casa, sim, mas não na intimidade e nos momentos do desejo e da festa.

Finalmente, colocamos a discordância referente ao fato de Vainfas conceber a vida cotidiana como conceito, ao passo que Martins, não. O último crê que, caso esta noção seja tratada como conceito, só terá significado como rótulos vazios, descontextualizados em relação aos objetos e aos temas de pesquisa. Perdem sua historicidade e viram um jogo de palavras no texto do historiador. Martins destaca que essa prática é, ela mesma, uma manifestação da cotidianidade, uma vez que o próprio “conceito” de vida cotidiana é desprovido de suas tensões históricas e de suas relações vitais, para, ao contrário, entrar numa concepção sem sentido, ligada ao imediato e ao não histórico. O conceito passa a dizer sobre o inconceitual, pois não tem sentido, nem vida. Martins interpreta que Vainfas não discute o vivido, que é o que dá vida ao conceito, principalmente em relação ao tema da vida cotidiana. Pois, são nas tensões do vivido que têm lugar o encontro/desencontro da vida cotidiana com a vida privada e da vida cotidiana com a história.

São essas as razões pelas quais a presente pesquisa escolheu a perspectiva de Martins e Henri Lefebvre. Neste objeto de pesquisa, interessa, seja no ambiente público, privado ou em alguma situação de trabalho da qual os ocupantes estejam envolvidos, discutir as vivências de suas vidas cotidianas, identificando, desse modo, as inúmeras tensões históricas que entram em jogo a todo momento em seus cotidianos. Outra questão específica de Martins que é assumida por esta pesquisa é sua preocupação em aplicar uma noção de vida cotidiana a uma demanda contextualizada com nossas peculiaridades. Pois, um simples transplante das noções discutidas por Vainfas em uma sociedade periférica, de origem colonial, não seria uma atitude razoável.



Martins enfatiza que nossa rotina é realizada de sobressaltos, da alternância do cotidiano e não cotidiano, ao mesmo tempo ao mágico e ao religioso. É um cotidiano não constituído completamente que se evidencia, sobretudo, na realidade vivida pela sugestiva maioria da população. Nesse sentido, há de se ficar atento ao diálogo com a sociologia e, sobretudo, no diálogo com a etnografia das crenças e costumes do povo. Mais ainda, em valorizar vestígios não escritos para a pesquisa, pois inúmeros eventos históricos da vida cotidiana na ocupação não foram escritos e estão presentes somente nas memórias de seus participantes. Como destaca Martins, para a burguesia (e sua consciência privada), o cotidiano é irrelevante. Porém, para os que se incomodam com os bloqueios e promessas da história, da redenção do homem, da constituição da universalidade do homem, o cotidiano é relevante, pois é fonte desse bloqueio e lugar da busca das possibilidades da história. Os variados imigrantes que chegaram em Goiânia em 1979, ou que já estavam pela cidade com problemas com o aluguel, fazem parte dos indivíduos que se incomodam e veem em sua vida cotidiana uma possibilidade diferente e nova de construir uma outra história. Como discutido por Martins, o novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É no pequeno mundo de todos os dias que está também o tempo e o lugar da eficácia das motivações individuais, do que dá força à sociedade civil, como um dos maiores personagens desta dissertação: os movimentos sociais. É na metodologia dialética que escolhemos que interessa repensar “a ideia de que só a conversão consciente ao projeto de revolução pode revolucionar a vida”. Também, a indagação de que um senso comum destituído de sentido condena de forma irremediável o homem comum à submissão do silêncio e à situação de vítima das circunstâncias da história.

Por fim, a tradução livre da obra de Lefebvre será de grande importância para que algumas de suas reflexões sejam aplicadas ao nosso objeto. Na obra *La Conscience mystifiée*, Lefebvre e Guterman reelaboram e ampliam a problemática da mistificação, na motivação de definir uma crítica marxista da ideologia burguesa. Em torno desse cenário, perguntam: “como devemos proceder a fim de atingir uma reabilitação necessária da consciência mistificada?”; em resposta, completam: “ao começar com a descrição do mais prosaico dos homens em sua vida cotidiana”. Para Lefebvre, como vimos, o homem deve ser cotidiano, ou ele não será nada, como também a vida cotidiana tem possibilidade de levar à “revolução da vida cotidiana”. E, mais ainda, o “homem cotidiano” é o homem da práxis, e somente a práxis vai possibilitar que se liberte da alienação e que alcance a totalidade concreta do “homem total”, ao mesmo tempo sujeito e objeto do seu devir. Enfim, somente a partir da certeza de que estamos saindo das aparências para a essência é que iremos nos salvar das perspectivas ilusórias com as quais

indivíduos e grupos têm visto a si mesmos ao longo de sua história, permitindo-nos vislumbrar o início de uma ciência, mais do que o de um ensaio de escritores de disfarces antiquados. Daremos relevância ao que parece não ter relevância na vida cotidiana dos personagens deste texto, dando atenção às peculiaridades do engajamento de cada indivíduo e de seu coletivo, no intuito de perceber suas construções e inovações históricas contidas em suas emancipações enquanto sujeitos históricos. As articulações e a aplicação de reflexões discutidas neste tópico ocorrerão no decorrer da dissertação. Tal empreitada se dará na interpretação de uma história urbana de suas vidas cotidianas.

### **1.3. Por uma breve história das invisibilidades das autoconstruções em ocupações urbanas em Goiânia (1933-1979)**

*Eu sou o marginal Botafogo. Eu boto fogo na marginal.  
Eu queimo à margem.  
Eu vivo o fogo.  
Marginal.  
Oscar Fortunato*

O presente tópico busca evidenciar alguns exemplos de autoconstruções<sup>32</sup> produzidas em ocupações urbanas que estão contidas na historiografia sobre a cidade de Goiânia. Para além disso, tem a motivação de buscar narrativas residuais que possam fazer parte da aproximação com o objeto desta dissertação. Ou seja, o pressuposto é identificar eventos históricos similares ao nosso objeto de pesquisa, da década de 1930 até o final da década de 1970.

Existe uma historiografia sobre a cidade de Goiânia que se interessa pela construção histórica de seu espaço urbano<sup>33</sup>. Porém, ao percorrê-la, é notável o fato de que os espaços

---

<sup>32</sup> Nosso interesse de pesquisa se refere às autoconstruções ocorridas em ocupações urbanas no contexto da especificidade de serem compreendidas como moradia precária, assim como discutido no tópico 1 do primeiro capítulo. É importante tal destaque, pois, como vimos no tópico 1, ocupações urbanas podem ocorrer com grupos sociais de renda elevada e em espaços supervalorizados. Nesse sentido, temos como exemplo o Setor Sul em Goiânia, onde se encontram alguns casos nesse sentido.

<sup>33</sup> Não se pretende neste tópico abordar as historiografias sobre as construções urbanas iniciais da cidade de Goiânia, seu planejamento urbano formal e tampouco as pesquisas sobre o processo de transferência da capital. Existem alguns trabalhos que acreditamos ser fundamentais para esse período inicial, como *A construção de Goiânia e a transferência da capital*, de Nasr N. Fayad Chaul (1988), a dissertação de mestrado *Cidades e Identidades de fronteira (Um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de fronteira)* e a tese de doutorado *Projeções urbanas, um estudo sobre as formas de representação do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília*, de Cristiano Alencar Arrais (2003; 2008). Também a dissertação de mestrado *Imagens e mudança cultural em Goiânia*, de Eliézer Cardoso de Oliveira (1999), a dissertação de mestrado *Um ornitorrinco no cerrado: bairros populares e outros pioneiros na formação da expansão urbana de Goiânia*, de

urbanos marginais ao planejamento urbano inicial da cidade são eventualmente invisibilizados, salvo raras exceções. Muitos dos trabalhos já produzidos estão vinculados a uma história do planejamento urbano formal da cidade. Em grande medida, associados aos projetos arquitetônico-urbanísticos iniciais da mesma, elaborados primeiramente por Atilio Correia de Lima e por Armando de Godoy. São frágeis os momentos que aparecem os espaços urbanos marginais, sobretudo, ao que se refere às autoconstruções produzidas nas ocupações urbanas, que, em boa medida, contrastam com o planejamento urbano inicial (contidos no contexto da marcha para oeste e no processo de transferência da capital na década de trinta do século XX). É também recorrente na historiografia sobre Goiânia uma certa tendência metodológica à construção de narrativas que não evidenciam pessoas comuns<sup>34</sup> e não postas em acontecimentos históricos “maiores”. Sobre essa questão, poderíamos dar o exemplo da ausência de abordagens sobre a vida cotidiana<sup>35</sup> e/ou micro-história. Não estranhamente, os trabalhos sobre Goiânia são pensados em uma perspectiva homogênea, como se seu nome representasse a unidade de seu tecido urbano, deixando incluídos perversamente, já de início, espaços e pessoas pouco, ou quase nada, comentados na historiografia sobre o tema. Tudo em favor de uma memória histórica insistente e reiterada sobre as “versões petrificadas” a respeito da cidade. Uma espécie

---

Fernando Vianna Costa (2016), a dissertação de mestrado *A construção do espaço urbano de Goiânia (1933-1968)*, de Alexandre Ribeiro Gonçalves (2002), o livro *A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*, de Lúcia Maria Moraes (2003), o livro *Como nasceu Goiânia*, de Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro (1938), a dissertação de mestrado *Goiânia de Atilio Corrêa Lima (1932-1935) Ideal estético e realidade política*, de Anamaria Diniz (2007), a tese de doutorado *Goiânia, uma metrópole em travessia*, de Eguimar Felício Chaveiro (2001), a tese de doutorado *Goiânia metrópole: sonho, vigília e despertar (1933-1973)*, de Wilton de Araujo Medeiros (2010) e a dissertação de mestrado *História dos planos diretores de Goiânia (1933-1995)*, de Edna Aparecida Santana Moura (2003).

<sup>34</sup> Nessa perspectiva, ver a dissertação de mestrado *Memória e cidade: lembranças do bairro da vila nova-1930 ao presente*, de Sílvia Clímaco Mattos (2008) e a dissertação de mestrado de Fernando Vianna Costa (2008). Em termos audiovisuais, há o documentário *Renova a Esperança*. O documentário é uma iniciativa da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (Facomb/UFG) em parceria com a Escuela de Cine e Artes Audiovisuales de La Paz, Bolívia. Dirigido por Boris Alcarón, Tatiana Scartezini e Kamyla Maia, o filme trata sobre os 30 anos de ocupação do Jardim Nova Esperança, em Goiânia (Cf. *RENOVA a Esperança*. Direção de Boris Alcarón, Tatiana Scartezini e Kamyla Maia. Brasil. 2010. (15 min.). Disponível em: <https://curtadoc.tv/curta/cultura-popular/renova-a-esperanca/>. Acesso em 30 de setembro de 2018). Há também o documentário temático sobre o Jardim Nova Esperança (bem como um geral sobre a história da construção de Goiânia e sobre outros bairros) da série *Nossa história daria um filme*. A série é resultado de um Projeto do Laboratório de Produções Audiovisuais e Televisivas Integradas (TELELAB), do Curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da UFG, que, em 2012, foi aprovada no edital Proext, do Ministério da Educação, cuja execução foi realizada em co-produção com a Fundação RTVE e TV UFG (Cf. Jardim Guanabara. In: *NOSSA história daria um filme*. Direção de Fernando Viana e Michael Valim. 2013. (49 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iOLrb5rXHEI>. Acesso em: 15 de setembro de 2018).

<sup>35</sup> Usando a metodologia do cotidiano e abordando a história dos primeiros trabalhadores que construíram a cidade, existem a dissertação de mestrado *Construtores de Goiânia: Cotidiano no Mundo do Trabalho* e a tese de doutorado *Goiânia, Cidade Planejada/Cidade Vivida: Discurso e Cultura da Modernidade*, da socióloga Genilda Darc Bernardes (1989; 1999). Ver também o livro *A luta na epopeia de Goiânia*, de Geraldo Teixeira Alves (1942) e o texto *Os operários na construção de Goiânia*, de Francisco Itami Campos (1980).

de naturalização e normatização de uma “história oficial” pretensamente construída e finalizada.

Desde 1933, data do início das construções de Goiânia, o espaço urbano planejado (legal, formal) foi criado concomitantemente ao espaço “não planejado” (“ilegal”, “informal”). Os grupos sociais da construção da malha urbana inicial eram formados basicamente por dois grupos de trabalhadores imigrantes. O primeiro está vinculado a uma forte mobilização feita por divulgação de propagandas produzidas pelo governo estadual e pelo escritório da construtora Coimbra Bueno. Tais trabalhadores faziam parte dos profissionais com melhor nível técnico, com parcela formada por estrangeiros, em maioria alemães e italianos, mas também brasileiros do Rio de Janeiro e São Paulo<sup>36</sup>. Estes eram também os trabalhadores (operários) que obtinham os melhores salários. Já o segundo grupo veio de várias partes do país, do interior do estado de Goiás, mas, principalmente, das regiões Norte e Nordeste, e também de Minas Gerais e Mato Grosso.<sup>37</sup> De acordo com Bernardes (1989, p. 66 apud GONÇALVES, 2002, p. 135) estes últimos trabalhadores “geralmente eram os desqualificados, os excluídos do campo, os que foram expulsos de suas posses, os que ansiavam por uma vida melhor”. Deslocavam-se a cavalo, de carona e até a pé à procura de trabalho em Goiás. As diferenças sociais em relação à habitação deram-se desde a edificação urbana inicial em Goiânia: “[...] para mão-de-obra menos qualificada foram construídos ranchos de capim, enquanto para os mais qualificados construíram-se casas de madeiras. Entre os últimos, estavam os trabalhadores-pedreiros, mestres-de-obras e estrangeiros”. O número de trabalhadores nos primeiros anos da década de 1940 aumentou de forma contundente. O Estado (principal criador da divisão do trabalho nos anos iniciais) criou medidas para normatizar a grande demanda habitacional na cidade: “para tanto, constrói alojamento à margem direita do Córrego Botafogo. O espaço planejado para a cidade se estendia até à margem esquerda do rio Botafogo, sendo, portanto proibidas as construções do outro lado” (BERNARDES, 2009, p. 39; p. 42).

Esses acontecimentos estão em grande medida associados ao que Gonçalves destaca como uma nova etapa de expansão do capitalismo em Goiás, em que em um primeiro momento a estratégia de acumulação se deu pela indústria civil, subsidiada tanto pelo Estado

---

<sup>36</sup> Seus vínculos de contrato eram referentes a essas duas cidades. Ainda, de acordo com Monteiro (1938, p. 455 apud GONÇALVES, 2002, p. 134), “no relatório ao diretor Geral da Fazenda, de junho de 1936, é possível perceber as características desta mão-de-obra: “*Pintores* - os mesmos encarregados da pintura do Palácio dos Campos Elíseos, em S. Paulo. *Estucadores* - que fizeram o revestimento do Edifício Rex, no Rio de Janeiro, *Mestres de obra* - Um que administrou a recente reforma do Teatro Municipal, outro que estava administrando, quando o contratamos, a construção do edifício do Ministério da Viação, no Rio de Janeiro”.

<sup>37</sup> Tais colocações estão expressas em (GONÇALVES, 2002, p. 134)

intervencionista de Pedro Ludovico Teixeira, quanto pela exploração do trabalho dos primeiros operários. No que tange ao processo de parcelamento do solo urbano, uma parte da população ficou do outro lado da margem do rio Botafogo. “Construíram uma cidade marginal, que se constituiu nos assentamentos espontâneos nas áreas que pertenciam ao estado e que foram invadidas”. Nos anos iniciais<sup>38</sup> as autoconstruções em ocupações urbanas que se destacaram foram a Nova Vila e a Botafogo, a segunda, espaço associado ao córrego Botafogo. Seu público se formou por um grupo de trabalhadores que, com o passar do tempo, aumentou sua quantidade de forma considerável. Este grupo não fazia parte do planejamento urbano inicial legalizado (GONÇALVES, 2002, p. 134). As famílias que chegavam agrupavam-se próximas àquelas que já ocupavam os acampamentos à margem do córrego Botafogo:

Com o passar dos anos, muitas destas famílias recusaram a desocupar a área, formando a primeira área de invasão da cidade, ainda em 1939, a urbanização e regularização do “Bota-fogo”, num trecho que ficava compreendido entre a Avenida Anhanguera e a Rua 67, onde atualmente se localiza a Vila Nova (GONÇALVES, 2002, p. 137).

Em 1945, a situação da ocupação não parecia ser muito diferente, conforme destaca uma reportagem do *O Popular* de 1º de julho citada por GONÇALVES (2002) e que também citamos:

Vila nova e seu drama doloroso - Vila Nova e Botafogo, habitados por gente ordeira e laboriosa, são os bairros mais pobres desta capital. No primeiro, ligado ao centro urbano, uma ligeira colina, vive um aglomerado humano, num drama emocionante e cada vez mais aflitivo, pela crescente e desnorteada carestia de vida. Sua população, quase totalidade constituída de operários, hoje, mais do que nunca, atravessa uma fase de desalento e de aperturas, por haver a Secretaria de Economia Pública proibido que sejam abertas cisternas, mas sem primeiro haver estendido até lá os canos que conduzem e donde jorram água, esse líquido precioso e tão indispensável à existência. Para agravar mais a situação dos que vivem e se entregam ali à labuta cotidiana de seus afazeres, O Departamento acima aludido, não permite também, a reconstrução dos prédios existentes naquele bairro, por serem eles, em grande parte, de aspecto antiestético e avelhantado. Acontece, porém, que a maioria da população da Vila Nova, formada desses proletários que construíram Goiânia, não pode, em absoluto, edificar residências modernas e vistosas, como as do centro da cidade, em vista do drama que enfrenta, heroicamente, que é o da penúria, do abandono, e, até mesmo, da fome, com todo o seu cortejo de miserabilidade. [...] Vimos naquele bairro muitas famílias dormindo ao relento, porque suas casas não puderam ser retalhadas, também crianças sujeitas a ventos frios e cortantes da noite, pelo fato das paredes desmoronadas não poderem ser reconstruídas. (*O Popular*, Goiânia, 1 jul. 1945 apud GONÇALVES, 2002, p. 137).

Havia também uma outra ocupação urbana localizada na Avenida Oeste, ligada à Vila Militar, no final da pista do primeiro aeroporto da cidade. Outra também próxima ao Córrego

---

<sup>38</sup> De acordo com Gonçalves (2002), esses dados sobre as ocupações urbanas foram realizados em 1947 pelo estado, em parceria com a Secretaria da Economia Pública, resultando na criação de um documento chamado *Cadastro Suburbano de Goiânia*. Essa fonte está localizada na caixa arquivo 966 no Arquivo Histórico Estadual. Ver: GONÇALVES, 2002, p. 133.

Areião, que teve o nome definido como Macambira, região onde foi projetado o Setor Pedro Ludovico, no final da década de 1950. Havia ainda uma área localizada no final da Avenida Contorno, ao lado de galpões da estrada de ferro.<sup>39</sup> O que se levanta é que foram registrados por volta de 4.000 trabalhadores nas construções iniciais da cidade. Existem alguns discursos de Jerônimo Bueno enviados à Diretoria Geral da Fazenda que, dentre outras coisas, descrevem, na visão do mesmo, as condições habitacionais dos trabalhadores. Não é intenção deste trabalho analisar esses discursos, mas é importante registrar que eles estão em algumas obras e documentos<sup>40</sup>. Em 1947, ocorreu a aprovação e inclusão do Setor Leste na *Planta Geral de Urbanização de Goiânia*. Essa atitude do poder público cunhou a legalização e o reconhecimento dos assentamentos que criaram o “Bairro do Botafogo”. Sua aprovação se deu pelo Decreto-Lei 73, de 31 de julho de 1945, formando o que atualmente são os setores Leste Universitário, Vila Nova e Nova Vila. Na percepção de Gonçalves, apropriando-se de uma reportagem da *Folha de Goiaz* de 08 de abril de 1946, o Estado permitiu que as famílias que viviam na região “do Bairro Botafogo” desde o início da ocupação poderiam continuar morando no local temporariamente até que a área fosse urbanizada. Em reportagem posterior, em 14 de abril do mesmo jornal e ano, foi destacado que houve uma pressão social na intenção de sensibilizar o Estado de que os lotes dos ocupantes deveriam ser doados (CORDEIRO, 1989, p. 44 apud GONÇALVES, 2002, p. 138). A legalização dessa área só correu em 1947, no governo de Jerônimo Coimbra Bueno. A Lei 39, de 11 de dezembro, versava sobre a desapropriação dos terrenos ocupados e pela doação dos lotes com preferência para a emissão de títulos nos bairros Botafogo, Vila Nova e Nova Vila em favor dos moradores. Mais à frente, a Lei 237, de 11 de novembro de 1948, doou à Fundação da Casa Popular (FCP)<sup>41</sup> por volta de 400 lotes na Vila Nova<sup>42</sup>, que naquele momento também era chamada de “Bairro Operário”. Em inícios da década de 1950, o processo de urbanização da região do Setor Leste já estava

---

<sup>39</sup> Ver: GONÇALVES, 2002, p. 133-134.

<sup>40</sup> Gonçalves (2002, p. 135) cita em sua dissertação passagens das descrições de Jerônimo Bueno usando textos da obra de Monteiro (1938). Basicamente, são relatórios enviados à Diretoria Geral da Fazenda que versam sobre as primeiras autoconstruções da ocupação urbana do Botafogo.

<sup>41</sup> A Fundação da Casa Popular (FCP) foi criada em 1946, no governo de Eurico Gaspar Dutra, que procurou unir os esforços de todos os Institutos de Aposentadoria (IAPs) num só organismo, que reverteria parte de suas arrecadações para o setor da moradia popular. Na verdade, a FCP foi uma instituição muito burocrática, que pouco produziu, sofrendo forte oposição. Sua meta era ousada: a construção de 100.000 mil moradias entre 1946 e 1964, com a criação do organismo que a sucedeu, o BNH. (BONDUKI, 1998, p. 155 apud GONÇALVES, 2002, p. 138).

<sup>42</sup> Uma *Planta parcial do Setor Leste*, 12 de março de 1949, aprovada pelo Departamento de Viação e Obras públicas (DEVOP), indicava os “terrenos a serem doados de acordo com a Lei nº 39, de 11-XII-1947”. Nessa planta, aparecia a relação das quadras que foram doadas à Fundação Casa Popular, a saber: A, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 19, 31, 31, 33, 34, 41, 42, 43, 53, 54, 55, 58, 59, 61, 62 e 67 (Museu Antropológico da UFG - Arquivo Janssen, rolo 71). Anos mais tarde, em 1958, autorizava o Estado a comprar 711 lotes no Jardim Europa, de propriedade de Elias Bufaiçal, e permutar com a fundação Casa Popular, por 235 lotes na Vila Nova e no Setor Leste (GONÇALVES, 2002, p. 138).

razoavelmente avançado. A Vila Nova, naquele momento, tinha sua ocupação do solo em volta da Praça Boaventura, que ainda não tinha sido urbanizada. Era similar o caso da Nova Vila, urbanizando-se ao norte da Rua 67, em volta do Parque Agropecuário<sup>43</sup>. Na parte sul da Avenida Anhanguera o que havia eram as autoconstruções pioneiras da ocupação urbana da margem do Botafogo. O que no tempo presente se chama de Setor Leste Universitário só se formalizou concretamente em meados dos anos 50, com a implantação da Universidade Brasil Central<sup>44</sup>, ao redor da Praça Universitária. Desenhos feitos pelo topógrafo alemão Ewald Janssen para o DEVOP<sup>45</sup> atestam que o mesmo trabalhou na marcação das ruas do Setor Universitário e em um projeto chamado “Modificação do Setor Leste”<sup>46</sup>, de 1951. Em um de seus levantamentos topográficos, Janssen demarcou casas da ocupação urbana adjacente ao córrego Botafogo, entre a Avenida Anhanguera e a Rua 10. Na superfície dessa planta, desenhou com caneta vermelha as próximas ruas que iriam existir a porvir e que seriam locadas<sup>47</sup> no mesmo lugar onde se encontrariam as construções da ocupação urbana, evidenciando claramente como seria o processo de urbanização do Setor Leste. Ao que parece, enquanto as ruas eram demarcadas, os antigos ocupantes eram remanejados para a área urbanizada. Gonçalves acredita ser possível uma relação de semelhança entre as áreas de ocupação urbana que se formaram nas áreas marginais ao plano arquitetônico urbanístico das construções iniciais da cidade de Goiânia. Uma das premissas que sustentam tal hipótese é a observação de que em tempo parecido com as ocupações urbanas do Botafogo e de toda a região leste surgiu, nos limites de Campinas, a área denominada “Vila Operária”, em terras que pertenciam ao Estado. Em algumas entrevistas é possível perceber que essa distinta ocupação possivelmente tenha se iniciado no final da década de 30, talvez em 1938, com a motivação de pessoas que estavam fugindo dos altos preços dos aluguéis em Campinas (PEREIRA, 1998 apud GONÇALVES, 2002, p. 141).<sup>48</sup> As

---

<sup>43</sup> O terreno do Parque Agropecuário foi doado à Sociedade Goiana de Pecuária (SGP), através da Lei 14, de 22 de outubro de 1947 (GONÇALVES, 2002, p. 138).

<sup>44</sup> Atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

<sup>45</sup> Museu Antropológico da UFG (Arquivo Janssen, rolo 71). Ver: GONÇALVES, 2002, p. 139.

<sup>46</sup> Junto com esse projeto, Janssen deixou um pequeno memorial descritivo intitulado *Retificação do Setor “Leste”*. Inicialmente, Janssen teceu alguns comentários sobre falhas no projeto do setor, das quais é possível destacar: a) erros topográficos de cálculo e demarcação na 5ª Avenida não permitiram a sua continuidade ao Sul da Avenida Anhanguera; b) excesso de ruas cruzando a Anhanguera; c) prolongamento desnecessário da Avenida Araguaia dividindo o Parque Botafogo ao meio, sendo que era possível resolver o problema do trânsito de uma outra maneira. Depois dessas considerações, Janssen ainda teceu algumas sugestões: a) criação de uma avenida de contorno norte para receber o trânsito dos setores Vila Nova, Nova Vila, Norte, Criméia Oeste e Criméia Leste; b) criação de uma avenida de contorno sul para receber o trânsito dos setores Leste, Sul, Jardim Goiás, Água Branca e Santo Antônio (Museu Antropológico da UFG - Arquivo Janssen, pasta 03, folha 3-20). Cf. GONÇALVES, 2002, p. 139.

<sup>47</sup> No Setor Universitário: Ruas 223, 232, 234, 239 e 263. No Setor Central: Rua 21 (GONÇALVES, 2002, p. 139).

<sup>48</sup> Como também dito por Gonçalves (2002) em uma nota de rodapé, a monografia *História de bairro: Vila Operária*, de Mariana Viana Pereira (1998), que se encontra no Núcleo de Documentação da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Goiás, traz alguns interessantes relatos dos primeiros moradores da

primeiras autoconstruções dessa ocupação foram edificadas próximas à área onde mais tarde foi construído o Estádio Antônio Acciolly e o Cemitério Santana, nos anos de 1938 e 1939. Essa localização era onde o bairro de Campinas terminava, no limite da Avenida Perimetral com a Rua Senador Jaime, perto da Avenida Pará. A ocupação aumentou no período da segunda metade dos anos 40, durante o mandato de Jerônimo Coimbra Bueno, na ocasião de um aumento de casas, em que, em proporções análogas, cresceu também a pressão do Estado para remover as famílias (PAIVA, 2001 apud GONÇALVES, 2002, p. 141) (GONÇALVES, 2002, p. 138-141). Com alguns relatos, é possível imaginar o clima dos primeiros acontecimentos:

O setor começou com invasões. Só vinham pra cá pessoas que não tinham condições de pagar aluguel em Campinas ou queriam sua própria casa, então vinham pra cá e construíam um barraco. [...]. Acampavam, faziam cisterna, começavam com o barraco de lona e depois passavam para outras coisas. Faziam suas casas à noite por causa dos fiscais do Coimbra Bueno. Eu mesmo ajudei a fazer muitas casas, só iluminado pela lanterna. No outro dia a pessoa amanhecia com a casa semi-pronta e o fiscal não tinha como falar nada (PEREIRA, 1998 apud GONÇALVES, 2002, p. 141)<sup>49</sup>.

Começou com a invasão. Da avenida Perimetral pra cá tudo foi invadido, a última rua que tinha ali era a Pará. [...]. Aqui nós fomos atacados pela polícia no tempo do Coimbra Bueno, porque o terreno era do Estado e nós fomos invadindo. Pusemos os tijolos, medimos o terreno e cada um foi procurando o seu jeito de morar. [...] Cheguei até a ser preso (PEREIRA, 1998 apud GONÇALVES, 2002, p. 141)<sup>50</sup>.

No tempo presente, a área em que se localizava a Vila Operária é formada pelo Setor Centro-Oeste e parte do Setor dos Funcionários. Tal região era de propriedade do Estado e havia sido destinada no *Plano de Urbanização de Goiânia* para a construção do Hipódromo,<sup>51</sup> Vila Olímpica e Parque Zoológico. O Hipódromo foi construído no local, ao lado da Vila Operária e próximo ao Córrego Capim Puba. Porém, sua existência nesse local não durou muito tempo, pois no início dos anos 50 se criou no local uma outra parte do Setor dos Funcionários e também o Bairro Fama. A ocupação foi legalizada no início da década de 1950 e existe a hipótese de que o fato ocorreu devido à consolidação da mesma. Há uma diferença urbanística da ocupação do Botafogo com a Vila Operária. Na primeira, as famílias foram removidas da ocupação para novas áreas urbanizadas da Vila Nova, ao passo que na segunda teve o traçado de suas ruas adaptados às posses já existentes. Outro dado dessa região é que os seus lotes passaram por um processo de compensação da área, no intuito de ajustá-los a um formato regular. O último loteamento a ser implantado pelo Estado foi o Setor Pedro Ludovico. Sua edificação ocorreu nas últimas partes remanescentes da área original da cidade, posicionado acima do Setor Sul.

---

região, os quais serão utilizados como fonte de informação. As páginas não serão citadas pelo fato de que não se encontram numeradas no original.

<sup>49</sup> Sr. José Alves Pereira. Mudou-se para a Vila Operária em 1941.

<sup>50</sup> Sr. Juscelino Evangelista da Rocha. Mudou-se para a Vila Operária em 1947.

<sup>51</sup> O hipódromo foi transferido para o bairro Cidade Jardim, projetado em 1956.



Nessa área também houve uma ocupação urbana na década de 1940, como evidencia o *Cadastro Suburbano de Goiânia*<sup>52</sup> de 1947. Nesse documento é possível identificar que várias famílias residiram próximas ao Córrego Areião. Essa ocupação na década de 1950 ficou conhecida como Macambira.<sup>53</sup> Quanto ao projeto do bairro, o mesmo foi construído por Ewald Janssen<sup>54</sup>, em 1958. Primeiramente, fez um levantamento topográfico da área ocupada, local que seria urbanizado posteriormente, situação muito similar com os acontecimentos da ocupação do Botafogo. Na *Planta Cadastral e Nomenclatura do Macambira*<sup>55</sup> é possível perceber a locação de construções ocorridas na ocupação referente ao projeto do bairro<sup>56</sup>. Na data que o Estado começou a implantar o bairro, muitas dessas construções foram demolidas e as famílias foram removidas para os lotes urbanizados. Em um primeiro momento, o Estado doou uma grande quantidade de lotes, tendo em consideração a pressão dos moradores ocupantes. Por longos anos, o Setor Pedro Ludovico ficou popularizado com o nome Macambira<sup>57</sup>, em uma ligação com a imagem do bairro com os primeiros ocupantes da área.

Em termos de memória coletiva, talvez seja possível afirmar sobre o fenômeno urbano da autoconstrução da ocupação urbana (na década de 1970, referida como “invasão”) que “a categoria sociológica invasão sempre foi entendida pelos estratos sociais de renda mais elevada que compõem a cidade de Goiânia como o local onde ‘moram os marginais’” (MOYSÉS, 2004, p. 233).

Em trabalho clássico sobre a história de Goiânia<sup>58</sup>, Nasr Chaul sinaliza para a construção histórica da cidade a partir das ações dos trabalhadores que a construíram. O objetivo parece ter sido destacar alguns eventos históricos que geralmente eram invisibilizados na historiografia da época da produção de sua pesquisa e que teimam em se silenciar em nosso tempo presente.

---

<sup>52</sup>Arquivo Histórico Estadual, Caixa Arquivo 966 (GONÇALVES, 2002, p. 142).

<sup>53</sup> Assim como já apontado no texto.

<sup>54</sup> De acordo com Gonçalves (2002, p. 143), a responsabilidade técnica do projeto foi anotada pelo arquiteto Eurico Godoi, então diretor do DVOP e chefe de Janssen.

<sup>55</sup> Museu antropológico da UFG - Arquivo Janssen, rolo 81. Nessa planta aparece a relação de todas as construções da ocupação e seus respectivos proprietários (GONÇALVES, 2002, p. 143).

<sup>56</sup> Para mais detalhes históricos sobre a formação e construção do Bairro Pedro Ludovico, ver: GONÇALVES, 2002.

<sup>57</sup> De acordo com Gonçalves (2002, p. 144), o nome foi originado provavelmente devido à grande existência de uma planta da família das bromeliáceas, a Macambira, de folhas duras e espinhosas, comuns na região. Macambira também poderia tranquilamente significar lugar nenhum, ou um lugar desprezível. Em 1951, coincidentemente, um outro bairro da cidade já havia sido denominado como Setor Macambira, onde atualmente se localiza o Setor Sudoeste. Tratava-se de um loteamento na Fazenda Macambira, banhada pelo córrego do mesmo nome, e pertencia aos irmãos Coimbra Bueno, conforme será visto adiante.

<sup>58</sup> Cf. CHAUL, Nasr. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Editora Cegraf, 1988.

Logo no início do tópico<sup>59</sup> do referido capítulo, lembra do estimado sociólogo Itami Campos em uma citação em que o mesmo enfatiza a importância de se pensar a construção de Goiânia sob o viés de outros construtores. Na narrativa resistente de Campos, é expressada de forma crítica o que a historiografia tinha e parece ainda ter se limitado a expressar, ou seja: que Pedro Ludovico foi o idealizador e fundador de Goiânia, Atílio Correia de Lima e Armando Augusto de Godoy os elaboradores do projeto arquitetônico da cidade e que os irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno foram os construtores de Goiânia. No entanto, faz questão de lembrar que os verdadeiros construtores de Goiânia foram mais de quatro mil operários anônimos que vieram dos interiores do estado de Minas Gerais, São Paulo e do Nordeste, que com muito custo se alojaram em ranchos de capim e em casinhas de madeira, recebendo vales ao final do mês (CHAUL, 1988). Essas pessoas foram o público pioneiro da construção histórica das ocupações urbanas em Goiânia.

As razões para o acontecimento da autoconstrução da moradia precária, em uma cidade que promove um planejamento urbano em que o estado de Goiás e o Governo Federal se engajam em um dos maiores projetos urbanísticos do século XX no Brasil, são complexas e envolvem uma série de análises. A arquiteta Lúcia Maria Moraes (2003) evidencia que, desde o início das construções (1933), o Estado detinha exclusividade do sistema de venda dos terrenos da nascente nova capital. Porém, devido a dificuldades políticas e econômicas para tocar as obras, Pedro Ludovico permitiu que interesses privados associados à especulação imobiliária normatizassem e criassem decisões sobre as construções iniciais. Nesse sentido, inviabilizavam-se de certa forma o compromisso com as questões urbanísticas que envolveram os projetos de cidade-jardim, *art déco*, e o urbanismo geométrico da cidade planejada (MORAES, 2003, p. 179).

Os planos urbanísticos de Corrêa de Lima e Armando de Godoy chegaram a preencher um terço da área planejada nas duas décadas iniciais, “mas a cidade cresceu em direção às propriedades que tinham seus interesses defendidos no processo de expansão urbana muito mais do que para atender a qualquer tipo de planejamento” (SILVA, 2000, p. 130). No que tange à história urbana posterior, para melhor compreensão da expansão urbana da cidade das décadas de 1950 e 1960, deveríamos construir a história do “desplanejamento” de uma cidade planejada. A partir dessas décadas, começam a desenvolver-se outras configurações, improvisadas, carentes de um mecanismo que as regularizasse. Houve em ambas as décadas um surto de

---

<sup>59</sup> Capítulo 3 - A construção de Goiânia e a transferência da capital - Tópico 2 - A outra história dos outros construtores: os operários.

urbanização, onde o Estado afastou-se do planejamento urbano incentivando “a atuação da especulação imobiliária e da iniciativa privada, que há muito esperava autorização para poder parcelar as áreas adjacentes ao núcleo original da cidade” (GONÇALVES, 2002, p. 115). É em 1975 que ocorre a criação do Escritório de Planejamento (depois Instituto Municipal de Planejamento e hoje Secretaria Municipal de Planejamento)<sup>60</sup>, com o intuito de reorganização do espaço, tendo como projeto o sistema viário e o transporte coletivo “não mais para recuperar o traçado original, mas para tentar humanizar o espaço urbano. Nesse ciclo, contribuíram arquitetos experientes como Jaime Lerner e Lubomir Vicinsky”. O período que vai de 1975 a finais de 1980 “caracteriza-se pela preocupação com a expansão urbana de Goiânia, com fortes reflexos em seu entorno”. É o momento de pressão demográfica na cidade, com planejamentos urbanos voltados ao transporte coletivo, circulação, lazer, meio ambiente e programas de habitação social (MOYSÉS, 2004, p. 108-109).

É provável que outros exemplos de ocupações urbanas<sup>61</sup> tenham ocorrido na cidade de Goiânia antes do caso estudado por esta presente pesquisa, em 1979. Todavia, essa pesquisa é tema para outra ocasião. Enfim, este tópico teve a intenção de destacar narrativas produzidas sobre o objeto da autoconstrução de moradias precárias em ocupações urbanas em Goiânia. Para além dessa questão, a motivação foi contextualizar os antecedentes históricos que estão presentes na história urbana da vida cotidiana do Jardim Nova Esperança, que será tratada no próximo tópico e capítulo.

---

<sup>60</sup> No tempo presente, a Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo - SEPLAM, órgão da administração direta, integrante da estrutura organizacional do Poder Executivo do Município de Goiânia, nos termos dos artigos 5º e 7º da Lei Complementar nº. 183, de 19 de dezembro de 2008, tem por finalidade coordenar, instruir, desenvolver e monitorar o processo de planejamento, em consonância com os objetivos previstos nos Artigos 173 e 174 do Plano Diretor e exercer atividades relacionadas à área de urbanismo e à fiscalização de edificações e uso do solo, obras, áreas públicas e parcelamentos, no âmbito do Município. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/aseplam/aseplam.shtml> (acesso em 14/10/2018).

<sup>61</sup> Existe uma gama de documentação que pode evidenciar essa questão. Cremos que uma das fontes sobre esse tema esteja presente nos periódicos, mas também nos relatórios de política habitacional contidos na Seplam e nos relatos orais dos moradores. Como exemplo, há uma ocupação urbana chamada Vila Papel que ocorreu no bairro que se transformou no Bairro Goiá I e II em Goiânia, na região oeste da cidade. Provavelmente nas décadas de 1960 e 1970 em Goiânia e que ainda não foi pesquisado.

#### 1.4. A constituição histórica do Jardim Nova Esperança e suas percepções na historiografia

O objetivo geral deste tópico é expor uma espécie de apresentação interpretativa de historiografias que já narraram os anos iniciais (“origens” históricas) da experiência da ocupação urbana do Jardim Nova Esperança (JNE), em Goiânia. Também visa problematizar qual era o perfil dos ocupantes que participaram da mesma.

Na apresentação da 2ª edição do livro *Retalhos de Lembranças*, de Maria de Jesus Rodrigues<sup>62</sup> (2013), é possível identificar a corriqueira mudança de nomes que o território da Fazenda Caveiras<sup>63</sup>, região noroeste da cidade de Goiânia, obtinha por parte da opinião pública em 1979. A imprensa da época dava nomes diversos à ocupação urbana em suas publicações. Na primeira página da apresentação de seu livro, Rodrigues explica o embaraço:

Num pequeno espaço de tempo recebeu vários nomes como: invasão caveirinha, porque ficava situada às margens do córrego que leva esse nome. Invasão da Vila João Vaz, porque ficava próximo a um bairro chamado Vila João Vaz e que a imprensa tomava como referência. Nicarágua e Malvinas, porque a luta dos moradores para conquistar a terra se assemelhava à luta dos povos da Nicarágua e das Malvinas para libertar seu País da tirania de um regime ditatorial. Até que finalmente e por escolha dos próprios moradores, foi batizado por Jardim Nova Esperança que, até hoje, se renova no coração de seus orgulhosos pioneiros (RODRIGUES, 2013, p. 7-8).

Em alguns escritos já realizados sobre as origens do processo de ocupação espacial da região noroeste, é possível identificar pistas de suas origens históricas. No artigo de Moysés (2001), são distinguidas três etapas<sup>64</sup> desse processo de “origem”. A primeira ocorre com o processo de ocupação da Fazenda Caveirinha, desenvolvida a partir de julho de 1979, o que geraria nos anos subsequentes o bairro Jardim Nova Esperança. Na segunda etapa, os que não conseguiram instalar-se no Jardim Nova Esperança reorganizaram-se e ocuparam outra área que recebeu o nome de Jardim Boa Sorte, também espaço contido na Fazenda Caveiras. “Essa invasão ocorreu em abril de 1981, mas não se efetivou. A prefeitura agiu rápida e violentamente,

---

<sup>62</sup> Maria de Jesus Rodrigues foi uma das ocupantes pioneiras do território que corresponde, em 1979, à chamada Fazenda Caveiras, em Goiânia, e/ou simplesmente “Fazenda Caveirinha”. Maria se formou em Pedagogia em 2011, foi professora de algumas instituições e é escritora de literatura. Escreveu os livros: *Os 10 anos de uma Esperança: Posses, lutas e vitórias*, *Retalhos de lembranças* (2013), *Mágico Olhar* (2002) e *Fatos e Retratos (Contos e Crônicas)* (2018).

<sup>63</sup> A fazenda tinha esse nome por estar ao lado do córrego Caveirinha.

<sup>64</sup> As três etapas discutidas pelo autor Aristides Moysés estão disponíveis em seu artigo *A produção de territórios Segregados na Região Noroeste de Goiânia: uma leitura sócio-política* (2001). Ver também o livro *Goiânia: Metrópole Não Planejada* (2004), a dissertação de mestrado *Estado e Urbanização: Conflitos Sociais na Região Noroeste de Goiânia (década de 1980)* (1996) e a tese de doutorado *Contradições de uma cidade planejada no Planalto Central Brasileiro: Segregação sócio territorial em Goiânia* (2001).

conseguindo abortar o movimento e impedir que uma nova invasão se consolidasse” (MOYSÉS, 2001, p. 1). A terceira etapa seria no ano de 1982, chegando a um número de mais de quatro mil famílias. O espaço da ocupação também pertencia à Fazenda Caveiras e foi chamada pelos ocupantes de Jardim Boa Vista. O mesmo autor pontua que essa última etapa de tentativa para ocupação não se concretizou e faz ponderação grave no final de sua conclusão:

Mais uma vez a polícia agiu com violência contra os invasores, provocando inclusive, uma morte. Mais de três mil famílias, entretanto, foram assentadas pelo governo estadual em outra área próxima, iniciando-se, assim, o processo efetivo de ocupação da Região Noroeste de Goiânia (MOYSÉS, 2001).

Tem-se outra interpretação<sup>65</sup> sobre as origens dessa ocupação urbana, na qual o autor faz uma relação contextual com as primeiras ocupações urbanas que, a seu ver, surgiram na cidade. Trata-se da região que em nossos tempos refere-se ao bairro Campinas, espaço que em 1933 (ano do início das construções da nova capital) tinha ainda o título de município do estado de Goiás. Município que, vale ressaltar, remonta suas origens históricas ao século XIX. Foi nesse mesmo espaço que, a partir de 1942, obteve-se a transformação do estatuto urbano institucional de cidade para bairro.<sup>66</sup> O autor lembra que a decisão de Campinas ter sido escolhida para ser sede de apoio para a construção da nova capital fez demandar a chegada de trabalhadores ligados à construção civil na cidade. Profissionais “como engenheiros, técnicos, gestores, que saíram de suas cidades para construir Goiânia se instalaram com suas famílias no antigo município”. Porém, “já os operários com menos assistência, salários menores e menos possibilidade tiveram, na sua grande maioria, que ocupar as bordas do bairro de Campinas”. Essas bordas geraram o que o mesmo identifica como o surgimento do Setor dos Funcionários, Centro Oeste, Vila João Vaz, dentre outros (DA SILVA, 2014, p. 64).

E é esse exemplo histórico de ocupação do solo e de perfil social que o autor associa ao público que construiu em grande medida as ocupações urbanas da região noroeste. Todavia, o mesmo associa certa conjuntura de fatores para tal realização. Um desses fatores refere-se à hipótese de que na década de 1970 os bairros legais da região central já estavam estabelecidos, assim como os clandestinos que já haviam ocupado o entorno do bairro de Campinas. Porém, restavam os antigos trabalhadores rurais, os da pequena cidade, e os que vinham de outras cidades, que, dentre outras coisas, enfrentavam a penosa tarefa de pagar altos alugueis em

---

<sup>65</sup> A dissertação de mestrado de Anderson Ferreira da Silva (2014): *Goiânia a Noroeste: da ocupação ao novo centro urbano*.

<sup>66</sup> Sobre o bairro de Campinas, ver a dissertação de mestrado *Memória e identidades de um bairro: Campinas sob as lentes de Hélio de Oliveira*, de Keith Valéria Tito (2008). Sobre a transformação da cidade de Campinas em bairro, ver também: CHAUL, 1988 e OLIVEIRA, 1999.

lugares próximos a Campinas ou mais ao centro. Eram esses perfis que, a partir da radicalização de seus problemas ligados à moradia, migram para a periferia da região noroeste. Destaca que eram espaços distantes, com um ambiente praticamente rural em “várias regiões do entorno, mas nesse caso da proximidade de Campinas o objetivado era a grande região noroeste, a qual acabou sendo o destino de inúmeras famílias que estavam sem rumo” (DA SILVA, 2014, p. 66-67).

Ainda sobre sua construção narrativa a respeito das origens do Jardim Nova Esperança, existe uma descrição do espaço desenvolvida por esse autor: “essa área era composta por uma enorme área rural com o nome de Fazenda Caveiras, um imenso espaço, marginal ao bairro de Campinas” (DA SILVA, 2014, p. 67). Percebe-se que o autor identifica a localização do que viria a ser a ocupação do JNE, tendo sempre como referência o bairro de Campinas. A menção parece estar associada tanto às proximidades físicas quanto à contextual, pois, como já percebemos, ele crê na possibilidade de que o público que gerou as ocupações da região noroeste seja de uma massa de trabalhadores sobrantes das ocupações dos entornos de Campinas.

Outra narrativa de origem diz respeito a entrevistas que o mesmo autor faz com as pioneiras Maria de Jesus Rodrigues e Geralda Santa Bárbara, perguntando-as sobre a origem da ocupação. A primeira diz que as coisas aconteceram muito rapidamente e que não houve a princípio uma organização de algum grupo. Também, que o espaço ocupado era uma grande área, parte de uma fazenda que não estava ocupada, acolhida de alguns poucos hectares com plantações de arroz, montes de entulho de construções e pés de mamona. A segunda diz ter na memória a versão que os primeiros ocupantes a disseram, que basicamente se deu com a construção de algumas barracas de lonas precárias e outros materiais improvisados por duas famílias. Diz ainda que em um primeiro momento eram poucas famílias no local, porém em pouco tempo se tornaram centenas. Termina concluindo que algumas famílias que moravam em outras regiões da cidade ouviram falar daquela ocupação e trataram de correr para garantir um lote (DA SILVA, 2009, p. 69).

Na introdução de *Retalhos de Lembranças* (RODRIGUES, 2013), outras pistas estão postas sobre a origem do território, que é campo da ocupação urbana investigada. No primeiro trecho da introdução, chega-se a retroceder à década de 1950 para explicar que a ocupação da região tem suas origens numa doação feita ao município de Goiânia por um coronel. Ademais, que “as margens do Córrego Caveirinha, onde constava, desde a GO 070, continuação da AV.

Anhanguera, na saída para a cidade de Inhumas, até as proximidades da Vila Maria Dirce, Região Norte de Goiânia”, fazia parte do território. E, por fim, é especificado: “foi num trecho deste terreno, que faz divisa com o Bairro Capuava, Setor Cândido de Moraes e Vila João Vaz, que se deu a posse do Jardim Nova Esperança” (RODRIGUES, 2013, p. 11). Lúcia Maria Moraes (2013)<sup>67</sup>, em densa pesquisa que interpreta a cidade de Goiânia pelo viés de suas segregações urbanas na área de arquitetura e urbanismo, também construiu uma narrativa sobre o processo de constituição: “a história das ocupações organizadas em Goiânia surge quando um grupo de inquilinos se organiza para ocupar um terreno baldio de propriedade privada, situado na região Noroeste” (MORAES, 2013, p. 202). Sobre a data de chegada dos primeiros moradores, a mesma autora identifica o mês de julho de 1979 como marco inicial.

No que diz respeito à primeira ação da ocupação, ressalta: “rapidamente fizeram a limpeza do terreno baldio e montaram as barracas de lona de plástico, para servi-lhes de abrigo até o assentamento definitivo de famílias e a construção de seus barracos” (MORAES, 2013, p. 202). Cruz, em sua dissertação de mestrado, na área de Geografia, também possui uma versão das origens do território, no que denomina de “*Esperança: a fase embrionária, de 1979 a 1981*”. Sobre o período, diz ser “a fase originada pela ocupação sistematizada por um pequeno grupo de pessoas que se fixou numa área entre a Vila João Vaz, Setor Cândida de Moraes e Bairro Jardim Balneário Meia Ponte” (CRUZ, 2015, p. 59). Há outra interpretação<sup>68</sup> sobre as origens do espaço da ocupação que é desenvolvida no campo da sociologia. Sua separação cronológica é feita por algumas fases conceituais: “o bairro político” (1979 a 1987), “o bairro residencial” (1987- 1992) e “uma cidade dentro da cidade” (1992-2000). Todavia, para a presente pesquisa, o período que se estende ao recorte temporal de 1979 a 1983 será enfatizado.

Sobre esse período, Oliveira enfatiza que o bairro político “consiste numa realidade baseada na capacidade de intervenção sócio-política de seus moradores e, a partir desta, na reconstrução de sua identidade sócio ideológica”. E mais, “essa identidade temporal germinou do encontro político entre intelectuais e favelados, o que permitiu a formação de lideranças populares e a formulação de projetos políticos alternativos para o meio popular e para a sociedade em geral”. A partir dessa narrativa do autor, nota-se que sua interpretação sobre os eventos iniciais se dá sobre uma concepção de que a identidade política é produzida na ocupação de forma intervencionista e de que essas atitudes ocorreram graças às ações dos “intelectuais” frente aos “favelados”. Ou seja, no fundo, quem os esclarece e os engaja para uma espécie de

---

<sup>67</sup> Cf. MORAES, Lúcia M. *A segregação Planejada Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia: Editora UCG, 2013.

<sup>68</sup> Cf. *Do Pântano ao Jardim: uma Nova Esperança a produção social do espaço*, dissertação de mestrado em sociologia, de Adão Francisco de Oliveira (2002).

consciência política eficiente são os intelectuais. Fica evidente que em sua visão não houve uma interpretação da possibilidade da construção de identidade política criada pelos próprios moradores ou a partir dos mesmos. Em outra parte de seu texto, essa questão aparece ainda mais clara, quando cita que o espaço da Fazenda Caveirinha é o lugar ideal para um projeto em que transforma “o homem comum, pobre, alienado, na maioria das vezes favelado, confinado ao espaço privado, num homem político, portador de uma consciência social transformadora, dono do seu próprio destino” (OLIVEIRA, 2002, p. 105).

Nos parece difícil defender essa tese, sobretudo porque há inúmeras fontes<sup>69</sup> que evidenciam distintas criações políticas e exemplos de politização que não são caracterizados por um simples contato cultural entre “intelectuais” e “favelados”, ou muito menos por uma espécie de consciência política que é transferida aos ocupantes, como uma espécie de bola de cristal iluminista. Pelo contrário, as fontes revelam um cotidiano de politização, caracterizado em grande medida por um desenvolvimento da autonomia individual e coletiva que é recorrentemente experienciada na ocupação pelos moradores.

Para voltar às características da origem do espaço urbano ocupado, são evidenciados por Maria Rodrigues outros dados que fazem parte da estrutura urbana do local de origem: “na área de 26 alqueires e 144 m<sup>2</sup>, não havia cerca delimitando-a. Seus limites se davam através do Córrego Caveirinhas e pela Av. Contorno, hoje Av. Perimetral Norte, via de acesso às saídas para as cidades de Inhumas e Trindade” (RODRIGUES, 2013, p. 12). Outro ponto importante são as informações acerca de algumas indústrias que ficavam perto do local e que serão personagens importantes para essa pesquisa, uma vez que aparecem constantemente nas fontes consultadas. Sobre a definição de seu local, há essa passagem que descreve o espaço:

[...] atravessando essa área havia um trieiro que cortava caminho para se chegar ao Frigorífico Ânglo (hoje Friboi), firma de abatedouro industrial localizada na outra margem do córrego onde os funcionários utilizam de uma pinguela para atravessá-lo, e assim, chegarem até o trabalho (RODRIGUES, 2013, p. 12).

Ainda no livro de Maria Rodrigues, há relato de cunho memorialístico que se refere às primeiras pessoas que habitaram a ocupação: “naquelas proximidades, viviam Ari e João Paulo, dois amigos desempregados que, sem muito o que fazer, costumavam se encontrar naquele terreno baldio para caçar passarinhos e jogar conversa fora”. Nota-se nessa passagem como era

---

<sup>69</sup> Nos capítulos 2 e 3 serão trabalhados vários exemplos que evidenciam uma construção de politização desenvolvida pelos próprios moradores. Um desses exemplos está associado à criação de uma imprensa comunitária periódica e de uma rádio comunitária. Basicamente, tinham a intenção de criar, publicizar e comunicar discussões, debates, reuniões, dentre outras questões, vinculadas às suas necessidades políticas.



recorrente o fator desemprego e como essa condição gerava motivações para se ocupar um lugar com intuito de construir uma moradia. Há alguns detalhes interessantes sobre os moradores para a compreensão da cotidianidade do processo: “os dois moravam de aluguel e um deles era carroceiro, quando se encontravam, depois de armarem as arapucas, sentavam-se na sombra de uma árvore qualquer para trocarem confidências a respeito das dificuldades que estavam enfrentando”. Além do desemprego, a informação sobre a dependência do aluguel é importante como característica do perfil dos ocupantes urbanos. Os dois, reitera a autora, estavam “sem trabalho e correndo o risco de serem despejados por não conseguirem pagar o aluguel” (RODRIGUES, 2013, p. 12).

Voltando às características dos primeiros acontecimentos da ocupação, ainda sobre Ari e João, a autora narra que foi a partir de conversa entre os dois, quando se lembraram da vida de criança, que se inicia as primeiras conversas e movimentações no território da Fazenda Caveirinha. Em memória de Maria, a mesma relata que os dois, ao que se refere às primeiras impressões sobre o espaço, não recordavam de terem visto cerca por aquelas regiões. É em consequência desse fato que surge a ideia de construírem um barracão, ali mesmo, onde a lembrança se fazia, no terreno abandonado, no intuito de fugirem do aluguel. Rodrigues conta que na época, os dois ficaram temerosos de ocupar a região, pois sabiam do clima social de ilegalidade que tal ação tornaria. Por conta disso, tomaram algumas precauções. A atitude foi construir seus barracos bem no meio do cerrado, pois assim seriam menos percebidos. Após essa atitude, pouco tempo depois, milhares de pessoas começaram a se estabelecer no espaço. Sobre os detalhes dessa movimentação pode notar-se que:

Tão certo se faz esta dedução, que Ari e João Paulo se mudaram no mês de julho de 1979 e, em setembro do mesmo ano, portanto, dois meses depois, a área já estava totalmente ocupada por pessoas de todas as origens, credos e raças: urbana, suburbana e rural, católicos e protestantes, pretos, brancos e índios, enfim, uma verdadeira miscigenação de pessoas (RODRIGUES, 2013, p. 13).

Sobre essa condição vivida pelos dois rapazes, Lúcio Kowarick (1979), em sua obra *A Espoliação Urbana*, possui algumas hipóteses que podem servir de orientação para identificarmos possíveis problemas pelos quais perfis sociais análogos a eles possivelmente passaram. Nessa obra, lançada no mesmo ano da ocupação urbana investigada, há uma análise de autoconstruções em ocupações urbanas experienciadas em algumas regiões da cidade de São Paulo. No conjunto de sua obra o autor pensa de forma generalizante e teórica sobre o problema da habitação em nosso sistema produtivo. Percebe-se tal reflexão quando o mesmo diz que “o ‘problema’ habitacional não pode ser analisado isoladamente de outros processos socioeconômicos e políticos mais amplos, não obstante nele se condensar um conjunto de

contradições específicas”. Cabe ressaltar, diante dessa reflexão do autor, o perfil dos primeiros ocupantes frente ao desemprego e à ausência de políticas habitacionais que não atingem esses trabalhadores, pelo menos no que tange os primeiros momentos da ação de ocupar um espaço. Não estranhamente, ao mesmo tempo, como parece ser recorrente à época, encontram-se de forma desajustada ao contexto urbano (industrial, produtivo) imposto. Diz o mesmo autor: “assim numa primeira instância é preciso verificar as modalidades produtivas a partir das quais a moradia é confeccionada”. No caso deles, “neste particular, convém mencionar que o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente, na expropriação da terra e dos instrumentos produtivos”; e mais ainda: “passa a produzir o que antes os trabalhadores independentes realizavam para prover sua própria subsistência, criando mercadorias que são consumidas por meio do salário ganho através da venda de sua força de trabalho” (KOWARICK, 1979, p. 55). O que no caso de Ari e João Paulo não é possível, uma vez que se encontravam desempregados, segundo as fontes disponíveis<sup>70</sup>. Ainda sobre o perfil dos ocupantes, parece-nos importante interpretar outras características que estão contidas em exemplos como o de Ari e João Paulo e que foram recorrentes nessa ocupação urbana estudada. Uma delas passa por perceber que há de se aproximar da melhor forma possível as referências teóricas sobre os estudos urbanos sobre esse tipo de indivíduo na cidade, uma vez que a experiência que por aparência possa parecer análoga a essas teorias, pode, ao contrário, atrapalhar resultados mais precisos quanto à realidade histórica dessa experiência na cidade de Goiânia da década de 1980. Dizemos isso, pois, apesar do auxílio científico que outros estudos urbanos sobre ocupações urbanas no Brasil nos dão, por exemplo com o trabalho de Lúcio Kowarick, percebemos que existe uma experiência contextual singular que deve ser alcançada, ou pelo menos aspirada em nossa pesquisa. Exemplos de contexto distinto sobre os perfis desses trabalhadores podem ser percebidos com clareza no livro de Kowarick, em que o perfil dos trabalhadores que em 1979 ocupam espaços sem função social em São Paulo geralmente estão integrados aos empregos gerados pela indústria, muito diferente do que ocorre na experiência goiana.

O pesquisador Aristides Moysés (2004) também tem preocupação em interpretar o perfil dos indivíduos que ocupam a Fazenda Caveirinha. O mesmo faz isso colocando-os em relação

---

<sup>70</sup> O fator desemprego é uma questão a ser problematizada nesta pesquisa, uma vez que há vários indícios de que os ocupantes pioneiros e os que chegaram depois, possivelmente não estavam inseridos no mercado de trabalho, por inúmeras razões. Uma delas diz respeito ao perfil imigrante dos ocupantes e da ausência de capital cultural, o que os leva a perder boa parte das oportunidades de trabalho. Mas, também o isolamento da ocupação do Jardim Nova Esperança é um indício: a falta de transporte público e o fato de que uma das resistências das ocupações é referente à difícil tarefa de não sair das moradias durante o processo de consolidação das ocupações (e por vários outros motivos a serem pesquisados).

ao operário que ocupa espaços vazios na cidade de São Paulo, observando diferenças, mas também semelhanças. Identifica que “a diferença fundamental é que o operário está sujeito à parcialização das tarefas, ou seja, o trabalho dá-se de forma fragmentada” (MOYSÉS, 2004, p. 239). Todavia, identifica que as atividades econômicas do posseiro urbano de Goiânia são desenvolvidas por uma força de trabalho não industrial. Vale ressaltar que o autor condiciona essa percepção chamando a cidade de Goiânia de tipo não industrial, excluindo de certa forma que haja de modo geral trabalhos ligados à indústria na cidade, principalmente no que tange a adesão de perfis sociais mais vulneráveis socioeconomicamente em finais da década de 1970. Identifica como funções majoritárias na ocupação as funções de vigilantes, faxineiros, domésticas, vendedores ambulantes, motoristas, tarefeiros de toda ordem e sobretudo de trabalhadores da construção civil (MOYSÉS, 2004). O autor também interpreta que o modo como pensam os ocupantes urbanos goianos se difere dos operários, principalmente em relação ao “mundo, as coisas, as relações de trabalho, a família, o estado, etc.”. Porém,

[...] muito embora suas condições de vida se assemelhem, sobretudo no que se refere à questão da moradia, graças às condições de sobrevivência, que são as piores possíveis, é certo que ambas as categorias estão submetidas a processos produtivos diferentes (MOYSES, 2004, p. 240).

Outras características sociológicas são identificadas pelo autor na análise das diferenças que encontra entre as duas condições e posições de trabalho. Uma delas está em questões ligadas às condições de trabalho, suas conseqüentes interpretações pelos trabalhadores e os efeitos que essas questões inferem à condição de classe desses trabalhadores. Reforça que do lado operário o processo da linha de montagem condiciona todos os movimentos físicos e materiais dos mesmos, sob a pressão de uma jornada de trabalho cansativa e estressante. Essa condição está imersa em uma classe social definida que, segundo o autor, “vive num ambiente em que a contradição entre capital-trabalho lhe possibilita o desenvolvimento de uma consciência mais crítica”. Ou seja, o autor crê na possibilidade de que o operário industrial teria uma consciência mais crítica por enfrentar as já comentadas condições trabalhistas. Enquanto que o ocupante urbano que geralmente se encontra numa posição não formalizada de trabalho (em alguns casos se encontra), subempregado, por hora com trabalhos esporádicos, autônomo, participando de pequenos serviços ou de atividades profissionais diversas, “não o unifica nem o vincula de uma forma precisa a uma categoria profissional” (MOYSÉS, 2004, p. 240). Sobre essa questão, enfatiza em seu texto:

Por mais envolvido que o posseiro urbano esteja na luta política, seu nível de consciência é outro, já que o caráter mercantil de sua força de trabalho assume feições

marcadamente diferenciadas, à medida que não está sujeito às exigências do processo fabril de produção de mercadorias (MOYSÉS, 2004, p. 240).

Essa afirmação nos parece no mínimo abstrata para os resultados de nossa pesquisa, uma vez que as fontes analisadas por este trabalho evidenciam consciência efetiva por parte dos moradores em suas reivindicações dentro da experiência da ocupação. Os vários eventos históricos que serão construídos nesse trabalho, principalmente tendo como artifício as análises das impressas periódicas comunitárias, demonstraram de maneira muito clara a autonomia política dos participantes do processo. Para ficarmos com um exemplo, podemos citar a construção da imprensa comunitária por parte dos moradores, debate a ser feito no Capítulo Dois desta pesquisa. Essa imprensa publicou cotidianamente as lutas políticas desenvolvidas em articulação e tensão com os poderes do Estado para construção de suas infraestruturas urbanas. O exemplo da construção de uma escola e de sua experiência educacional também serve de referência para pensarmos outro fator de independência política. Outro exemplo refere-se à construção da Associação dos Moradores, que além da conquista física, representada pelo espaço de encontro, foi também ambiente de cotidianas reuniões políticas dentro da ocupação. Ou seja, esperar que todos esses exemplos de autonomia política sejam pomenorizados em troca de um determinismo ligado às condições de trabalho parece-nos um equívoco. Porém, podemos concordar que, de fato, em termos específicos, os trabalhadores de São Paulo, pelo menos em maioria, estavam em condições de trabalho distintas em relação aos trabalhadores de Goiânia. Há na experiência de Goiânia, no que se refere ao ambiente da ocupação e de seu público, uma característica de informalidade em relação ao acesso e ao tipo de trabalho obtido.

Em pesquisa sobre nosso objeto, Lopes (2011)<sup>71</sup> apropria-se de diferentes vestígios históricos para construir sua investigação, como fontes orais advindas de entrevistas com os moradores pioneiros, mídias periódicas locais, comunitárias, peças teatrais, e revistas. No que se refere aos pressupostos e motivações que levaram essa ocupação urbana, no sentido de identificar suas peculiaridades históricas em relação a outros casos similares e também sua importância histórica, o autor trabalha com uma entrevista de Robinho Martins de Azevedo<sup>72</sup>. Robinho diz que a ocupação, naquele tempo, passou a ser um polo irradiador na cidade. Também, que o acontecimento marcou dois tempos do movimento popular, isto é, os

---

<sup>71</sup> Cf. LOPES, Edmar Aparecido de Barra. *Ocupação Fazenda Caveirinha: Arquipélago de Memórias Goiânia: 1979-1989*. Goiânia: Editora Vieira, 2011. Esse livro é fruto da dissertação de mestrado em História, de mesmo título, defendida na PUC-SP em 1999.

<sup>72</sup> Um dos protagonistas da história da ocupação urbana, que ajudou a fundar a Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. Era engenheiro agrônomo e trabalhou como arquiteto-urbanista na construção do bairro.

movimentos anteriores e os posteriores. Pois, antes do Jardim Nova Esperança, a ocupação urbana era tratada de forma marginal na cidade. Porém, a partir da mesma, como diz Robinho, “passa a ser uma questão social”. Comenta ainda que naquele tempo a dignidade de morar era vista como direito apenas para quem possuía um lote com escritura, com registro em cartório, e que naquele tempo o movimento social que participou questionou tais comportamentos. A motivação vinha do pensamento de que ter uma moradia era possível. Ao mesmo tempo, não seria aceitável que tal direito só pudesse ser conquistado apenas a quem pudesse comprar (LOPES, 2011, p. 28).

O mesmo autor faz uma análise sobre o que interpreta como uma espécie do perfil dos indivíduos que se engajaram nessa ocupação. Em tal questão, constata que os moradores se uniram em torno de uma causa comum: a luta por moradia. Outro fato diz respeito às suas participações em um passado de histórias e experiências de vida semelhantes, uma vez que faziam parte de uma imigração em que se misturavam tempos e culturas de vida do campo e da cidade. Esses indícios são para o autor uma maneira mais razoável de se compreender o que Robinho tinha afirmado como uma “nova ética de comportamento” (LOPES, 2011, p. 29). Maria Geralda também tem uma visão sobre os significados da ocupação. Em entrevista feita com a mesma sobre essa questão, afirma que existiam na época ocupações urbanas em que não existia nenhuma luta interna, nem ligações com outros movimentos. Diz ser o Jardim Nova Esperança o primeiro movimento a ter uma luta organizada. Também, que o movimento fez remexer outros bairros na construção de suas demandas. Destaca que foi percebido que só haveria resistência caso houvesse uma organização interna, externa, e que os apoios fossem mobilizados. Esse apoio seria formado por algumas forças que poderiam contribuir na época como: a imprensa, a OAB, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese, a CPT e os companheiros do campo que, de acordo com Maria Geralda, eram em 1979 mais organizados que os movimentos por ocupação urbana. Na mesma entrevista, ainda destaca que pelas fontes pessoais do movimento, como jornais comunitários, fotografias, dentre outros documentos, seria possível identificar o apoio dos camponeses organizados, não só trazendo alimentos à ocupação, mas sobretudo prestando solidariedade ao movimento (LOPES, 2011, p. 29).

Outra questão importante levantada por Lopes diz respeito aos detalhes da geografia e dos possíveis estatutos de posse do espaço ocupado, isto é, da Fazenda Caveirinha. No momento da ocupação, de acordo com o mesmo, essa fazenda “pertencia” à CAFERPE S/A - Administradora e Participadora. Tal empresa tinha sua sede em Belo Horizonte, ficava localizada no perímetro urbano da cidade de Goiânia, pela margem esquerda da Avenida

Perimetral Norte, ao lado dos bairros Capuava e João Vaz, com extensão de área de vinte e dois alqueires. Ficava ao lado de uma propriedade chamada GOIARROZ. A indústria CAFERPE S/A, para tentar provar o suposto fato de que tinha a posse real e não apenas jurídica da área em questão, levantou que a CAGIGO - Companhia Agroindustrial de Goiás era parte de seu grupo econômico. A partir dessa questão seria possível defender a tese de que a CAFERP tinha não apenas a posse derivada do título nominal, mas também a relação de fato com a posse, derivada da utilização econômica da área. A CAGIGO se aliou à CAFERP S/A nessa estratégia, no intuito de ocultar o fato de que ela própria estava em situação ilegal naquela área, isto é, que não era proprietária da mesma. Todavia, a CAFERP S/A se utilizava da existência de um Armazém da CAGIGO na área para defender sua tese de utilização econômica da mesma. Em momentos de repressão<sup>73</sup> nos meses iniciais da ocupação, o autor destaca que esses “invasores milionários”, “como eram chamadas estas empresas e particulares que se apossavam das áreas que não lhe pertenciam, com a conivência e ajuda da prefeitura, não raramente uniram-se na prática de repressão contra os ocupantes” (LOPES, 2011, p. 66). Também é destacado que no contexto que corresponde a conveniência do poder público com os interesses das chamadas “invasões milionárias”, até o presidente do IPLAM (Instituto de Planejamento Urbano), Fernando Rabelo afirmou que

A maioria das áreas reservadas pela Prefeitura [...], como terrenos públicos, foi invadida por pessoas ricas ou mesmo por entidades profissionais e de classe. Os lugares onde hoje estão, por exemplo, O clube de Engenharia, Instituto de Pesos e Medidas (Setor Sul), a Academia Músculo e Poder (Centro), a Secretaria da Agricultura, o estádio Onésio Brasileiro Alvarenga (a sede do Vila Nova Futebol Clube) e as instalações da Saneago (no setor universitário) eram áreas públicas. [...] Esse negócio de invasão milionário é muito difícil. Esse pessoal não sai. [...] Eu não sei como, mas o poder público necessitaria recuperar essas áreas, mas o prefeito não está muito animado (INVASÕES, drama maior da cidade. *Jornal Diário da Manhã*, Goiânia, 11 set. 1983, p. 12 apud LOPES, 2011, p. 66).

Para além da questão da CAGIGO fundamentalmente não ter conseguido provar ser proprietária da área onde estava edificada, em aliança com a Prefeitura, reprimiu de forma violenta inúmeras famílias que estavam presentes na ocupação e que estavam morando em barracos construídos com madeira e pedaço de lona (LOPES, 2011, p. 66). Em entrevista com Olavo Novaes Alves<sup>74</sup>, é possível identificar a percepção dos moradores sobre o caso:

---

<sup>73</sup> “Além da ordem policial cidadina que reprimiu duramente os ocupantes, algumas empresas situadas em áreas vizinhas da ocupação aproveitaram-se da situação de ‘desordem’, para tentarem se apropriar da área ou simplesmente evitar uma vizinhança considerada incômoda. Tais empresas, segundo boletins da Associação de moradores, foram principalmente: a) GOIARROZ, b) RONAM, c) CEREALISTA MICHELETTE e a CAGIGO” (LOPES, 2011, p. 66).

<sup>74</sup> Tinha, na época da entrevista, 63 anos. Era migrante e ex-mutirante, atualmente é vigia noturno e balconista.

E lá, na CAGIGO, tinha coxinha, pastelão, refrigerante, tudo quanto é coisa lá pro policiamento comê. Polícia lá pra todo lado. Lá na área da CAGIGO, polícia civil, polícia militar (o alojamento dos policiais, na área da CAGIGO). Aí o pau quebro e mandô tudo embora, ou seja, ordem de Brasília para que a polícia deixasse a área. E o DR. Ervésio, continuô ele por conta própria, continuô por conta própria. Os policiais foram dispensado. Ele arrumo um grupo assim de sei lá deve sê [...], ele tem dinheiro. Ele ficô com com uns trator aí, dirrubano na marra, ai [...] (LOPES, 2011, p. 67).<sup>75</sup>

Em outro trecho da entrevista destaca que:

[...] Aparecia tanto tipo de escritura aqui: uma hora o povo do Goiá Arroz tinha iscritura, outra hora falava que Cargil (CAGIGO S/A) tinha iscritura. Nós não queria nem sabe. Nós tava aqui lutano. Aparecia um papel novo aqui, massava ele, sujava de terra. Eles inventavam a iscritura e trazia. Então se via o confronto por ai [...] (LOPES, 2011, p. 67).

De acordo com Lopes, esse depoimento, em ligação com outras testemunhas como Delso Pereira, Nelson Paschua Letti e Edson Ferreira, ouvidas no momento do encadeamento de reintegração de posse movido pela CAFERP (Participadora e Administradora), evidencia que a CAGIGO, “apesar de não provar ser proprietária do terreno onde tinha um armazém, contou com apoio explícito e bárbaro da polícia militar de Goiânia para tentar expulsar os ocupantes”. Tal indício se torna ainda mais evidente, pois “basta observar que contou com a conivência da Prefeitura de Goiânia, na gestão do então prefeito Índio Brasil de Artiaga, para utilizar-se de jagunços visando amedrontar as várias famílias ali presentes” (LOPES, 2011, p. 67-68). Nos próximos capítulos, voltaremos a destacar eventos históricos em que as indústrias aparecem eventualmente em tensão com o tema do direito de propriedade do espaço da Fazenda Caveirinha.

Como conclusão, é importante apontar que este tópico teve a intenção de fazer uma interpretação de leituras que já foram feitas na historiografia deste objeto. No geral, sobre os momentos iniciais dessa ocupação, quais foram seus cenários contextuais e, por fim, qual era o perfil dos ocupantes da mesma.

---

<sup>75</sup> De acordo com os advogados Mário Arantes C. Júnior (OAB 4092); Nilo Ferreira Macedo (OAB 4127); Renaldo Limiro da Silva (OAB 3306): “Falou-se que a CAGIGO – Companhia Agroindustrial de Goiás, pertence ao mesmo grupo econômico da CAFERP S/A- Administradora e Participadora, numa tentativa de demonstrar na mesma a titularidade do direito. Entretanto, essa afirmativa não pode prevalecer, porquanto a mencionada titularidade somente pertence à primeira (CAFERPE S/A), que juntou os documentos comprobatórios de sua propriedade das glebas de terras ditas invadidas, o que não aconteceu com a Segunda, já que se provou que esta não possui propriedade imóvel nesta capital” Ver: *Defeito de Representação*, apresentado pela referida defesa dos ocupantes no Fórum de Goiânia em 26/09/79. Além disso, no Jornal *O Popular* de 06/10/70, lemos o seguinte: “O curador especial, que representa os invasores citados por edital, salientou a manifesta ilegitimidade de parte para a ação, porque a segunda autora CAGIGO Companhia Agroindustrial de Goiás: ‘(...) não possui interesse para propor a presente ação’, isto porque não é proprietária do imóvel que se diz invadido (...). Todas as testemunhas são categóricas ao afirmar que a invasão se verificou somente em glebas da primeira autora (CAFERP S/A), constatando que a CAGIGO nem sequer foi molestada” (LOPES, 2011, p. 67).

## **CAPÍTULO 2 - O SURGIMENTO DA MÍDIA COMUNITÁRIA NA VIDA COTIDIANA DA AUTOCONSTRUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA DO JARDIM NOVA ESPERANÇA E A CONSTRUÇÃO DE DUAS POLÍTICAS HABITACIONAIS CONTADAS POR SEUS MORADORES**

### **2.1. O nascimento da mídia comunitária periódica: Comunicados e Boletins vistos pela História Oral<sup>76</sup>**

Neste tópico, temos a intenção de construir a história do nascimento da mídia comunitária na autoconstrução da ocupação urbana do Jardim Nova Esperança. Nesta dissertação, nos concentraremos no que tange especificamente à mídia comunitária formada pelos periódicos. O pressuposto básico é historicizar e problematizar os variados contextos que foram materializados na construção dos periódicos pelos moradores. A investigação ocorrerá a partir de algumas perguntas como, por exemplo: como se deu a construção da mídia comunitária formada pelos periódicos? Por que tiveram a intenção de criá-los? Quem os escrevia? Como funcionava sua organização? Quais eram as condições técnicas e materiais experienciadas pelos moradores na produção dos periódicos? Como funcionava a divulgação? Quem lia os jornais? Como os periódicos serviram de instrumento para agir na vida cotidiana da movimentação social pelo direito de ocupar? Entre outras questões.

Veremos nos próximos tópicos que é obtendo como instrumento os periódicos comunitários que será retirado os vestígios históricos para a construção da história urbana da vida cotidiana da ocupação. Ou seja, é a partir deles que estarão disponíveis os eventos históricos cotidianos vividos pelos moradores. São alguns exemplos: o cotidiano dos mutirões formados pela construção da casa de reunião; a abertura das ruas; a construção de uma escola; a movimentação dos representantes de quadra; as tensões experienciadas com o poder público,

---

<sup>76</sup> Na data de 10 de janeiro de 2018, uma entrevista foi realizada com alguns pioneiros do Jardim Nova Esperança na casa de Geralda, localizada no Bairro Vera Cruz, em Goiânia. Participaram na condição de entrevistados: Maria de Jesus Rodrigues, Geralda, Edmar. Nesse dia fizemos a entrevista em uma mesa, antes de ser servido o almoço. Ficamos todos sentados na mesa de jantar. Sobre a mesa ficou boa parte da documentação pessoal que os pioneiros possuem. Geralda buscou a documentação, pois ajudaria a todos na rememoração dos eventos históricos vivenciados pelos mesmos. O pressuposto da entrevista foi construir, a partir da metodologia da história oral, outro tipo de vestígio do passado, ou seja, outro tipo de fonte histórica sobre a origem e funcionamento da imprensa comunitária dentro da experiência da ocupação urbana. Uma vez que, para compreender a construção histórica da comunicação do objeto de pesquisa estudado, não só serão usados como fonte histórica as matérias de periódicos comunitários locais, mas, ao mesmo tempo, fontes orais.



na figura da Prefeitura de Goiânia, principalmente ao que se refere a quedas de braço sobre a consolidação da ocupação e suas potenciais chances de “legalidade”; a luta jurídica com a iniciativa privada, formada pelas indústrias próximas à ocupação e que se diziam donas do espaço, entre outras questões.

Durante todo o capítulo, usaremos dois tipos de fontes que andarão juntas na construção dos eventos históricos, sendo elas: a mídia comunitária, formada pelos periódicos, com destaque para a sequência dos *Comunicados, Boletins e Jornal 4 de Outubro* e as fontes orais, formadas basicamente por entrevistas com alguns moradores pioneiros da ocupação. O segundo grupo de fontes tornou-se muito importante na presente pesquisa, pois foi a partir das mesmas que se tornou possível superar os eventuais “buracos” ou invisibilidades sociais que talvez só puderam ser evidenciados em suas devidas nuances e proporções tendo como instrumento de investigação tal vestígio do passado.

Peruzzo (2003, p. 2) traz uma conceituação específica para mídia local e mídia comunitária. Em sua definição, mídia local<sup>77</sup> se vincula a assuntos mais gerais, como vias públicas, tragédias, violência urbana, tráfico de drogas, política local, serviços públicos, problemas da cidade, culinária regional, etc. Já os meios comunitários versam principalmente sobre pautas de interesses específicos de segmentos sociais, como assuntos de bairro, do trabalho, dos movimentos sociais, questões de violência, esclarecimentos quanto aos perigos relacionados às drogas e outras problemáticas de segmentos sociais excluídos. Em síntese, a primeira mídia versa mais acerca da transmissão da informação e a segunda sobre a mobilização social e a educação informal. A mídia comunitária se realiza em processos nos quais as pessoas da comunidade são as principais protagonistas. A autora baseia-se em onze características para a definição mais ampla de uma mídia comunitária: 1) ter como propósito divulgar assuntos específicos promovidos pela comunidade, por movimentos coletivos, segmentos populacionais ou de interesse público que eventualmente não encontram espaço na mídia padronizada; 2) utilizar como estratégia a participação direta dos indivíduos do mesmo lugar na programação e eventualmente na gestão do veículo de comunicação. Nesse contexto, o receptor da comunicação também pode se tornar o emissor e vice-versa; 3) o indivíduo que produz as mensagens (como criar, falar, redigir, editar, transmitir) não é um especialista, um profissional de comunicação, mas um cidadão comum; 4) o engajamento é estabelecido como uma meta a ser alcançada, contribuindo para o desenvolvimento comunitário, no sentido de ampliar os

---

<sup>77</sup> Sobre a Mídia Local, conceituaremos seus detalhes no Capítulo 3, onde trabalharemos com os jornais da grande imprensa goianiense.

exercícios do direito e da cidadania; 5) nessa mídia não há interesses lucrativos, sua economia é autofinanciada ou ocorre por doações e pode trabalhar com apoios culturais, mas não com anúncios publicitários. É consenso que, caso haja excedentes econômicos, os mesmos não possam ser apropriados de forma privada, mas devam ser disponibilizados para a sustentabilidade e investimentos do próprio meio de comunicação; 6) os assuntos discutidos e seus conteúdos versam sobre as necessidades, problemas, temas artísticos, cultura e outros temas de interesse local, como diferentes notícias sobre as ações de grupos populares organizados, esclarecimentos com o intuito de afastar as crianças do tráfico de drogas, ações contra a discriminação de mulheres e raças, conselhos para saúde, notícias sobre a prevenção de doenças, reivindicações associadas a serviço público de fins coletivos e diferentes informações de ordem e utilidade públicas; 7) em experiências mais avançadas, o desenvolvimento se dá por gestão coletiva; 8) a propriedade da mídia pode ser coletiva, institucional e individual, todavia, tem de ser colocada a serviço da comunidade; 9) o engajamento deve girar em torno da autonomia em relação ao governo e a diferentes grupos de interesse; 10) estar dirigida a segmentos específicos de uma população; 11) por último, seu alcance tem de ser limitado em relação à cobertura, audiência e número de leitores, porém com exceções sobre o potencial técnico de transmissão, uma vez que, com características similares da mídia comunitária, existem diferentes canais, como rádios educativas e populares na América Latina, em que suas transmissões têm possibilidade de chegar a proporções regionais e até nacionais. Também existem exemplos de redes formadas no intuito de se articular nacionalmente e internacionalmente (PERUZZO, 2003, p. 8-9). As características trabalhadas pela autora sobre mídia comunitária se aproximam de forma considerável da realidade do nosso objeto e é a partir delas que, de maneira muito similar, ocorreram os eventos históricos relacionados à construção e ação da mídia comunitária periódica dentro da ocupação.

No livro *Retalhos de lembranças*, de Maria Rodrigues, existem notícias sobre o processo de criação da comunicação comunitária experienciada no cotidiano da autoconstrução do Jardim Nova Esperança. Em geral, elas tendem a associar a criação da imprensa comunitária com o processo coletivo de formação do movimento social dentro da mesma. Em uma passagem do livro, é pontuado que a comunicação do Jardim Nova Esperança “sempre foi feita através dos comunicados e boletins informativos confeccionados pela Associação dos Moradores”<sup>78</sup> e

---

<sup>78</sup> Sobre a associação dos moradores, construída por mutirões, existe a entrevista de Robinho Martins de Azevedo que versa sobre o que ele chama de uma “nova ética” em se construir uma associação dos moradores, a partir do Jardim Nova Esperança: “[...] é o novo comportamento que assumiu quem é, quer dizê, quem era do movimento popular, que era da luta pelo bairro, da associação de morador. Acabou que naqueles tempos, as pessoas que se

distribuídos com sucesso pelos representantes de quadra” (RODRIGUES, 2013, p. 11). Dentro do movimento social comentado por Maria, diversos coletivos de imprensa comunitária-alternativa foram criados por vários grupos, coletivos e instituições dentro e fora do cotidiano da ocupação. Marinho (2009)<sup>79</sup> identifica em sua pesquisa o nascimento de jornais, rádios e programas de televisão que atuaram junto a algumas instituições na formação de coletivos políticos e identitários dos ocupantes. *Rádio Ambulante*, *TV Ambulante* e o *Jornal 4 de Outubro* são alguns exemplos. As duas primeiras fazem parte de criativa construção de mídia sonora e audiovisual da ocupação urbana, porém, para esta pesquisa, nos concentraremos na mídia comunitária periódica, formada pelos comunicados, boletins e o *Jornal 4 de Outubro*. Em pesquisa sobre a comunicação realizada na ocupação, Rocha (2012) mostra o que ele identifica como uma espécie de infraestrutura própria e autônoma de comunicação realizada no assentamento e caracteriza seu modo de atuação:

Num caráter emancipatório, plantou um processo de comunicação multimeios: escola de fundo de quintal, a rádio popular com alto-falantes, os boletins locais, o jornal *Quatro de Outubro-a luta pela posse da terra*, a *TV ambulante*, o teatro, os poetas cantadores, os livros, além de co-produtor e co-gestor de programa na Rádio Universitária, o *Outra Face* (sete anos no ar) e, na sequência, a fuga para as rádios livres comunitárias, num simultâneo à Meia Ponte de Pirenópolis (ROCHA, 2012, p. 267).

Na percepção do autor, descobrir a diversificada comunicação comunitária compartilhada no ambiente do assentamento “[...] é recompor também a história da cidade e, talvez mais que isto, retirá-la do isolamento a que pareceu (auto) condenada por tantos séculos” (ROCHA, 2012, p. 268).

Em entrevista com Maria Rodrigues, ela começa lembrando o surgimento do contexto de criação dos jornais impressos:

[...] Acho que a gente pode dar uma relembadinha de como é que surgiu a ideia dos boletins, né, porque a gente não tinha uma organização, em fala, olha, “nós vamos por

---

foram formando, adquiriu uma ética de comportamento, diferente do pessoal que militava anteriormente. Por exemplo, antes do Nova Esperança, o que era associação de morador? A associação de morador era um conjunto social que refletia naquele local o pensamento do poder dominante [...] então, com essa mudança, o pensamento se transformo diferente: o que passo a sê a associação dos morado a partir daí? A associação deixou de ser uma extensão do poder na vila frente ao prefeito, frente ao vereador e tal [...]” (LOPES, 2011, p. 28). Essa entrevista foi realizada em 1990.

<sup>79</sup> Sobre os detalhes da história da imprensa alternativa e a comunicação comunitária em Goiás ver: MARINHO, Marcelo Benfica. *A imprensa Alternativa e a comunicação Comunitária em Goiás, décadas 70/80 da Resistência a Cidadania*. Goiânia: Editora UCG e Kelps, 2009. No livro é possível, por exemplo, identificar as alianças que ocorreram na mídia comunitária dentro da ocupação (que se formou basicamente por periódicos, teatro, rádio e televisão) e as alianças com outros grupos ligados à comunicação social da cidade.

aqui” foi surgindo a medida, né, dos acontecimentos, foi surgindo dessa necessidade de...<sup>80</sup>

É interessante notarmos no relato de Maria que, possivelmente pelo contexto temporal fervilhante que viveram durante os momentos iniciais da ocupação urbana, os pressupostos de criação, organização editorial, montagem, entre outras coisas, inerentes à produção de um jornal (principalmente institucionalizado), não foram recorrentes em suas experiências. Em seguida, Edmar<sup>81</sup> começa a falar: “É assim ó, eu porque assim, eu tenho algumas imagens, assim, na minha mente, dos boletins, porque primeiro eles eram boletins, que era de uma folha só, com informações, né...”. Geralda diz em seguida: “Você quer que eu busque os boletins?”. Edmar responde:

Quero, acho que vai ser bem interessante... Então, assim, é, pois é, em 79, a década de 79 para 80, foi um período de grande formação política, formação das lutas, os movimentos estavam muito organizados no Brasil inteiro, foi as grandes greves no ABC, a luta contra a ditadura, né, essas questões todas influenciou diretamente no jardim nova esperança quando ele surge, no princípio, quando ele vai aparecer né, como uma resistência da posse urbana não é, e conseqüentemente quando o movimento começa a se organizar, também se sentiu a necessidade de politizar as pessoas, as pessoas precisavam ser politizadas, é a partir desse princípio é que surge a proposta de se criar uma forma de organizar as informações né, e de poder assim, essas informações é... nortear um caminho de resistência com essa população que estava chegando no Jardim Nova Esperança.<sup>82</sup>

Percebe-se que Edmar associa a necessidade de construção da imprensa comunitária ao contexto maior de intensificação de movimentos sociais que atuaram na região do ABC paulista no final da década de 1970 no estado de São Paulo, movimento que gerou inúmeras greves, sobretudo ao que se refere ao Parque Industrial de São Bernardo do Campo (SP) em busca de melhores condições de trabalho. Motivou também as movimentações sobre as manifestações contra a carestia, dentre vários outros contextos que geraram, em grande medida, o surgimento do Partido dos Trabalhadores em 1980<sup>83</sup>. Também associa esse contexto gerado no ABC

---

<sup>80</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

<sup>81</sup> Edmar é artista plástico, foi um dos pioneiros da ocupação e, dentre outras coisas, atuou bastante na parte gráfica e artística da construção dos Boletins.

<sup>82</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

<sup>83</sup> Sobre esse contexto, ver: MARTINS, José de Souza. *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*. São Paulo: Editora Contexto, 2016. Obra que dá de forma densa a dimensão histórica e sociológica sobre este contexto. Para além desse livro, recomenda-se para uma maior compreensão do tema os documentários: *ABC da greve (1979-1990)* (Cf. *ABC da greve, 1979/90, São Paulo, SP*. Direção de Leon Hirszman. 1990. (75 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2hhFk0cml6Y>. Acesso em: 05 de setembro de 2018.), *Peões (PEÕES)*. Direção de Eduardo Coutinho. 2004. (85 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XI9mLhycm4Q>. Acesso em 05 de setembro de 2018.) e *Linha de montagem* (Cf. *LINHA de Montagem*.

paulista à experiência da posse urbana na cidade de Goiânia. O que, no fundo, também está inserido em outro contexto engendrado pelo forçado êxodo rural estrutural imposto aos habitantes dos lugares rurais, tanto no ABC quanto em Goiânia. Ao mesmo tempo, em sua fala fica evidente a necessidade de pedagogizar esse contexto maior que estava acontecendo no estado de São Paulo com o movimento que ele participava em Goiânia. Como disse: “surgiu a necessidade de politizar as pessoas, as pessoas precisavam ser politizadas”. Uma espécie de pensar o geral para agir no específico, agir a exemplo e aprendizado do outro. Maria logo em seguida faz suas considerações sobre as origens da comunicação comunitária:

É agora, eu já, isso aí eu já vejo assim, por exemplo, essa maturidade política, acho que ela veio na sequência, a primeira, a primeira coisa, que aconteceu com relação aos boletins foi a necessidade de manter a população, de manter os moradores informados né, a gente precisava de um meio da população estar informada de todos os acontecimentos. E aí, o que a gente fazia? Escrevia né no papel, rodava no mimeógrafo, tirava cópia e distribuía. Mas, a partir daí foi que veio essa etapa da gente sentir a necessidade da politização, né, mas a primeira mesmo foi a necessidade de manter a população informada, sem um compromisso político, inclusive, era mais por garantia mesmo da moradia.<sup>84</sup>

Diferente de Edmar, Maria interpreta que a necessidade de criação dos boletins veio primeiro e com mais intensidade para suprir as demandas de informação da movimentação da ocupação por moradia e só em um segundo momento obteve ações de politização com a comunidade. A segunda parte de sua fala identifica questões importantes sobre a parte material de confecção dos boletins: “E aí, o que a gente fazia? Escrevia né... No papel, rodava no mimeógrafo,<sup>85</sup> tirava cópia e distribuía”. Sobre essa questão é importante notarmos o caráter artesanal de produção, a escrita no papel e o uso de um mimeógrafo para execução da impressão. Em relação às estruturas técnicas de produção dos periódicos, há preocupação em problematizar e evidenciar suas nuances nesta pesquisa, pois, assim como ensina Tania Regina de Luca em seu texto *História dos, nos e por meio dos periódicos*, “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e porquê”(LUCA, 2005, p. 132). No que tange a características técnicas de produção dos impressos, identifica-se o mimeógrafo, por exemplo, como instrumento comum no final dos anos 1970 para confecção de pequenos jornais, uma vez

---

Direção de Renato Tapajós. 1982. (98 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svh-IGcSDmU>. Acesso em: 05 de setembro de 2018).

<sup>84</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

<sup>85</sup> O mimeógrafo foi usado provavelmente pela primeira vez em 1887, mas só se tornou popular apenas no século XX. Patenteado por Thomas Edson foi uma das primeiras máquinas de impressão no mundo. Era uma forma prática e barata para impressões em pequenas tiragens, e foi muito utilizado nas escolas.

que ainda não havia máquinas diferenciadas de impressão e nem os serviços digitais, ancorados pela internet. Essa questão tem muito a ver com outra afirmação de Luca sobre o que ela chama de função social dos impressos: “é óbvio que as máquinas velozes que rodavam os grandes jornais diários do início do século XX não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto do problema: as funções sociais desses impressos”. Ou seja, é fundamental notarmos as atuações de improviso dessas pessoas ao criarem essa comunicação, uma vez que para sua construção existiam vários empecilhos, desde a escassez de materiais até o possível acesso a um saber profissional mais especializado. É curioso perceber que, mesmo em um contexto dessa natureza, surgiu uma grande produção de jornais dentro da autoconstrução. Ainda sobre as características dos jornais, enquanto olhava os boletins sobre a mesa, Edmar relembra questões técnicas referentes à produção do jornal:

Isso era letra 7, se comprava o alfabeto inteiro, no tamanho da letra que você queria e você ia colando um, por um (...)

**Lucius:** bem artesanal, hein?

**Edmar:** bem artesanal, processo todo artesanal.<sup>86</sup>

Em outro diálogo de Edmar e Geralda é possível verificar mais detalhes do processo de produção:

**Geralda:** Olha esse, Edmar, esse aqui... esse ficou bacana ó, mesmo sendo mimeografado, conseguimos pôr uma foto.

**Edmar:** Aqui é um stencil ó, isso aqui era furado ó, “casa de reunião”, isso aqui já foi uma outra técnica que eu usei, que foi pegando a régua furada e se ia riscando na régua ó, pra ficar essa letra grande.... Tá vendo.... Então nós separávamos, sentávamos, pra discutir as matérias pra fazer o boletim (...).<sup>87</sup>

Edmar era o principal articulador da produção artística do jornal. Seria o equivalente à função que corresponderia nos jornais de hoje à direção de arte. Em sua fala aparecem duas técnicas, uma referente ao uso do stencil<sup>88</sup> e outra com uma régua furada. Esta tinha o intuito de criar uma letra grande para o jornal. Em outro momento da entrevista, pergunto a Edmar sobre a organização da produção dos jornais. Ele responde:

---

<sup>86</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

<sup>87</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

<sup>88</sup> Stencil ou molde vazado é uma lâmina de acetato recortada perfeitamente a laser com diversos tipos de desenhos, escolhidos de acordo com a necessidade do tema em que se trabalha. Sua principal utilização é para aplicar uma imagem, que pode ser letras, números, símbolos, desenhos e tudo mais que desejar. Pode ser aplicado em diversas superfícies, curvas, planas, em madeira, tecido, papel, parede, velas e muitos outros lugares! Basta trabalhar com o stencil e tinta spray ou aplicar com um pincel ou esponja.

Então nós separávamos, sentávamos, pra discutir as matérias pra fazer o boletim.

**Lucius:** E não tinha uma comissão específica sobre os boletins? Às vezes rodava algumas pessoas?<sup>89</sup>

E jocosamente e enfaticamente responde:

É, 1980, rapaz! Janeiro de 1980! Já tem essa qualidade, o boletim, tá vendo? Já é essa qualidade, do desenho [...]. Eu fazia todos os títulos, eu fazia tudo à mão.

Importante notarmos outra consciência temporal de Edmar em relação ao que eles, os moradores, produziam. Ou seja, em sua fala é possível identificar preocupação em dar dimensão às particularidades do contexto de uma comunicação comunitária experienciada e construída em uma ocupação urbana. Faz questão de enfatizar que as condições de produção de jornais na década de 1980 eram submetidas a ferramentas elementares e constituídas por um modelo artesanal. Essas reflexões sobre as técnicas, modos de produção e funções sociais de criação dos jornais fazem emergir aspectos interessantes sobre algumas perguntas de nossa investigação como, por exemplo: qual o tipo de sociabilidade existente na origem motivacional desses periódicos? Como era sua organização? Como as pessoas que estavam envolvidas no processo lidaram com essa produção? Como surgiu a ideia da escolha de alguns materiais para a produção do jornal? Como e quem produziu sua tipografia, ilustração, desenhos, dentre outras questões ligadas à imagem dos jornais? Edmar, depois de alguns segundos, conclui suas lembranças:

Era isso Maria, e a necessidade da gente, porque essa mente pensante, assim, esse grupo, que começou a pensar o movimento de resistência, é, também se pensava de ter a população do nosso lado, porque tinha os grupos dentro do Nova Esperança também que eram oposição e foram oposição né a vida toda né, ligado a direitona, ligado a ditadura militar, ligado a...

**Maria:** ao sistema político da época né?

**Edmar:** da época né, então também foi uma forma de trazer a população para o nosso lado, acho que aí que o boletim foi muito eficiente né?<sup>90</sup>

Novamente se reitera a percepção de criação dos boletins como processo de resistência desenvolvido por um grupo “pensante” que teria que criar uma narrativa de adesão a grupos que não pensavam e nem atuavam da mesma maneira do grupo vinculado a Edmar. A importância dos boletins aparece como possibilidade de conseguir mais adeptos para o tipo de pensamento e ações escolhidos, que agiam em resistência principalmente ao grupo da chamada “direitona”, que naturalizava as práticas e discursos do regime da ditadura civil militar do final

---

<sup>89</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

<sup>90</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

dos anos 1970 em Goiânia e por todo o país. Geralda também, no começo da roda de entrevistas, esboça sua percepção das origens da comunicação comunitária no Jardim Nova Esperança:

É... foi uma, um método assim, muito interessante que é a de socializar as informações. Então nós já tínhamos no Jardim Nova Esperança, é... uma população grande né, e nós precisávamos rápido, comunicar com todos os moradores. Então surgiu a ideia... tanto é que alguns boletins são meia página só... Então tem os comunicados e os boletins. Então foram duas etapas, os boletins faziam a abrangência maior das notícias, até notícias externas ao Jardim Nova Esperança e os comunicados era coisa urgente. Então precisávamos reunir um grande número de pessoas para dar uma informação importantíssima, então o comunicado era esse papel que circulava com as notícias.<sup>91</sup>

Percebe-se no depoimento de Geralda, assim como aparece no relato de Maria e Edmar, que a motivação para criar a comunicação impressa periódica era de necessidade intensa, pois garantiria cada vez mais a comunicação com a população da ocupação urbana, de maneira mais eficiente e ágil. Novamente, outra informação técnica foi dada por Geralda, referente à materialidade e função dos impressos. Primeiramente, surgem os *Comunicados*, com formato de meia página, uma vez que era uma comunicação rápida. Com o andamento da entrevista, percebeu-se que havia também o contexto histórico cronológico do surgimento dos impressos, que vão surgir nos meses iniciais de 1979, ou seja, na origem da ocupação urbana. Os comunicados aparecem nesse contexto como primeira materialização de comunicação dos ocupantes, de modo que tinham a função de informar de forma rápida. Só em um segundo momento aparecem os boletins. Os boletins, como relata Geralda, abrangeram maior quantidade de notícias, internas e externas à ocupação, pois o movimento dos ocupantes comunicava-se de forma mútua com outros movimentos sociais da época do estado de Goiás e até do mundo.

Edmar comenta, em uma espécie de *insight*, no momento específico dessa fala de Geralda, sobre outra característica técnica dos comunicados: “Ah! E ele era numerado, era o comunicado 1,2,3... Ou seja, havia uma numeração das edições”. Dando continuidade ao seu relato, Geralda explica sobre a criação dos comunicados e boletins: “Então precisávamos reunir um grande número de pessoas para dar uma informação importantíssima, então o comunicado era esse papel que circulava com as notícias”.

Nota-se com seu relato a grande necessidade de comunicação que viria de uma demanda formada por novos acontecimentos cotidianos que surgiriam a cada instante. E continua:

---

<sup>91</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.



Aí o interessante, como então a gente fazia a comunicação se a população era tão grande? Aí o grupo só da diretoria da associação de moradores não daria conta. Nós tínhamos uma outra organização, que foi o fruto também assim, que foi modelo, que eram os representantes de quadra.

Sobre sua organização, Geralda detalha: “Então os representantes de quadras era sempre dois homens e duas mulheres, porque os homens saiam para trabalhar e as mulheres ficavam com a informação pra dar”. Sobre essa estratégia, nota-se uma criativa organização do movimento social para resolver o problema da falta de comunicação com os ocupantes. Ao mesmo tempo, tal ação buscou efetivar empiricamente a comunicação, usando o contexto que lhes era possível. Na escolha dos representantes de quadra, a estratégia de escolha das mulheres como representantes durante o dia, garantiu que as informações circulassem na ausência dos homens. Sobre os representantes de quadra, Geralda conclui: “Então nós passávamos aos representantes de quadra e eles se encarregavam de repassar a informação, então isso garantiu com que ninguém pegasse nós de surpresa”.

Nesse relato, a expressão “pegar de surpresa” possivelmente está associada a uma certa proteção, uma espécie de garantia de que a informação que se propuseram a passar, iria de fato ocorrer de forma efetiva. Mais à frente nessa conversa, Maria faz uma intervenção: “e se a gente fizesse uma reunião com 100 pessoas, todo o setor estava representado, porque cada representante, se fosse um representante, a quadra inteira estava representada, então a melhor tática foi essa”. Ou seja, Maria enfatiza a importância da representação por quadras, pois na prática garantiria a comunicação de todos os espaços e conseqüentemente de mais pessoas. Como conclusão, Geralda, ao manusear algumas fotos, jornais e documentos que ela depositou sobre a mesa de sua casa, comenta: “Aqui nós temos muitas fotografias... Nós fizemos dois congressos de representantes de quadra, então nós temos aqui guardado”. Edmar complementa: “Eu tenho uma fotografia dessa primeira assembleia em casa! Nós fazíamos... então todos falavam...”.

Ainda em relação à representação por quadras, à distribuição dos jornais e à organização da distribuição dos mesmos, dentre outras questões, segue um trecho do diálogo<sup>92</sup> com Maria:

**Lucius:** Gostaria que você falasse mais sobre como ocorria o relato, dos representantes de quadra, depois da entrega dos boletins, eles faziam uma reunião?

**Maria:** Na verdade os representantes de quadra eles tinham uma função de organizar a quadra, para levar o resultado da opinião da quadra para a reunião geral, porque a gente fazia uma reunião geral com todos os representantes periodicamente, aí o que acontecia, os representantes, quando a gente por exemplo, escrevia um boletim, ou um jornalzinho, alguma notícia que tinha que ser divulgada, os representantes tinham essa função, de fazer isso em suas quadras, como cada quadra, tinha 4 representantes,

---

<sup>92</sup> Esta entrevista ocorreu meses depois, em outubro de 2018. Estava presente somente Maria de Jesus Rodrigues.

eles iam de casa em casa distribuir e se houvesse necessidade, ele reuniam a quadra, discutia ali o que fosse possível, pegava as opiniões e o representante levava para a reunião geral. Por isso que tudo que a gente fazia, a gente conseguia atingir todo o bairro, dessa forma. Se a gente fazia uma assembleia por exemplo que tinha 100 pessoas, nós conseguíamos atender a presença, 1.500, 2.000 pessoas, até 3.000, todos os moradores do bairro, porque ali naquelas 100 pessoas estavam representadas todas as pessoas do bairro.<sup>93</sup>

É importante notar que, para além da distribuição dos *Comunicados* e *Boletins*, os representantes tinham a função de recolher as opiniões das quadras. Além do mais, tinham a função de levar as opiniões de suas quadras para a reunião geral. Interessante ressaltar que havia toda uma dinâmica de comunicação de base que ia desde o interesse individual de cada morador, até a sua manifestação coletiva, expressada na construção dos jornais. Tal processo se dava em diferentes funções. Como na distribuição, discussão, e reuniões maiores, que dentre outras coisas, deliberavam uma representação mais efetiva de toda a população moradora. Outro destaque importante diz respeito aos detalhes do cotidiano dos representantes de quadra: entregavam os jornais e eventualmente conversavam com os moradores da quadra sobre os conteúdos dos jornais, provavelmente sobre as últimas demandas de sua edição e as etapas políticas cotidianas que estavam vivenciando em busca do objetivo da consolidação do direito à moradia.

**Lucius:** Eu não sabia dessa reunião geral. Então ela ocorria na casa de reunião mesmo?

**Maria:** Ou não né, era feita num espaço onde coubesse, geralmente era feita na casa de reunião, inclusive tem fotos que mostra as reuniões de representante de quadra, era tipo esses seminários que tem hoje, era um dia inteiro de reunião, a gente fazia almoço, aí tinha música, não era só conversa, a gente cantava, brincava, e fazia grupo de discussões, dividia por quadra, ou por assunto, dependia muito do momento né, e então essas assembleias de representantes de quadra, elas eram realizadas periodicamente, eu não me lembro se era de 3 em 3 meses, mas eu acho que era, e se houvesse necessidade a gente fazia as reuniões extraordinárias.<sup>94</sup>

Percebe-se que se não coubesse na casa de reunião, a mesma poderia se dar em outro lugar, sem muitos problemas. Outra questão interessante diz respeito às evidências sobre as etapas que circulavam em torno da reunião geral: almoço, música, brincadeiras, grupos de discussões, ou seja, uma vida cotidiana cheia de elementos que correspondem a momentos que misturam aspectos da cotidianidade privada e pública. Tudo muito similar à reflexão de Martins sobre a questão do território do privado entre nós estar capturado pelo público, pois nossa vida cotidiana é formada por fragmentos, fluindo invasivamente entre “mundos” não cotidianos,

---

<sup>93</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

<sup>94</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

caracterizados por estilos cognitivos próprios e não cotidianos, como o sonho, a fantasia, a religião, a credence, o jogo, o carnaval, as brincadeiras, entre outras coisas.

Sobre as reuniões extraordinárias, pergunto:

**Lucius:** E tinha essa ainda?

**Maria:** Tinha, porque, na verdade, a extraordinária era aquela, que precisou, a gente precisava de atingir todo o setor, convocava uma reunião com os representantes.

**Lucius:** Ela tinha mais importância então?

**Maria:** Ela era o eixo né, ela era na verdade o eixo que movia, porque sem estes representantes a gente jamais conseguiria atingir todo o setor né?

Importante o destaque na fala de Maria sobre as reuniões extraordinárias. Tal dado esboça claramente uma organização complexa por parte dos moradores em relação a suas vidas cotidianas associadas às demandas políticas a serem construídas e realizadas. Essas reuniões, pelo que tudo indica, eram as maiores e tinham o pressuposto de alcançar o maior número possível de pessoas da ocupação. Ainda sobre os detalhes referentes aos relatos dos jornais pelos representantes de quadra, foi perguntado a Maria se havia pessoas não alfabetizadas que faziam o trabalho:

**Lucius:** Existia um grupo que relatava os boletins que não sabia ler, por exemplo?

**Maria:** Tinha, no setor existia muitas pessoas que não sabiam ler e escrever, e que eram representantes de quadra, inclusive.<sup>95</sup>

Ao final da frase, quando disse “e que eram representantes de quadra, inclusive”, Maria se expressou de maneira consideravelmente enfática, em uma clara resistência em relação a uma interpretação que suspeitasse da não efetividade desse trabalho executado por quem não soubesse ler e nem escrever. Sobre essa questão, vale a pena uma reflexão em torno de um artigo de Martins que versa sobre o papel de Mary Burns<sup>96</sup> como principal articuladora na demonstração do que era de fato a classe trabalhadora na Inglaterra do século XIX: “Foi ela quem, ao longo da vida, municiou Engels com os detalhes da mentalidade e do modo de vida dos operários locais, da miséria material e moral de sua vida cotidiana”<sup>97</sup>. Também foi “ela,

---

<sup>95</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

<sup>96</sup> Mary Burns foi uma irlandesa analfabeta, operária da fábrica têxtil Ermen e Engels, em Manchester, Inglaterra. Fábrica em que a família de Friedrich Engels era sócia e da qual o próprio Engels era diretor. Como é sabido, Engels foi o parceiro intelectual de Karl Marx, ambos considerados pais fundadores do socialismo científico. Engels tornou-se amante de sua operária, algo que os socialistas sempre criticaram nele e do que sempre se envergonharam. Era esse um modo dos patrões não só explorarem economicamente seus trabalhadores, mas de os explorarem moralmente através do desfrute sexual de suas filhas. Acabaram vivendo juntos (MARTINS, 2014, p. 59). Para mais detalhes ver: MARTINS, José de Souza. *Uma sociologia da vida cotidiana*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

<sup>97</sup> (MARTINS, 2014, p. 59).

sem o saber, quem revelou a Engels o que era a carne da ossatura filosófica das teses e ideias dos jovens hegelianos de que era um deles” (MARTINS, 2014, p. 59). E ainda:

Ela quem o conduziu pelos cortiços de Manchester onde viviam miseravelmente os trabalhadores irlandeses e onde ele nunca conseguira entrar, dada a hostilidade dos trabalhadores aos patrões não irlandeses (MARTINS, 2014, p. 59).

Outra questão importante desse artigo e que vale como referência para o exemplo do papel desempenhado pelas pessoas que não sabiam ler nem escrever no trabalho de representação por quadras, é a interpretação de Martins sobre o cuidado de não interpretar a questão de Mary Burns ser analfabeta como um bloqueio. Pois,

[...] um diálogo com a antropologia, de que ambos estavam longe, teria mostrado tanto a Engels quanto a Marx que analfabetismo não quer dizer ignorância, como mostraria o Antropólogo português Adolfo Coelho, em 1910, num ensaio seminal<sup>98</sup> (MARTINS, 2014, p. 59).

**Lucius:** Alguém lia pra ela e ela repassava?

**Maria:** Exatamente né, lia e ela repassava, então, a participação nossa, era uma participação de luta mesmo, era uma participação de pessoas que estavam lutando pelos seus direitos, ali não havia discriminação de nada, de cor, de raça, de condições social, de nada, era uma participação... Nós tínhamos uma senhora no nosso grupo, ela faleceu logo depois do movimento, mas ela tinha uma participação ativa, a dona Maria Benta, que inclusive tem o nome dela hoje na Casa de Cultura.

**Lucius:** Qual Casa de Cultura?

**Maria:** Da Sobem<sup>99</sup>, né, a Sobem era Casa de Cultura Maria Benta, então foi em homenagem a ela. Ela não sabia ler nem escrever, já estava bem de idade, ela era muito doente, ela estava com problemas cardíacos, e ela participava de igual para igual com a gente, ele ia, ela discutia, ela era representante de quadra, ela era liderança, além de ser representante da quadra dela, ela também fazia parte do nosso grupo de discussão com as lideranças, então a gente tinha várias pessoas ali que não sabiam lê nem escrever e que participavam.<sup>100</sup>

Importante notar que Maria enfatiza que a movimentação social da qual participou não tinha problemas com pessoas aparentemente “não preparadas” ou em fase de “politização”, como recorrentemente é comum em alguns movimentos sociais. Isto é, se houvesse unidade em torno da luta por moradia, era o quesito que bastava para a participação no movimento. Necessário destacar, ao mesmo tempo, que os moradores fizeram questão de homenagear a moradora Maria Benta, com seu nome na Casa de Cultura, por sua capacidade de superação e engajamento político, onde sua vontade extrapolou quaisquer tipos de obstáculos que eventualmente ela poderia ter. Ainda sobre alguns detalhes, pergunto:

**Lucius:** Olha só, e isso se resolvia rápido né, era só a pessoa pedir pra quem sabia ler, e ela na prática, fazia a ação, não era problema, né...

<sup>98</sup> Cf. COELHO, Adolfo. *Obra etnográfica*. Org. e prefácio de João Leal. Publicações Dom Quixote. Lisboa: 1993.

<sup>99</sup> Centro Educacional Paulo Freire - Sobem - Avenida Comercial, Qd. 117 L. 03/04, Jardim Nova Esperança, Goiânia - GO, CEP: 74450-070.

<sup>100</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

**Maria:** Não, não era problema...

**Lucius:** Tinha um grupo mais fixo, de representantes?

**Maria:** Existia um grupo, por exemplo, eu, Geralda, Robinho, Vera, João, Edmar, seu Pedro, Alonso, Valdemar, Dona Maria Benta (então, existia um grupo maior de lideranças, era esse grupo que fazia toda a movimentação) e aí os representantes de quadra, eles eram escolhidos por reunião também, era feita uma reunião na quadra (essa a gente participava) a gente ia na quadra, e reuniam todos os moradores da quadra e eles elegiam quatro pessoas para serem os representantes. Eram os próprios moradores que elegiam os seus representantes. Aí o contato nosso eram com esses quatro representantes.<sup>101</sup>

Como dito acima, havia uma rotatividade dos representantes de quadra e eles eram escolhidos por votação em reuniões, nas quais quatro pessoas representavam uma quadra. Havia assembleias específicas com os representantes e também congressos para eleger quem seriam os próximos representantes. Maria, nesse relato, também esboça comentário sobre o que ela chama de “grupo maior de lideranças”, que fazia parte de decisões mais rápidas e que provavelmente construíam de forma antecedente as pautas a serem discutidas nas reuniões políticas.

**Lucius:** Tinha um tempo específico para mudar os representantes?

**Maria:** Não, não, mudava se sentissem necessidades de mudar, eles mesmos, tomavam esta decisão, mas a primeira, a gente tava lá participando.<sup>102</sup>

Voltando a uma pergunta sobre o processo de produção dos jornais e suas características técnicas, pergunto:

**Lucius:** Havia editoria?

**Maria:** Editoria... Não, era informal. No começo, como era uma coisa bem nossa, bem interna, às vezes os primeiros eram ocultos né, a gente fazia era manualmente mesmo, era com stencil, aquele de rodar folha por folha mesmo, depois a gente conseguiu uma ajuda do Espar<sup>103</sup>, aí era o mimeógrafo, mas era mais rápido, geralmente era a Geralda que era encarregada de rodar os Boletins, por que a Geralda tinha vindo do Espar, ligada a Diocese de Goiânia, a Vera também, e até a gente ia também, ficava a noite inteira lá, rodando os Boletins, (risos).<sup>104</sup>

Percebe-se nesse relato a preocupação dos moradores em atuar com o jornal de forma oculta dentro da ocupação. A preocupação, como já comentado a partir de outros relatos, poderia ser de represálias por parte do poder público, ou até mesmo de grupos menores que estavam na ocupação e que possivelmente não teriam afinidade com as ideias e com a produção dos jornais. Importante também perceber o desenvolvimento de produção, que saiu de uma

---

<sup>101</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

<sup>102</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

<sup>103</sup> Espar é um órgão da Diocese de Goiânia.

<sup>104</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

situação artesanal mais elementar, formada por stencil, réguas, dentre outros, para a produção com o mimeógrafo, que acelerou de forma qualitativa e quantitativa a construção dos jornais. Outro dado importante é a ajuda da “Espar”, instituição ligada à Diocese de Goiânia, da qual Geralda já havia participado e que apareceu como colaboradora no processo.

Voltando ao tema da entrega dos comunicados e boletins na figura dos representantes de quadra, Edmar faz pontuações sobre os detalhes rememorados com o passar do tempo da entrevista:

E era uma forma muito eficiente também porque, você passava o boletim para o representante de quadra, a informação ela chegava muito rápido né, porque se tinha responsabilidade só pela sua quadra a cobertura se dava um dia pro outro assim... É, às vezes de momento, então assim, todo o setor recebia uma informação. Ah, tem uma reunião na casa de reunião amanhã tal hora, assim, assim, assim... Rapidamente todo mundo já ficava sabendo... Aí quando se ia na reunião, todo mundo já tava chegando naquele horário, já... E aí era 200, 300 pessoas numa vez. As assembleias elas eram demoradas, porque era muita gente participando.

Fica evidente que a estratégia da representação por quadras foi feita e interpretada pelos moradores da época como uma atuação bem-sucedida e eficiente, pois, como chamam atenção, obtinha-se um resultado ágil com as técnicas de comunicação. Outro fator a ser analisado sobre as questões técnicas disponíveis nos periódicos que foram atuantes com os moradores refere-se à autoria dos textos dos comunicados e boletins. Em uma parte da entrevista, Maria lembra que um dos detalhes do processo era o fato de que os participantes do jornal não assinavam seus textos:

E assim, aí a gente escrevia e não tinha, não colocava nome de quem escreveu, esse foi, quer dizer, hoje a gente considera que foi um erro, mas na época era uma proteção, né, pra gente, não podia saber quem estava escrevendo, porque eram considerados os agitadores, né...<sup>105</sup>

Interessante notar que a atitude de não assinar os jornais significava uma espécie de proteção, pois estar no anonimato significava não ter problemas cotidianos com os efeitos do que se pensava e como se intencionava agir. É possível que essa descrição tenha razão pelo fato de se relacionar com o contexto ditatorial que, entre várias supressões de direitos, tinha práticas de perseguição a “agitadores”, ou seja, a quem, de uma forma ou de outra, chacoalhava as normatizações autoritárias do governo. Ao mesmo tempo, alguns boletins, possivelmente os mais adiantados após o processo de consolidação da ocupação urbana, possuíam assinaturas

---

<sup>105</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

dos moradores. É possível constatar este fato com um relato de Edmar quando identifica uma edição aleatória sobre a mesa:

**Edmar:** Aqui nesse boletim de 1990, mês 10, tem um do Waldir Gomes aqui, um texto da Maria Dina e um texto da Maria de Jesus.

**Geralda:** Você falou para ele da nossa rádio? Nós tínhamos também a rádio (risos).

Nesse trecho, além da evidência da ação da assinatura autoral, que essa edição possuía, aparecem novos personagens que fazem parte do trabalho com os jornais, como Valdi Gomes<sup>106</sup> e Maria Dina.

Em outro momento, Geralda, olhando as fotos, de forma reflexiva, chama atenção:

Então todos falavam... tinha unidade a palavra...todo mundo falava a mesma coisa, então, mesmo o pessoal especialista em movimentos populares da época não é, que

---

<sup>106</sup> Faleceu em junho de 1996. Era professor de Filosofia e era conhecido como “Valdi Black”. “Militante do movimento popular com participação ativa na política e uma das lideranças do bairro, foi um dos seminaristas que, no início da ocupação, com a finalidade de dar apoio aos posseiros, viera para o Jardim Nova Esperança, onde concluiu com dificuldade sua formação acadêmica e ali residiu até sua morte. Através de concurso, se tornou professor de filosofia da UCG (Universidade Católica de Goiás). Matéria aliás, que era bem sua cara, porque, detentor de rara inteligência, era um grande pensador e costumava sempre dizer, que “a dor é um sentimento individual do ser. Cada um sabe o grau de sua intensidade”. Ao contrário dos outros óbitos, esse foi lento e agonioso, por se tratar de doença progressiva ocasionada por um vírus fatal. Valdi era soropositivo e veio a óbito por insuficiência imunológica aos 42 anos de idade. Todo o grupo acompanhou aflito o sofrimento do companheiro, sem muito o que fazer a não ser dar-lhe apoio moral e implorar a Jesus que amenizasse o seu sofrimento. Por isso, resolvi fazer uma singela homenagem, falando um pouco desse valoroso companheiro que se foi, mas deixou marcas no campo da saudade: Valdir Gomes, ou Valdir Black, era como ele atendia. Afinal, Gomes ou Black, se trata do mesmo, o seu o nosso Valdir. O grande professor e pequeno aluno, de filosofia. Professor dos livros. Aluno da vida, da filosofia universal. Nos domínios da UCG (Universidade Católica de Goiás), era Valdir Gomes: requintado, intelectual, impecável professor, que apesar de ensinar a seus alunos ou discípulos, como alguns preferiam ser chamados, a ciência que estuda o comportamento humano, conseguia mascarar sua verdadeira transparência. No meio dos companheiros, era o Valdir Black. O nosso Valdir. Aquele que se mostrava sem reservas, bebendo cachaça, fumando cigarro, trajando bermuda e camiseta, calçando havaianas, discutindo política e fazendo teatro amador. Muitas vezes indo a pé ou de carona para o trabalho, quando não conseguia fazer uma vaquinha com os companheiros para comprar a passagem de ônibus. Não raras vezes, tendo que filar boia na casa de alguém por não ter o que fazer na sua. Contudo era uma pessoa feliz, parecia uma criança grande, sempre de bom humor, fazendo piadas e filosofando vida. Das suas teorias filosóficas, há uma frase muito forte, que por sua coerência, me marcou sobremaneira: “Ninguém tem o direito de prejudicar dor de alguém, porque sua intensidade é individual e própria de cada ser humano”. O Valdir Gomes professor não era esnobe. Apenas mantinha a aparência que a situação exigia. Quantas vezes, ao filosofar com seus alunos, fazia referência a alguém muito próximos deles que passava necessidades, apesar de manter as aparências? Jamais, porém, deixou transparecer que se referia a ele próprio. Sua primeira opção foi pela vida religiosa, chegando a seminarista por um bom período, mas não chegou a se ordenar padre, porque a sua natureza revolucionária e a participação ativa nos movimentos populares, o induziu a trocar a teologia pela filosofia. Apesar de serem ambas, ciências voltadas ao comportamento humano, a filosofia oferece maior liberdade de atuação e mais oportunidades no campo de ação, no que se refere as políticas econômica, social e partidária, condições que vieram de encontro a seus ideais de luta por igualdade social. Assim era o Valdir: uma pessoa altamente intelectual, mas com grande capacidade de compartilhar. Certa vez, por ocasião da descoberta de sua enfermidade, ele fez pedido mais difícil que alguém já me fizera. Me fez prometer que escreveria a sua história em forma de poema porque gostava muito dos meus versos que sempre enfocava as verdades da vida cotidiana. Pensei angustiada que jamais conseguiria poetizar um drama real tão doloroso e sem perspectiva de um final feliz. Acompanhei e registrei a trajetória da sua enfermidade passo a passo até o túmulo, sem conseguir fazer um verso sequer...” (RODRIGUES, 2013, p.152-153).

tava iniciando essa questão de associação de moradores, tava começando essa... E aí eles ficavam pasmos de ver que tudo ali engrenava.<sup>107</sup>

Nesse relato, Geralda expressa memória peculiar e positiva do passado vivido, a expressão de “tinha unidade a palavra” parece significar um orgulho da conjuntura de seu movimento naquele período. Mas, não só, pois, ao mesmo tempo, existe um pressuposto de categorização temporal em sua lembrança, vinculada a uma comparação com outros tempos, possivelmente de sua conjuntura política experienciada de 1979 até os dias dessa pesquisa, ano de 2018. Ter unidade, não parece em outro caso ser algo fácil de se alcançar, a qualquer momento, em qualquer experiência, em qualquer tempo, não dessa forma como o “nosso” movimento conseguiu. Ou seja, existe uma valorização em seu relato de que havia uma excepcionalidade naquele momento histórico e no que experienciaram na ocupação urbana. Outro dado importante é a revelação, como ela diz, de que os “especialistas” em movimentos sociais ficavam “pasmos”, uma vez que suas demandas se ajeitavam muito bem. Muito diferente da visão de Adão Francisco que interpreta, partindo da figura dos moradores contidos na história da autoconstrução do Jardim Nova Esperança, uma espécie de consciência de classe e política advinda em razão das intervenções unilaterais dos “intelectuais”, ou seja, uma visão que elimina as autonomias sociais de atuação intencional e empírica dos ocupantes. Geralda complementa com uma rápida intervenção de Maria:

**Maria:** Falava a mesma língua né?

**Geralda:** As engrenagens ali todas, falavam a mesma linguagem, então o boletim enquanto informação e o comunicado ele, foi assim, de muita importância, pra poder garantir a unidade, e garantir também a nossa organização. Organização a ponto de ser respeitado pelo Estado, pelo poder público, então...<sup>108</sup>

Nota-se que Maria e Geralda reiteram a questão da linguagem e das decisões terem unidade, associando-as à importância da criação dos boletins. Ao mesmo tempo, vale destacar também o processo de organização que o movimento obteve em razão dessas decisões. O que pareceu na fala de Geralda nada irrelevante, uma vez que houve por parte da opinião pública o respeito pela atuação da organização, que foi identificada pelo Estado e poder público em geral como de caráter notável.

---

<sup>107</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

<sup>108</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus; AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara; OLIVEIRA, Edmar Joaquim de. Entrevista I. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.



Como conclusão, tivemos a intenção de problematizar neste capítulo o nascimento da mídia comunitária representada pelos periódicos na ocupação e evidenciar as nuances de sua produção, divulgação, papel como promotor das discussões políticas, entre outras questões. Como já dito, será por meio dos comunicados, boletins, e do *Jornal 4 de Outubro* que sairão alguns temas e eventos históricos da complexa experiência histórica de autoconstrução vivenciada pelos moradores.

## **2.2. Breve História da Política Habitacional no Brasil (1979-1985) e o desafio de sua relação com a experiência goianiense**

Este tópico visa narrar e problematizar o contexto da política habitacional no Brasil de finais da década de 1970 até a metade da década de 1980. Tem, ao mesmo tempo, o desafio de vinculá-la ao contexto nacional e à experiência regional desenvolvida em Goiânia. Partimos do pressuposto de que política habitacional é uma das várias outras áreas do “saber urbano”, que, no fundo, chamamos (em uma noção mais ampla) de história urbana. O conteúdo narrativo da política habitacional tem, em seu âmago, uma regularidade, ou seja, em sua estrutura, narra políticas que advêm das instâncias federais, estaduais e municipais da República, associando a casa, a moradia, a habitação, em suas variadas noções e qualidades. Veremos que há uma literatura consolidada sobre o tema, principalmente vinculada à corrente da espoliação urbana, formada por autores como Raquel Rolnik, Ermínia Maricato, Nabil Bonduki, Luiz César de Queiroz Ribeiro, entre outros. Os três primeiros pesquisadores não só produziram trabalhos sobre a história da política habitacional no Brasil, como também investigaram a política habitacional regional produzida em São Paulo, cidade que tomaram como objeto de análise em suas investigações.

Veremos nos próximos tópicos deste capítulo que haverá uma narrativa sobre uma política habitacional que se evidenciará por intermédio do poder público de Goiânia, representada pela Prefeitura, em nome de Índio do Brasil Artiaga Lima. E, ao mesmo tempo, uma política habitacional desenvolvida de maneira autoconstruída pelos próprios moradores da ocupação urbana estudada. Essa constatação é viável pois, por meio da investigação da mídia comunitária, representada pelos periódicos, é possível identificar, em suas narrativas, duas tentativas de criação de uma política habitacional na ocupação urbana. Isto é, nas leituras dessas

fontes é possível perceber que, diante da vivência cotidiana dos mutirões, da construção de uma escola, da abertura de ruas, da construção da casa de reuniões, da marcação de quadras, da criação de postes elétricos, da chegada de materiais para construção de obras, dentre outras questões ligadas à infraestrutura do bairro em formação, existiu uma tensão entre duas possíveis viabilizações de uma política habitacional. Foi também possível levantar essa hipótese, pois obtivemos entrevistas com os moradores pioneiros como fonte investigava. Sendo assim, nos dois próximos tópicos, usaremos as fontes das mídias comunitárias periódicas em conjunto com as fontes orais. Nos respectivos tópicos este debate será aprofundado.

Não é intenção do presente tópico detalhar os pormenores históricos da criação da política habitacional no Brasil, mas contextualizar suas maiores instituições, criadas em 1964, após o golpe civil militar: o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Também interessa contextualizar a conjuntura que delimita o objeto da ocupação urbana estudada, ou seja, os anos perpassados entre 1979 e 1983. O esforço se faz em construir uma interpretação da política habitacional vinculada ao fenômeno urbano da ocupação urbana. Percebemos o fenômeno urbano da ocupação urbana como uma produção caracterizada pela autoconstrução que, entre outras questões, aparece em nossa investigação como moradia precária e ilegal em relação aos códigos e posturas relativas à construção e uso do solo.

O ano em que ocorreu o peculiar evento do golpe de Estado civil-militar, que derrubou o governo do presidente João Goulart em 31 de março de 1964, representa para a história da política habitacional no Brasil o período em que se tem notícia da criação das principais e maiores institucionalidades de política habitacional jamais vistas nas mesmas proporções em outros tempos no país. Trata-se dos já citados BNH e SFH. Essas duas instituições foram criadas pela lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964, com a missão de “promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda” (BOLAFFI, 1982, p. 50). A mesma lei também cria “o instituto da correção monetária nos contratos imobiliários” (BOLAFFI, 1982, p. 50). Em proporções numéricas “o banco foi constituído com um capital de 1 bilhão de cruzeiros antigos, cujo crescimento estava assegurado pela arrecadação compulsória de 1 por cento da folha de salários sujeitos a CLT do país” (BOLAFFI, 1982, p. 50). Para a captação de recursos referentes às políticas habitacionais geradas por essas duas instituições, são usadas algumas institucionalidades que foram criadas também na década de 1960:

[...] o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e a montagem do sistema brasileiro de poupança e empréstimos (SBPE), constituindo o sistema financeiro de habitação (SFH), a partir da captura de um percentual da poupança dos trabalhadores, transferida para um Banco Nacional de Habitação (BNH) (CYMBALISTA; MOREIRA, 2006, p. 34).

Maricato chama atenção para um aspecto importante que se refere ao tipo de intervenção de política habitacional que será realizada no Brasil. É destacado por ela o fato de que a intervenção do Estado frente às políticas habitacionais criadas na década de 1960 não efetivou políticas institucionais exclusivas a setores ligados ao SFH e nem a setores que a autora chama de “provisão informal de habitações”, caracterizados pelos fenômenos urbanos da autoconstrução, favela, loteamento clandestino, entre outros. Essa questão nos aponta para uma pista sobre as possibilidades mais fidedignas da intervenção das políticas do BNH na construção histórica da ocupação do Jardim Nova Esperança. Exemplo de perguntas a serem respondidas para esta investigação poderiam ser: houve políticas habitacionais regionais frente às conquistas de infraestrutura urbana na ocupação? Houve algum momento na conquista de desenvolvimentos urbanos da autoconstrução dos moradores em que as políticas habitacionais da prefeitura se fizeram presentes? Tais perguntas em cruzamento com os periódicos comunitários e fontes orais aparecerão nos próximos tópicos e serão problematizadas e respondidas com mais afinco.

É possível perceber com clareza que, em termos gerais, os pesquisadores do tema da política habitacional identificam quais benefícios públicos dessa política estiveram mais relacionados à construção da casa própria, assim como afirma Maricato (1987, p. 29): “não há praticamente subsídio à habitação proletária, e a forma dominante (oficial) de provisão da habitação no Brasil é a casa própria”. Esse dado nos faz supor que possivelmente as políticas habitacionais ocorreram na vida cotidiana experienciada pelos ocupantes do Jardim Nova Esperança de forma tímida e pontual, uma vez que a ocupação, desde o início, foi tratada pelo poder público de maneira hostil. Em alguns momentos, “principalmente entre 1965 e 1968 e em 1976 as políticas pontuais de subsídios habitacionais tiveram grandes fracassos e também representou pouca evidência quantitativa diante as demandas sociais” (MARICATO, 1987, p. 29). Porém, esses dados não refletem a experiência da ocupação estudada, uma vez seu início ocorre no ano de 1979. Outro ponto interessante levantado pela mesma autora refere-se à percepção da população frente às políticas habitacionais levadas a cabo pelo Governo Federal. Maricato identifica que as razões pelas quais o sistema financeiro de habitação foi interpretado como portador de sucesso, principalmente na fase que teve bases mais “exequíveis”, de 1968 a 1980, foi por ignorar os setores de menores rendimentos da população brasileira, tratando a

habitação como mercadoria, produzindo-a e comercializando-a a moldes unilateralmente capitalistas (MARICATO, 1987, p. 29-30). Bonduki (2008) também interpreta que a criação do BNH representou a aposta do governo militar em resolver uma crise de moradia presente em uma conjuntura na qual havia um processo considerável de urbanização e em tempo acelerado, com a intenção de:

[...] por um lado, angariar apoio entre as massas populares urbanas, segmento que era uma das bases de sustentação do populismo afastado do poder e, por outro criar uma política permanente de financiamento capaz de estruturar em moldes capitalistas o setor de construção civil habitacional, objetivo que acabou por prevalecer (BONDUKI, 2008, p. 72).

Há, em Bonduki, uma certa ênfase no fato de que as políticas habitacionais tiveram por parte do Governo Federal a estratégia de serem populares, pelo menos no que ele identifica a respeito das demandas populares estarem associadas ao seu conceito de populismo. Ao mesmo tempo, enfatiza que a política de subsídio criada tinha papel de financiar a estrutura mercadológica ligada à construção civil de forma capitalista, para o acesso à moradia no país. Maricato também identifica que as ações do Governo Federal frente às políticas de habitação tiveram estratégias para respaldar a si mesmas politicamente e reforça os interesses capitalistas de tais políticas: “a orientação de forma predominante dessa mercadoria só poderia ser a da casa própria, que além de seus aspectos econômicos tem a vantagem de cumprir um importante papel ideológico” (MARICATO, 1987, p. 30). Maricato e Bonduki reiteram, em suas visões, uma dupla intenção das políticas habitacionais: a potência de um tipo específico de financiamento habitacional da casa própria, com inúmeras nuances interligadas ao capital financeiro; e a estratégia política de cooptar politicamente todos os públicos da sociedade brasileira, dos mais privilegiados aos mais vulneráveis. A percepção de Maricato quanto a essas questões fica clara no seguinte trecho:

Os setores da população beneficiados por essa política constituíram, sem dúvida, um sustentáculo político ao governo ditatorial. E não é apenas nas faixas dos privilegiados que a propriedade privada da casa exerce seu papel conservador. Também os deserdados por essa política habitacional são envolvidos pelas promessas da casa própria: ao organizar a provisão de residências em moldes capitalistas, centralizada fortemente por organismos federais, de forma autoritária, o Estado exclui desse mercado a maior parte da população submetida ao arrocho salarial. Isso representa aproximadamente 77% da população que ganha de cinco salários mínimos para baixo (MARICATO, 1987, p.30-31).

Em síntese, as políticas nacionais do BNH e SFH tiveram, em um primeiro momento, a intenção de promover a expansão das Companhias Habitacionais (COHABS) nos estados brasileiros, financiando consideravelmente moradias para um “mercado popular” (40% dos investimentos), com o objetivo, por parte do governo, de se legitimar junto às populações mais

populares. De 1970 a 1974, nota-se uma conjuntura de crise na atuação das COHABS, que se tornaram mais frágeis financeiramente, em razão de quadro de inadimplência, sobretudo pela perda do poder de compra do salário mínimo, questão que atingiria os principais mutuários envolvidos, advindos das camadas mais pobres. Na última fase, de 1975 a 1980, há uma priorização do atendimento às necessidades de setores vinculados à classe média, perfil mais suscetível a se integrar aos valores dos financiamentos disponibilizados pelo órgão (LEITÃO; DELECAVE; ARAÚJO; PORTO; OJANA; FROSSARD, 2014, p. 12).

Quanto à política habitacional de Goiânia na conjuntura estabelecida para este tópico, Oliveira e Silva (2016) interpretam que após 1964 o espaço urbano de Goiânia passa ser impactado por uma política habitacional do BNH, o que marcaria uma política autoritária de centralização do poder estatal. Destacam ainda que, entre 1964 e 1975, a cidade se estruturou como polo de desenvolvimento na região centro-oeste, conquistando funcionalidade de cidade administrativa, financeira, comercial e prestadora de serviços que passou por uma forte transformação de seu espaço urbano. Nesse período, ocorre o adensamento de alguns bairros na periferia da cidade, o que origina conjuntos habitacionais de nível popular, ocorrendo simultaneamente à construção de edifícios em áreas centralizadas. É nesse momento também que se verifica um rápido processo de verticalização da cidade, fundamentalmente do Setor Sul e Bueno, provocando elevação do preço dos imóveis. Tal processo de verticalização ajudaria na ampliação e expansão das ocupações urbanas irregulares. Nessas circunstâncias, o Estado adota uma política de remoção (OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 155). É nessa mesma década que surgem algumas ocupações urbanas, com um nível de organização maior e com o apoio de frações da população. É também um momento de tensão entre o Estado e os ocupantes. O notável é que nesse momento não era interesse do Estado, tampouco do mercado, solucionar o problema do acesso à habitação a populações de baixa renda. Havia, na verdade, o interesse do Estado em construir moradias, timidamente, na intenção de legitimar o regime, fortalecendo os fisiologismos e conchavos políticos na tentativa de controlar uma demanda social.

No ano de 1968, foi criado pelo Estado um novo plano para a cidade, o chamado Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG), o primeiro a ser efetivado após o Plano Piloto, aprovado em janeiro de 1972. O PDIG tinha um plano aberto, que versava sobre uma série de medidas de intervenção urbana a serem executadas pelo Estado. É nesse contexto que são construídos vilas e conjuntos entre as décadas de 1960 e 1970, como a Vila União e a Vila Canaã, vilas que foram implantadas em parceria com a Cohab de Goiás, com um patrocínio advindo do BNH (OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 155-156). Oliveira e Silva identificam ainda a

conjuntura da década de 1980, entremeada pelo evento da ocupação urbana do Jardim Nova Esperança, como um período que aparecem outras intervenções do Estado, que se vinculam basicamente ao que elas identificam como “uma segunda atuação do Estado”, logo após promoverem repressão policial e descaso com as necessidades habitacionais do Jardim Nova Esperança. Nesse momento, na interpretação das autoras, em resposta às reivindicações dos ocupantes organizados, o Estado aparece com uma postura menos repressora, aparentemente se propondo a desenvolver soluções para o problema do acesso à moradia. A ação se deu de maneira residual, na construção de uma política habitacional, todavia com características de segregação social e espacial. Vinculado a esse contexto, as autoras citam a implementação de loteamentos na região noroeste, com evidências de um planejamento municipal de aspectos excludentes, como, por exemplo, a criação de estratégias com a finalidade de desmobilizar a organização de uma população que estava lutando pelo direito à moradia na cidade naquele momento. Como exemplo, deu-se a articulação por construir novos loteamentos afastados da dinâmica urbana da cidade. Esses loteamentos formaram, por exemplo, o Sítio de Recreio Estrela D’alva (Aprov. Edital INCRA de 10/07/79), a Vila Mutirão 1º etapa (Aprov. Decreto nº621 de 14/11/85), a Vila Mutirão 2º etapa, hoje Jardim Liberdade (Aprov. Decreto nº1.079 de 03/09/87) e a Vila Mutirão 3º etapa, hoje Jardim Novo Planalto (Aprov. Decreto nº 1.079 de 03/09/88), entre outros. Na região noroeste, o aumento considerável de bairros ocorreu sobre áreas rurais e de preservação ambiental (APP), problema que, como lembram as mesmas autoras, não foi exclusividade da região noroeste na cidade e promoveu a periferação de populações de baixa renda, segregações, ocupações de áreas públicas, privadas e de preservação ambiental, o que ocasionou degradação do meio ambiente. Essa época foi marcada por uma intervenção estatal ilegal. As autoras destacam, como exemplo dessa ilegalidade, o descumprimento do Artigo 3º, em que o parcelamento de natureza urbana não pode ocorrer na zona rural (OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 155-156). Caberiam exceções, caso o loteador seguisse o disposto evidenciado no Artigo 53, que chama atenção para:

Todas as alterações de uso do solo rural para fins urbanos dependerão da prévia audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, do órgão Metropolitano, se houver, onde se localiza o município, e da aprovação da Prefeitura Municipal, ou do Distrito Federal quando for o caso, segundo as exigências da legislação permanente.

Foi nesse contexto que ocorreu a implantação dos loteamentos, contrariando a lei nº 6.766 de dezembro de 1979, que dispõe o parcelamento do solo urbano e diz em seu artigo 3º que somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos, ou de expansão urbana, assim definida por lei municipal. Esse indicativo demonstra como houve ofensa contra a

administração pública e percebe-se que a instituição criadora da ofensa é o próprio Estado, que não possui o critério de punir a si mesmo. Foi sob esta conjuntura que se criou o precedente que gerou uma considerável transformação na paisagem urbana, ocasionando diversos loteamentos irregulares e clandestinos, não só na região noroeste, mas em outras regiões da cidade, em uma espécie de projeto levado a cabo pelo poder público:

Tal contexto aponta que os governantes da capital não efetivaram uma política habitacional sistemática para a jovem metrópole, e permaneceram com ações pontuais como soluções às pressões populares. Desde sua construção a cidade já era cenário de forte pressão por habitação, acumulando escassez de casas populares, acarretando episódios de ocupações. Assim, a cidade vai crescendo, expandindo horizontalmente, por meio do espaço construído, tanto pela população que ocupa áreas aleatoriamente procurando exercer seu direito à cidade, ou pelo poder público quanto pela iniciativa privada. Desta forma, esses espaços vão se tornando uma arena de conflitos entre ocupantes, sem teto; o poder público e as imobiliárias (OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 155).

Nesse cenário, foram edificados conjuntos habitacionais formados por loteamentos com casas de baixa qualidade, cuja construção visou pacificar a pressão por direito à moradia dos ocupantes. Como exemplo, há o caso da criação da Vila Mutirão, no fim da década de 1970 e início da década de 1980, especificamente em 1983. Quando o então governador do estado, Iris Rezende, autorizou a construção de mil casas, por meio de mutirões, no prazo de um dia. Essa atitude, apesar de estar presente na memória coletiva atual de forma acrítica, à época, recebeu críticas, pois foi considerada populista, excludente e promotora de segregação espacial e social, uma vez que as moradias foram construídas com placas de cimento, cobertas por telhas de amianto, possuíam apenas três cômodos (quarto, sala, cozinha) e um banheiro que ficava fora da moradia. Havia ainda déficit de infraestrutura relacionado ao asfalto, água tratada, esgoto, transporte, equipamentos comunitários, escola, posto de saúde, entre outras coisas.

Outro exemplo de construção, na década de 1980, devido à pressão da população que necessitava de moradia, foi a criação do Curitiba I, II, III e IV, na intenção de atender à demanda de cerca de oito mil famílias. É ainda na década de 1980 que se encerram as políticas habitacionais do BNH, no ano de 1986, transferindo suas atribuições para a Caixa Econômica Federal (CEF) (OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 160-161). Na busca por amenizar o problema da questão habitacional na cidade, o poder municipal, representado pela Companhia Municipal de Obras e Habitação (COMOB), foi o órgão definido pelo poder público para atuar nas políticas habitacionais e obras públicas no município de Goiânia. De acordo com Oliveira (2009, p. 4, apud OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 161) essa instituição tinha o intuito de “desenvolver programas de inclusão social e contribuir para a gestão democrática da cidade, na área da

habitação, objetivando executar os programas para a população de baixa renda em conformidade com a política municipal de habitação”. A COMOB era uma sociedade de economia mista, subsidiária integral da Companhia de Urbanização de Goiânia (COMURG), construída em 1979, no intuito de gerir obras públicas municipais. Em 1983, a COMOB foi desativada pelo Governo Municipal, passando suas atividades, patrimônios e servidores para a Secretaria de Obras Públicas. Só em 1993 houve a reativação da COMOB com o intuito de executar pequenas obras para o município de Goiânia. Todavia, logo após o ano de 1993 as atribuições da Companhia passaram para a responsabilidade da Política de Habitação do Município, que tinha como tarefa a construção de moradias, estudos, planejamentos e captação de recursos para aplicação de projetos habitacionais do município (OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 155-162).

Este tópico não teve a intenção de historicizar a história da política habitacional goianiense no que tange a seu tempo presente. O pressuposto foi contextualizar modestamente suas características nacionais e regionais na conjuntura temporal investigada no presente objeto de pesquisa. Nos próximos tópicos do capítulo, veremos como se apresentou a política habitacional anunciada pelo Prefeito Índio do Brasil Artiaga Lima em tensão com a política habitacional vivenciada pelos moradores do Jardim Nova Esperança.

### **2.3. História urbana e vida cotidiana dos *Comunicados*, *Boletins*, *Jornal 4 de outubro* e a formação de duas políticas habitacionais**

*Tudo o que é novo é, portanto, automaticamente tradicional*

T. S. Eliot

Este tópico tem a intenção de problematizar uma história urbana da vida cotidiana dos moradores nos momentos iniciais da ocupação. Nesse processo, busca-se interpretar diversos eventos históricos cotidianos contidos na mídia comunitária periódica produzida pelos moradores. É também interesse abordar duas diferentes políticas habitacionais narradas e experienciadas pelos moradores. Veremos que haverá uma política habitacional que será proposta pelo Prefeito Índio do Brasil Artiaga Lima, vinculada às demandas da política federal



do BNH e SFH e outra política habitacional produzida de forma autoconstrutiva pelos próprios moradores. Essa segunda política habitacional é entendida nesta pesquisa como uma espécie de urbanismo criado por “urbanistas anônimos”<sup>109</sup> que, de forma organizada e coletiva, produziram um cotidiano de edificação de um bairro. Nessa construção usaremos os relatos dos “jornalistas” da mídia comunitária da ocupação e entrevistas com duas protagonistas dos acontecimentos.

Como vimos na fala de Geralda, no tópico anterior, os *Comunicados*, entendidos nesta pesquisa como uma mídia comunitária periódica, foi a primeira manifestação comunicativa dentro da ocupação urbana do Jardim Nova Esperança por parte dos moradores. Os *Boletins* vieram de forma simultânea, porém com uma estrutura jornalística mais complexa. Neles há mais páginas, diferentes reportagens e desenhos. Sobre os desenhos, como já dito em outro momento, foi Edmar quem os realizava. Por fim, foi criado o *Jornal 4 de Outubro* que surgiu da união de várias ocupações. Explicaremos mais sobre seu surgimento no final deste tópico. Na interpretação dos *Comunicados*<sup>110</sup>, *Boletins* e *Jornal 4 de Outubro* evidenciaremos alguns deles produzidos na ocupação. Os jornais<sup>111</sup> não necessariamente se apresentam em ordem cronológica.

No primeiro *Boletim*<sup>112</sup> da sequência pesquisada, o texto inicia-se com uma apresentação reconhecendo a dificuldade do cotidiano das lutas e das consequentes vitórias dos moradores. Chama atenção que o que já fora conquistado foi fruto da união de todos, tanto em relação ao trabalho quanto às ideias. É informado que nos momentos iniciais da ocupação só havia uma comissão que cuidava dos interesses dos mesmos, porém, com o tempo e com o aumento das demandas políticas, foi fundada uma associação de moradores. Mais à frente é esboçada uma narrativa otimista pela conquista da casa de reunião. O agradecimento é dado internamente à ocupação, com referência a todos os trabalhadores, mas também para trabalhadores de outras ocupações. Nesses agradecimentos há ainda destaque para as doações de alimentos, cartas de apoio e coletas de dinheiro que vieram como doação de outras ocupações

---

<sup>109</sup> Cf. LEITÃO, G.; DELECAVE, J.; ARAÚJO, H.; PORTO, H.; OJANA, J.; FROSSARD, E. *Barbante, ripas e luta: ocupações organizadas de terras urbanas no Rio de Janeiro, 1983-1993*. Rio de Janeiro: Editora Eduff, 2016.

<sup>110</sup> Os *Comunicados*, como já mencionado no início deste capítulo, são antecedentes aos *Boletins* na produção comunicativa da ocupação e não estão em ordem cronológica. Estão disponíveis em domínio privado na residência da pioneira Geralda.

<sup>111</sup> A documentação dos moradores pioneiros, que se encontra em domínio privado, está ainda disposta de forma pulverizada, principalmente em relação à documentação periódica. Pois, estão em várias casas, e de maneira misturada com outros documentos. Há alguns documentos que também precisam ser devolvidos aos moradores, pois estão com pesquisadores que trataram do tema recentemente.

<sup>112</sup> Boletim da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 2, janeiro de 1980, p. 1.

em Goiás e até de outras partes do Brasil. Na primeira parte da apresentação, o texto é encerrado com os jornalistas pontuando que a principal luta a ser perseguida na conjuntura em que escrevem é a metragem de 300m<sup>2</sup> para os lotes.

Existe ainda um tópico chamado *Respondam*, que conta com uma espécie de enquete sobre a vida cotidiana da ocupação. Nesse tópico encontramos as perguntas: “Você ainda estava morando aqui se tivesse lutando separados?”; “Teria conseguido a desapropriação se não tivesse lutado juntos?”; “Teria conseguido as ruas que já temos sem juntar nossas ideias?”<sup>113</sup>. Ou seja, fica claro que as perguntas formuladas pelos jornalistas tinham a intenção de expressar um modo pedagógico de atuação política em relação à vida cotidiana de todos e também ser uma espécie de reforço e reiteração das conquistas políticas vivenciadas cotidianamente. Ou dito de outra maneira, reforço da importância histórica dos eventos vivenciados pelos mesmos. Esse aviso, evidenciado pelos jornalistas, que também são sujeitos da luta por moradia, faz lembrar a reprodução social discutida por Lefebvre em que é definida como reprodução ampliada de capital, mas é sobretudo reprodução ampliada de contradições sociais, pois não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações. Não existe repetição do velho sem uma certa criação do novo, não existe produto sem obra e não existe vida sem história. Pois esses momentos são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo (MARTINS, 1998, p. 6).

O próximo tópico do jornal se chama *Casa de reunião, ferramenta de união*. Basicamente se referia a como ocorreu a construção da casa de reunião. A justificativa de sua criação versa potencializar a união das demandas políticas e a necessidade de se reunir em assembleias. Os jornalistas comentam as dificuldades de sua viabilização, principalmente em torno da falta de dinheiro para a compra de materiais de construção. Todavia, é destacado que, com o tempo e com as contribuições dos moradores, tal ideia foi se efetivando na prática. Dizem ainda que houve tentativa de embargo dessa construção, mas não foi problema, uma vez que os moradores se engajaram no regime de mutirão. Em seguida é descrito o cotidiano dos mutirões, marcados por muita animação e cantorias. Os jornalistas informam que eles aconteciam nos finais de semana, com a presença de homens, mulheres, crianças e companheiros de outros bairros. Muito similar à conceituação de Maricato (1982, p. 71-72), em que a prática do mutirão ocorre com um processo de trabalho caracterizado pela cooperação entre os indivíduos, na troca

---

<sup>113</sup> Boletim da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 2, janeiro de 1980, p. 1.

de favores, em compromissos familiares e também em sociabilidades marcadas pela solidariedade, espontaneidade e no auxílio mútuo entre os moradores.

O próximo tópico se chama *Inauguração da casa de reunião* e basicamente informa que foi no dia 9 de dezembro de 1979 que ocorreu tal fato. De acordo com os jornalistas, houve uma festa nesse dia que contou com a presença de pessoas de mais de quinze municípios e dez bairros de Goiânia. A festa ocorreu durante todo o dia e nela algumas apresentações foram realizadas, tais como roda de viola, poesia e apresentação de uma folia de reis. Ao meio-dia, o almoço foi servido. Sobre esse evento, os jornalistas fazem questão de pontuar que o mesmo foi comunitário, tal como fica destacado em suas palavras:

Ao meio dia foi servido o almoço, e foi muito bonito, parecida uma passagem bíblica onde fala da multiplicação dos pães, isto porque os companheiros que levaram as marmitas fizeram questão de não comerem sozinhos, foi tudo repartido.<sup>114</sup>

Ao que tudo indica, essas sociabilidades têm referência ao mundo rural brasileiro<sup>115</sup>, local de onde adveio a maioria do público da ocupação. Maricato diz que a principal referência do mutirão ocorrido na cidade vem do tratamento da colheita. Nessa tradição, existe um forte vínculo com eventos festivos ocorridos no campo, pois era um evento que comemorava o fim de um dia de trabalho e seu sentido dava-se na ação do pequeno produtor em retribuir uma parte da ajuda prestada, pois a outra parte era retribuída na forma de trabalho, com outro mutirão. É um compromisso que ocorre com base em uma troca de favores, com características espontâneas, independentemente de ser ditado pela necessidade (MARICATO, 1982, p. 71-72). Na mesma tarde, ocorreu uma solenidade referente à inauguração na qual cada município e bairro se expressou enquanto representação e teve um espaço para compartilhar suas vivências. Também houve um momento para a apresentação das vivências do Jardim Nova esperança, no qual os escritores do jornal dizem ter sido um momento importante, pois em suas falas os visitantes fortaleceram o seu apoio e união.

O próximo tópico tem o título de *A nossa associação*, no qual é narrada uma breve história da associação. A princípio, é lembrado que a ideia de criação da associação surgiu enquanto estava sendo construída a casa de reunião, pois o pressuposto era ampliar a participação do coletivo da ocupação, além de melhorar a organização do cotidiano das pautas políticas. Relembrem que a ideia de sua criação foi deliberada em assembleia, onde a maioria

---

<sup>114</sup> Boletim da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 2, janeiro de 1980, p. 1.

<sup>115</sup> Sobre uma abordagem densa da relação do campo e da cidade na sociabilidade cultural dos moradores do Jardim Nova Esperança, ver: *Entre o campo e a cidade: incertas fronteiras*, em: LOPES, Edmar Aparecido de Barra. *Ocupação Fazenda Caveirinha: Arquipélago de Memórias Goiânia: 1979-1989*. Goiânia: Editora Vieira, 2011.

se manifestou a favor de sua construção e também que, no dia de sua fundação, ocorreu uma assembleia para escolha de sua diretoria. Os escritores levantam que antes da votação houve a leitura do Estatuto da Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança, documento composto de vinte e quatro artigos sobre os deveres da associação. Logo à frente, há um tópico chamado *O Estatuto*, com os detalhes de sua criação. Podemos ver que era esperado que a associação funcionasse como uma sociedade civil sem fins lucrativos. Também deveria zelar pelos interesses dos moradores, buscar melhores soluções para seus problemas, tornando o bairro mais desenvolvido e com melhores condições de habitabilidade. Outro detalhe refere-se à organização da associação, que seria formada por: diretoria, conselho fiscal e assembleia geral. A diretoria estaria fragmentada pelos cargos de presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro, primeiro secretário, segundo secretário e conselho fiscal. Já a assembleia geral seria composta por associados que teriam sob sua responsabilidade ser o órgão máximo de decisão. Por fim, é informado que se obteve 300 assinaturas no dia da fundação da associação e que, até a data de escrita do jornal, praticamente todos os moradores haviam aderido à associação.

O próximo tópico se chama *A luta justa pelos lotes de 300m<sup>2</sup>*, demanda política que foi uma das mais importantes para os moradores à época. Este momento, janeiro de 1980, é problematizado pelos jornalistas como um dos acordos fechados sobre a decisão da metragem a ser escolhida para a ocupação. A princípio, a metragem desejada pelos moradores era de 360m<sup>2</sup>, porém, por parte da Prefeitura, a decisão era de 250m<sup>2</sup>, assim como recomendava a política habitacional do BNH<sup>116</sup>. O tópico informa ainda sobre um acordo que teria ocorrido entre a Prefeitura e o superintendente da Fundação Municipal do Desenvolvimento Comunitário (Dr. Goianésio Ferreira Lucas), em que foi decidido que os lotes seriam de 300m<sup>2</sup>. A fim de evidenciar aos leitores os detalhes desse processo, segue anexado no jornal um documento assinado por Goianésio, que constava que a FUMDEC poderia atuar junto aos moradores, atendendo suas reivindicações justas e básicas e também que a prefeitura iria colocar o máximo de topógrafos a disposição da FUMDEC para demarcar as ruas e as quadras da área, com prazo de cinco dias. Além disso, seriam colocadas máquinas para começar a abertura de ruas e quadras, assim como já definidas pela população local, e que a equipe de topógrafos e os operadores das máquinas trabalhariam integrados com a comissão de moradores, respeitando o bom senso da comissão em definir as ruas onde ainda não havia demarcação. Por fim, que as

---

<sup>116</sup> Falaremos mais sobre essa política habitacional à frente. Veremos que ela esteve em tensão com a política habitacional vivenciada pelos moradores.

quadras seriam de 60m de largura, com lotes de 30m de comprimento e que o tamanho mínimo dos lotes seria de 300m<sup>2</sup>, mas mais à frente os escritores denunciavam que tais solicitações não foram efetivadas e revelam que a Prefeitura não respeitou o que estava escrito no documento. De acordo com o jornal, a única solicitação que foi atendida foi a patrolagem de algumas ruas que já haviam sido demarcadas pelos moradores, pois houve o patrolamento das ruas obedecendo a distância de 60m de uma rua para outra, assim como previa o documento e a vontade dos moradores, todavia a prefeitura remarcou as ruas novamente, passando por cima de uma remarcação que havia sido realizada pelos moradores. Os escritores foram bastante críticos em relação a essa decisão, pois a remarcação da prefeitura era de 50m de distância de uma rua a outra, com isso os lotes ficariam com a metragem de 250m<sup>2</sup> e não 300m<sup>2</sup>. Ademais, de acordo com o jornal, se as ruas fossem mudadas para 50m, cerca de 60% dos barracos seriam derrubados. Nas últimas linhas, os jornalistas insistem que a pauta pelos 300m<sup>2</sup> é justa e que o correto seria um lote maior. Uma das argumentações que defendem para tal fato seria a necessidade de ter um maior conforto na criação de seus filhos. Por fim, avisam que o prefeito visitou a ocupação e disse que iria construir 5.000 casas pelo BNH no bairro com metragens de 250m<sup>2</sup>.

Ao fim do *Boletim*, o tópico *Apoios a nossa luta* revela alguns trechos de cartas de apoio de outros movimentos sociais em solidariedade ao Jardim Nova Esperança. Dentre eles há um voto de solidariedade do Padre Virgílio Uchoa, subsecretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); também um apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista de Goiás. Sobre esse apoio, há um detalhe interessante, pois é dito que:

[...] através dos jornais e outros meios passamos a saber o que aconteceu e está acontecendo com vocês... Companheiros digamos a vocês que não parem, siga em frente essa é nossa luta, vale a pena sofrer quando não estamos pensando somente em nosso bem, mas no bem comum de toda a classe trabalhadora. Companheiros mais uma vez conte com nosso apoio.<sup>117</sup>

Importante destacar que, por esse relato, é possível identificar que havia um certo efeito de divulgação dos periódicos comunitários, uma vez que o movimento social deixa claro que só teve chances de conhecer os acontecimentos mediante tais periódicos, ou seja, é um indício de que, para além da ocupação, os jornais eram divulgados e lidos por outros lugares. No mesmo tópico, está ainda manifestado o apoio da Comunidade do Jardim Camargo Novo (em São Paulo), de Jorge Marskell (Bispo de Itacoatiara), da equipe de direitos humanos de Vila Grande (cidade de São Paulo), da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, de

---

<sup>117</sup> Boletim da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 2, janeiro de 1980, p. 6.

D. Waldir (Bispo de Volta Redonda), do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Picos no Piauí e de D. Agostinho José Sartori (segundo bispo de Palmas-Francisco Beltrão).

Na sequência cronológica dos periódicos comunitários recolhidos, está o de número cinco, de título *Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança*<sup>118</sup>. Esse *Comunicado* tem no seu início o relato de que o prefeito havia feito o depósito do restante da área do Jardim Nova Esperança. De acordo com os moradores, a razão para tal fato adveio, como é expresso em suas palavras, “graças a nossa resistência e decisão de ficar em terra”. Ainda na apresentação, o texto retrata como os moradores estavam na expectativa em saber o que o prefeito iria fazer após o depósito do restante da área ocupada e em seguida, narram que fizeram uma reunião para decidir o que iria ocorrer e, nessa reunião, foi deliberado que a diretoria da associação dos moradores iria falar pessoalmente com o prefeito para descobrir suas verdadeiras intenções.

O próximo tópico do jornal se chama “*As intenções do Prefeito*” e detalha a questão. A primeira informação refere-se ao encontro dos moradores com o prefeito, no qual eles o indagaram sobre qual seria sua verdadeira intenção com a ocupação e obtiveram em resposta que Índio não tinha planos para a ocupação a não ser legalizar a terra com o financiamento do BNH e que, a partir daquele momento, a terra era de propriedade dele e que os possíveis melhoramentos da terra seriam feitos sob suas vontades. Outra ideia esboçada seria de juntar a “invasão” do Areião com a do Jardim Nova Esperança. Mais adiante, o texto do jornal destaca uma fala do prefeito na qual é possível identificar sua interpretação sobre as condições materiais dos ocupantes, quando o mesmo diz que irá tirar da ocupação todos que tem casa de tijolo, pois ao seu ver, seriam pessoas de alta renda. Por fim, o escritor não identificado desse jornal cita entre aspas a fala de conclusão de Índio Artiaga, que destaca de maneira mais clara sua percepção: “Eu sei que lá tem muita gente rica, eu andei por lá e vi, tem casa que tem até vitrô, tem até motorista de táxi. Essas pessoas não precisam e não vão ficar lá porque eu vou tirá-los”<sup>119</sup>. Importante notar que, nessa fala do prefeito, é evidenciada sua visão geral da ocupação em seus momentos iniciais. Vemos que ele tem a percepção de que a quantidade de pessoas com muito dinheiro na ocupação supostamente seria grande. Objetos como “vitrô” e profissões

---

<sup>118</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 5, 23 de maio de 1980.

<sup>119</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 5, 23 de maio de 1980, p. 1.

como “motorista de táxi” também não poderiam ser algo comum dentro de uma “invasão” em sua concepção.

Em seguida, o *Comunicado* tem o tópico *Reunião para contar a conversa com o Prefeito*. De acordo com os jornalistas, a reunião foi cheia, animada e cheia de decisões. Nela, além das informações sobre a conversa com o Prefeito houve a leitura da interpretação deste acontecimento por alguns jornais da mídia local, debates e votações de algumas propostas. Em relação às propostas, por parte dos moradores, foram tomadas seis decisões<sup>120</sup>: a) a metragem dos lotes continuaria em 300m<sup>2</sup>; b) toda quarta-feira haveria reunião às 20h com todos os moradores para a discussão de ideias; c) foi decidido que continuariam com a abertura das ruas e para sua execução haveria uma equipe de cinco pessoas; d) foi decidido que; para o trabalho de abrir as ruas e demarcação de lotes; haveria contribuição de vinte cruzeiros por mês para os trabalhadores responsáveis por este trabalho e a contribuição deveria ser paga na Casa de Reunião; e) foi decidido que não estaria permitida a venda de lotes na ocupação, pois tal prática ajudaria os inimigos contra a consolidação da ocupação em bairro; f) Por fim, foi decidido que o presente comunicado seria divulgado para toda ocupação. Percebe-se que a maioria das propostas aprovadas viabilizavam medidas de infraestrutura urbana para o lugar ocupado, com evidentes ações para autoconstruções coletivas. A penúltima proposta aprovada deixa uma questão importante e geralmente recorrente sobre o fenômeno das ocupações urbanas consideradas irregulares: a especulação. Um debate sobre esse tema é importante, pois faz parte de uma memória coletiva sobre as ocupações urbanas em Goiânia, a concepção de que os movimentos sociais que se organizam em torno da conquista do direito à moradia, tendem a aspirar por especulação de imóveis dentro da ocupação. Essa ideia construída a respeito do perfil dos ocupantes, de maneira unilateral, é a visão de que todos os ocupantes de um território “não legalizado” na cidade tendem a especular seus imóveis. Isso aparece de forma reiterada em várias reportagens<sup>121</sup> da imprensa local da cidade que tem as ocupações urbanas como tema. Ou seja, o direito é invisibilizado em troca de uma concepção que dá ênfase à rentabilização especulativa pessoal. Não é estranho, ao mesmo tempo, que interpretações circulem no campo moral no que se refere ao direito à moradia em Goiânia, pois esse não era visto como um direito social gerado pelo Estado, mas tratado como uma mercadoria a ser comprada como fruto do

---

<sup>120</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 5, 23 de maio de 1980, p. 1.

<sup>121</sup> Como exemplo, há a ocupação urbana do Parque Oeste Industrial, ocorrida em 2004 em Goiânia. Sobre essa questão, ver: MENDONÇA, Diego Bernardo de. *Caso sonho real: mídia e direitos humanos na desocupação do Parque Oeste Industrial em Goiânia*. 2015. 250 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

trabalho. Curiosa percepção, pois o perfil de grande parcela dos moradores é de ocupantes sem privilégios de classe, que em idade adulta estão desajustados no mercado competitivo de trabalho, uma vez que foram incluídos perversamente na sociedade desde o nascimento, sendo eximidos de boas estruturas de suas principais instituições, como a família e escola. Recorrentemente vem de famílias sem estímulos educacionais que, sem capital cultural<sup>122</sup> ou econômico, não entram no ensino superior e, conseqüentemente, não conseguem se inserir no mercado de trabalho.

Ainda no mesmo *Comunicado*, antes da assinatura da data de sua produção, é feito um texto no tópico chamado *Recado* com intenção de fazer refletir e, ao mesmo tempo, expor de maneira crítica a fala do prefeito Índio Artiaga sobre a reunião:

Todos nós sabemos o tanto que foi duro para muitos companheiros conseguir o material (tijolo, teia, vitrô etc.) para construir seus barracos. Sabemos também que um motorista de táxi ganha muito pouco, além de arriscar sua vida trabalhando a noite. Será que o prefeito quer é derrubar as casas de tijolo prá ficar mais fácil dele tirar o resto?<sup>123</sup>

No *Recado*, a interpretação do prefeito é combatida e problematizada, pois “tijolo”, “teia”, e “vitrô” aparecem como conquistas penosas para a autoconstrução da moradia. A profissão de taxista também foi problematizada por seu baixo salário e difíceis condições de trabalho, que por sua vez, eventualmente ultrapassam as horas dos direitos trabalhistas, geralmente com o intuito ajudar na somatória final do dinheiro conquistado a cada mês. Por fim, uma pergunta provocativa que esboça dúvidas sobre as intenções que promoveram a visão do prefeito sobre a real necessidade de moradia e condição socioeconômica dos moradores.

O próximo periódico comunitário da sequência é um *Boletim*<sup>124</sup>. Nele, os jornalistas abrem o texto com uma *Apresentação* e de forma pedagógica são reiterados os eventos da vida cotidiana de todos. Um deles se refere à lembrança de que, em julho de 1980, fez um ano desde que os moradores começaram a chegar para a construção do Jardim Nova Esperança. É

---

<sup>122</sup> Capital cultural nesse contexto está basicamente vinculado a um tipo de saber cobrado pelas demandas “modernas” do mundo trabalho no Brasil, mas que possuem sua construção desde a infância, pois em uma família estruturada seriam estimuladas capacidades simbólicas, afetivas, dentre outras questões associadas ao desenvolvimento racional, emotivo e produtivo de cada indivíduo. Nessa interpretação, há uma ênfase na importância das instituições como principais ferramentas para o desenvolvimento do indivíduo e sua consequente integralização de maneira mais justa no mercado de trabalho. Essas instituições, basicamente, são representadas pela família (que estimula desde o nascimento questões abstratas, como a imaginação através da leitura) e as instituições escolares (desde o ensino infantil a cursos de ensino superior e línguas estrangeiras), entre outras questões. Para o aprofundamento do tema, ver: SOUZA, Jessé. *Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Minas Gerais: Editora UFMG, 2009.

<sup>123</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 5, 23 de maio de 1980, p. 2.

<sup>124</sup> Boletim da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 3, setembro de 1980.



esboçado no texto que todos cometeram erros, mas também obtiveram vitórias e logo depois os escritores estabelecem o que consideram ter sido uma das principais experiências do grupo: “a maior lição que aprendemos é que nós, os pobres, precisamos ser unidos prá poder vencer”<sup>125</sup>. Ou seja, existe aqui uma interpretação sobre suas vivências cotidianas, mas sobretudo sobre como devem ser construídas suas histórias. A palavra união também pode ser concebida como um conceito de história, como um modo de vida e/ou de atuar na vida. Ademais, comentam que aprenderam que é preciso ter um grupo de companheiros mais dispostos e que são da confiança de todos dos moradores, objetivo que se tornou importante, pois deste grupo ocorreram mais encontros, troca de ideias, resolução de problemas pequenos e resolução de problemas grandes com a ajuda dos moradores. Outro aprendizado comentado foi a identificação de que as autoridades estavam do lado dos ricos e que a mudança só seria possível através da união dos trabalhadores. Também é destacado o aprendizado que obtiveram por meio da aliança com outras lutas de outros lugares, pois tal fato culminou em mais união, além da orientação em torno do movimento.

O próximo tópico chama-se *04 de outubro de 1979*<sup>126</sup>. Nele é lembrado o que os jornalistas identificam como o dia mais importante da ocupação, pois foi um dia de tristezas, mas também de resistência. Foi o dia em que a polícia agrediu vários moradores da ocupação. De acordo com o jornal, foram enviados mais de cem soldados da polícia. Os moradores se lembram que nesse dia uma pessoa foi morta, porém, ao fim do tópico, destacam que será nesta mesma data, 4 de outubro de 1980, que celebrarão uma festa, significando luta, mas, sobretudo, alegria. O motivo da felicidade seria a inauguração do traçado das ruas.

O próximo tópico se chama *Abertura de ruas está chegando ao fim*. Nele os escritores do jornal chamam atenção para o fato de que a abertura das ruas já começou há um bom tempo atrás e ressaltam que foi na conjuntura de outubro de 1979, quando houve a intervenção da polícia, que foi formada uma comissão de moradores, eleita por toda a ocupação. O objetivo da comissão era pensar os problemas do bairro e a pauta da abertura das ruas foi um dos temas mais evidentes. Os jornalistas destacam que esse assunto foi mais discutido em reuniões após a chegada de mais moradores no espaço. Depois da aprovação do tema em assembleia houve, já em outubro, o início da abertura de ruas. Acentuam ainda que foi formada uma equipe de moradores para estudar o traçado. No que se refere às ferramentas, apontam que, como não

---

<sup>125</sup> Boletim da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 3, setembro de 1980, p. 1.

<sup>126</sup> Falaremos mais à frente dessa data e da criação de um jornal com o mesmo nome.

havia um aparelho especializado, tudo foi feito com baliza (de madeira), uma corda, (substituída posteriormente por uma trena), piquete e marreta.

Já no tópico *Dividimos assim o trabalho* foi detalhado o processo do traçado e abertura das ruas. A produção basicamente se resumiu a quatro funções: duas pessoas atuando no balizamento para traçar o rumo; duas pessoas na trena, para deixar medida a distância entre uma rua e outra; uma pessoa para piquetar e um grande grupo para limpar a rua, tirar barracos e arrancar tocos. Os jornalistas relembram que foi nessa época que a prefeitura foi até a ocupação com o intuito de bloquear o processo autoconstrutivo dos moradores. Destacam que no segundo dia de trabalho da equipe, apareceu um funcionário da prefeitura, que os informou que mandaria uma equipe de topógrafos para realizar esse mesmo serviço. Depois disso, os moradores decidiram esperar por três dias, porém os topógrafos não apareceram e então os moradores retornaram à execução do trabalho. Dias depois os funcionários da prefeitura retornaram, dizendo que algo não tinha dado certo, mas que a partir daquele dia iriam começar os serviços. De acordo com o jornal vieram dois topógrafos da prefeitura, porém ficaram na ocupação e não realizaram nenhum serviço referente ao traçado das ruas e sua abertura. Foram embora pela tarde e não mais retornaram. Depois desse evento, é apontado que, motivados por uma preocupação em decorrência dos últimos eventos, os moradores retornaram ao trabalho. Sobre isso, o jornal faz questão de pontuar que, bastava os moradores voltarem a trabalhar no traçado das ruas, que a prefeitura voltava a se desculpar e fazer promessas. Passados alguns dias novamente houve uma ida dos topógrafos até a ocupação e dessa vez não mediram as ruas, mas perambularam pelo bairro medindo as casas e marcando um “X” em cada uma delas. Depois disso os moradores foram atrás dos topógrafos para obter as respostas sobre esses acontecidos, porém não obtiveram êxito. Decidiram embargar o assunto e, ao mesmo tempo, esperar uma justificativa da prefeitura sobre tais realizações. Então foi marcada uma reunião com a prefeitura para uma conversa, na qual os responsáveis pela mesma apresentaram um plano de urbanização para a ocupação. Conforme o jornal, o plano apresentado era bastante diferente do plano dos moradores e naquele momento os moradores interpretaram as ruas como vielas e não como ruas de verdade. Após esses acontecimentos, houve a marcação de uma assembleia para que se decidisse sobre o tema, nela também participaram três representantes da prefeitura no intuito de explicar o projeto. Mas depois de votação em assembleia, o plano não foi aprovado. Na verdade, na assembleia ficou decidido que o melhor era lutar primeiro pela desapropriação da terra.

O jornal informa ainda que dias depois os moradores ficaram sabendo que Índio do Brasil Artiaga havia assinado a desapropriação do terreno e que após duas semanas, o prefeito chegou a visitar a ocupação com um dos diretores do BNH, na intenção de informar os moradores que ele tinha um plano urbanístico para apresentar. Após várias assembleias foi tomada a decisão de que não aceitariam a política habitacional da prefeitura e partiriam para a autoconstrução de suas casas. Porém, antes de realmente desistirem das pretensões da prefeitura, lembram que ainda em outubro, novembro e dezembro de 1979, a mesma fez uma outra intervenção patrolando algumas ruas que já haviam sido demarcadas pelos moradores. A patrolagem se deu em mais ou menos 2.880m do território e, com essa intervenção, várias casas foram postas para fora das ruas. Depois de terem feito esse serviço, segundo os jornalistas, a prefeitura teria se arrependido de algumas atitudes, pois não deveriam ter feito o traçado das quadras com 60m de largura (assim como os moradores já haviam começado), mas com 50m. Após esse evento, houve uma intervenção de uma equipe do Instituto de planejamento (IPLAN) com a intenção de reiterar a decisão da prefeitura dos 50m. Nesse dia houve uma grande reunião com moradores e ficou decidido que os serviços iam ser executados pelos moradores. O jornal finaliza detalhando como se deu a organização dos moradores. Foram reunidos 80 moradores para estudar o assunto e foi decidido que seriam três equipes, cada uma em uma parte da ocupação. Também que seriam eleitos dois coordenadores para cada equipe. Estes coordenadores teriam o papel de se reunir todas as noites e conversar sobre os problemas que porventura fossem surgindo. Sobre o começo desse cotidiano, o jornal ressalta que foi identificado um erro estratégico por parte dos moradores, pois não deveriam fazer só o corredor da rua, mas o corredor e, simultaneamente, a demarcação dos lotes. Com isso as pessoas sairiam da rua e iriam para sua moradia. Com o passar do tempo, os moradores tiveram um problema financeiro em relação a resolução dessa empreitada, foi então decidido em reunião que deveriam paralisar os trabalhos em março. Após esta decisão, as atenções se dirigiram para uma comemoração festiva no dia 1º de maio, dia do trabalhador, dia em que os moradores fizeram uma confraternização. Dez dias após a comemoração, houve uma assembleia para o recomeço dos serviços e de lá saíam algumas aprovações: toda quarta-feira convocariam uma reunião para resolução de problemas, contando com uma equipe de cinco pessoas definidas para demarcar ruas e lotes, e foi acordado uma mensalidade a ser paga para a equipe da demarcação do traçado das ruas. São comentados ainda alguns resultados dessa operação: o principal era que a medida em que ocorria o processo de demarcação dos lotes, os moradores iam

desocupando a rua. Conseqüentemente, os lugares dispostos para as casas eram reorganizados para a edificação.

O próximo tópico do jornal chama-se *1º encontro de Representantes de quadras*. Nele foi informado que os moradores encontraram alguns problemas em relação à equipe de demarcação. Basicamente, a constatação foi que a função estaria sobrecarregando os trabalhadores. Na nova atuação, deveria haver uma equipe que sairia demarcando as quadras e uma outra equipe que ficaria com o mapa das quadras com a função de enumerar os lotes e escrever nos mapas os nomes dos respectivos moradores. Nesse processo, os moradores escolheriam dois homens e duas mulheres para serem representantes de suas quadras. A função do representante de quadra seria organizar sua quadra, ajeitar as marcações da rua, colocar as pessoas em seus definitivos lotes e fazer mutirão para limpar a rua.

O próximo tópico se chama *O encontro*. Nesse tópico é destacado que foi marcado um encontro com os representantes de quadra no dia 10 de agosto e que se obteve por volta de 130 representantes na ocasião.

Em seguida vem o tópico *O que discutimos*. Nele são abordadas as pautas discutidas no encontro e as mesmas se dividiram em três: problemas dos lotes, preço dos lotes e levantamento. Para organização do debate foram divididos 10 grupos e cada um deles discutiria os três temas, posteriormente seria lido no plenário um texto em formato de relatório.

Em seguida há o tópico *Propostas aprovadas*. O primeiro assunto se refere aos problemas dos lotes, e ficou decidido que as pessoas que ficaram próximas à área do hospital deveriam ser removidas para outros lotes e também que os representantes de quadra ficariam com a tarefa de não autorizar venda de lotes na ocupação, assim como não estava permitido reserva de lotes na ocupação, pois deveria ser resolvido, primeiro, o problema de quem já estava inserido na ocupação. Por fim, ficou decidido que os representantes de quadra ficariam responsáveis pela limpeza de suas ruas. O segundo assunto se refere aos preços dos lotes. Foi decidido que seriam os próprios moradores que iriam decidir os preços dos lotes e não a prefeitura. Houve também um debate sobre o preço dos lotes ser condicionado a renda de cada morador, ou ter seus valores iguais para todos. Como a discussão se deu pela primeira vez, os moradores decidiram que esse tema voltaria a ser discutido em uma outra reunião. O terceiro assunto discutido foi referente ao levantamento. Nesse processo, cada representante de quadra ficaria responsável por fazer um levantamento de sua quadra, recolhendo várias informações

dos moradores e de seus espaços. Nesse levantamento foi aprovada uma ficha que serviria como uma ferramenta para a pesquisa.

O próximo tópico do jornal é denominado *26 alqueires exige levantamento*. Nele é discutido que os moradores perceberam que existia uma dificuldade muito grande em dar conta dos dados quantitativos da ocupação e que isso estava atrapalhando um contato comunicativo com a imprensa e com autoridades do poder público. Nesse sentido, os jornalistas informam que houve uma reunião com a intenção de discutir com mais detalhes como seria feito o levantamento na ocupação. Ficou decidido que os representantes de quadra passariam com uma ficha na quadra que fosse de sua responsabilidade e pegariam os dados de todos moradores com a intenção de facilitar o controle das informações, para então, cobrar do poder público as necessidades dos moradores. Essas cobranças passariam, por exemplo, pelo controle da quantidade de crianças que necessitariam de uma vaga na escola; quantas pessoas desempregadas; qual a renda de cada família, entre outras questões. Saber a renda de cada família, era de suma importância, destaca o jornal, pois estaria associada à luta pelo o preço dos lotes. Foi informado ainda que algumas reuniões ocorreram para tratar o assunto, mas, no dia 10 de agosto, no primeiro encontro de representantes de quadras, foi aprovada a construção da ficha para o levantamento e a responsabilidade da atuação de cada representante de quadra.

Por fim, o jornal é encerrado com o tópico *Moradores unidos conseguem linha de ônibus*. O tópico começa informando que a ocupação tem uma área de 26 alqueires, 28 litros e 444m<sup>2</sup> e que, já no momento da tiragem do jornal, se encontrava totalmente habitada. Por tal motivo havia uma preocupação por parte dos moradores acerca da construção de uma linha de ônibus que pudesse atender a demanda de todos. Houve uma discussão sobre o tema e ficou decidido que seria importante criar um abaixo-assinado a ser enviado para diretor da Aragarina solicitando uma linha de ônibus para a ocupação. Os escritores do jornal informam que era grande o número de pessoas que pegavam ônibus na região, principalmente nas imediações da Vila Regina e da Vila João Vaz e que a coleta de assinaturas foi bem expressiva. Ademais, informaram que a diretoria da associação ficou com a tarefa de levar o abaixo-assinado. Ao fim desse tópico, é destacado que, após estes acontecimentos, houve a conquista da linha de ônibus, porém ainda havia problemas, pois, como as ruas do bairro ainda não tinham cascalho, os ônibus não passavam exatamente dentro do bairro, mas em um asfalto paralelo que dividia a ocupação. As frases finais são otimistas frente às possíveis resoluções destes problemas.

Na sequência dos *Comunicados*<sup>127</sup>, os moradores começam relatando alguns acontecimentos que ocorreram no bairro e que foram percebidos como um grande benefício. Tratava-se da abertura das ruas por uma patrula, demarcação de lotes e a efetivação de uma linha de ônibus. Vê-se que os eventos correspondem a mais do que um processo de autoconstrução da casa, uma vez que pela construção via mutirão, efetivou-se a infraestrutura urbana do bairro. Para além desta questão, é importante perceber que foi criada uma vida cotidiana de intervenções práticas sobre um tipo de “saber sobre o urbano”, pensado e executado de forma coletiva pelos moradores. No segundo parágrafo do jornal, outra possível conquista associada à infraestrutura do bairro é comentada:

No começo desse ano, todos nós estamos lembrados, fizemos um abaixo assinado para conseguir uma escola para nossos filhos. Esse abaixo assinado foi levado a Secretaria de Educação do Estado e a resposta foi que a secretaria não vai tomar nenhuma providência porque o Prefeito só assinou o decreto de desapropriação, mas não pagou o terreno.<sup>128</sup>

Tal relato versa sobre a possibilidade de construção de uma escola pública<sup>129</sup> no bairro. Interessante notar o engajamento dos moradores no debate sobre o tema, na construção do abaixo-assinado e no encaminhamento a Secretaria de Educação. Outro dado importante é sobre a justificativa dada pela Secretaria de Educação após a solicitação da escola pelos moradores. Diante da resposta no jornal, existe uma indagação dos moradores: “ao invés de se preocupar com educação para todos, o que as autoridades falam é que o Jardim Nova Esperança não foi legalizado... Por que então, não tem escola na Cândida de Moraes? Por que não tem escola no setor Santos Dumont?”<sup>130</sup>. Ainda nesse *Comunicado*, é informado pelos jornalistas que “ao invés de preocupar com a energia elétrica para os pobres, o prefeito baixou um decreto proibindo a ligação de energia em toda a ocupação”. Também que ao “invés de se preocupar com terra para o trabalhador morar e trabalhar, o que as autoridades fazem é bater e prender gente inocente, para intimidar o povo, inventando responsável, para encobrir a verdade”. Nesse relato, os moradores esboçam claras indignações contra as ações de violência por parte do poder público na ocupação. Mais à frente, tecem críticas ao projeto de política habitacional do BNH: “ao invés de legalizar (desapropriar de fato) as invasão, reconhecendo o trabalho dos moradores (lotes de 300 m<sup>2</sup>), as autoridades insistem em fazer casinhas do BNH” ou “O nosso salário dá

---

<sup>127</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 6, 27 de novembro de 1980.

<sup>128</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 6, 27 de novembro de 1980, p. 1.

<sup>129</sup> Falaremos com exclusividade sobre a construção da Escola Pública no próximo tópico.

<sup>130</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 6, 27 de novembro de 1980, p.1.

pra pagar casa do BNH? Não é melhor nós mesmo fazer nossas casinhas de acordo com nossas possibilidades?”. Ou seja, percebe-se grande tensão entre as propostas produzidas pelo BNH e as expectativas reais dos moradores. Ao final da primeira página, noticiam que o melhor a fazer é partir para os procedimentos da autoconstrução, assim como aparecem em suas palavras: “Diante de tudo isso, estamos discutindo a possibilidade de nós mesmos construir a nossa Escola, e para isso precisamos estar muito unidos”. É importante destacar o significado do caráter coletivo que a palavra união carrega no processo levado a cabo pelos moradores. Como dizia Geralda nas entrevistas sobre os periódicos, “tinha unidade a palavra”. Sobre esta questão, insistem os jornalistas: “quanto mais nós tiver unidos, quanto mais nós fizer os benefícios que precisamos, mais nós vamos criando raízes nesta terra”.<sup>131</sup>

O próximo *Comunicado*<sup>132</sup> informou que, entre outras coisas, houve uma experiência nas quadras. Tratava-se de uma doação feita por algumas quadras. Uma quadra deu um caminhão de saibro, outra quadra deu três mil tijolinhos, outra três metros de brita e outra quatro metros de areia e cimento. Além das informações sobre a escola, o jornal termina solicitando aos moradores que participem da construção da escola, dos mutirões aos domingos, das reuniões às quartas-feiras e que todos ajudem na contribuição de sua quadra.

Sobre as possíveis intervenções da política habitacional da prefeitura e sobre a política habitacional autoconstruída e vivenciada pelos moradores, seguem trechos de duas entrevistas feitas com Maria de Jesus Rodrigues e Geralda. Nas duas falas será possível perceber as tensões sobre esse tema e suas implicações na vida cotidiana dos moradores.

**Lucius:** Sobre o BNH, como você vê a participação da Prefeitura de Goiânia, em relação às políticas de habitação?

**Maria:** O que aconteceu no Nova Esperança, foi proposta de urbanização, quando a gente procurou a prefeitura exigindo, a gente usava muito a palavra exigir né, a gente exigia a urbanização do bairro, que seria a abertura de ruas e a infraestrutura né, abrir as ruas, botar energia, construir escolas, essas coisas, quando a gente procurou a Prefeitura o Índio Artiaga não aceitou, aí o que a gente fez? A gente resolveu a gente mesmo abrir as ruas, porque senão ia realmente vira uma bagunça né, mas aí ele começou a mandar pessoas, dos órgãos da prefeitura, do FUMDEC e IPLAM na época, FUMDEC é os SEMAS hoje, e IPLAM acho que é IPLAM ainda. Então um era do traçado né, e outro era do social né.. Então juntou os dois pra fazer proposta lá pra gente. O que eles propunham? Que o Índio estava disposto a implantar o BNH no Jardim Nova Esperança. O que era o BNH? Era construir a casa para todos os moradores. Quando a proposta chegou alguns moradores até se interessaram, mas aí a gente, como sempre, nós fizemos uma assembleia, essa foi geral né, com todos os moradores, e jogamos, lançamos a dúvida nossa, “gente o prefeito tá querendo

---

<sup>131</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 6, 27 de novembro de 1980, p. 1.

<sup>132</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 7, 17 de fevereiro de 1981.

implantar o BNH nós vamos Aceitar? Aí todo mundo: “vamo!””. Então tá, então nós vamo mudar todo mundo, vamos deixar ele construir as casas, vocês querem sair daqui pra voltar depois? “Não!” (risos). Aí pronto né, a resposta tava ali né, pra construir o BNH tinha que sair né do setor, todo mundo tinha que sai.<sup>133</sup>

Fica evidente nesse depoimento de Maria que a busca em dialogar com a prefeitura na intenção de levar infraestrutura para o bairro foi uma constante no cotidiano político da ocupação. O uso da palavra “exigir”, entre outras coisas, revela o nível de engajamento político que os moradores vivenciaram naquele momento, também revela o nível de consciência dos moradores em relação às suas pretensões urbanísticas para o bairro, pois a impressão que fica é que eles sabiam da potência histórica dos acontecimentos que ocorriam em suas vidas cotidianas. Quando Maria rememora que usava a palavra “exigir” com o prefeito, parece ter plena consciência das possibilidades práticas das transformações que poderiam ocorrer na vida cotidiana dos moradores frente à luta por direito à moradia. Sobretudo, ao que se refere à consciência dos mesmos em sua condição de sujeitos do seu devir. É de forma análoga que evidencia Lefebvre ao comentar que a vida cotidiana tem a possibilidade de levar à “revolução da vida cotidiana”, e mais ainda, “o homem cotidiano é o homem da práxis, e somente a práxis vai possibilitar que se liberte da alienação e que alcance a concretude do ‘homem total’, ao mesmo tempo sujeito e objeto do seu devir (TREBISCH, 1991, p. 19).

Após a recusa do prefeito a várias demandas urbanísticas exigidas pelos moradores, Maria reitera que a decisão imediata passou a ser a autoconstrução da moradia. Porém, quanto à ida de órgãos institucionais da prefeitura para a ocupação, havia uma proposta de uma política habitacional do BNH. Importante notar que, após o recebimento da notícia sobre as políticas habitacionais do BHN, houve, imediatamente, uma assembleia geral. De acordo com Maria, em um primeiro momento, houve uma adesão de parte dos moradores a essas políticas, mas na reunião os moradores foram contra, pois para a possível construção das casas, os moradores teriam que sair do local. Continuando, perguntei:

**Lucius:** E ele dava uma justificativa, de por que isso?

**Maria:** É porque na verdade, pra construir tinha mesmo que sair né, mas ele lá, sabia porque que ele tinha feito esta proposta, a partir do momento que a gente saísse, ia voltar quem ele quisesse né, se voltasse né, ia ser uma coisa totalmente controlada pela prefeitura, e a gente não tava afim disso, então, aí então, discutimos com os moradores, então gente se a gente não quer sair daqui, a gente não pode aceitar, como que nós vamos aceitar uma proposta que a gente não vai cumprir ela, aí os moradores concordaram que a gente não ia aceitar o BNH, cada um ia fazer suas casas do jeito

---

<sup>133</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.



que quisesse, aí a gente mandou este retorno pro Índio, “nós não queremos o BNH” (risos).<sup>134</sup>

Nesse relato, é possível perceber que havia uma desconfiança considerável dos moradores em relação às intenções da prefeitura com o projeto do BNH, pois além de sair da ocupação, havia a preocupação com quem iria voltar quando houvesse a regularização. Também existia o receio do “controle” dos acontecimentos perpetuados pela prefeitura. Ou seja, além da desconfiança com o poder público, percebe-se que havia um cenário de autonomia por parte dos moradores, porém coletivo em torno das possíveis decisões que poderiam ser tomadas sobre esta questão. Dando continuidade:

**Lucius:** Sabe o que eu fico na dúvida quando eu vejo as fontes? Se ele estava inventando este discurso também do BNH, eu fiquei muito com essa pulga atrás da orelha, eu não sei se ele mesmo, como é que se diz, estava intencionado com isso... O que você acha?

**Maria:** A gente acha que ele estava mal intencionado, tanto é que a gente não aceitou por isso né, porém o BNH existia, e não era uma coisa da Prefeitura não, era uma coisa do banco e federal, então a proposta dele, era que ele ia acionar o projeto do BNH para ser implantando no Jardim Nova Esperança, né, e poderia até ser mesmo, só que a intenção dele não era ser bonzinho e construir casa pra todo mundo não, ele queria era tirar todo mundo daquela área ali, limpar a área, porque realmente tinha que limpar.<sup>135</sup>

Aqui se reitera o nível de desconfiança em relação à política habitacional proposta pela prefeitura. Ou seja, era uma impressão dos moradores o fato de que o prefeito não estava bem intencionado em relação as suas decisões. Outro ponto refere-se à percepção negativa por parte dos moradores sobre a intenção do prefeito de limpar a área. Ou seja, sair da ocupação não estava nos planos dos moradores(a) e soava, no mínimo, arriscado, pois se perderia o controle, além da submissão em troca de seu devir histórico como protagonistas desta movimentação.

**Lucius:** Porque ele tava recebendo uma pressão também, não tava, da luta pela posse do terreno?

**Maria:** Eu acredito que ele estava muito pressionado né, porque era um terreno praticamente no centro de Goiânia né, um terreno muito bom, e que eles jamais imaginavam que fosse ser ocupado né, e com a perspectiva da gente conseguir o terreno através da doação.<sup>136</sup>

Esse fator claramente pesou na decisão dos moradores sobre a escolha da autoconstrução da moradia em relação à política do BNH sugerida pelo prefeito. Como vimos

---

<sup>134</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

<sup>135</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

<sup>136</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

no tópico 1.4, havia toda uma briga jurídica pela posse do terreno (que até antes da ocupação se encontrava abandonado). Existe em vários momentos nas fontes analisadas por esta pesquisa um imbróglio por parte da prefeitura sobre as efetividades da desapropriação do terreno e da consequente compra. É visível que os moradores tinham consciência de que essa pressão em cima do prefeito poderia significar grandes riscos para a aceitação da política habitacional ofertada pela prefeitura. Outro ponto versa sobre a posição política reiterada da doação dos lotes e não de sua compra. A opção pela compra era representada pelo BNH. Nesta política havia um financiamento da casa e era preciso fazer contribuições trabalhistas, via FGTS, dentre outras coisas.

**Lucius:** Isso tá no comunicado muito forte mesmo, de vocês, as decisões sempre pela doação e não pela compra, a luta pelos metros também, dos 300 e não 200 e poucos...

**Maria:** É, essa dos 300m, é porque a gente queria organizar um setor normal, um setor nos moldes oficiais, nos moldes normais, mas a prefeitura estava com uma proposta de lotear o terreno com 250m, que era a medida do BNH né, na época, nós estávamos lutando por 360m, que era a metragem normal das imobiliárias, mas aí não ficou nem 250, nem 360 do jeito que a gente queria, ficou 300m, né, que era maiorzinho, era normal na época, era considerado assim, um terreno normal, que daria pra você construir uma casa e ainda sobrava um quintal. E hoje a gente se contenta com a metade e tá bom demais né, mas naquela época a metragem original dos lotes imobiliários era 450m, né, a maioria. Se você fizer uma pesquisa nessa área imobiliária aí, você vai ver que a metragem dos lotes era tudo de 360m a 450m, e era essa a nossa luta né, mas aí não deu né, porque também foi chegando muita gente, já não dava mais pra ser aquela metragem né, então mais ou menos foi isso, a questão do BNH foi uma proposta que o Índio fez, mas não veio nada, o Nova Esperança não conseguiu nada de benefício da prefeitura, em termos de material não... Então não teve mesmo né, ajuda ... A escola que a prefeitura construiu já foi em 85 né, bem depois da gente lutar muito pra construção de uma escola... a gente começou a construir com nossos próprios recursos né, e, depois é que a prefeitura construiu, mas ajuda para os moradores não teve nenhuma.<sup>137</sup>

Nesse relato, mais uma vez fica reiterada a questão da tensão de interesses entre a prefeitura e os moradores em relação ao tipo de política habitacional que seria implantado na ocupação. Outra discordância era lotear o terreno em 250m<sup>2</sup>, proposta do BNH. Importante destacar a consciência dos moradores em relação às metragens imobiliárias da época e a exigência da criação de um “setor normal”, ou seja, que não tivesse direitos a menos em relação aos outros bairros. Maria revela que, a princípio, a luta era para um lote de 360m<sup>2</sup> e brinca que, na época, as metragens eram até maiores, de 460m<sup>2</sup>, diferente de hoje, quando as pessoas se contentam com lotes bem menores. Ao fim, ficaram estabelecidos 300m<sup>2</sup>, pois, devido ao grande número de pessoas que chegou na ocupação, não era mais possível construir com a metragem desejada. Ela destaca ainda que, no seu entendimento, não houve nenhum benefício

---

<sup>137</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

por parte das possíveis políticas habitacionais representadas pela prefeitura. Insiste que não houve ajuda com nenhum material e que só houve ajuda da prefeitura em 1985, para a construção da escola, mas ainda assim a luta pela conquista da escola foi intensa. Além do mais, destaca que as obras foram iniciadas pelos moradores, munidos com seus próprios recursos.

Sobre a entrevista com Geralda, seguem algumas passagens:

**Geralda:** [...] Por exemplo na demarcação das ruas, nós que assumimos tudo e houve a contribuição financeira dos companheiros que já estavam trabalhando e acreditaram nisso aí, e essa contribuição era mais pra manter aquela equipe que tava por conta disso, então nós fizemos depois a chamada vaquinha né, pra patrolar, quer dizer dar uma visão, de como ficou o Jardim Nova Esperança, então depois de tudo ali, tinha lugar que precisava realmente que passar patrola né, pra ver ali, tinha feito a metragem né, mas para visualizar melhor... Então essa patrola foi uma contribuição de todos nós que morávamos ali no Jardim Nova Esperança, e a questão dá moradia em si, cada um ia construindo um cômodo, morou de lona muito tempo né, madeira... construía... foi muito devagar tudo isso... porque... porque a prefeitura fez uma proposta na questão de ali virar um conjunto habitacional com o BNH, que era o financiador dentro da caixa econômica também na questão da construção, era uma proposta habitacional daquela época, né, como agora temos minha casa minha vida... era uma proposta de construção, só que aí, nós teríamos que mudar de lá e eles construiriam depois ia trazendo de volta, e como na época, realmente não tinha uma confiança, dos moradores, porque muito dos nossos acordos e propostas foram quebrados pela prefeitura, pelo poder público municipal e aí o que que ocorreu, aí os moradores numa assembleia imensa, disse não não, não... nós vamos ficar sem nosso lugar ....e aí foi que os moradores construiu a casa de reunião que era sede da associação que serviu para uma escola provisória, que servia para várias reuniões, então a prefeitura veio muito depois, construiu uma pequena casa que virou um posto de saúde, e este posto de saúde nós não tínhamos nada de atendimento naquela região inteira, tanto é que a gente chamava o alto da poeira né, porque realmente determinadas épocas era uma poeira danada.<sup>138</sup>

Geralda começa falando do processo autoconstrutivo da demarcação das ruas e da contribuição financeira necessária para tal, já destacada anteriormente nos *Comunicados*. Interessante notar a contribuição da chamada “vaquinha”, com o intuito de patrolar o território em busca de uma melhor visualização do espaço depois da conclusão das metragens e da demarcação de ruas. Sobre a autoconstrução da moradia, esboça uma espécie de desenvolvimento em relação à edificação das casas quando comenta dos exemplos da construção por lona e madeira. Além disso, comenta que a construção das casas foi um processo lento. De forma similar, Maria revela que de fato houve uma proposta do BNH por parte da prefeitura para a construção de casas, porém os moradores, em assembleia, não aceitaram sair do espaço para a construção, pois não havia uma confiança em relação ao poder público. Tal desconfiança estava associada ao não cumprimento por parte da prefeitura das reivindicações vivenciadas pelos moradores(a). Além disso, os moradores teriam que sair do espaço, o que

---

<sup>138</sup> AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara. Entrevista III [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

significaria outro risco. Ao final, ela comenta sobre a autoconstrução da Casa de Reunião, que se transformou em sede da associação do bairro e que também serviu durante algum tempo para sediar uma escola. Geralda faz questão de pontuar que as intervenções da prefeitura vieram muito depois e como exemplo de sua atuação cita a criação de um posto de saúde. Ao final, lembra do “alto da poeira”, vivência cotidiana ligada às condições do bairro.

**Lucius:** Gerou até um jornal com esse nome né?

**Geralda:** É, era o *Alto da poeira*. E aí, na verdade, o poder público municipal criou uma coisa um pouco pessoal na questão de que nós ali conseguimos ficar... Não sei se eles tinham outros projetos pra lá... Não sei, mas eles não gostaram da ideia que a gente acabou conseguindo energia elétrica, através de Brasília né, ir lá no Ministério de Minas e Energia, conseguir a escola com o Estado depois, isso tudo gerou situação assim ruim...<sup>139</sup>

Aqui Geralda revela que, em sua percepção, o poder público não gostaria que o projeto de autoconstrução se efetivasse. A mesma percebeu tal fato tomando como exemplo a luta pela conquista de energia elétrica, fator que também aparece reiteradamente nos comunicados como uma pauta política dos moradores. Geralda continua:

Então, na verdade a questão das casas nunca houve ajuda da administração nenhuma na construção.... O povo devagar... Cada um ia construindo sua casa, conforme tinha condições financeiras... E nós não estabelecemos um padrão de casa, né, porque não existe isso... Um conjunto habitacional, ou eles construiriam ou eles demarcaria um padrão de casas né, aí eles entrariam com o material, se tivesse feito esta proposta, foi o que nós fizemos pra eles, mas eles não aceitaram, que nós teríamos que retirar pra eles construir e depois a gente voltaria, então... me lembro na época né, não deixo só pro poder público, mas deixou lugar pra igreja evangélica, igreja católica, o centro espírita já tinha comprado um pedacinho né, então ele já tinha ali um pedaço pra construção, então não houve a questão de auxílio da prefeitura, inicialmente em nada, depois que passou essa fase, é claro, aí a escola municipal ampliou, aí o posto de saúde virou o distrito policial da polícia civil, é bem pequeno lá a casa... e foi construído depois o cais né, que é o Cândido de Moraes, que atende aquela região, então veio fazer depois, também já na década 90 que foi o asfalto né, esgoto foi uma promessa, é porque é ligado a questão do estado, não é do município, então foi uma promessa de vários governos e não concluíram até hoje, vinte anos... de Marconi, de PSDB, e a promessa não foi concluída, não temos esgoto, eles abriram, disseram que ia colocar, mas não é, eles colocaram numa rua que dá acesso pra saída, por causa daquele condomínio lá o Borges Landeiro, aqueles condôminos de prédio, então não foi em função da nova esperança, eles queriam passar, foi um buchicho que ia construir, mas não construiu.<sup>140</sup>

Geralda, assim como Maria, crê que não houve ajuda por parte da prefeitura na construção das casas. Outra questão que pontua é que, ao contrário das determinações da política habitacional do BNH, os moradores não estabeleceram um padrão de casa, a não ser,

---

<sup>139</sup> AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara. Entrevista III [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

<sup>140</sup> AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara. Entrevista III [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

evidentemente, a metragem já comentada de 300m<sup>2</sup>. Também comenta que, no processo de demarcação, houve o planejamento para se construir espaços públicos, igrejas, dentre outros. Lembra que algumas conquistas e a intervenção do poder público só ocorreram posteriormente, com a ampliação da escola municipal e a criação de um distrito policial e, posteriormente, na década de 1990, o asfalto. No fim, esboça crítica às promessas do esgoto, que continua inconcluso. Crê que o pouco que foi feito está relacionado à construção imobiliária de prédios ligados à Borges Landeiro, empresa construtora, ou seja, Geralda expressa claramente que a luta do Jardim Nova Esperança ainda existe no tempo presente, ainda persiste no tempo, não teve fim.

**Lucius:** Eu lembro também de ver nos Comunicados a luta pela metragem do lote, por 300m.

**Geralda:** Uma coisa também que nós já tínhamos definido era os 300m né, quando foi demarcar os lotes aí o que que ocorreu, o BNH era 250m, hoje na verdade esses lotes são de 200m dessas casas. E aí o outro motivo, é que além de sair ainda seria lotes de 250m... O que nós pensávamos.... “tem tanta terra aqui em volta, né? Por que 250 m?” E ali foi feito um levantamento, então a quantidade de moradores que tinha lá dava tranquilo para fazer 300m então, por que, né? E nós sabíamos que a situação econômica do Brasil também não era boa naquela época, e aí ia iniciar a construção e depois? Parava? E depois? Então não existia essa confiança né, mas nós garantimos a moradia né, todos os moradores foram garantindo a moradia, então isso era importante, construir ia construindo devagar... E construíram... Conseguiram.<sup>141</sup>

Percebemos uma visão muito parecida com a de Maria sobre a luta dos 300m<sup>2</sup> para o lote. Outra percepção de Geralda do que parecia ser uma ameaça para as pretensões dos moradores, foi a situação econômica do Brasil, uma vez que o BNH estava totalmente associado a essa questão. Ao final, reforça o engajamento político pela política habitacional da autoconstrução e, de forma pausada, termina dizendo que a construção foi devagar, mas ocorreu, num expresso orgulho da conquista.

**Lucius:** Durante a pesquisa fiquei com dúvida sobre a possibilidade do BNH financiar áreas de posse...

**Geralda:** Não, não financiava, mas o que ia acontecer, ia regularizar, então a primeira coisa... De todo jeito é isso que despertou nós... Ele ia regularizar, né. À medida que ele assinar o decreto de desapropriação, os proprietários que se diziam donos, e em função de um bem maior que era um bem coletivo... Que iam tá construindo casas pras pessoas que não tinham onde morar, então claro que ele ia comprar, ele ia pagar, ele fazer isso, se fosse o BNH, mas eles realmente não constroem em área de posse, só que ele iria regularizar, entendeu?<sup>142</sup>

---

<sup>141</sup> AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara. Entrevista III [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

<sup>142</sup> AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara. Entrevista III [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

Nesse relato, apesar das desconfianças, é perceptível que os moradores tinham reais noções da proposta de política habitacional da prefeitura de Goiânia. Sabiam dos detalhes da proposta do prefeito, seja no nível do seu discurso, quanto da sua possível prática e realização. Ou seja, a política do BNH foi realmente pesada na balança pelos moradores, porém saiu perdendo, por vários motivos, para a autoconstrução coletiva. Na próxima pergunta aprofundamos essa questão.

**Lucius:** Mas, na impressão de vocês na época, você acha que foi só no plano do discurso? Você acha que tinha alguma dimensão prática?

**Geralda:** Olha, nós, os moradores não quisermos ver deixar que viesse o BNH, porque já tinha na cabeça que não era bom, então é... Acredito que ele poderia comprar a área, porque ia sossegar quem dizia ser dono né... Porque a gente tem dúvida... Mesmo porque os cartórios eram de duas partes lá mesmo do governo, do Índio Artiaga e da família do governador Ary Ribeiro Valadão... Aí, a gente tem dúvida sobre isso né, mas aí tem o processo na justiça, então não adianta só ter dúvida né, tem que comprovar né, neste caso... Então o que ocorre, acredito que os moradores lá não ia ficar, são várias questões que podiam acontecer, podia acontecer num dado momento não dar conta de fazer, porque era imenso o conjunto habitacional que ele ia construir, podia não ter verba, podia parar, a questão política na época era muito sem perspectiva, e mesmo o prefeito era ainda colocado pelo governo federal, o Nion nos dois primeiros anos também foi, depois que houve a eleição, mas veja só: não existia uma confiança né, não existia uma confiança, mas ele podia até pagar essa terra, não sei, não sei como que estava os recursos da prefeitura, poderia negociar, agora que ia reverter para os moradores? Isso aí eu acho que eles acertaram... Em ter ficado lá, sem ter que sair e construir novamente... Foi a questão do Finsocial né, os moradores ocuparam uma fazenda, ela tá lá sem fazer nada até hoje... É em frente ali a Friboi, em frente lá ao Nova Esperança, tem o Friboi, em frente lá... Uma área grande mais na frente foi ocupada... Era uma fazenda, é um terreno, não se bem que, bem que fizeram loteamentos, uma parte fez loteamentos sim, mas aí o que que ocorre, na verdade ali os moradores não saíram de lá enquanto não arrumaram um local pra por eles direitinho, fizeram todo o levantamento... Um local lá perto, que hoje é o Finsocial. Agora Finsocial foi feito um loteamento muito ruim, quisermos aproveitar muito, lá não é 300m e as ruas muito estreitas, hoje é problema lá o jeito do loteamento. Bom, na época eles diziam que tinha que regularizar, então eu acho, que não se constrói realmente né, ainda era financiamento da caixa econômica, nem legal era isso, fazer conjunto habitacional patrocinado pelo governo, ou ele construindo num local que você não ter certeza se alguém vai reclamar pelo local.<sup>143</sup>

Geralda sustenta que, diante das circunstâncias, não aceitariam as políticas habitacionais do BNH. Lembra do envolvimento do prefeito e do governador com a posse dos cartórios e também o tenso processo da posse da área, que dividiu poder público e algumas indústrias. Também avisa que o processo que versa a legalização do espaço em favor dos moradores, tramita na justiça ainda no tempo presente e que as hipóteses sobre a real posse do espaço ainda devem ser provadas juridicamente. Reitera ainda o receio de não haver verbas por parte do BNH e a instabilidade política de governos que eram construídos pela estrutura do regime da Ditadura

---

<sup>143</sup> AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara. Entrevista III [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

Civil-Militar. Também acha que não ter aceitado a proposta política do BNH foi um acerto, em uma clara demonstração, tanto da desconfiança de suas reais possibilidades práticas, quanto na consciência de que o projeto da autoconstrução obteve sucesso. Em uma comparação com a experiência do Jardim Nova Esperança, Geralda se lembra do Finsocial e que crê que as políticas habitacionais conquistadas pelos moradores pela intervenção do poder público foram de baixa qualidade, citando como exemplo, a pequena metragem dos lotes e as ruas estreitas. Ou seja, nessa parte do relato, deixa claro que o problema da habitação e autoconstrução de moradias precárias é um tema de observação e reflexão dos moradores pioneiros ainda no tempo presente. Percebe-se também que as conquistas da autoconstrução do Jardim Nova Esperança são interpretadas como um exemplo, não apenas da valorização das escolhas feitas no passado, mas da ênfase de uma de atuação crítica vivenciada sobre o tema. Continuando:

**Lucius:** Outra coisa que eu fiquei pensando, era como que iria se tornar confiante, sendo que também vários trabalhadores não eram formalizados, né. Porque se não me engano, o BNH, ele, pegava alguns benefícios do FGTS e tinha muita gente que não era regularizado também, não é, trabalhos às vezes de bico, informais né... Eu fiquei pensando nisso também porque como eu vou achar confiante uma situação dessas né, mais um contexto de desconfiança talvez...

**Geralda:** É, é um contexto de desconfiança... E os trabalhadores no Brasil financiaram grandes construções que eles nunca puderam morar com o FGTS deles né, porque o que se desconta... Hoje é que você está podendo receber FGTS, você não recebia nunca, só quando morria, ou quando se ia fazer uma construção, mas você tinha que ter o tempo que você tinha de FGTS, era difícil, então era um dinheiro que tirava do trabalhador e financiava grandes construções para os construtores, não era.

**Lucius:** Outros interesses, né...

**Geralda:** É... <sup>144</sup>

Essa questão pode revelar um dado que fortalece ainda mais a desconfiança dos moradores da época em aceitarem a proposta do BNH. Como já discutido em outros tópicos, o perfil do trabalho dos moradores era caracterizado pelo trabalho informal e precário, ou seja, provavelmente a maioria dos trabalhadores não estava integrada às contribuições do FGTS e mais, suas condições de trabalho, como evidencia Kowarick, era de pauperização, ou seja, caracterizada por vulnerabilidade.

**Lucius:** Mais uma pergunta, de quem era a fazenda? E as indústrias que estavam perto tiveram a versão de que eram donas, ou se são nomes de alguns fazendeiros mesmo?

**Geralda:** Deixa eu ver se tá fácil aqui o processo... Aqui ó, era a Caferpe, a Cagigo, a Tocantins Empreendimentos, eu não sei se essas empresas existe mais com este nome... Tem um pedaço da área que é de particular, é uma área que foi a mais difícil que até hoje o pessoal não conseguiu a escritura, porque tem herdeiros, até o Jiruna, quando teve na habitação, na prefeitura, junto com o Hélio que participou e já foi presidente da associação... Hoje ele é advogado, mora no Nova Esperança até hoje... Não sei se você já entrevistou ele... Ele realmente, se você quiser saber disso

---

<sup>144</sup> AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara. Entrevista III [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

aprofundadamente é com o Hélio, ele trabalhou também na habitação uma época, então ele fez muito, lutou muito para poder sair o registro, porque ele não muda do Nova Esperança, eu penso que é como o Robinho, se ele tivesse vivo ele também não ia mudar da Nova Esperança, então criou um laço né, então, e ele essa questão aqui, ele tem mais recordação do que eu. Então olha só, o 4º ofício era de quem? Índio do Brasil Artiaga, então... Como é que você vai confiar que eles não ajeitaram esse negócio de uma hora pra outra ein? Aqui ó: Maria Bahia Peixoto Valadão, que era dona de outro cartório, você entendeu? (risos) Como é que você vai... E isso tá documentado ó, ninguém tá mentindo, tá documentado, lá ela tinha 23 alqueires, então é uma situação assim... Aqui ó, Caferpe, Cagigo, Então, sabe porque, eles tem assim... Esse é o terceiro ofício tá vendo... Tinha família da Lúcia Vânia também, porque eles são donos ali daqueles galpões da perimetral tudo... Eles levavam o pessoal na amarra no lugar lá, e se eles não assinassem, e eles tinham que assinar, fazia eles assinar na marra, e aí o João uma vez tentaram levar ele lá, e ele não foi... Olha as testemunhas aqui...<sup>145</sup>

Nesse momento da entrevista, Geralda se levantou da mesa onde estávamos e foi até um cômodo trazer uma pilha de documentos que dizem respeito à briga jurídica da posse do terreno. Lembra-se que Hélio seria um bom nome para uma investigação mais aprofundada sobre o tema. Hélio é pioneiro da ocupação e se tornou advogado, ele é o principal articulador da defesa da posse do terreno aos moradores. Folheando os documentos e lendo-os com atenção, Geralda narra novamente os vínculos entre a posse do terreno e a família do prefeito Índio do Brasil Artiaga e do Governador Ary Valadão. Chega a dizer que a família de Lúcia Vânia está envolvida na documentação. Em síntese, há, por parte de Geralda, uma desconfiança em relação as ações tomadas por essas famílias. Além do mais, este contexto ainda aparece como um caso inconcluso na história dos acontecimentos da ocupação, uma vez que a decisão jurídica ainda não teve fim.

Voltando aos *Boletins*<sup>146</sup>, logo na abertura do volume de março de 1981, vemos o aviso de que o jornal tratará dos acontecimentos mais importantes do ano de 1980. Antes da rememoração desses eventos históricos, é evidenciada uma nota que relembra outros fatos importantes para a ocupação. Um deles em dezembro de 1979: após a agressão protagonizada pela polícia militar no dia 4 de outubro de 1979, a prefeitura assinou o decreto de desapropriação do terreno por interesse social. A área, como já destacado, tinha 26 alqueires, 28 litros e 444m<sup>2</sup>. A nota faz questão de destacar que tal conquista estava relacionada à cotidiana pressão por parte dos moradores. Nessa nota ainda há uma justificativa dos escritores de que seria de grande importância narrar relatos de acontecimentos do ano de 1980, uma vez que muita coisa já havia ocorrido desde julho de 1979 e muita coisa também estava em jogo na conjuntura de divulgação do jornal (março de 1981). Justificam também que a atitude não se refere exclusivamente aos

---

<sup>145</sup> AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara. Entrevista III [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

<sup>146</sup> Boletim da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 4, março de 1981.



eventos vivenciados, mas, ao mesmo tempo, uma valorização da importância de divulgação dos *Boletins* para a informação de “outros companheiros”, de outros lugares. Na narrativa desse jornal, é novamente reiterada pelos jornalistas, a necessidade de estar de forma cotidiana lembrando, de maneira interpretativa e crítica, os eventos vividos no passado. A estratégia, ao que parece, significava uma espécie de valorização das vivências e das adversidades que foram superadas por meio de lutas e, sobretudo, por um processo de politização das mesmas. São notáveis, ao mesmo tempo, as atitudes intencionais de publicização da mídia comunitária produzida na ocupação. Tanto de forma interna, com todos os moradores, quanto de forma externa, na articulação com outros movimentos sociais, igrejas, instituições ligadas aos trabalhadores, universidades, sindicatos de professores, associações ligadas ao direito à moradia, entre outros grupos. Em seguida, o jornal relembra assuntos já discutidos e ocorridos no ano de 1980 como a abertura de ruas, o evento do 1º de maio<sup>147</sup>, a conquista de uma linha de ônibus, o 1º congresso de representantes de quadra, o primeiro aniversário do Jardim Nova Esperança, alguns confrontos na ocupação e novos acontecimentos. Sobre a União Das Invasões, existem alguns dados que ainda não haviam sido evidenciados em outros jornais, um deles é que, no dia 7 de dezembro de 1980, houve o primeiro encontro dos representantes das ocupações urbanas de Goiânia e dos interiores. Nesse primeiro encontro, houve a participação de pessoas de 18 ocupações e houve uma discussão durante um dia inteiro, na qual os moradores notaram que suas demandas políticas eram muito similares. Três pontos eram cruciais: luta pela garantia de ficar na terra, construção de escolas para os filhos de todos e luta pela energia elétrica, entre outros benefícios. Nessa reunião, foi selada por todos que participaram, uma potencialização da união da luta, era o fortalecimento da chamada União Das Invasões. Nesse dia foi eleita uma coordenação que seria responsável pelo cuidado com as correspondências, jornais e boletins compartilhados entre as ocupações. A coordenação foi formada por 10 membros, cada um representando sua ocupação. Sobre o aniversário também são destacadas algumas nuances que não haviam sido levantadas em outros jornais. Neste, aparece o dado que nesse dia houve uma passeata com cerca de 5.000 pessoas às 14h iniciando a festa e simbolizando as conquistas da ocupação. Como dito anteriormente, nessa festa houve uma mistura de alegria e tristeza, pois esse dia também representou a agressão policial sofrida e o

---

<sup>147</sup> Sobre o 1º de Maio foi informado pelo jornal que a festa terminou às 17h com a apresentação da peça de teatro *A terra é nossa*. Essa peça falava da luta, das vitórias e do sofrimento dos moradores do Jardim Nova Esperança. O Teatro, entre outras várias manifestações artísticas, teve uma forte atuação no bairro, tanto em sua manifestação estética, cultural quando no seu uso político. Nesta dissertação não se falará sobre esse tema, porém existe uma pesquisa que evidenciou de forma aprofundada o tema. Ver: BARRA, Edmar Aparecido de. *Ocupação Fazenda Caveirinha: Arquipélago de Memórias Goiânia: 1979-1989*. Goiânia: Editora Vieira, 2011.

desaparecimento de uma criança. Entretanto, a alegria estava associada à permanência e à construção da ocupação em bairro, também à conquista da abertura das ruas e da demarcação dos lotes. Além disso, simbolizou o êxito do traçado das ruas. Foi informado ainda que na festa havia moradores de trinta ocupações e bairros, entre eles, várias pessoas de municípios interiores. Nos chama atenção a frase final dos jornalistas: “todos sentiram que a festa não era uma festa do Jardim Nova Esperança, mas era uma festa de todos invasores de Goiânia, era uma festa de toda a classe trabalhadora”<sup>148</sup>. Isto é, persiste nessa narrativa, um compromisso de unidade, de pertencimento coletivo, de cidadania, de união trabalhista, entre outras questões.

Sobre o tema dos confrontos na ocupação, há um evento ainda comentado. Trata-se da agressão aos moradores que ocorreu bem depois do ataque do 4 de outubro de 1979. Esse evento ocorreu no dia 9 de novembro de 1980, em uma área vaga da qual a Cerealista Michelette se dizia proprietária. De acordo com o jornal, nesse dia houve uma repressão por jagunços, soldados da polícia militar, cães, bombas, dentre outras coisas, contra um grupo de pessoas que ocuparam a região. As famílias que ocuparam foram reprimidas no mesmo dia e resistiram à intervenção da polícia, foram acompanhadas de pancadas, tiros e bombas de gás. Há uma foto ao lado desta reportagem que chama atenção para Ana Luiza Ferreira. A mesma aparece com o rosto ensanguentado. Na descrição da foto, é destacado que ela foi atingida por uma bomba e depois de algum tempo foi levada ao hospital e após o conflito várias pessoas foram presas. Os escritores insistem que os grupos familiares que ocuparam o espaço tinham de fato necessidade da moradia. Após esses informes, o tópico ainda mostra que foi organizado, pela ocupação do Jardim Nova Esperança, um grupo de 300 pessoas com o intuito de pressionar pela soltura dos presos. Pelo que tudo indica, conseguiram.

Sobre os “novos acontecimentos” dos meses que antecederam a publicação desse jornal, há a notícia da criação de uma feira livre. Os jornalistas informam que ela começou pequena e logo se expandiu, por isso tornou-se desorganizada. Diante desse fato, é pontuado que, na última quarta-feira antes da publicação do jornal, houve uma reunião na casa de reuniões e ficou decidido o apoio da associação na organização da feira. Um dos problemas graves que estava ocorrendo era o lixo que ficava acumulado pelos feirantes após o fim da feira, esse fato causava um mau cheiro considerável no bairro e era uma ameaça à saúde dos moradores. Na tentativa de superar esses problemas, foi feito um comunicado aos feirantes os esclarecendo dos problemas e pedindo uma taxa de contribuição na intenção de fazer a limpeza no fim da feira.

---

<sup>148</sup> Boletim da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 4, março de 1981.

Também foi sugerida a execução de um patrolamento na intenção de dividir de maneira correta as bancas. Por fim, ficou decidido que a associação de moradores iria organizar a limpeza da feira, mas com o apoio de os moradores. O jornal ainda pontua que os feirantes interpretaram bem as novas solicitações, pois seria uma ajuda a eles mesmos no cotidiano do seu trabalho, principalmente em relação ao fato de estarem trabalhando em um ambiente limpo e organizado. Outra notícia sobre os “novos acontecimentos” se referia à visita de Adolfo Pérez Esquivel no dia 13 de fevereiro de 1981. Na visita, ele foi acompanhado pelo Bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga. Esquivel foi ganhador do prêmio Nobel da Paz de 1980, nasceu na Argentina, foi perseguido pelo governo de militar de seu país e chegou a ficar preso durante 14 meses. Esquivel atuava na luta pelos direitos humanos na Argentina. Os jornalistas informam que ele andou por todo o bairro enquanto ouvia a história da ocupação, visitou a casa de reunião, a igreja e também a escola que os moradores estavam construindo. É destacado que Esquivel ficou admirado com a coragem dos moradores em construir coletivamente sua própria escola. Foram visitantes ainda, o Arcebispo Dom Fernando, bispo de Goiás Velho, Dom Tomás e a prelazia de São Félix no Mato Grosso.

De volta aos *Comunicados*<sup>149</sup>, especificamente no número 8, logo na abertura de seu anúncio há um clima de animação expresso pelos jornalistas. É informado que muita coisa aconteceu nos últimos dias e que depois de muita luta chegaram algumas vitórias. É também comentado que o prefeito foi até a ocupação no final de semana passado e saiu com várias promessas. A primeira foi sobre a energia elétrica, foi lembrado que essa luta não era exclusiva do Jardim Nova Esperança, mas de várias outras invasões. Muitos abaixo-assinados já haviam sido feitos, idas à prefeitura e convites para o prefeito comparecer às reuniões dentro das ocupações. Vinculada a luta pela demanda por energia elétrica para várias ocupações, é narrada a criação da chamada União das Invasões, que tinha o objetivo de construir uma aliança que fortalecesse as demandas políticas de todos os envolvidos. Ao fim do tópico, é informado que no dia 7 de março de 1981 a União das Invasões foi até os diretores da Central Elétricas de Goiás S.A (CELG) para uma conversa. Como resolução foi acordado que a CELG iria fazer um pedido junto à prefeitura para a liberação da luz para todas as ocupações. Outra comemoração se deu em relação aos lotes de 300m, pois foi informado que o prefeito havia liberado tal demanda. Para além disso, os jornalistas lembram que a luta pela metragem dos 300m teve seu início ainda em 1979, quando pediram autorização da prefeitura para que fizessem o traçado

---

<sup>149</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 8, 21 de março de 1981.

das ruas e a demarcação dos lotes, mas a proposta do poder público ainda era de lotes com 250m com viabilização do BNH.

Ao final desse jornal, os jornalistas promovem uma espécie de diálogo com os moradores sobre o cotidiano de suas pautas políticas. Disseram que, no princípio, muitos moradores tinham dúvidas quanto às reais chances de conquistas de direitos, como é expressada na frase: “muitos companheiros no começo ficaram em dúvida, pensando até que nós devia ceder. Teve muitas reuniões, muitas assembleias. Até que todos nós ficasse numa ideia de só de 300m”<sup>150</sup>. Reiteram ainda o resultado dos 300m<sup>2</sup> advindos da autoconstrução e da preocupação da ocupação em “não virar uma favela”<sup>151</sup>. Sobre esse segundo ponto é interessante perceber que não havia na concepção dos moradores a ideia de naturalização de um espaço sem infraestrutura e rodeado de problemas. Foi lembrado que a equipe de demarcação escolhida trabalhou por dez meses. Também lembraram que no dia 4 de outubro de 1980 foi comemorado o que os jornalistas chamaram de “a maior festa do Jardim Nova Esperança”, que representou, em grande medida, a inauguração do traçado das ruas. No final do *Comunicado*, os jornalistas reforçam a importância da união dos moradores e pontuam preocupação sobre o tipo de legalização que seria condicionada a ocupação. Por fim, o recado se dá no chamamento de todos para as assembleias e no aviso de que, depois que houvesse a discussão de todas as pautas, a ideia seria chamar o prefeito para participar das reuniões.

O próximo *Comunicado* tem como destaque alguns boatos que estavam circulando na ocupação. O principal era que o prefeito estaria articulando para derrubar a associação dos moradores. Como informação, nessa edição, os escritores fazem questão de pontuar que, por lei, o mandato da atual direção da associação iria até dezembro de 1982 e que o bairro poderia ter mais de uma associação. Nesse contexto, os jornalistas geram uma indagação: “por que o prefeito não funda outra? Ele disse que quer derrubar esta que existe, por que?”. Logo em seguida, chamam atenção para o fato de que o prefeito teria a intenção de derrubar a associação numa articulação com um grupo interno da ocupação, formado por “um grupinho de comerciantes que era bem de vida, como: Olavo, Amadeu, Euclides e outros da beira do asfalto”. É notável que, nessa reportagem, há uma tentativa dos jornalistas de preservar

---

<sup>150</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 8, 21 de março de 1981, p. 2.

<sup>151</sup> Essa expressão faz pensar uma pesquisa sobre qual era a representação e/ou o modelo de favela entre os moradores, pois havia uma referência por parte deles ao que tange a moradia precária. Talvez uma articulação interessante seja o método da história comparada, na investigação da história das Favelas no Brasil, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo.

instituições já construídas na ocupação e também uma espécie de estado de alerta sobre os possíveis impasses cotidianos que, por ocasião, poderiam tirar do horizonte as políticas aspiradas pelo conjunto maior da ocupação. Essa questão é reforçada na frase: “será que esse grupinho tem mesmo interesse pelo povo pobre daqui? Será o que tá existindo atrás disso tudo?”. Ademais, no fim do texto é salientado que todos os moradores devem estar alertas a não se iludirem com intrigas de pequenos grupos que estariam, por interesses próprios, articulados em detrimento do interesse coletivo da comunidade. Tal alerta é associado à chance da alta prestação a ser paga em relação aos lotes e a possível intervenção das políticas habitacionais do BNH. Por fim, é informado que o projeto de energia elétrica se desenvolveu e que a CELG prometeu um prazo de 15 dias para o início dos trabalhos.<sup>152</sup>

O próximo *Comunicado*<sup>153</sup> relembra que, em julho de 1981, um grupo de moradores foi até Brasília, no Ministério de Minas e Energia, com a intenção de pedir a interferência do Ministério nas atuações da CELG frente à demanda por energia elétrica no bairro. Ao mesmo tempo, foi enviado ao Ministério um abaixo-assinado com cerca de 2.000 assinaturas. Esse mesmo abaixo-assinado foi também enviado ao governador, ao prefeito e ao presidente da CELG. O *Comunicado* informa, em sete tópicos, aos moradores pelos ofícios nº 380 e 454, advindos do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica que teriam sido endereçados à associação dos moradores do Jardim Nova Esperança. O principal se referia a um pedido de esclarecimentos ao Ministério de Minas e Energias explicando as razões pelas quais a CELG ainda não havia instalado a rede de energia. Sobre o abaixo-assinado, os jornalistas fazem questão de destacar que o prefeito havia feito críticas ao ato de criação dos mesmos pelos moradores, criticando principalmente sua validade e efetividade. Em um levantamento de tópicos, os escritores relembram de conquistas em que foram realizados abaixo-assinados, os exemplos são a desapropriação do espaço, a linha de ônibus e a solicitação de energia.

Nesse jornal há ainda uma reflexão sobre a demanda política da doação dos lotes. Foi realçado que foi aprovada a lei de usucapião especial para a zona rural que previa que o posseiro tinha direito a 5 alqueires após 5 anos de fixação na terra. Já para moradores de ocupações urbanas, houve uma lei de Usucapião específica para as cidades. Essa lei, de acordo com o jornal, dá a toda pessoa que mora em ocupação, o direito de requerer o lote gratuitamente mesmo que não haja os 5 anos de fixação. Ademais, a lei afirma que o cartório deve dar

---

<sup>152</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 9, 06 de junho de 1981.

<sup>153</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 13, 19 de dezembro de 1981.

preferência ao processo de doação. Esse texto é levantado pelos jornalistas em uma evidente tentativa de chamar atenção para as possibilidades de doação ao invés da compra dos lotes. Assim como reforçado pelas pioneiras, Maria e Geralda a política habitacional da autoconstrução da ocupação se sobrepôs aos interesses da política habitacional intencionada pela Prefeitura de Goiânia.

No próximo *Comunicado*<sup>154</sup>, número 13, de 1983, dentre outras questões, tem-se uma notícia otimista para o bairro. Nele, os jornalistas informam que o traçado das ruas e a demarcação dos lotes, realizados pela equipe de abertura das ruas e coordenado pela associação dos moradores, foram aprovados oficialmente pelo Instituto do Planejamento Municipal (IPLAN). Com essa viabilização, nos próximos mapas da cidade de Goiânia estaria incluído o desenho do Jardim Nova Esperança.

No próximo *Comunicado*<sup>155</sup>, número 24, de 1983, há outras pistas sobre uma das reivindicações políticas mais complicadas da ocupação: a doação dos lotes. Nele é enfatizado que houve um comício na ocupação do recente governador eleito por Goiânia no ano 1983, Íris Rezende. Neste comício, de acordo com os jornalistas, Íris prometeu aos moradores a doação dos lotes, porém os jornalistas realçam que, após seis meses da sua posse, não foram realizadas as promessas. O jornal também informa que o atual prefeito, Nion Albernaz não aprovou um projeto de lei na câmara dos vereadores que versava sobre a doação dos lotes. Também relembram aos leitores que Nion chegou a afirmar que não haveria doação de lotes a ninguém, uma vez que a doação significaria, para a prefeitura, uma dívida de um bilhão cento e sessenta e oito milhões de cruzeiros. Este valor estaria associado, segundo o mesmo, à indenização da área a ser paga para as indústrias que se diziam donas do espaço. Os jornalistas são enfáticos em afirmar que tal narrativa é falsa, pois a essas alturas o espaço já era de propriedade da prefeitura. Por fim, os jornalistas destacam que a prefeitura estaria querendo cerca de quatro milhões pelo lote de todos os moradores, além da escritura. Evidenciam ainda que a valorização do bairro não ocorreu em razão de algum benefício da prefeitura, mas com o “esforço, organização e trabalho” dos moradores. Nesse trecho, mais uma vez, fica evidente a consciência dos moradores, pois reiteram a escolha política da autoconstrução frente às políticas habitacionais do poder público. Ao fim desse jornal, seguiram as cotidianas pautas a serem

---

<sup>154</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 13, 24 de junho de 1983.

<sup>155</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 24, 13 de outubro de 1983.

discutidas em assembleia: “como fazer para não pagarmos os lotes?”, “todos nas reuniões de quartas feiras na casa de reunião, “pela doação dos lotes” etc.

Sobre a mídia comunitária periódica, representada pelo *Jornal 4 de outubro*, Benfica<sup>156</sup> identifica que esse jornal nasce no contexto de criação de um outro jornal, chamado *Alto da Poeira*, criado por moradores da região leste e noroeste de Goiânia (Vila Concórdia, Parque das Amendoeiras, Jardim Guanabara, Jardim Nova Esperança e Finsocial). Em fragmento de seu livro intitulado *A imprensa Alternativa e a Comunicação Comunitária em Goiás, décadas 70/80: da Resistência à Cidadania*, é possível identificar as nuances da criação desses periódicos:

O 4 de Outubro abrangia todos os posseiros de Goiânia, na época estimada em 30% da população. Alto da Poeira era uma região que não tinha asfalto, saneamento. Era uma poeira mesmo. Eles mesmos autodenominavam do alto da poeira. Lá havia posseiros, alguns tinham títulos, uns assentados e os que compraram o direito. O 4 de outubro era dos posseiros em geral, de qualquer região de Goiânia. O Alto da Poeira saiu de duas edições e depois passou para o 04 de outubro, que era mais amplo. Um substituiu o outro. E eram as mesmas pessoas que coordenavam os posseiros. Ampliou-se o leque para toda Goiânia. Eles mesmos da UPG (União dos Posseiros Urbanos), hoje federação, faziam a distribuição, se dividiam por região e circulava entre eles mesmos. O projeto 04 de outubro foi morrendo à medida que o projeto TV Ambulante foi ganhando força. Era em vídeo (VHS). A PROJORNAL, no início de 85 comprou, em conjunto com a União dos posseiros, um equipamento (filmadora de vídeo cassete) e fazia reportagens filmando o dia-a-dia, manifestações, depoimento, atos, gestões junto ao governo para a legalização de lotes, cenas de violência. Esse projeto substituiu o jornal (BENFICA, 2009, p. 39-40).

As razões da escolha do nome do jornal por *4 de outubro* podem ser identificadas no livro da pioneira Maria de Jesus Rodrigues. Este assunto já foi comentado, de certa maneira, neste tópico. Na primeira parte de seu livro, no tópico chamado *Terceira Tentativa - O ataque do dia 04 de outubro*, ela narra um dos ataques mais intensos e violentos que os moradores vivenciaram em seus anos iniciais na ocupação. 4 de outubro de 1979 é a data do acontecimento que, de forma geral e de acordo com depoimento de Maria, ocorreu a tentativa de despejo dos moradores e derrubada das casas que já haviam sido construídas desde a “origem” da ocupação. Esse acontecimento, como o próprio título do tópico do livro evidencia, não foi exclusividade dessa data, faz parte de atuações que remontam à origem do processo de ocupação, ou seja, julho de 1979. A articulação que moveu a ação das forças policiais do Estado está presente nessa passagem de Maria:

Os moradores foram surpreendidos por uma ação policial comandada pelo secretário de obras da prefeitura, numa atitude inesperada e desrespeitosa, sem a decisão do

---

<sup>156</sup> No livro de Marcelo Benfica Marinho, existe uma importante pesquisa acerca de vários jornais comunitários surgidos na década de 1970 e 1980 em Goiânia. Versa também sobre as concepções de imprensa alternativa e comunitária no Brasil.

poder judiciário. Havia uma ação de despejo solicitada pelas firmas Caferpe e Tocantins empreendimento, que reivindicavam a propriedade da área, mas que ainda não havia sido julgada, o que tornou aquela ação totalmente arbitrária. O secretário de Obras do município solicitou apoio da PM (Polícia Militar) que enviou para a invasão patrulhas e tropa de choque armada com fuzis e baionetas para garantir a demolição dos barracos e a remoção dos invasores (RODRIGUES, 2013, p. 28).

Esse foi um dia tumultuado e cheio de acontecimentos desfavoráveis aos interesses dos moradores. De acordo com o mesmo tópico do livro já citado, houve intensa destruição de barracões que já estavam construídos, cercas foram arrancadas, entupimento de cisternas, entre outras perdas. Como evidencia Maria:

Alguns ainda tentaram impedir aquele desmando deitando em cima das cisternas ou ficando dentro dos barracos, mas eram imediatamente rendidos pelos policiais que os colocavam algemados dentro dos camburões até que a ação fosse concluída. (RODRIGUES, 2013, p. 29).

Essa data também tem embutida em seu simbolismo um evento denunciado pelos moradores à época e que foi publicado em sua mídia comunitária. Trata-se da possível morte de uma criança, fato que teria acontecido no processo de derrubada dos barracões por parte de membros da secretaria de obras e policiais militares. O evento é lembrado em texto do *Jornal 4 de outubro* de edição mensal número 05, em outubro de 1980, que versava sobre a primeira festa de aniversário já comentada mais acima, em 4 de outubro de 1980:

Cerca de 5.000 mil pessoas encheram as ruas da nossa invasão, numa passeata muito animada. Para nós esse dia foi de muita importância, porque significou duas coisas: a primeira foi a tristeza por causa da agressão policial, que nós sofremos dia 04 de outubro do ano passado. Nesse dia muita gente saiu ferida e desapareceu uma criança. Por isso resolvemos celebrar juntos, o 04 de outubro, como o dia do invasor. A segunda coisa foi a alegria de nós ter conseguido ficar e construído o Jardim Nova Esperança, que hoje tem todas as ruas abertas e os lotes demarcados pelos moradores. A festa foi também a comemoração do traçado das ruas, simbolizando outras vitórias.

157

Como conclusão, é importante pontuar que a intenção deste tópico foi confrontar as políticas habitacionais pensadas e criadas entre a prefeitura de Goiânia e a autoconstrução da moradia pelos moradores. Vimos que, para além da moradia, as tensões se deram em relação à criação de uma infraestrutura que pudesse estar à altura de ser caracterizada como um bairro comum. Tivemos, sobretudo, a intenção de percorrer a vida cotidiana destes acontecimentos políticos, identificando as múltiplas atuações e construções do movimento social construído dentro da ocupação. Interpretando seus impasses, sofrimentos, conclusões e viabilizações. No

---

<sup>157</sup> Edição mensal, número 05. *Jornal 4 de outubro*, Goiânia, 5 out. 1980.



próximo tópico continuaremos com a problematização da construção da escola pública na ocupação, em que as tensões entre as duas políticas habitacionais não se cessaram.

#### **2.4. A tensão entre duas políticas habitacionais na construção da escola pública**

Neste tópico, o tema da construção da escola pública será discutido. Assim como as outras demandas políticas problematizadas no tópico anterior, a construção da escola também gerou uma tensão entre as propostas de política habitacional da prefeitura com a dos moradores. Também se tem a intenção de problematizar uma história urbana da vida cotidiana vivida pelos moradores durante a construção da escola. Nesse processo, buscamos interpretar diversos eventos históricos cotidianos contidos na mídia comunitária periódica produzida pelos moradores. Para tal, usaremos os relatos dos “jornalistas” da mídia periódica comunitária da ocupação e entrevistas com duas protagonistas desses acontecimentos. Como no tópico anterior, evidenciaremos uma entrevista, feita com Geralda e Maria Rodrigues, sobre a construção da escola.

No lançamento de um *Comunicado*<sup>158</sup>, número 6, de 1980, é informado aos moradores que, no começo do ano de 1980, foi realizado um abaixo-assinado buscando a obtenção de uma escola pública para o bairro. Tal abaixo assinado foi levado até a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, porém a resposta foi que não seria tomaria nenhuma providência, uma vez que o prefeito não havia pagado o terreno, mas somente assinado o decreto de desapropriação. Os escritores fazem questão de enfatizar que o poder público não estava favorável às demandas dos mais necessitados e também criticam que, em vez de o Estado preocupar-se com a educação para todos, estava em verdade preocupado com a legalização do espaço da ocupação. Diante desse cenário, se deparam com uma questão: “Por que, então, não tem escola na Cândida de Moraes? Por que não tem escola no Setor Santos Dumont?”<sup>159</sup>. Ou seja, nessa pergunta, há uma interpretação crítica dos moradores em relação à resposta da Secretaria de Educação, pois uma vez que tal resposta tivesse fundamento, haveria escolas nos bairros legalizados próximos à ocupação. Após esses indícios, o jornal deixa evidente que os moradores devem pensar em construir a escola por si mesmos, sem dependerem de uma possível intervenção do poder

---

<sup>158</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 6, 27 de novembro de 1980.

<sup>159</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 6, 27 de novembro de 1980.

público. No final desse *Comunicado*, é feito um questionário para que os moradores respondam algumas reflexões sobre o tema, como: “Devemos, nós mesmos, construir nossa escola? Como vamos construir essa escola? Deve também ter aulas para adultos a noite? Devemos convidar bairros vizinhos que não tem escola para nos ajudar?”<sup>160</sup>. Isto é, percebe-se que a essa altura, o tema da escola estava sendo pensado politicamente pelos moradores, na construção de estratégias para sua viabilização.

No próximo jornal<sup>161</sup> em que aparece o tema da escola, há algumas resoluções mais avançadas. O título do tópico em que isso é discutido é: *Nossas crianças precisam estudar*. Nesse texto, é feito um levantamento contextual sobre a necessidade da construção da escola, é reiterado que o bairro possui 5.000 famílias e uma média de 4.000 crianças em idade escolar, também é reforçado que, após o abaixo-assinado de 2.185 assinaturas, não houve êxito na negociação com a prefeitura ou a Secretaria de Educação. Ademais, é informado que foram feitas várias reuniões para decidir o que fazer para a realização dessa política. A resolução, por unanimidade, foi pela autoconstrução da escola pelos próprios moradores. Algumas medidas práticas foram discutidas nas reuniões e expostas no tópico como *Vamos construir a nossa escola*. A primeira consciência a ser destacada é que, para a construção da escola, era necessário ter dinheiro. Para isso, foi decidido que seria distribuído pelas quadras um cabeçalho que recolheria contribuições em dinheiro e materiais de construção. Em seguida, é realçado na reportagem que essa atitude foi bem executada no bairro e que as quadras fizeram contribuições de forma conjunta. Como exemplo, os jornalistas citam: “uma quadra deu um caminhão de saibro, outra quadra deu 3.000 tijolos, outra deu 3m de brita, outra deu 4m de areia para cimento, etc., além de cimento, madeira e ferro que tem chegado sempre”<sup>162</sup>. Ao final desse tópico, é informado ainda que a escola estava sendo construída em regime de mutirão, com a participação de companheiros de outras invasões. Na conjuntura de divulgação desse jornal, já haviam sido realizados oito mutirões para a escola. Existe ainda um pedido de apoio no final do texto desse jornal e nele são solicitados apoio e colaboração de companheiros de todos os lugares na doação de dinheiro e material. É também especificado nesse tópico que a ajuda poderia ser enviada a um número de caixa postal diretamente para a associação dos moradores.

---

<sup>160</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 6, 27 de novembro de 1980.

<sup>161</sup> Boletim da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 4, março de 1981.

<sup>162</sup> Boletim da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 4, março de 1981.

No *Comunicado*<sup>163</sup> da sequência editorial lançada pela associação dos moradores, é rememorada a data de ida do prefeito à ocupação, que se deu no dia 15 de abril de 1981. Nesse noticiário, outros temas são tratados, como por exemplo a tentativa de solicitação de energia elétrica para o local, que até esse momento, aguardava ida da CELG à ocupação. Há também um recado sobre “boatos” que ocorreram após a visita de Índio Artiaga, dizendo que, possivelmente, ele gostaria que a associação dos moradores fosse “derrubada”, como já trabalhado no tópico anterior. Por fim, o outro tema narrado pelo comunicado diz respeito à construção da escola, porém agora com uma surpresa:

Uma semana depois das promessas chegaram materiais para a construção da escola, e a firma empreiteira começou a trabalhar. Alguns dias de serviço as cavas estavam prontas para levantar o alicerce, o prefeito manda parar a obra e retirar todo material sem dar nenhuma explicação ao povo.<sup>164</sup>

Essa mudança de planos fez com que os moradores também alterassem suas percepções sobre a posição do prefeito e, ao mesmo tempo, fez alterar seus comportamentos futuros sobre esse caso. A sensação de desrespeito vinda da prefeitura e as próximas medidas são destacadas por uma pioneira do bairro:

Depois dessa atitude inexplicável, chegaram à conclusão de que mais uma vez, a prefeitura foi insensível e desrespeitosa para com a comunidade carente. Então resolveram acelerar o projeto inicial das 3 salas e organizaram três comissões distintas, cada uma encarregada de determinada tarefa (RODRIGUES, 2013, p. 70).

As comissões dividiram-se em três: a de construção, responsável pela arrematação da mão de obra e execução do projeto; a de finanças, com o papel de providenciar recursos para a construção e por fim, uma comissão formada por quinze professores voluntários que moravam na ocupação. Esses professores tinham o papel de elaborar um plano pedagógico para a escola. Sobre a comissão de finanças, sua formação deu-se com o intuito de formar uma campanha junto aos moradores, com a necessidade básica de divulgação de construção de uma escola. As estratégias usadas foram a divulgação por *Boletins*, reuniões e a atuação dos representantes de quadra que, por hora, já estavam mobilizados para esta campanha. Já sobre a terceira comissão, formada pelos professores, ficou estabelecido que fariam uma pesquisa na região para constatar o índice de analfabetismo da população. Passados os dias, identificaram um alto nível de analfabetismo nos adolescentes e que existiam por volta de quatro mil adolescentes e crianças fora da sala de aula. A hipótese foi a de que as escolas mais próximas não conseguiram atender

---

<sup>163</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 9, 6 de junho de 1981.

<sup>164</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 9, 6 de junho de 1981, p. 1.

a demanda educacional. Tais escolas ficavam nos bairros Capuava, Vila João Vaz e Vila Regina. Em razão desse impasse, houve articulações para a resolução do problema. Uma delas se deu na decisão de que a equipe de professores utilizaria a casa de reunião como sala de aula. Essa iniciativa teve também o objetivo de pressionar o poder público para construir a escola. Percebe-se, reiteradamente, que, por parte dos moradores, o pensamento e a ação foram construídos sob as características da autoconstrução. Ou seja, quando se esgotam as possibilidades de negociação com os poderes do Estado, voltam-se para a auto resolução coletiva dos interesses. As próximas ações se deram na perspectiva de criação de um projeto pedagógico que já vinha sendo planejado na ocupação cotidianamente há algum tempo pelos moradores, principalmente com os mais sensíveis e interessados no projeto educacional. O objetivo da movimentação era:

Colocar em prática um plano de alfabetização que vinha sendo discutido por eles já há algum tempo. Iriam aplicar um método experimental diferente, uma educação popular voltada pela realidade. Esse era o sonho de consumo daquele grupo de professores que foi buscar e encontrou respostas para seus anseios no método educacional Paulo Freire (RODRIGUES, 2013, p. 71).

Uma importante professora que fez parte dessa movimentação chama-se Maria das Graças de Oliveira<sup>165</sup> que, além de educadora, também fazia parte do grupo de moradores que estavam em busca da conquista da casa própria. Ela chegou a cursar pedagogia na Pontifícia Universidade Católica na época dos primeiros anos da ocupação habitacional. Sua passagem na graduação gerou um trabalho de conclusão de curso sobre sua experiência na criação da escola no Jardim Nova Esperança. Nesse trabalho, teorizou e aplicou os métodos que aprendeu em seu curso na experiência etnográfica que vivenciou na ocupação. Em seu texto, há uma característica antropológica, pois são destacadas em suas narrativas acadêmicas as percepções de suas vivências na ocupação. Em sua pesquisa, pontua que, antes de entrar em contato com a obra de Paulo Freire, via a educação apenas como um ato político e científico, mas não como um método criador. Ela também evidencia em sua investigação um método usado por Freire que serviu de referência para a resolução de um problema no processo de alfabetização dentro do cotidiano da ocupação. Tratava-se da baixa valorização do alfabetizador em tratar e problematizar os conhecimentos associados às experiências prévias dos jovens educandos. Mais ainda, em demonstrar o sentido real do que deve ser ensinado na vinculação da vida prática com a vida cotidiana dos educandos. Ademais, também explicando as razões e funções de cada tema estudado.

---

<sup>165</sup> Maria das Graças é irmã de Edmar, o principal desenhista dos jornais.

Foi com esses pressupostos que Maria das Graças e outros educadores desenvolveram suas práticas docentes de alfabetização no bairro. Alguns deles aparecem listados em seu trabalho e foram usados de forma ativa nesse processo, tais como: “conhecer a realidade do aluno”, “conhecer a vida do aluno”, “conhecer a realidade em que vive”, “procurar saber porque veio morar na cidade”, “onde morava antes”, “o que eles faziam”, “em que seus pais trabalhavam”, entre outras questões. Ou seja, a estratégica básica desse método foi enfatizar e recolher dados sobre os educandos, de sua realidade vivida no passado e no presente recente e, ao mesmo tempo, associar esses conhecimentos prévios a situações de seus cotidianos. Também uma articulação relacionada ao uso de palavras e matérias-primas específicas da cultura dos educandos foram usadas no processo de ensino-aprendizagem, como arroz, feijão, café, abóbora, roça, estrada, árvore, frutos, bicas, monjolos, animais de diversas espécies, entre outras coisas. Diferentes atividades educativas aconteceram no processo de ensino e aprendizagem na ocupação, eventualmente com a motivação de enfatizar a estratégia didática da valorização dos conhecimentos prévios dos jovens educandos:

Usamos uma infinidade de palavras geradoras que os mesmos criaram para nós. Os cartazes, as redações, as frases também se referiam a realidade deles. Enfim, todo o desenvolvimento da aula partia deles. Desenvolvemos essa forma de trabalho baseados nos conhecimentos e na realidade deles, isso porque eram adolescentes que conheciam somente coisas referentes a zona rural (GRAÇAS, 1980, p. 8).

Importante notarmos o teor de preocupação e sensibilidade dos professores no projeto educacional desenvolvido na ocupação e a busca por contextualizar a vida cultural dos alunos migrados da zona rural. Essa medida parece se pautar numa preocupação em incluir essas culturas de migração em uma nova realidade social, mais urbana, integrada às demandas do trabalho “industrial”. Nos parece importante essa observação, uma vez que Goiânia é uma região que, em 1979, tem ao menos uma concepção de “modernidade”. Evidentemente que não só a concepção de vida moderna, pois apesar da vida rural estar presente na cidade de Goiânia desde seu nascimento, seu processo de urbanização foi intenso desde sua criação na década de 1930. Enfim, o objetivo geral dos professores, no uso de seus métodos, era não apagar a cultura vivida outrora no conjunto do espaço e das ideias compartilhadas no campo, mas integrá-la, incluí-la a uma outra realidade, mais urbanizada, “moderna”. Outro ponto fundamental diz respeito às problemáticas condições físicas e estruturais durante a construção do processo educacional. Como comenta Graça, esse problema foi um dos grandes desafios aos interesses do cotidiano educativo. Como diz em passagem:

Partimos da realidade dos adolescentes de sua própria cultura, e também da nossa própria estrutura física. Lembro que, como citei anteriormente, somente tínhamos a

casa de reunião, as outras complementações fizemos assim: dois tijolos e uma tábua, onde sentavam até cinco adolescentes, isso para ouvir a introdução da aula. Na hora de escrever a situação mudava, eles ficavam de joelho e escreviam na tábua. Mas o que mais me comoveu foi perceber que no fim do 1ª semestre já estavam quase todos alfabetizados- cerca de 75% dos alunos (GRAÇAS, 1980, p. 8).

Ou seja, a partir do conhecimento prévio adquirido das ideias dos alunos sobre seu passado e, ao mesmo tempo inventando estruturas físicas elementares de condição de ensino e aprendizagem, foi possível que fossem criados desafios educacionais que se realizaram na ocupação. As notícias referentes ao tempo de duração da escola em atividade foi de que ela existiu durante um ano na casa de reunião, com “os professores voluntários se revezando para cumprirem o planejamento letivo daquela experiência que no final de um ano se revelou extremamente positiva” (GRAÇAS, 1980, p. 71). Outra questão evidenciada sobre a movimentação das aulas durante esse tempo, é sobre os efeitos políticos dessas ações, uma vez que serviram de “instrumento de pressão para forçar o poder público a rever sua posição quanto à construção de uma escola, porque, enquanto as três salas eram erguidas, a luta por escola continuava a todo vapor” (GRAÇAS, 1980, p. 71). É notável que o próprio processo de autoconstrução das três salas e o cotidiano das aulas gerou efeitos políticos sobre a possibilidade de construção formal da escola por parte dos poderes do Estado da cidade de Goiânia. Ao final desse *Comunicado*, entre outros temas informados por seus escritores, há um recado sobre os andamentos da escola, que no momento, junho de 1981, funciona sob a construção de mutirões:

[...] estamos preocupados com a escola para nossos filhos, e resolvemos em assembleia continuar com a construção da nossa escola. Aproveitamos para convidar todos os moradores para os mutirões todos os sábados.<sup>166</sup>

As reivindicações desde o período inicial de construção do projeto pedagógico na ocupação não cessaram, elas “se sucediam através de abaixo-assinados, ofícios e apelos nos meios de comunicação tanto para o poder público municipal quanto para o estadual que eram pressionados com cartas de apoio aos moradores” (RODRIGUES, 2013, p. 72). As cartas de apoio, como já dito no tópico anterior, advinham de entidades de outros movimentos sociais sensíveis ao movimento do Jardim Nova Esperança. Não menos nebuloso foi outro grave evento em relação às pretensões e expectativas dos moradores frente a construção da escola:

Quando as paredes das três salas já estavam respaldadas, no ponto de cobrir, certo dia, sem mais nem por quê, as paredes amanheceram no chão. Foram derrubadas por

---

<sup>166</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 9, 6 de junho de 1981.

alguém durante a noite. Até hoje não se sabe quem o fez, e por quê. Porém, observando os acontecimentos, não é difícil deduzir (RODRIGUES, 2013, p. 72).

Esse acontecimento será problematizado com mais profundidade nesta pesquisa, uma vez que, por enquanto, não há pistas de fontes e historiografias que deem conta dessa informação, mas é provável que, com a estratégia da metodologia da história oral, essa questão seja sanada, pois os pioneiros possuem memórias sobre esse caso. Mesmo com a surpresa da derrubada das paredes da escola, os moradores não cessaram suas ações de pressão frente às autoridades públicas. É o que fica evidente na parte inicial de um *Comunicado*<sup>167</sup> de 1982, quando é passada a informação de que no dia 7 de junho foi realizada uma assembleia com alguns secretários do prefeito. No final dessa reunião, foi entregue ao secretário do prefeito, Dr. Orivaldo, todas as reivindicações discutidas pelos moradores. Também foi dado a ele o prazo de uma semana para que pudesse retornar com uma resposta. As reivindicações resumiram-se a: construção imediata do prédio da escola; solicitação de que os diretores da escola deveriam ser escolhidos pelos moradores através de eleições; solicitação de que os professores teriam de ser do bairro e escolhidos através de concursos (após curso de capacitação) e por fim, que fosse construído pela comunidade um conselho de pais para acompanhar e fiscalizar o funcionamento da escola. Todavia, nos dias que sucederam a visita, não houve nenhuma comunicação por parte da prefeitura. Depois de pouco mais de um mês, foi marcada pelos moradores uma assembleia para o dia 11 de julho e nela ficou decidido que seria marcada uma audiência com o prefeito na tentativa de solucionar o problema. Na próxima ação, terça-feira, dia 13 de julho, a associação marcou a próxima audiência. A contrapartida por parte do secretário do prefeito foi de que só poderia ser construída a escola depois do processo de legalização do terreno. A fala do secretário traz à tona o importante contexto de atuação das políticas habitacionais (que atuavam em contexto nacional). Percebe-se que a possibilidade de criação da escola, por parte do poder público, só ocorreria com aprovação da legalização do bairro. Essa questão, como já vimos neste capítulo, faz parte de uma política específica do BNH, que criaria moldes de legalização para os moradores com base na venda de lotes, o que diferia da vontade dos moradores, uma vez que suas reivindicações não eram pela venda, mas pela doação. A fala do secretário também rendeu críticas duras por parte dos moradores nesse comunicado, como expressas em suas palavras: “companheiros, o poder público não pode fazer uma escola num

---

<sup>167</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 17, 20 de julho de 1982.

bairro que tem 3.000 crianças sem estudar. Mas, gastar dinheiro com política eles podem”. Tal crítica é associada ao que os moradores interpretavam como gastos excessivos.

Encerrando esse *Comunicado*, é chamada a atenção para a questão da legalização dos lotes ter de ser uma luta pela doação de lotes, ou seja, fica subentendido que a legalização pelos moldes do BNH não está nas estratégias dos moradores. Ao mesmo tempo, é dada uma dimensão de unidade ao problema das ocupações na cidade: “Essa luta não é só do Jardim Nova Esperança, mas sim de todas as invasões em Goiânia. É uma luta da União das Invasões”<sup>168</sup>. Nas últimas frases dessa edição, aparece como exemplo a ser seguido, os casos históricos das ocupações do Setor Universitário, Vila Nova, Vila Operária, Setor Pedro Ludovico, como lugares que foram legalizados sob a forma de doação. Essa informação parece funcionar como uma espécie de referência a ser seguida, que tem características de uma consciência histórica que se realiza por meio do exemplo.

Em outro *Comunicado*<sup>169</sup>, há algumas novidades apresentadas pela associação dos moradores sobre a escola. Nele já existe uma alteração de prefeitos, pois em abril de 1983, quem estava na prefeitura era Nion Albernaz. O nome presente na Secretaria de Educação no momento era a figura de Dalísia Dolles, que recebeu dos moradores uma cópia de um documento que foi dado ao prefeito sobre as reivindicações tensionadas com o poder público sobre a definitiva construção da escola. Esse periódico informa que Dalísia Dolles chegou a visitar a ocupação após o conhecimento das solicitações e compareceu no dia 2 de abril do mesmo ano em uma reunião de pais dentro do assentamento, em que, entre outras coisas, se posicionou a favor das reivindicações. Ficaram estabelecidas algumas ações a serem executadas imediatamente, como por exemplo, um pedido que seria feito a Secretaria com intuito de adquirir materiais para escola. Também foi encaminhado pela Secretaria de Educação um documento ao prefeito contendo pedido para a construção da escola e distintas reivindicações debatidas pelos moradores. Como resposta, ficou estipulado que na data de 19 de abril, data do mesmo ano da assinatura final desta edição do *Comunicado*, seria dada uma resposta sobre o documento acordado entre os moradores e a Secretaria. Ao mesmo tempo, seria estipulada a data do possível começo das aulas e da possível nova construção da escola. Por fim, o *Comunicado* encerra-se com alguns detalhes:

---

<sup>168</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 17, 20 de julho de 1982.

<sup>169</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 21, 15 de abril de 1983.



A secretária de educação olhou o alicerce de 3 salas de aulas feito pela associação e propôs a liberação de materiais por parte da prefeitura para a conclusão da obra caso os moradores estejam dispostos a colaborar com mutirões na construção das 3 salas de aulas. OBS: Convocamos uma reunião com todos os moradores para 4ª feira dia 20/04 para discutir o encaminhamento da escola? Resposta do Prefeito e a construção de três salas de aula.<sup>170</sup>

No *Comunicado*<sup>171</sup> seguinte, há notícias favoráveis aos interesses dos moradores e parece demandar uma resposta do que havia sido prometido pela secretária de educação, Dalísia Dolles. Trata-se da informação de que na semana do dia 24 de junho, chegariam os materiais para a escola. É comentado que o material foi carregado e levado para a casa de reunião (sede da associação dos moradores), lugar onde foi estipulada a construção da escola. A ideia era usar a área da associação dos moradores, aproveitando o que já havia sido construído, o que até o momento correspondia ao alicerce de três salas. Também foi comunicado que os materiais foram doados pela COMOB (Companhia de Obras e Habitação do Município de Goiânia). Outra questão que ficou evidenciada nesse jornal, foi a estratégia de delegar a construção da escola para os “responsáveis pela frente de trabalho”, o que se referia aos trabalhadores especializados em obras que residiam na ocupação. No final da única página dessa edição, há um convite para a comunidade em geral, em especial os trabalhadores especializados em obras, para se reunirem para uma próxima assembleia, em uma quinta-feira, dia 30 às 20h. Em uma nota final, como uma espécie de slogan para encerramento do jornal, aparecem três demandas que vão ser três temas de intensos debates e tentativas de conquista por parte dos moradores: o direito à moradia, ao estudo e, por fim, a doação de lotes.

O *Comunicado*<sup>172</sup> lançado em seguida anuncia uma próxima reunião no dia 2 de julho do mesmo ano, um sábado pela manhã e ocorreria no centro Comunitário Vila Regina. Anunciava também um convite para algumas pessoas e entidades como: Dalísia Dolles (secretária de educação do município), Ademar Santillo (secretário de educação do estado), Orlando Ferreira de Castro (Secretário de serviços públicos), Centro dos Professores de Goiás (CPG) e diretoras das escolas do “Alto da Poeira”. Por enquanto, o resultado dessa reunião não foi identificado em nenhuma fonte, pois nem todos os comunicados foram recolhidos para esta

---

<sup>170</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 21, 15 de abril de 1983.

<sup>171</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 23, 24 de junho de 1983.

<sup>172</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança, 24 de junho de 1983 (número não identificado).

pesquisa e, ao mesmo tempo, foram analisados com uma editoração aleatória. Porém, existe um indício que aparece em um contexto levantado por Rodrigues ainda no ano de 1983:

O fato é que, apesar do número de crianças sem escola ter subido para 6.000, somente dois anos depois, em dezembro de 1983, foi aprovada a lei que autorizava a construção de uma escola municipal no Jardim Nova Esperança. Porém, só foi entrar em vigor em janeiro de 1985, com o funcionamento precário de apenas 3 salas, aquelas que a nossa associação estava construindo e que foram reaproveitadas pela prefeitura (RODRIGUES, 2013, p. 72).

No *Comunicado*<sup>173</sup> da sequência, é possível obter o contexto da construção da escola, no recorte temporal de 1984. É reiterado nessa edição o contexto da luta pela escola, que perpassa os momentos iniciais da ocupação. Também um dado aparentemente novo, que diz respeito ao problema da falta de vaga também nos bairros próximos ao Jardim Nova Esperança. Enfim, ao que tange o tema da escola, é evidenciado que no último dia 16 houve uma reunião com o secretário de obras, Dr. Ivan Magalhães, e que foi garantido por ele que, no prazo de uma semana, chegaria a estrutura para criarem um canteiro de obras na ocupação e que os materiais de construção também iriam chegar. Ainda nesse jornal, aparece a informação de que o Instituto de Planejamento Municipal (IPLAM), juntamente com a associação dos moradores, faria um levantamento para a construção da escola. Outras resistências chamam a atenção e dão pistas sobre o contexto de criação da escola, que ocorrerá só em janeiro de 1985. De acordo com Rodrigues, uma das últimas resistências feitas para a conquista da escola foi a criação de um abaixo-assinado que foi encaminhado à Secretaria Estadual de Educação, solicitando, em regime de urgência, a construção de uma escola estadual. Ao mesmo tempo, “foi anexado a esse documento um novo levantamento do número e crianças fora da escola e a explicação de que estavam sendo construídas apenas três salas pela prefeitura” (RODRIGUES, 2013, p. 72). A mesma autora diz que, após seis meses, em um acordo que envolveu parceria da Secretaria com a associação, foi aprovada definitivamente a construção da escola, sendo promovida a inauguração e o seu funcionamento. Como detalha:

Em 1985, o Jd. N. Esperança foi agraciado com duas unidades de ensino público, a escola municipal e a escola estadual. Segundo a avaliação da associação, o que ocorreu não foi nenhum milagre, tão pouco bondade dos poderes públicos municipal e estadual. Foi o exercício da pressão popular e o bichinho da política que se manifestou, porque era ano de eleição para prefeito e senador e a população do Jd. Nova Esperança era um banquete considerável para qualquer político que se preze (RODRIGUES, 2013, p. 72).

É de fundamental importância perceber na narrativa de Maria os dois fatores centrais que, para ela, seriam os motivadores da conquista da escola: a pressão popular e a conjuntura

---

<sup>173</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 25, 17 de dezembro 1984.

que montar-se-ia em meses iniciais de 1985 por ocasião da eleição para prefeito e senador. Em seguida, no próximo *Comunicado*<sup>174</sup>, enfim, informa um desenvolvimento da demanda da escola e em três frases resume as boas novas: “as matrículas estão abertas a partir de 2ª feira, dia 07 de janeiro, com início às 12:00 hs na casa de reunião”; “o concurso para professores será dia 13 próximo e as inscrições encerram dia 08, sendo feitas na associação dos funcionários públicos - cito à rua 70 nº 199 Centro” e “convidamos os moradores para Assembleia Geral dia 12/01/85 às 14:00 hs na casa de reunião”. Ao final dessa edição, é relatado outro impasse que é considerado significativo para o desenvolvimento da escola. O problema se referia ao fato de haver apenas quatrocentos e noventa vagas para os novos alunos, o que para a realidade da ocupação, tratava-se de um número ineficiente.

A escola, como evidenciado por várias edições dos *Comunicados*, gerou anos de debate e cotidianas ações para sua realização, porém existiram algumas percepções negativas, principalmente sobre seu andamento, assim como realça esta passagem:

Depois que as escolas foram inauguradas, ficaram sobre a responsabilidade de órgãos responsáveis, que colocaram no seu comando pessoas alienadas ao poder e alheias ao movimento do bairro, que fizeram de tudo para dificultar o ingresso de crianças filhas de membros da associação dos moradores na instituição. Essa atitude por parte da escola provocou uma crise interna que só teve fim com a publicidade dos fatos através de denúncias (RODRIGUES, 2013, p. 73).

Essas contradições são interessantes se pensadas no contexto da construção urbana e social desenvolvida na ocupação, uma vez que, mesmo com o esforço coletivo da associação dos moradores (e ao mesmo tempo de quem se via representado por ela), pela construção de uma unidade de interesses, houve, no cotidiano da construção do bairro, constantes grupos que, em alguns momentos e sobre temas específicos, esboçaram diferentes interpretações de ideias e de ações. Há um episódio que faz parte da memória de alguns moradores que evidencia muito bem essas contradições e esse estado de conflito:

Houve até o caso de um aluno, filho de um membro da associação que sofreu perseguição. Com média acima do normal, foi reprovado injustamente, necessitando intervenção da Secretaria Metropolitana que descobriu rasuras no diário, com a clara intenção de prejudicar o aluno para atingir os pais (RODRIGUES, 2013, p. 73).

Ao mesmo tempo, houve outras interpretações e ações por parte da associação dos moradores: “também nesse episódio, graças a organização, mais uma vez, saiu vitoriosa contra

---

<sup>174</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 25, 17 de dezembro 1984.

as artimanhas do poder constituído” (RODRIGUES, 2013, p. 73). Ou seja, o problema teve suas contradições anunciadas e refletidas por todos.

No próximo *Comunicado*<sup>175</sup> disponível, a associação dos moradores noticia o que, em letras garrafais, é chamado de *O funcionamento da escola*. No desenrolar das informações, há três eventos importantes que têm como tema a escola: “As matrículas estão abertas a partir da 2ª feira dia 07 de janeiro com início às 12:00 hs na Casa de Reunião”; “O concurso para professores será dia 13 próximo e as inscrições encerram dia 08, e, estão sendo feitas na Associação dos funcionários Públicos - cito à rua 70 nº 199 Centro”; “Convidamos os moradores para a Assembleia Geral dia 12/01/1985 às 14:00 hs na Casa de Reunião”.

Em entrevista sobre as possíveis intervenções da política habitacional da prefeitura e sobre a política habitacional autoconstruída e vivenciada pelos moradores no que se refere à construção da escola, seguem duas entrevistas feitas com Maria de Jesus Rodrigues e Geralda. Nas duas entrevistas será possível perceber as tensões sobre esse tema e suas implicações na vida cotidiana dos moradores. Nessa entrevista com Geralda, fizemos poucas intervenções com perguntas, em razão desse fato, sua fala parecerá mais corrida.

**Geralda:** Então, a questão da nova esperança, ficou em evidência durante muito tempo, nos jornais... Sendo comentado em Goiânia, e... Houve uma pressão grande na questão da construção da escola, eram muitas crianças mesmo sem estar na escola e aí era um bairro que foi construído ali pelo povo, mas se pensou em deixar área na demarcação dos lotes, se deixou área, área para escola... para tudo ali... Pra posto de saúde... Foi deixando... Deixando as áreas para o poder público construir, né, e atender ali os moradores na necessidade, mas aí o que ocorreu... A escola por exemplo... Isso nós temos registro de jornais, fotografias... A prefeitura para responder a tudo isso na época, o prefeito mandou que levasse então o material para poder iniciar a escola, isso tudo antes de nós iniciarmos ali a construção coletiva, porque quem iniciou a construção da escola fomos nós, então ele veio porque realmente ficou um pouco estranho né, então ele veio e mandou o material e tudo... e depois ele, não sei o que que aconteceu... Que ele ficou assim um pouco... Bravo... Aí ele mandou recolher o material... Quando nós pensávamos que a prefeitura iria assumir, que ia fazer tudo ali, ele vai e recolhe o material da construção da escola, então isso foi uma questão que nós ficamos.... Os moradores ficaram indignados com isso... “Escola fazer isso?”. Aí nós continuamos, nós fizemos mutirões e tudo.<sup>176</sup>

Nesse depoimento, é importante notar a percepção de Geralda em relação à publicização das notícias sobre o Jardim Nova Esperança. Isto é, a mesma crê que o caso da ocupação foi permanentemente publicado pela imprensa. Outra questão se refere a um planejamento prévio

---

<sup>175</sup> Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. n. 28. Não há uma data nesse comunicado, mas há uma pista sobre a data, uma vez que existe uma chamada a assembleia geral datada de 12 de janeiro de 1985 e a matrícula seria dia 7 de janeiro do mesmo ano.

<sup>176</sup> AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara. Entrevista III [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

estabelecido pelos moradores em relação à urbanização da infraestrutura do bairro. Geralda realça que, no processo de demarcação dos lotes, houve ainda a marcação de outras importantes edificações no bairro, como um posto de saúde. Na segunda parte de sua fala, destaca-se, como já comentado, a retirada do material da construção da escola pelo prefeito. Ou seja, após pressão dos moradores acreditava-se, naquele momento, que haveria uma intervenção de uma política habitacional para o bairro, uma vez que havia chegado um material para a construção da escola. Após alguns dias, o prefeito recolheu o material. Depois desse fato, Geralda ressalta o estado de indignação pelo qual os moradores passaram, iniciando imediatamente a autoconstrução da escola, em regime de mutirão. Ou seja, as duas políticas habitacionais novamente se tensionaram sobre esse evento, porém a política dos moradores se estabeleceu no momento. Voltando à fala de Geralda:

Depois eles voltaram com muita pressão e construíram... E aproveitou a nossa, um pouco do que nós estávamos iniciando... Construiu três salas, e depois nós fizemos mutirão para continuar a construção... Até que depois veio, bem mais tempo depois e organizou ali como escola né, mas é uma escola pequena que não dava pra atender, porque já tinha jovens no ensino médio né, então aí o que ocorreu... nós começamos... foi na época do governo do Íris Rezende, que ganhou pra governador, aí nós fizemos uma reivindicação né, ele esteve lá... Que queríamos a escola... E fizemos um documento e entregamos a ele, com muitas assinaturas, e aí com o tempo passou, foi passando, nós fomos negociando, e aí deu início a construção do colégio também, que hoje é o colégio Robinho Martins, então isso tudo veio muito depois, na construção.<sup>177</sup>

Nesse relato, Geralda pontua que, só muito depois, houve intervenções do estado e da prefeitura na construção da escola. Como já problematizado, essas intervenções ocorreram de maneira tímida desde 1983, com um aumento partir de 1985.

E aí, na verdade, o poder público municipal criou uma coisa um pouco pessoal na questão do que nós ali conseguimos ficar... Não sei se eles tinham outros projetos pra lá... Não sei, mas eles não gostaram da ideia que a gente acabou conseguindo energia elétrica, através de Brasília né, ir lá no Ministério de Minas e Energia, conseguir a escola com o estado depois, isso tudo gerou situação assim ruim... Mas depois, já tinha uma escola municipal pequena, que foi ampliada na época do Prefeito Nion Albernaz, aí foi feito um concurso mais ampliado, a Dalísia Dolles que é a professora de história na universidade federal, ela era secretária de educação, uma pessoa muito bacana, e ela propôs um concurso regional, para atender as regiões mais longínquas né, porque professor fazia concurso e queria ficar ali mais perto né, e a questão do transporte coletivo ainda era mais difícil em Goiânia nessa época, imagina... Se hoje é... Aí ela propôs e nós fizemos este concurso, com algumas pessoas, e passamos, e aí ficamos trabalhando lá, na escola municipal, efetivamente, vinculado e tudo.<sup>178</sup>

---

<sup>177</sup> AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara. Entrevista III [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

<sup>178</sup> AZEVEDO, Geralda Maria Santa Bárbara. Entrevista III [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

Nesse relato, Geralda chama atenção para o fato de que a prefeitura não viu com bons olhos as conquistas do bairro, pois, como destaca a articulação dos moradores, não se deu politicamente só com a prefeitura, mas com o estado e com o governo federal. Outra questão que pontua são as intenções da Secretaria de Educação representada por Dalísia Dolles, como já narrado neste tópico. Geralda realça que ela mesma foi participante do projeto de Dalísia, pois participou de um concurso de professores que atuavam na escola do bairro. Importante perceber que Geralda, uma das pioneiras da ocupação, foi uma das aprovadas nesse concurso e atuou durante anos como professora da escola. Ou seja, o concurso, dentre outras coisas, serviu para integrar pessoas na comunidade no mundo do trabalho que estava sendo formado dentro do bairro.

Sobre esse tema, também realizamos uma entrevista com Maria Rodrigues:

**Lucius:** Sobre a escola, tinha apoio da Igreja, universidades, partidos políticos?

**Maria:** Nós tivemos o apoio da Igreja sim, alguns partidos políticos, na época da oposição né, apoio que eu falo assim... Pelo menos teórico né. O Líneo de Paiva e o Sebastião Vieira de Melo, eram deputados na época e eram oposição. Geralmente quando a gente precisava de algum apoio na área política, a gente procurava eles dois, né.

**Lucius:** A Igreja era mais a referência da arquidiocese?

**Maria:** Sobre Arquidiocese, exista um movimento da assembleia do povo na época, que era um movimento popular também né, que estava sempre dando apoio pra gente.

**Lucius:** E a liderança da arquidiocese da época, era? (...)"

**Maria:** Dom Fernando, na época era Dom Fernando, Dom Fernando ou Dom Antônio? Risos... Os dois participaram do movimento, mas na época era o Dom Fernando, se não me engano, que era o arcebispo de Goiânia, que dava esse apoio.

**Lucius:** Mas, sobre alguns materiais, se acha que eles chegaram, a ajudar, tanto a igreja quanto essas duas lideranças políticas?

**Maria:** Materiais não, é porque a respeito da escola, a escola foi totalmente ajudada pelos moradores mesmo né, aí tinha algumas escolas da região, como a Graça era professora, ela tinha contato com as escolas, então tinham algumas escolas que doavam livros, pra gente, mas a questão do funcionamento da escola era por conta mesmo dos moradores do bairro.<sup>179</sup>

Nessa lembrança, Maria faz questão de pontuar que, a princípio, não houve ajuda nenhuma das políticas do poder público para a construção e funcionamento da escola. Interessante notar que, em suas lembranças, diferente de Geralda, não chega a destacar as participações do Estado na construção da escola e na participação dos concursos a partir de 1983. Sobre essa questão, insisto na segunda pergunta:

**Lucius:** Ela chega a falar (Maria das Graças) que, se não me engano, como se diz... Que tinha algumas escolas já sendo construídas perto do jardim nova esperança, e as vezes tiveram ajuda da prefeitura, e a de vocês não...

**Maria:** Não, a nossa não teve mesmo, até porque a gente começou construir a escola, a escola mesmo, a parte física né, com doações dos moradores, cada um levava tijolo,

---

<sup>179</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

areia, cimento, o que tivesse em casa era doado para construção da escola, e além das doações também o mutirão pra construir, então a gente começou a construir essa escola... nós chegamos a levantar 3 cômodos, era três salas que a gente ia fazer e até acontecer um dia, quando a gente amanheceu um dia as paredes estavam no chão, a gente acredita que tenha sido a oposição que derrubou, mas a gente não teve como provar isto, né.<sup>180</sup>

Maria destaca os anos iniciais de construção da escola, em que de fato, de acordo com todas as fontes consultadas, não houve intervenções do poder público para a construção da escola. Reforça como foram realizadas as doações dos materiais de construção, assim como foi problematizada nos periódicos comunitários. Também o caráter autoconstrutivo da edificação da escola, associada à sociabilidade de trabalho do mutirão. Maria também destaca o evento de derrubada das paredes da escola, ela crê que tal ação foi feita pelo que interpreta como “oposição”. Isto é, algum grupo da ocupação que não compartilhava das decisões e ideias do grupo maior e que poderiam estar associadas a interesses de algumas lideranças da prefeitura, do governo do estado, de partidos políticos da situação, ligados a ditadura civil militar, entre outros exemplos. Sobre a oposição, reitero com uma pergunta:

**Lucius:** A oposição até dentro da ocupação?

**Maria:** Dentro da ocupação, né, porque dentro da ocupação nós tivemos oposição plantada pela prefeitura, né.

**Lucius:** Tentando cooptar as pessoas?

**Maria:** É, exatamente...<sup>181</sup>

Por fim, é significativa a percepção de Maria frente às ameaças e atuações da “oposição” que poderia vir de vários lados, tanto das estruturas do poder, quanto de grupos que poderiam atuar dentro da ocupação.

Como conclusão, é possível inferir que, pelo menos ao que corresponde aos anos iniciais de construção e funcionamento da escola pública, a política habitacional vivenciada e construída pelos moradores sobrepôs-se à política habitacional do Estado. A autoconstrução pelo método do mutirão foi mais uma vez a decisão política encontrada para superar os impasses cotidianos da ausência de infraestrutura no bairro. De 1983 a 1985, há uma intervenção da política habitacional do Estado, porém sempre acompanhada pelos moradores, ligada, tanto a nível político quanto a nível prático, às construções. No próximo tópico, analisaremos a

---

<sup>180</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

<sup>181</sup> RODRIGUES, Maria de Jesus. Entrevista II [out. 2018]. Entrevistador: Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes. Goiânia, 2018. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

imprensa periódica local, representada pela grande imprensa e problematizaremos quais foram suas interpretações acerca da autoconstrução do Jardim Nova Esperança.



### **CAPÍTULO 3 - A HISTÓRIA URBANA DA VIDA COTIDIANA DA AUTOCONSTRUÇÃO DO JARDIM NOVA ESPERANÇA VISTA PELA MÍDIA LOCAL PERIÓDICA (1979-1983)**

#### **3.1. O primeiro contato com os vestígios da mídia local periódica**

O objetivo deste tópico é conceitualizar a mídia local e destacar suas características. Motiva-se também por tornar evidente como foram os caminhos e os espaços visitados até a chegada nos documentos da mídia local periódica, que são fontes de análise deste capítulo. Ao mesmo tempo busca, sobretudo, reconstruir historicamente as razões pelas quais as fontes de imprensa periódica foram transformadas em vestígios históricos com *status* documental de arquivo. Ou seja, como a fonte periódica sobre a autoconstrução do Jardim Nova Esperança recebeu estatuto de vestígio histórico do passado. Por fim, pretende-se problematizar como será feita a análise metodológica dos periódicos locais.

De acordo com Peruzzo (2003, p. 10-11), a mídia local tem uma inclinação em reproduzir a lógica dos grandes meios de comunicação. Principalmente no que se dirige ao sistema de gestão e aos seus eventuais interesses, todavia carrega uma diferença em relação ao conteúdo, pois evidencia, com mais atenção, as especificidades de cada região, ao passo que a grande mídia utiliza como um de seus critérios na seleção de conteúdos, assuntos que interessam a maior quantidade possível de pessoas, conduzindo para assuntos de importância nacional e internacional. A autora baseia-se em onze características para a definição mais ampla de mídia local: 1) Tem o objetivo de publicizar assuntos de cunho local ou regional que eventualmente não tem espaço na grande mídia; 2) É percebida como uma unidade de negócio comercial, de interesses mercadológicos, vende espaço a anúncios comerciais e tem a intenção de gerar rentabilidade e ainda gera excedentes que pertencem aos seus proprietários individuais e organizacionais; 3) É sensível a corresponder a interesses políticos e econômicos de empresas, lideranças e grupos políticos partidários de uma região; 4) Utiliza do que é local como um nicho de mercado, isto é, de temas e problemáticas específicas de localidades que são importantes como estratégia para se conseguir aumentar a credibilidade e a audiência, resultando maior retorno financeiro; 5) Existe a intenção de contribuir com a ampliação da cidadania desde que as estratégias de tal fato auxiliem na rentabilidade empresarial; 6) Os espaços disponíveis para a participação dos cidadãos estão sujeitos ao controle dos dirigentes e técnicos; 7) A produção das pautas está sob a responsabilidade direta de especialistas contratados; 8) A estrutura do

sistema de gestão é do tipo burocrático-tradicional; 9) Os conteúdos tendem a ser, em sua maioria, temas tratados pela grande mídia, porém com maior foco para o local ou regional; 10) A mídia pode ser local em sentido estrito, vinculada e atuante de um certo território, como pode também ser exterior a esse local, mesmo que oferecendo espaços como programas de rádio e televisão e cadernos especiais em jornais impressos para o trabalho de questões locais; 11) Existem casos em que algumas emissoras comerciais de TV e rádio produzem programas de cunho fortemente comunitário, no formato (da participação popular) e nos conteúdos (problemáticas sociais, noticiários locais, dentre outras coisas), tanto que, em um primeiro momento, podem ser interpretados como sendo uma emissora comunitária.

A primeira instituição arquivística visitada para a construção desta presente pesquisa foi o Arquivo Histórico Estadual, localizado dentro da Secretaria de Cultura de Goiás, na Praça Cívica, setor Central, em Goiânia. Lá foram identificadas algumas seções aleatórias sobre o tema das ocupações urbanas em Goiânia, separadas em algumas pastas, compostas por material de jornal. O caso que aparentemente tem mais destaque refere-se à grande ocupação urbana do Parque Oeste Industrial, ocorrida no tempo presente, tendo início em maio 2004 e com processo de desocupação em fevereiro de 2005. O segundo espaço visitado refere-se ao arquivo da Divisão de Biblioteca e Documentação (DVDOC) dentro das dependências da Secretaria de Planejamento e Urbanismo (SEPLAN), dentro da Prefeitura de Goiânia<sup>182</sup>. Em seu acervo, é possível identificar, dentre outras tipologias documentais, uma seção temática sobre os bairros de Goiânia, composta por dossiês. A partir do acesso aos dossiês, foi possível descobrir recortes de periódicos sobre a experiência das ocupações urbanas em Goiânia vividas em vários espaços da cidade e em vários momentos históricos. Os dossiês, dos quais se destaca o recorte do final dos anos setenta, sobre as ocupações urbanas e principalmente, para o que interessa a esta pesquisa, o Jardim Nova Esperança, foram criados pela Arquidiocese de Goiânia – Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz na década de 1980. A motivação de realização do dossiê<sup>183</sup> pode ser identificada já em sua introdução:

Espera-se com isso, registrar parte da história do posseiro na luta do seu dia, dia, seu processo de organização; as falsas promessas oficiais de solução para seus problemas;

---

<sup>182</sup> No tempo presente, a Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, órgão de administração direta, integrante da estrutura organizacional do poder executivo do município de Goiânia, nos termos dos artigos 5º e 7º da Lei Complementar nº. 183, de 19 de dezembro de 2008. Tem por finalidade coordenar, instruir, desenvolver e monitorar o processo de planejamento em consonância com os objetivos previstos nos Artigos 173 e 174 do Plano Diretor e exercer atividades relacionadas à área de urbanismo e à fiscalização de edificações e uso do solo, obras, áreas públicas e parcelamentos, no âmbito do Município. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/aseplam/aseplam.shtml>, acesso em 14/10/2018.

<sup>183</sup> Arquidiocese de Goiânia. Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz. Dossiê Invasões em Goiânia. Noticiário da Imprensa. Número 01. Anos: 1976, 77, 78, 79, 80, 81. Goiânia, dezembro de 1983.

e, sobretudo, a invasão como expressão de resistência em face a um direito maior e inalienável da pessoa humana: o direito à moradia.<sup>184</sup>

Percebe-se nessa narrativa o engajamento da Arquidiocese de Goiânia em publicizar a história dos acontecimentos vividos pelos moradores em situação de autoconstrução de moradia na cidade. É também notavelmente crítica às “falsas” promessas “oficiais”, que supostamente estão associadas ao poder público, e setores da opinião pública. Por fim, chama atenção para a necessidade “inalienável” da pessoa humana do direito à moradia. Outra pontuação a ser valorizada por parte da Arquidiocese corresponde à preocupação da instituição para com o tema da violência:

Mudaram se os governos, mas a violência contra os posseiros continua, em alguns momentos com a mesma força dos cassetetes policiais de ontem, noutros momentos ela aparece mais velada, como é o caso das transferências para lugares distantes dos recursos e dos locais de trabalho dessa população, dificultando ainda mais uma vida que já é tão precária.<sup>185</sup>

Nesse fragmento, a Arquidiocese expressa notável descontentamento em relação às representações políticas dos governos, não assumindo diferenças relevantes frente a gestão do problema da violência que, recorrentemente, ocorre vindo do poder público. Ressalta que a violência com os ocupantes era mais intensa em outros tempos e que agora (final dos anos 1970) ela é mais velada, sobretudo em relação aos deslocamentos territoriais coercitivos aos quais essa população é submetida, o que para a Arquidiocese é resultado das más possibilidades de trabalho enfrentadas cotidianamente pelos trabalhadores. Com esses exemplos da introdução do dossiê, é possível identificar a importância dada ao problema das ocupações urbanas em Goiânia por parte da Comunidade religiosa da Arquidiocese de Goiânia<sup>186</sup> na conjuntura temporal das décadas de 1970 e 1980. A motivação em montar uma revista composta de periódicos locais e publicizar esse tema já revela considerável afinidade e sensibilidade social da instituição frente às ocupações urbanas na cidade de Goiânia.

De forma geral, as mídias locais periódicas sobre o objeto da presente pesquisa são formadas por alguns jornais circulantes à época como: *Diário da Manhã*, *O Popular*, *Cinco de Março*, *Folha de Goiás*, *Jornal Opção* e *Top News*. Trabalharemos apenas com os jornais *Opção* e *O Popular*. A intenção é tratar a fonte jornalística como objeto de estudo e, por meio

---

<sup>184</sup> Arquidiocese de Goiânia. Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz. Dossiê Invasões em Goiânia. Noticiário da Imprensa. Número 01. Anos: 1976, 77, 78, 79, 80, 81. Goiânia.

<sup>185</sup> Arquidiocese de Goiânia. Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz. Dossiê Invasões em Goiânia. Noticiário da Imprensa. Número 01. Anos: 1976, 77, 78, 79, 80, 81. Goiânia.

<sup>186</sup> Sobre a Atuação da Arquidiocese de Goiânia e sua relação com o contexto da ditadura civil militar (1964-1985), luta por direitos humanos e inserção nos movimentos populares, ver: DUARTE, Teresinha Maria. *Se as paredes da Catedral falassem: A Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar (1968/1985)* 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

de sua problematização, identificar os pressupostos discursivos que estão presentes nas narrativas do jornal. Sobretudo no que se refere às concepções que as narrativas possuem acerca da autoconstrução do Jardim Nova Esperança. Também interessa dar ênfase nos vestígios que versem sobre uma narrativa em história urbana contida nos jornais. Ou seja, interessa-nos construir quais são os “saberes interdisciplinares sobre o urbano” e/ou a história urbana contida nas fontes trabalhadas, ou ainda, quais narrativas podem ser construídas na relação das pessoas que passaram por essa experiência em relação com o espaço. Outra preocupação é problematizar como foram construídas as narrativas sobre a vida cotidiana da ocupação pelos jornais analisados.

A motivação de análise dos jornais vem na mesma intenção do que Luca realizou em suas análises de periódicos. Como a autora diz:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político social na qual se insere (LUCA *apud* CAPELATO, 2005, p. 118).

Ou seja, interessam-me as intenções discursivas, as tentativas de construção de manipulações, versões construídas sobre um fato narrado, isso no esforço de compreender as invisibilidades que estão contidas nas narrativas de quem escreve, identificando os pressupostos intencionais de análise sobre a ocupação, isto é, como ocorria a interpretação da mídia local periódica sobre o objeto da presente pesquisa. Em termos conclusivos, viu-se que a mídia local possui características distintas das mídias comunitárias, principalmente em relação aos seus interesses de produção, conteúdo e divulgação. Também, destacamos a trajetória dos arquivos pesquisados na cidade no intuito de garimpar evidências para a problematização do nosso objeto. Ademais, é importante notar a participação da Arquidiocese de Goiânia na publicização das notícias sobre a ocupação urbana, mas vale lembrar que a divulgação feita por essa instituição ocorreu em relação às mídias locais, não havendo no dossiê nenhum material referente às mídias comunitárias periódicas produzidas pelos moradores da ocupação. Por fim, discutimos a forma como analisaremos os jornais da mídia local da cidade. No próximo tópico analisaremos de forma breve uma contextualização da história da imprensa periódica em Goiânia e interpretaremos reportagens feitas pelos jornais *O Popular* e *Opção*.

### 3.2. A História Urbana e a Vida Cotidiana do Jardim Nova Esperança vista pelos Jornais *O Popular* e *Opção*

O presente tópico tem a intenção de construir uma história urbana da vida cotidiana da ocupação estudada vista pelas mídias locais periódicas da cidade, em especial os jornais *O Popular* e *Opção*. Busca-se descobrir e problematizar quais foram as interpretações dessas reportagens em relação à ocupação e quais foram seus pressupostos de análise. Busca-se, sobretudo, confrontar as interpretações advindas da mídia comunitária periódica com a mídia local periódica. A intenção é verificar se essas mídias distintas produziram narrativas, argumentos, discursos e pressupostos similares ou não a respeito da ocupação.

Antes de adentrarmos no tipo de construção discursiva presente no Jornal *O Popular*, principalmente ao que se refere à história urbana e à vida cotidiana contidas no mesmo, é necessário que contextualizemos sua criação e sua conjuntura em finais dos anos da década de 1970 e início da década de 1980 na cidade. De acordo com Borges e Lima (2008, p. 78), as “origens” históricas desse jornal<sup>187</sup> estão inseridas em um quarto momento da história da imprensa em Goiás, correspondente ao recorte de 1936 a 1945, “com a efetivação da transferência da capital para Goiânia e uma profunda alteração no jornalismo goiano”. Outro contexto importante que liga a criação do jornal<sup>188</sup> com a mudança da capital ocorre

[...] principalmente pelo discurso desenvolvimentista em que se baseou a transferência, houve um fechamento de espaço para o jornalismo político e opinativo e, simultaneamente, a abertura dos caminhos ao jornalismo empresarial. Foi neste novo cenário que surgiu, em abril de 1938, o jornal *O Popular*, de Joaquim Câmara filho e irmãos (BORGES; LIMA, 2008, p. 78).

De acordo com as autoras, o jornal está inserido em um quinto período, que vai de 1945 até o golpe civil militar de 1964, que tem em seu contexto “antigas práticas de censura, inclusive

---

<sup>187</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre o tema, ver a tese de doutorado *Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no cerrado*, de Rosana Maria Ribeiro Borges, Geografia- UFG (2013).

<sup>188</sup> Nesse artigo é evidenciado o que as autoras identificam como as quatro fases da história da imprensa em Goiás, desde o século XIX, com a criação do Jornal *Matutina Meiapotense*, até alguns contextos presentes na década de oitenta do século XX. Além disso, há vestígios sobre as nuances do contexto de criação do Jornal *O Popular* que faz parte das fontes de mídia local periódica analisadas nesta pesquisa. Em uma nota de rodapé, há alguns fragmentos: “O berço d’O Popular foi a cidade de Goiás, quando, em 1935, Jaime Câmara e Henrique Pinto Vieira abriram a J. Câmara e Companhia, abrigando uma tipografia e uma papelaria. Com a transferência da capital para Goiânia, Jaime Câmara desfez a sociedade com Henrique Pinto Vieira, transferindo a firma para Goiânia e fundando uma nova sociedade, agora com os irmãos Joaquim Câmara Filho e Vicente Rebouças Câmara (Perfil da Organização Jaime Câmara, 2008)” (Borges, R. M. R.; Lima A. P. História da imprensa goiana: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica. *Revista UFG* (Goiânia), dezembro, n. 5, 2008, p. 78).

prévia, e fomentou o fortalecimento de alguns veículos e conglomerados de comunicação dentro da política desenvolvimentista da difusão da comunicação no país”. É nesse período que surgem os primeiros grupos de comunicação “como a organização Jaime Câmara, que hoje é o maior complexo de comunicação do Centro-Oeste”. Características e transformações técnicas também foram marcantes nesse período, uma vez que “no cenário nacional e goiano, o jornalismo contava com as melhores tecnologias, o que garantia uma melhor impressão”. Os jornais “manifestavam preocupações estéticas e as redações estavam tornando-se cada vez mais profissionalizadas e ágeis, tendo em vista que o desenvolvimento da telefonia no Brasil contribuiu significativamente para o aceleração da notícia” (BORGES; LIMA, 2008, p. 81). Sua institucionalidade tinha duas características centrais:

O jornal adquiria então um caráter empresarial e a profissão de jornalista, uma necessidade mercadológica, embora os jornalistas já se organizassem como categoria desde 1959 na Associação Profissional de Jornalistas (APJor). Em 1969, o decreto do governo federal transformou a APJor em Sindicato de Jornalistas Profissionais do Estado de Goiás, e a profissão de jornalista foi oficialmente reconhecida (BORGES; LIMA, 2008, p. 81).

Sobre a conjuntura da década de 1980, parece constituir um contexto específico, segundo a interpretação das autoras:

Com a redemocratização do país na década de 1980, pode-se pensar num outro período da história da imprensa goiana. Os impactos do período ditatorial, a perda da autonomia das empresas jornalísticas frente à dependência direta do funcionamento governamental e, ainda, a concentração das publicações da capital, com a anulação da diversidade e da quantidade de publicações espalhadas pelo Estado, modificaram definitivamente o perfil da imprensa goiana. Esse período da história ainda está por ser compreendido e nomeado (BORGES; LIMA, 2008, p. 85).

Com o título de *Súbito, milhares invadem área em Goiânia*<sup>189</sup> é anunciada pelo jornal *O Popular* uma matéria temática sobre os eventos iniciais da ocupação urbana do Jardim Nova Esperança. Nesse momento, mês de julho, a mesma é associada pela opinião pública como sendo a invasão da Vila João Vaz, uma vez que esse bairro fica próximo ao território da Fazenda Caveirinhas, região noroeste da cidade e lugar que de fato ocorreu a ocupação. No início da matéria, são apresentadas algumas pessoas que estavam ocupando o local:

José Alves Calixto e sua mulher Maria Aparecida chegaram ao local às 17 horas de ontem, armaram uma barraca e passaram a noite limpando um lote de aproximadamente 600 metros quadrados. Ontem de manhã, ele iniciava a construção de um barraco de tábuas de onde não está disposto a sair. “Daqui só sairei morto”. Estou cansado de viver ao léu e agora a sorte apareceu e não vou chutá-la. Queria aproveitar para agradecer a prefeitura de Goiânia, que não esqueceu os pobres.

---

<sup>189</sup> SÚBITO, milhares invadem área em Goiânia. *Jornal O Popular*, Goiânia, 20 jul. 1979.

Com essa passagem sobre José, é possível identificar um exemplo das primeiras formas de moradia dos momentos iniciais da ocupação, caracterizada fundamentalmente por estruturas físicas elementares. Primeiro, a improvisação de uma barraca; depois, a construção de um barraco com tábuas de madeira. Ao mesmo tempo, é possível identificar o teor radical contido na fala de José, além de seu engajamento em enfrentar o desafio de permanência no espaço habitado. O tom de “daqui só saio morto” revela, dentre outras coisas, o nível de disposição em ocupar a terra. Em outra entrevista feita com Raimundo Alves de Moura, informa-se que o mesmo é pai de oito filhos e recém migrado do Nordeste. Também, que “apareceu às nove horas de ontem e ainda conseguiu um pedaço de chão, onde se fixou”. Não é exclusividade do ano de 1979 uma grande força de imigração na cidade, principalmente advinda da região nordeste, uma vez que desde 1933 esses acontecimentos são recorrentes na cidade. Mas, há de se compreender que existe uma conjuntura específica nesse momento, de grande relevância para a construção de uma história da imigração para Goiânia. Outro entrevistado pelo jornal foi João Felipe da Silva, trabalhador da área de segurança noturna. O mesmo diz na reportagem que somente teve notícia dos acontecimentos da ocupação na manhã anterior à publicação da edição do jornal, quando voltava para casa. Ao chegar à ocupação, como destaca a reportagem, não encontrou mais nenhum espaço para demarcar. A matéria chama atenção que com esse fato, João ficou bastante irritado e fez uma denúncia: “A maioria dos que invadiram estas terras são pessoas estabilizadas economicamente e não precisam disso para viver. Algumas, até médicos e empresários, cercaram área equivalente a chácaras ou quarteirões”. Mais à frente, o(a) jornalista (não identificado) desse jornal insiste nessa questão: “A mesma denúncia foi feita por várias pessoas, inclusive a de que figurões de Goiânia estariam enviando pessoas para se apossarem dos terrenos, que posteriormente seriam transferidos para os mandantes”<sup>190</sup>.

Curiosa percepção de João Felipe, pois o dia 19 de julho de 1979, data que diz ter ido à ocupação, refere-se aos momentos iniciais da mesma. Não estamos afirmando que tal depoimento não faça sentido e/ou que não seja válido, mas que, no mínimo, deva ser tratado como estranho, uma vez que julho era o primeiro mês da ocupação e como já trabalhado nos capítulos anteriores, a área do território da ocupação era consideravelmente extensa. Para além dessa questão, existem dados disponíveis na mídia comunitária periódica e nas entrevistas com os pioneiros que poderiam se chocar com essa interpretação de João Felipe. Pois, é dito várias vezes por essas fontes e entrevistas que pessoas chegaram à ocupação com o passar dos meses

---

<sup>190</sup> Citações retiradas de: SÚBITO, milhares invadem área em Goiânia. *Jornal O Popular*, Goiânia, 20 jul. 1979.

e até anos. Ademais, João também chama atenção que a maioria das pessoas que ocuparam a região não necessitava da mesma, pois eram médicos e empresários. Sobre isso, é possível conceber que de fato eventualmente pessoas com poder aquisitivo considerável ocupam terrenos no intuito de especulá-los, porém, não podemos afirmar que a maioria do público que ocupou a fazenda caveirinha era de pessoas com perfil socioeconômico alto. Pelo contrário, as fontes primárias formadas pela mídia comunitária, as entrevistas dos pioneiros e as historiografias que versam sobre o objeto da presente pesquisa reiteram que a maioria da população da ocupação necessitava de moradia. Para além desse dado, eram, como problematizamos nos capítulos anteriores, trabalhadores com um perfil trabalhista informal, geralmente imigrantes e que durante a ocupação ficaram eventualmente privados de trabalhos formais. A segunda fala do jornal, que aparece como uma denúncia, assim como assume a reportagem, reitera a interpretação de João Felipe e apresenta algumas afirmações novas. A hipótese seria de que “figurões de Goiânia”, isto é, “pessoas importantes da cidade”, estariam enviando terceiros à ocupação, com o objetivo de, ao final do processo de ocupação, conseguirem a posse do lote. Ou seja, nesse exemplo os “figurões” estariam, além de interessados em um lote que não necessitavam, terceirizando financeiramente pessoas para morar na ocupação e garantir um lote. Durante a pesquisa, não identificamos em outras fontes tal tipo de informação. Porém, vale levantar algumas perguntas sobre essa passagem do jornal e que não estão explicitadas no texto. Uma delas seria: quem eram esses “figurões”? Por que os mesmos não foram evidenciados? Quem são os terceiros que estavam fazendo esse “serviço” para os mesmos? De onde veio essa denúncia? Mais à frente, é trabalhado um tópico chamado “*empresas preocupadas*” onde o texto informa que as indústrias interpretaram com “temor” a notícia de que haveria invasores “tomando sua área destinada a construção de suas instalações”<sup>191</sup>. Aqui também há um dado não problematizado pelo jornal, uma vez que não é verdade que a ocupação se deu no meio das instalações de algumas indústrias. Pois, de fato, a ocupação ocorreu em um espaço vazio, onde se localizava uma fazenda chamada Caveirinha, em razão de um córrego que tinha o mesmo nome. As indústrias se estabeleciam nas redondezas da ocupação.

Outra problematização não destacada refere-se às tensões jurídicas entre as indústrias, prefeitura e até algumas famílias que estariam envolvidas nas possíveis posse da terra, assim como já discutidas nos capítulos anteriores desta presente pesquisa. Ou seja, em vez de tal

---

<sup>191</sup> Citações retiradas de: SÚBITO, milhares invadem área em Goiânia. *Jornal O Popular*, Goiânia, 20 jul. 1979.



evidenciação, a reportagem realça de maneira enviesada os reais sentidos de uma ocupação urbana, que naquele momento estava iniciando-se. O jornal também explicita alguns detalhes da ocupação do território: “As demarcações empíricas já estavam chegando à sede dos armazéns da firma Goiás Arroz, que colocou seu serviço de vigilância de prontidão, a fim de não permitir que a sua área fosse invadida”. Reitera-se pelo jornal a ideia de que os moradores estavam se apropriando da terra da indústria Goiás Arroz e que já haveria um suposto serviço de segurança articulado pela mesma. Ainda nessa passagem, o jornal indaga os ocupantes com a afirmação de que os mesmos estariam perdendo tempo em “construir num terreno que não lhes pertencia”. Isto é, mais uma vez, permanece a tese supostamente invisibilizada do jornal de que ocupar uma terra (sem função social) não faz o menor sentido, uma vez que ela não pertencia aos ocupantes. Mas, se não pertencia aos direitos dos moradores, pertenciam a quem, afinal? Às indústrias que desde 1979 não conseguiram provar serem donas do terreno, assim como presumidamente informa o jornal? Percebe-se claramente que a matéria do jornal parte de pressupostos e de discursos que tinham uma função muito específica no tratamento do fato vivenciado pela ocupação. Isto é, seus pressupostos narrativos visavam inviabilizar o sentido da ocupação para os moradores, ao passo que atuava para dar sentido a instituições que no momento eram contra a ocupação, como as indústrias e o poder público. Outra narrativa criada pelo jornal, para montar um sentido para a opinião pública formada por seus leitores sobre a ocupação, ocorre no tópico *Lenda e Folclore*. Nele é reiterado que o motivo central para a ocorrência da ocupação seria de que a Prefeitura deu total abertura para o ato. Porém, ao mesmo tempo, o título do tópico escrito pelo jornalista visava explorar um sentido místico referente às primeiras manifestações de ocupação pelos moradores. Manifestações que, de acordo com o jornal, estavam formando-se por um “ouvir dizer”, dentre outras questões. De acordo com o jornal, a principal versão dada pelos moradores para terem ocupado o local seria de que “o terreno pertencia a uma beata solitária que faleceu recentemente. Como não apareceu nenhum herdeiro reclamando a herança, o estado considerou o terreno devoluto e autorizou a prefeitura a doá-lo a quem chegasse primeiro no local”<sup>192</sup>.

O jornal, no destaque dessas teses, tinha evidente intenção de valorizar e dar ênfase em narrativas aleatórias de alguns possíveis atores sobre a ocupação. Pois, mesmo que a justificativa para realizar uma ocupação urbana fosse realmente tal, a questão não serve para justificar as reais necessidades de uma movimentação em uma ocupação urbana. Pois, dentre

---

<sup>1926</sup> Citações retiradas de: SÚBITO, milhares invadem área em Goiânia. *Jornal O Popular*, Goiânia, 20 jul. 1979.

outras coisas, o fenômeno urbano da ocupação na cidade está vinculado a uma necessidade de moradia por parte de quem foi espoliado da mesma. Dito em outras palavras, independentemente das narrativas que possam surgir para justificar a ocupação urbana de uma terra na cidade (até motivadas por “lendas ou folclore”), tais pressupostos não dão conta da dimensão problemática do acesso e do problema da habitação nas cidades brasileiras. Como tratado com Kowarick (1979) no primeiro capítulo, o problema da habitação não deve ser analisado de forma isolada de outros processos socioeconômicos e políticos, pois existe uma série de contradições específicas sobre esse fenômeno. É preciso investigar como o mesmo propõe as modalidades produtivas a partir das quais a moradia é confeccionada, pois o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente na expropriação da terra e dos instrumentos produtivos, uma vez que passa a produzir o que antes os trabalhadores independentes realizavam para prover sua própria subsistência. Ao mesmo tempo, criam mercadorias que são consumidas por meio do salário ganho através da venda de sua força de trabalho (KOWARICK, 1979, p. 55). E são as pessoas discutidas por esse jornal, movidas por “lendas e folclore”, que passam de forma mais perversa pela destruição dos meios autônomos de vida, além de constituírem o principal público expropriado da terra e dos seus instrumentos produtivos na cidade. Ademais, o mesmo autor identifica outro problema teórico relacionado à questão da habitação, do qual estão submetidos indivíduos sem privilégios de classe. Trata-se da questão de que se, por um lado, em praticamente em todos os ramos da economia resistem unidades produtivas “arcaicas” de características manufatureiras, por outro, a elaboração de bens para a auto subsistência não é mais, fundamentalmente nas cidades, uma prática generalizada. Tal argumento é viável, uma vez que existe um contexto de mercantilização da economia, no qual o consumo se realiza da produção ocorrida através da extração da mais-valia, forma que materializa o processo de valor de troca a partir do qual a mercadoria adquire sua absoluta dimensão. Sob essas circunstâncias, está associado ainda a presença de empresas industriais e de unidades manufatureiras que submetem sua classe trabalhadora, no que se refere ao acesso à moradia, a aluguéis de habitações eventualmente deterioradas, à construção de barracos em favelas e à autoconstrução de suas residências. A razão que justifica o surgimento de uma espécie de “economia natural” imersa ao sistema urbano-industrial, que tem sua dominação centrada nas empresas com alta densidade de capital, não deve ser vista como uma questão anacrônica, uma vez que a produção capitalista se organiza não para fornecer aos trabalhadores os meios de vida indispensáveis para sua subsistência, mas sobretudo criar um excedente que é privadamente apropriado (KOWARICK,

1979). Ainda sobre o mesmo tópico do jornal, seu texto insiste em dar sentido ao início da ocupação em razão de “lendas e folclores”, assim como se segue:

[...] outras lendas semelhantes estão sendo contadas para justificar o fato, mudando apenas a personagem em vez da beata, dizem que os terrenos pertenciam a uma viúva: em outros casos frisam que pertencia a uma freira muito caridosa que deixou um testamento dando o terreno à população.

Todavia, a narrativa de conclusão enfatiza o “ouvir dizer”, comentários e boatos especulativos sobre a ação da ocupação:

A história é quase sempre a mesma, mas a verdade é que ninguém teve autorização direta da prefeitura. Muitas pessoas souberam do fato através de conversas com amigos e vizinhos e, sem maiores esclarecimentos, correram a demarcar empiricamente o seu lote, à moda do velho oeste americano.

Nesta passagem é possível perceber o tom pejorativo com que a matéria trata os momentos iniciais da ocupação e sobretudo sua motivação. A mesma matéria passa longe das problemáticas discutidas por Ermínia Maricato sobre as manifestações da moradia precária. Para a autora, o processo de ilegalidade e precariedade das práticas das ocupações que possuem intenção de produzir uma moradia está vinculado a uma dimensão estrutural associada a um processo específico de acumulação no capitalismo brasileiro. Estão vinculados no fundo a um conjunto de produção da cidade, em um específico capitalismo periférico e em um específico processo de acumulação. O objeto da moradia precária problematizado pela mesma autora investiga um mercado formal limitado que desconsidera parte expressiva da população. Também busca identificar os problemas vinculados a uma taxa de lucro vigorosamente vinculada a uma renda fundiária e a uma força de trabalho barata, que, incluída perversamente no mercado formal e nas políticas públicas, produz uma parte da cidade com suas mãos, com suas próprias regras (intrínsecas às condições dessa produção). De forma direta, com essa autora é possível compreender que o fenômeno da ocupação urbana e da autoconstrução da moradia precária pelos indivíduos está associada à cidade dos pequenos salários e do problema estrutural da informalidade. Nesse processo, Estado e capital (representado pelo mercado capital imobiliário) são personagens atuantes nas tensões (MARICATO, 2017, p. 110-111). Ainda ao final desse tópico existe mais uma análise sobre a chegada dos primeiros ocupantes, suas apropriações imediatas no espaço urbano e um dado sobre supostas violências ocorridas:

Na manhã de ontem, o local totalmente desabitado, parecia um formigueiro. Pessoas de todas as idades, homens e mulheres, trabalhavam com afinco, como nos mutirões em fazendas. Os 200 hectares já estavam praticamente roçados e divididos de acordo com os entendimentos entre os próprios invasores, que delimitavam até o local por onde passariam as ruas. Muitas brigas foram causadas pela ambição desmedida de

alguns, que reclamavam quinhão maior do que aquele que seus confrontantes lhes concediam<sup>193</sup>.

Na passagem também não se vê nenhuma sensibilidade ao problema do acesso à moradia pelo jornal. Como mais um ponto negativo, destacam o problema de brigas envolvendo pessoas que queriam um espaço maior que outros. Muito diferente da vivência contada pelos moradores sobre suas organizações em torno da demarcação dos lotes, dentre outras questões. A passagem alimenta o pressuposto de que a ocupação urbana da Fazenda Caveirinha não era um ambiente no qual poderia ocorrer algo positivo à cidade, mas apenas questões negativas, como é exposto, lugar de brigas e disputas. Sobre a posição da Prefeitura em relação ao caso, o tópico *Palavra da Prefeitura* chama atenção para o fato da instituição não ter tido ciência imediata dos primeiros acontecimentos. Em entrevista com o secretário de ação urbana, Antônio Uchôa Sobrinho, o jornal obteve a resposta de que o mesmo soube das movimentações por “boatos” e que esse tipo de tema estava vinculado ao “Núcleo da Erradicação das Invasões, subordinado à Secretaria de Obras do Serviço Público”. Quanto ao outro entrevistado pelo periódico, o Secretário de Obras e professor Álvaro de Oliveira, foi dito de imediato à reportagem que “ficara sabendo do fato na manhã de ontem e já havia providenciado uma equipe para fazer um relatório urgente da situação”, porém, logo mais à frente da reportagem afirma: “mas até a tarde de ontem aquele órgão não sabia sequer quem era o proprietário do imóvel e tentava levantar os dados concretos sobre o terreno, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, onde estava registrado”. Nessa passagem, fica destacado que o próprio Secretário de Ação, Antônio Uchôa Sobrinho, não tinha conhecimento de quem era o proprietário legal das terras da Fazenda Caveirinha. Quanto a Álvaro Oliveira, diz mais à frente que caso se achasse o legítimo dono do espaço, suas atitudes se dividiriam em duas ações: “se o terreno pertencer à Prefeitura, acionaremos a Procuradoria para tirar os ocupantes do local. Se pertencer a particulares, o dono deveria recorrer à justiça para reclamar seus direitos, pois os proprietários de imóveis devem zelar os seus pertences e não abandoná-los”.<sup>194</sup>

Mediante tais passagens é possível perceber que a matéria tinha uma clara tentativa de construir uma versão sobre como se deveria atuar numa situação de ocupação urbana. Para além disso, é notório que a reportagem naturalizou as versões do professor e Secretário de Obras

---

<sup>1937</sup> Citações retiradas de: SÚBITO, milhares invadem área em Goiânia. *Jornal O Popular*, Goiânia, 20 jul. 1979.

<sup>194</sup> Citações retiradas de: SÚBITO, milhares invadem área em Goiânia. *Jornal O Popular*, Goiânia, 20 jul. 1979, p. 2.

Álvaro Dias que, dentre outras coisas, partiu do pressuposto, de forma automática, de que as únicas providências para essa ocupação seriam um acionamento da Procuradoria para retirar os ocupantes do local e, se fossem de entidades privadas, os donos deveriam logo ir até a justiça, pois deveriam reclamar seus direitos. Ou seja, em momento algum a matéria problematizou os fenômenos da ocupação urbana na cidade, que tem sua manifestação na cidade desde 1933, tampouco chamou atenção para as verdadeiras causas das ocupações urbanas na cidade, qual era o perfil dos ocupantes e por que se motivaram a ocupar a terra. Pelo contrário, construíram uma “versão verdadeira” sobre esses eventos históricos. Tais versões se resumiram em caracterizar as intenções dos ocupantes como de caráter especulativo, em que a maioria das pessoas que ocuparam era “figurões” da cidade, ou seja, pessoas com alto poder aquisitivo. Também, de que uma das motivações que levaram à ocupação foi um movimento movido por boatos, lendas e folclores. Além do mais e sobretudo, tratava-se de uma ilegalidade, uma vez que imediatamente deveriam ser buscados tanto a procuradoria geral (por parte do Estado) quanto um processo jurídico pelo direito da posse (por parte do mercado). Na próxima passagem, é possível notar ainda com mais clareza os pressupostos narrativos da matéria do jornal:

[...] mesmo que a área pertença a particulares, a Secretaria da Ação Urbana deverá intervir, pois a pasta é encarregada de fiscalizar as construções e aprovar os respectivos projetos. Somente a partir dessa aprovação é que se pode construir em qualquer área do perímetro urbano.

Reitera-se a versão de que a ocupação não possuía caráter legal. Por fim, no fechamento da matéria, é colocada em destaque uma fala de Álvaro Oliveira referente à ocupação: “Acho que tem gente importante metida nesse negócio e logicamente deve estar apoiada em algum suporte político. Ai então as coisas tomam outra imagem”. Quer dizer, não só Álvaro, mas também o jornal, além de tratarem a ocupação como uma manifestação que não fazia sentido e que não tinha caráter legal, partiram ainda do pressuposto de que estavam motivadas por um “negócio” manipulado por pessoas importantes. Ademais, estavam supostamente vinculadas a um “suporte político”. É importante ressaltar que em tal pressuposto, não foi apresentado, nem por Álvaro, nem pelo jornal, qualquer tipo de fonte que comprovasse tal informação. No geral, as hipóteses aparecem como meras especulações.<sup>195</sup>

Na contramão a uma suposta hipótese de que todos os jornais da mídia local tentaram inviabilizar narrativamente as ações dos ocupantes na busca por moradia na cidade, encontra-

---

<sup>195</sup> Citações retiradas de: SÚBITO, milhares invadem área em Goiânia. *Jornal O Popular*, Goiânia, 20 jul. 1979, p. 2.

se o jornalista Luiz Artur. O mesmo faz curiosa reportagem sobre o movimento, com o título de *Release de Cordel*<sup>196</sup>. Luiz explica que o *press-release*, ou seja, comunicado de imprensa, está cada vez menos acostumado com certa “rotina quebrada quando um repórter ressurgiu de uma incursão habitual à cata de notícias”. Luiz se referia a uma notícia construída por outros tipos de institucionalidades, por parte de não profissionais ou de alguma pessoa que não necessariamente fosse o especialista esperado para tal trabalho. Em seguida, chama atenção para a reportagem feita por um repórter (amador) em entrevista coletiva com Índio do Brasil Artiaga. Esse repórter era a pessoa a quem Luiz se referiu como criador de uma reportagem diferente, que quebrava a rotina habitual do cotidiano jornalístico. Na reportagem escrita por Luiz, é narrado que o repórter recebeu em mãos um panfleto que veio de uma comissão de moradores, sem ao certo, como pontua Luiz, “saber o local da invasão da Vila João Vaz, ou Fazenda Caveirinha ou até mesmo Jardim Nova Esperança” (ARTUR, 1979, p. 6). O panfleto ao qual Luiz se refere em sua reportagem, usado pelo outro repórter para construir uma matéria, são justamente os *Comunicados* trabalhados por esta dissertação no segundo capítulo. Sobre eles, Luiz detalha suas características e impressões nessa narrativa do jornal:

[...] identificados como sendo “comunicados aos moradores”, esses boletins contêm as informações periodicamente passadas pela “comissão dos moradores” - essa indicação da origem aparece no rodapé-, bem como fixa a linha de ação às vezes radical na defesa dos interesses das presumíveis três mil famílias invasoras (ARTUR, 1979, p. 6).

Importante notar que Luiz, ao identificar a organização dos moradores na figura da “comissão dos moradores” e suas eventuais reivindicações políticas, as interpreta como contidas de caráter radical. Tal questão faz lembrar uma das sociabilidades contidas na problematização que José de Souza Martins desenvolve sobre a relação do homem comum e sua vida cotidiana. Pois, como o mesmo problematiza, o homem comum, imerso em sua vida cotidiana, sabe que é na prática que ocorrem as circunstâncias da transformação do impossível em possível. Numa referência à Agnes Heller, destaca que:

[...] só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada (MARTINS, 1998, p. 6).

Isto é, de fato pode-se interpretar como radical a movimentação de ocupação da Fazenda Caveirinha, mas não da maneira como interpreta Luiz. Pois, em sua concepção, “os interesses presumíveis” dessas pessoas são radicais não porque são urgentemente necessários, justos e

---

<sup>196</sup> ARTUR, L. Release de cordel. *Jornal O Popular*, Goiânia, p. 6, 22 nov. 1979.

vinculados ao direito à moradia, mas porque não fazem sentido, não são interesses passíveis de razoabilidade. Nesse sentido, não só Luiz, mas a mídia local periódica representada por essa matéria, não conseguiram dar conta das dimensões históricas, sociológicas e antropológicas da vida cotidiana vivenciada por esses moradores na ocupação. Pelo contrário, por hora, apareceu distanciada desse objeto, desvinculada do real problema habitacional vivido pela ocupação. Parece também escapar ao jornal e a Luiz o caráter histórico do cotidiano das recentes ocupações, tratadas pelos mesmos. Pois, como discute Martins, apropriando-se de Henri Lefebvre, a noção de cotidiano só tem solidez caso seja levado em consideração as contradições do processo histórico e, fundamentalmente, que se interprete o cotidiano como contraponto e alienação da história, pois o cotidiano não possui sentido separado do processo histórico que o reproduz. Indica ainda que “a concepção de Lefebvre, de que não há reprodução sem uma certa produção de relações sociais, não há cotidiano sem história, é essencial para discutir-se o tema” (MARTINS, 2008, p. 89).

Em síntese, a produção de uma nova relação social vivenciada cotidianamente pelos ocupantes, de forma a denunciar as contradições do processo histórico e das possíveis naturalizações de uma alienação da história, foram tratadas por Luiz e por esse jornal como uma possível alteração “radical” das normalidades cotidianas, de seu andamento normativo, legal, padrão e comum. Importante destacar ainda, por parte de Luiz e do Jornal, que, mesmo tendo observado uma característica mais empática por parte do outro repórter amador (um aspecto supostamente mais investigativo, etnográfico talvez), os mesmos obtiveram uma compreensão distante dos acontecimentos. Ou poderíamos pensar que, na verdade, tiveram dificuldades em decifrar a vida cotidiana dos acontecimentos dos ocupantes. Tal hipótese está presente na problematização que Lefebvre desenvolve na introdução de seu livro, intitulada de *O conhecimento da vida cotidiana*. Um dos exemplos, como já comentado no tópico 1.2, é um passeio em um campo francês, onde o problema está em não conseguir decifrar com nossos próprios olhos as paisagens humanas que aparecem à nossa frente. O autor levanta que é recorrente a todos nós um olhar como “estetas estéreis” que, ao mesmo tempo, confunde fatos naturais com fatos humanos. É desse modo que interpreta que também devemos olhar o produto da ação humana como as centenas de séculos de trabalho que foram feitos nas terras. São vistas como se fossem o céu ou o mar, “onde a rota da passagem humana rapidamente desvanece”. Insiste que ainda não sabemos ver essa realidade, grandemente próxima e abundante, constituída pelas formas que o trabalho criativo produziu. Em caminho pelo campo francês, nós olhamos, porém não conseguimos ver, tais como moradores da cidade e intelectuais. Somos

todos tomados por um compromisso misto entre espetáculo estético e conhecimento. Diferente exemplo diz respeito a um voo de um pássaro quando nos chama atenção ou o barulho de uma vaca: achamos que sobre esses fenômenos somos perspicazes e concretos. Porém, não somos capazes de apreender os fatos humanos. Erramos em vê-los nos seus verdadeiros lugares onde estão presentes, em seus objetos simples e familiares, como a forma dos campos e dos arados. “Nós buscamos nas nuvens ou nos mistérios, ao passo que eles estão esperando por nós, rodeando-nos por todos os lados”. Sobre essa questão, discorre que não iremos encontrar o humano nos mitos, mesmo que os fatos humanos carreguem em si uma grande presença de lendas, contos, canções, poemas e danças. O objetivo, a seu ver, é fazer com que abramos os olhos, abandonando o mundo sombrio da metafísica e as falsas profundezas da “vida interior”. Pois, assim, iremos descobrir a grande riqueza humana que os mais simples fatos da vida cotidiana possuem (LEFEBVRE, 1991, p. 131 – tradução nossa).

Na sequência do texto de Luiz existe uma narrativa sobre as imposições da política habitacional lideradas pelo SNH e BNH em contraposição aos interesses dos moradores. Tratava-se de uma referência ao tamanho de suas casas: “como no boletim número três, que trata de uma reunião com o pessoal da prefeitura, onde se lê na parte indicada como ‘decisão do povo’, exigindo a demarcação de lotes com 360 metros quadrados e não com 250, como quer a prefeitura”. Aqui não há uma interpretação clara de Luiz, mas pelo sinal das aspas, em a “decisão do povo”, parece haver de sua parte uma possível surpresa acerca do engajamento político dos moradores por estarem confrontando-se com a prefeitura por uma das pautas políticas de suas movimentações. Voltando na percepção de Luiz sobre a reportagem amadora do repórter, o mesmo destaca mais alguns exemplos do que considerou um jornalismo de linhagem “fixa de uma linha radical”. Tal interpretação ocorreu com essa passagem citada do *Comunicado*: “Nós temos recebido muitas cartas de apoio dos companheiros lavradores do interior do estado. Nessas cartas eles animam a gente para continuar lutando e embirrar nessa terra” (ARTUR, 1979, p. 6). Nos dois exemplos, nas questões ligadas às políticas habitacionais travadas entre a prefeitura e os moradores e nas cartas de apoio recebidas por outros movimentos sociais, há uma percepção de Luiz de que os moradores eram radicais. Todavia, é importante destacar que, ao mesmo tempo, seu texto teve a intenção de evidenciar uma fonte que não estranhamente foi invisibilizada na opinião pública no tempo em que escreveu a notícia. Independentemente da interpretação que obteve em sua análise dos *Comunicados*, ao menos chamou atenção em sua coluna sobre uma fonte aparentemente sem importância para o jornalismo da mídia local. Apesar da discordância em relação ao cruzamento com outras fontes



contidas nesta pesquisa, o mesmo teve a intenção de tornar visível esse tipo de jornalismo “*release* versão suburbana” como o mesmo a chama mais à frente em seu texto.

Em seção temática intitulada “*O problema das invasões*” e com título de *Para uns a necessidade de morar, para outros apenas um bom negócio*, se inicia a reportagem sobre a pauta cidade em uma edição do *Jornal Opção*<sup>197</sup>. Essa reportagem refere-se à ocupação da Fazenda Caveirinha (que se transformará no Jardim Nova Esperança) como ocupação da Vila João Vaz. Já vimos no primeiro capítulo desta dissertação que quando, em finais dos anos de 1970 para 1980, alguém caracterizava alguma região de ocupação como sendo de nome Vila João Vaz, na verdade, estava referindo-se ao que viria a ser algumas semanas depois noticiado como a “invasão” do Jardim Nova Esperança. Vila João Vaz era apenas um bairro próximo à ocupação, mas a imprensa durante um certo período o tomava como referência, pois não sabia exatamente onde ficava o espaço exato que estaria ocorrendo a ocupação, tampouco seu nome. Esta notícia é de três meses após as primeiras movimentações das ocupações e evidencia a visão de Délio Moreira Araújo, professor da Faculdade de Economia da Universidade Católica de Goiás, sobre as ocupações em Goiânia e especificamente sobre a ocupação da “Vila João Vaz”. Em suas palavras, o professor pontua que “a invasão da Vila João Vaz é do tipo especulativa, foi feita rapidamente e acredito que conduzida, porque a maioria delas se forma lentamente”. E mais, “mas essa bastou que um boato se espalhasse para que pouco mais de dois meses depois contasse com uma população de mais de três mil habitantes”. Essa afirmação faz parte de uma interpretação tríade classificatória que o professor tem sobre as ocupações urbanas em Goiânia. São elas as “de luxo, as precipitadas (especulativas) e as lentas”. Sobre a interpretação que nos interessa, por razão de estar associada à ocupação do Jardim Nova Esperança, enquadra-se a do tipo “precipitadas (especulativas)” que, de acordo com o mesmo, “são conduzidas pelos invasores profissionais que escolhem principalmente áreas melhores e que apresentem perspectiva de lucro. Espalham um boato e se aproveitam vendendo os direitos”. Aqui há uma percepção por parte do professor Délio Araújo de que uma ocupação urbana que se forma de maneira rápida tem interesses especulativos, pois, segundo ele, a maioria das ocupações urbanas se dão de forma lenta. É difícil identificar quais são os critérios de análise desse professor em relação a essa afirmação, mas talvez ela ocorra baseada em certo aprendizado experienciado

---

<sup>197</sup> PARA uns a necessidade de morar, para outros apenas um bom negócio. *Jornal Opção*, Goiânia, 7 out. 1979. Cidade. Dossiê Invasões em Goiânia - O problema das invasões, p. 1.

pela mídia local, pois é recorrente na imprensa goiana narrativas que tratem da ocupação urbana como sendo uma ação social baseada no interesse da especulação financeira.<sup>198</sup>

Há, como exemplo, o caso da ocupação urbana do Parque Oeste Industrial, iniciada em fevereiro de 2004 na cidade de Goiânia. Nela houve uma intensa publicação de jornais da mídia local que defenderam cotidianamente a tese de que a maioria das pessoas que foi para essa ocupação não precisava de moradia. Essa concepção provavelmente permaneceu no tempo. E mais, pensa-se na hipótese de que haja uma espécie de memória coletiva, um senso comum na cidade que reitere essas concepções, muito provavelmente por falta de uma contra narrativa que veja de forma plural os fatos colocados, os direitos constitucionais ligados à moradia e principalmente suas interpretações. Outro ponto defendido pelo professor Délio é o de que as ocupações são conduzidas por invasores profissionais (uma espécie de oportunista especialista em ocupar terras ociosas) e atento a terras que prefigurem margem considerável de rentabilidade. Essa é outra visão sobre o fenômeno das ocupações urbanas que parece estar associada a uma consideração unilateral do problema. É importante ressaltar que, de fato, existem exemplos de várias pessoas que têm interesse especulativo nas ocupações, porém essas figuras aparecem de forma minoritária, ao contrário do que está exposto na interpretação do professor Délio Araújo.

Outra questão problemática refere-se à sua concepção de ocupação lenta, a qual, em sua fala, “são feitas pelas pessoas que estão chegando do campo, e demoram muito para serem formadas”. A partir das fontes investigadas, ao que se refere ao perfil dos ocupantes do Jardim Nova Esperança, não há nada que comprove que a maioria dos moradores não tenha vindo do campo. Ao contrário, vários vestígios apontam que o Jardim Nova Esperança teve como principal público imigrantes vindos do campo. Mais um equívoco do professor Délio, uma vez que, em sua concepção, a ocupação do Jardim Nova Esperança era do tipo “rápida e especulativa”, isto é, dentro de sua lógica, no Jardim Nova Esperança não teriam imigrantes do campo, mas somente nas ocupações lentas. Essa edição também informa os vínculos institucionais do professor. Pontua que o mesmo já havia feito várias pesquisas sobre invasões em Goiânia e que no momento da reportagem estava coordenando a Equipe de Estudos Econômicos e Sociais - ECOS, composta por professores e alunos do departamento de Ciências Econômicas e Administrativas da UCG. Também, que o professor estaria junto com a ECOS realizando um levantamento das favelas existentes em Goiânia com a intenção de “se obter uma

---

<sup>198</sup> Citações retiradas de: PARA uns a necessidade de morar, para outros apenas um bom negócio. *Jornal Opção*, Goiânia, 7 out. 1979. Cidade. Dossiê Invasões em Goiânia - O problema das invasões, p. 1.

análise significativa da situação socioeconômica desse pessoal”. Outra característica evidenciada pelo professor sobre a ocupação da Vila João Vaz é de que “ela não é a primeira especulativa em Goiânia, mas apenas a primeira que obteve grande repercussão”.<sup>199</sup> Ao final dessa reportagem, há um tópico de título *Proposta de solução* em que o professor reitera seus pressupostos de análise:

[...] para Délio Araújo, uma das maneiras de solucionar o problema seria se fazer, assim que surgisse uma invasão, um cadastro rápido e profundo dos moradores-para descobrir quem é realmente o carente e o invasor profissional, porque na maioria delas grande parte dos interessados são especuladores.<sup>200</sup>

Há na percepção do professor uma interpretação que se interessa pelas demandas de políticas habitacionais por parte do Estado, pois sua expectativa do cadastro dos moradores, de forma “rápida”, “profunda” e que identifique os reais necessitados são necessidades fundamentais em sua visão. Sabemos, com base em várias fontes que tratam sobre ocupações urbanas em Goiânia, que essa prática de fato não é recorrente por parte da Prefeitura. Pelo contrário, pois geralmente quando ocorre uma ocupação, o Estado aparece como uma instituição que não dá sentido à ocupação urbana, tratando-a num primeiro momento de forma ilegal. Além do mais, é recorrente que o poder público apareça nos momentos iniciais atuando na intenção de abortar as ocupações, em vez de auxiliá-las com políticas habitacionais. Porém, há outra questão na narrativa do professor que é importante ser evidenciada: ele tem um pressuposto claro de que o perfil social das pessoas que ocupam a “maioria” das ocupações é de “especuladores”. Esse fato revela fundamentalmente a concepção que possui do fenômeno urbano da ocupação urbana na cidade, a saber, uma percepção que, além de invisibilizar o direito social à moradia, promove uma afirmativa pejorativa sobre as ocupações urbanas, pois as mesmas, pelo contrário, têm em sua grande maioria perfis sociais com hierarquias bem definidas de pessoas sem privilégios de classe e que foram incluídas perversamente na cidade. É importante pontuar que o objeto do qual o professor faz sua análise refere-se à ocupação urbana formada por moradias precárias, ou seja, em nosso caso, por uma autoconstrução da moradia em uma ocupação urbana tratada como “ilegal”. Reiteramos tal questão, pois na história de Goiânia há alguns exemplos de ocupações urbanas que foram feitas por perfis sociais distintos e em espaços do “planejamento legalizado da cidade”, em espaços de grande

---

<sup>199</sup> Citações retiradas de: PARA uns a necessidade de morar, para outros apenas um bom negócio. *Jornal Opção*, Goiânia, 7 out. 1979. Cidade. Dossiê Invasões em Goiânia - O problema das invasões, p. 1.

<sup>200</sup> PARA uns a necessidade de morar, para outros apenas um bom negócio. *Jornal Opção*, Goiânia, 7 out. 1979. Cidade. Dossiê Invasões em Goiânia - O problema das invasões, p. 1.

valorização imobiliária e urbanismo especializado, como é o caso do bairro Setor Sul<sup>201</sup>. Porém, esses exemplos não podem ser colocados sobre o mesmo fenômeno urbano, sob pena de não entendermos e interpretarmos as especificidades históricas, sociológicas e antropológicas das ocupações urbanas formadas por moradias precárias. Mais à frente, perto do fim do texto do editorial, o professor aparece com propostas supostamente sensíveis aos “invasores”, o que, se seguirmos sua lógica, faz parte da minoria das pessoas que passa por esse processo:

Para os invasores carentes, a prefeitura deveria doar um terreno com uma infraestrutura mínima e com transporte subsidiado, já que os invasores geralmente moram em bairros distantes e trabalham no centro da cidade. Quase sempre na família, pelo menos três pessoas necessitam de ônibus para deslocar até o emprego, mas o professor acrescenta que ao preço atual de Cr\$ 4 a passagem é quase impossível para estas pessoas.<sup>202</sup>

O professor e pesquisador Délio Araújo tem fundamentalmente um tipo de interpretação no mínimo hermética e descontextualizada sobre as políticas habitacionais que ocorreram nas ocupações urbanas em Goiânia em finais dos anos de 1970 e especificamente no ano de 1979, em especial sobre a ocupação do Jardim Nova Esperança. Todas as suas propostas, “doação de lotes”, “infraestrutura urbana mínima” e “transporte subsidiado” não estavam nas propostas dos relatórios de política habitacional desenvolvidos por especialistas da SEPLAN e muito menos na práxis da vivência do cotidiano dessa ocupação urbana. Pelo contrário, em 1979, a prefeitura apareceu interessada na reintegração de posse da ocupação. Ademais, todas essas propostas levantadas pelo professor Délio fazem parte das principais metas políticas dos ocupantes desde o começo da ocupação. Tais propostas foram trabalhadas por esta dissertação no Capítulo 2. Lá problematizamos a partir da mídia comunitária periódica em conjunto com as entrevistas dos moradores que, para além da autoconstrução da moradia, os moradores construíram toda uma infraestrutura para o bairro. Por exemplo, a “doação de lotes”. Mas, também obras de infraestrutura, como abertura de ruas, demarcação de lotes, construção de uma escola, transporte público, dentre outras questões. Foram todas propostas, discutidas e desenvolvidas pelos moradores da ocupação. O professor Délio tem em sua análise, vale dizer, abalizada por uma instituição científica, como a Universidade Católica de Goiás, uma demasiada distância em relação às vivências do cotidiano ocorridas nessa ocupação. Como hipótese, é provável que o pesquisador não tenha obtido vestígios produzidos pelos moradores da ocupação, como sua imprensa comunitária, ou relatos etnográficos, uma vez que em sua análise não existe a

---

<sup>201</sup> Existem alguns jornais da mídia local contidos no SEPLAN que evidenciam alguns casos de “ocupações de luxo” nesse Setor, porém não foi encontrada uma pesquisa densa sobre o caso.

<sup>202</sup> PARA uns a necessidade de morar, para outros apenas um bom negócio. *Jornal Opção*, Goiânia, 7 out. 1979. Cidade. Dossiê Invasões em Goiânia - O problema das invasões, p. 1.

dimensão densa dos fatos vivenciados pelos mesmos. O professor erra na interpretação das motivações que levaram indivíduos a ocupar o local. Também erra sobre o perfil social dos mesmos e nas políticas habitacionais que realmente se realizaram na história urbana da vida cotidiana da ocupação. Pois, ao contrário do que defende, não só em termos de possibilidade, mas em termos históricos, quem produziu uma política habitacional de maneira efetiva nessa ocupação foram os moradores. Dadas as tensões entre a política habitacional da prefeitura e a dos moradores, e mesmo considerando que a primeira chegou a ajudar em alguns momentos a segunda, foi através dos mutirões e de inúmeras discussões e organizações políticas coletivas que concretudes urbanas foram promovidas. Ou seja, as realizações se deram em relação a política habitacional desenvolvida pelos moradores(a). Encerrando o texto do mesmo periódico, o professor faz uma última análise, agora com relação a salário, emprego, mão de obra, articulados ao fenômeno das ocupações. Relata que o maior problema que a proliferação das invasões traz para as cidades brasileiras “é o de forçar o nível salarial para baixo, por haver uma grande oferta de mão de obra barata e desqualificada, que as empresas aproveitam para o prejuízo de toda a população”. Como exemplo o professor cita:

[...] pesquisa realizada pela ECOS sobre ofertas de emprego e subemprego em Goiânia, que foi feita nos dias 10, 17, e 24 de junho de 1979, através de pesquisas em jornais da cidade, das oportunidades de emprego e posterior verificação in loco dos salários oferecidos. De 392 “boas” e “ótimas” oportunidades de emprego, 284 (72,45%) constituíam ofertas de subemprego.<sup>203</sup>

Nessa passagem há outro problema teórico. Chama-se atenção que a “proliferação das invasões” é uma espécie de causa da existência de uma grande oferta de mão de obra barata e desqualificada nas cidades, o que força o nível salarial dos trabalhadores para baixo e que consequentemente faria com que as empresas se aproveitassem desse processo. Nessa sua tese existe um claro deslocamento da causa do problema, pois, para o professor, tal problema advém da “proliferação das invasões” e não de um tipo de “modernização” e/ou de um capitalismo periférico e dependente muito específico. Todavia, para os resultados desta pesquisa, a causa dos problemas de acesso à moradia vem das características peculiares do capitalismo brasileiro, de seu projeto de “modernização” e de seu processo de espoliação urbana nas cidades. Uma literatura que se ampara nessa direção, e que tem como evidenciação no tema urbano a obra *Espoliação Urbana* de Lúcio Kowarick, é aquela advinda dos debates da teoria da dependência no campo marxista. A mesma ganhou destaque como crítica às teorias da modernização nas

---

<sup>203</sup> Citações retiradas de: PARA uns a necessidade de morar, para outros apenas um bom negócio. *Jornal Opção*, Goiânia, 7 out. 1979. Cidade. Dossiê Invasões em Goiânia - O problema das invasões, p. 1.

décadas de 1950 e 1960 no Brasil. Como discutimos no tópico 1.1, a teoria da dependência constituiu-se de uma crítica chamando atenção de que não existe só uma forma de convergir, mas várias formas de convergir para diversos aspectos, como: desenvolvimento econômico, subdesenvolvimento econômico, democracia, ditadura, diversas trajetórias históricas, que podem levar a resultados que sejam estáveis. E o fator que caracterizaria a nossa posição seria de subordinação, uma posição periférica e não uma posição específica em uma “etapa”, que nos levaria ao desenvolvimento. A contribuição de países periféricos nesse modelo estaria associada ao fornecimento de mão de obra barata, à existência de taxas de superexploração muito elevadas e a um exército industrial de reserva também elevado. Ao mesmo tempo, a uma quantidade muito grande de pessoas que chegava na cidade e não conseguia se empregar no mercado formal e, conseqüentemente, não estaria inserida de maneira marginal, todavia subordinada ao cerne da máquina de produção do capitalismo internacional, contribuindo assim, para uma certa forma de divisão do trabalho internacional. Enfim, esse pressuposto crítico chamava atenção de que “o elemento definidor de nosso capitalismo periférico seria o trabalho informal, sendo as dinâmicas do exército industrial de reserva a chave para a compreensão tanto de nossa situação (social) quanto de nossa posição (no sistema internacional)” (MARQUES, 2017). Ou seja, o problema do acesso à moradia está vinculado a circunstâncias associadas a um modelo de capitalismo periférico estabelecido no Brasil e não à “proliferação das invasões” no Brasil, como aponta o professor Délio. De acordo com as discussões do livro *Espoliação urbana*, nosso capitalismo periférico e dependente tem um tipo de processo de produção do espaço que está de forma simétrica associada a ele. Ademais, estão também associadas aos processos gerais de produção das desigualdades sociais e econômicas a relação com as dinâmicas de produção da cidade. Em síntese, nosso capitalismo periférico é o criador da *pauperização urbana* e da *espoliação urbana* nas cidades que, dentre outros fenômenos, condicionam a autoconstrução de moradias precárias em ocupações urbanas. O processo se dá no primeiro caso representado pelas condições de exploração do trabalho, da qual estão sujeitos diferentes sujeitos da classe trabalhadora. No segundo caso, o processo decorrente do anterior é compreendido quando analisado levando em consideração os movimentos contraditórios representados pela acumulação do capital. Trata-se:

[...] do somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência a que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho” (KOWARICK, 1979, p. 59).

Como conclusão, é importante pontuar que este tópico teve a intenção de construir uma história urbana da vida cotidiana da ocupação estudada vista pela mídia local, especialmente dos jornais *O Popular* e *Opção*. Porém, teve sobretudo a intenção de tencionar essa mídia periódica local com a mídia periódica comunitária. Vimos e problematizamos que a mídia periódica local teve em quase todos os momentos uma interpretação distanciada, hermética e pejorativa da história urbana da vida cotidiana da ocupação. Concluimos que a mídia periódica comunitária se aproxima muito mais consideravelmente dos impasses e conquistas cotidianas da ocupação, sob vários motivos: uma análise mais precisa das motivações em se ocupar uma terra na cidade, dos perfis sociais que ocuparam a mesma, das políticas habitacionais que se efetivaram e do tipo de problema enfrentado na questão habitacional vivida pelo país diante do seu modelo capitalista periférico e dependente. No próximo tópico, problematizaremos nossas hipóteses e considerações finais sobre a presente pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado assumiu o objetivo geral de construir uma história urbana da vida cotidiana da autoconstrução do Jardim Nova Esperança. A princípio, a intenção em construí-la partiu do problema de que o tema da autoconstrução de moradias precárias em ocupações urbanas na historiografia sobre a cidade Goiânia era um tema invisibilizado e marginalizado. Tal problema está relacionado a uma ausência do objeto das ocupações urbanas, entendidas por alguns pesquisadores como “cidade ilegal”, na inclusão da “cidade legalizada” e/ou “de urbanismo planejado”. Ademais, foi notável que existia um problema na historiografia sobre a cidade de Goiânia, fundamentalmente ao que corresponde a sua história urbana. Isto é, sobre sua dificuldade em lidar e construir o objeto da autoconstrução em ocupações urbanas na cidade. Ou seja, de forma telegráfica, o objetivo maior foi evidenciar, visibilizar, problematizar e construir uma história urbana da vida cotidiana deste objeto.

Sobre o primeiro capítulo, uma das questões que se conclui, com base na literatura sobre a “espoliação urbana”, é que existe um modelo específico de capitalismo periférico e dependente no Brasil. O elemento definidor desse tipo capitalismo é o trabalho informal, sendo as dinâmicas do exército industrial de reserva, a chave para a compreensão tanto de nossa situação (social) quanto de nossa posição (no sistema internacional). Esse modelo faz parte de um processo em que uma de suas perversidades se desenvolve a partir do “problema da habitação” no Brasil. Tal problema socioeconômico e político está relacionado às manifestações da pauperização absoluta e de espoliação urbana na cidade, a qual estão submetidos boa parte dos indivíduos superexplorados e marginalizados na cidade em trabalhos informais. Esse problema, condiciona os indivíduos à autoconstrução da moradia precária em ocupações urbanas. Outra conclusão é de que nosso recorte traz um contexto histórico específico de grande manifestação de autoconstrução em ocupações urbanas no Brasil. Esse momento se estabelece do final da década de 1970 e início da década de 1980. Trata-se de um período marcado por um caráter excludente de nossa urbanização sob o “milagre econômico” do regime da ditadura civil militar. Momento marcado por uma migração forçada do campo para a cidade, devido à mecanização do campo, mas, ao mesmo tempo, do surgimento de inúmeros movimentos sociais na luta por moradia e direito à cidade. É sob essa base contextual que pegamos como referência as pesquisas sobre ocupações urbanas em São Paulo. Essas pesquisas acadêmicas estavam acontecendo em imersão a essa conjuntura da década de 80. Constatamos que havia, em relação à mesma, similaridades com a experiência de Goiânia, porém, ao mesmo tempo, diferenças.



Diferente conclusão está associada a não exclusividade das ocupações urbanas na conjuntura de 1979 em Goiânia, uma vez que, esse processo ocorre desde da década de 1930, com as ocupações urbanas do Botafogo, Vila Nova, Vila Operária e Macambira. Isto é, desde o início do planejamento urbanístico formal da cidade esse fenômeno urbano se faz presente.

Sobre as primeiras ocupações urbanas na cidade, foi notável que há limites historiográficos de pesquisa. Os poucos trabalhos que versam sobre o tema estão eventualmente fora da área de história. Pensa-se que há muito o que se pesquisar e construir sobre este objeto na cidade, sobretudo na área de história. Nesse sentido, articulou-se um esforço nesta presente pesquisa em trazer de outras áreas o objeto da autoconstrução da moradia precária em ocupação urbana, todavia o esforço se deu fundamentalmente em construir esse objeto na área de história urbana. Diversa conclusão versa sobre as versões narrativas contidas na historiografia da constituição histórica da ocupação urbana do Jardim Nova Esperança. Vê-se que cada autor citado possui um modo de narrar os acontecimentos, mas não há uma diferença considerável sobre o passado estudado. As diferenças parecem ocorrer muito em razão das diferentes áreas dos pesquisadores, que se espalham em várias especialidades das ciências humanas. Sobre essa questão, vale lembrar que esse objeto de pesquisa tem caráter interdisciplinar, o que é característico da ênfase científica da área de história urbana. Isto é, sociologia urbana, antropologia urbana, arquitetura e urbanismo e geografia urbana são áreas que não só auxiliam, mas enriquecem o interesse pela historicidade da temática da ocupação urbana. No entanto, vale destacar que a visão de Adão Francisco de Oliveira sobre a fase temporal do que chama de “bairro político”, quando a identidade política dos moradores se deu supostamente a partir do encontro político entre favelados e intelectuais, nos parece problemático. Uma vez que, há inúmeras fontes que trabalhamos nesta pesquisa que evidenciam que a autonomia e a construção da identidade política dos moradores, em vários momentos, se deu a partir dos mesmos e de suas estratégias políticas coletivas. Ocorreu nos impasses e conquistas de suas vidas cotidianas. Portanto, tal construção política não necessariamente partiu de uma intervenção de intelectuais que eventualmente apareceram na ocupação em busca de politizar os moradores. Sobre esse ponto, acredita-se que vale uma pesquisa mais aprofundada, abalizada em diferentes fontes, que demonstre as nuances sobre as participações de figuras ligadas a grupos partidários, movimentos sociais, sindicatos, intelectuais, lideranças religiosas, dentre outros grupos nessa ocupação urbana.

Ainda sobre a constituição histórica da ocupação, acredita-se que a versão mais detalhada esteja no livro de Maria de Jesus Rodrigues, uma vez que é possível compreender as

miudezas cotidianas da “origem” dos primeiros acontecimentos. No que se refere ao perfil socioeconômico dos ocupantes, principalmente levando em conta os exemplos discutidos em relação a Ari e João Paulo (supostamente os primeiros pioneiros da ocupação), conclui-se que seus perfis são distintos dos operários que estão vivenciando na mesma época o problema do acesso à moradia em São Paulo, assim como problematiza Lúcio Kowarick. Isto é, foi percebido, no cruzamento com as fontes, que existia um perfil muito específico de trabalhador na cidade que participou dessa ocupação. Ao que parece, os trabalhadores da ocupação não eram em sua maioria operários de indústrias. Sobre esse ponto, encontramos dificuldades e limitações científicas a respeito do tema na cidade. Talvez faltem ainda pesquisas que trabalhem a história do trabalho em Goiânia, de sua industrialização, do seu emprego formal e informal, de sua história econômica, dentre outros assuntos análogos, que possam auxiliar sobre o tema. Porém, como pista, fica a hipótese de que os trabalhadores que ocuparam o local estudado tinham, em sua grande maioria, empregos informais. Ainda sobre esse assunto, concluímos ser problemática a interpretação que Aristides Moysés tem sobre as supostas diferenças qualitativas entre os operários de São Paulo e os trabalhadores informais em Goiânia. Em sua hipótese, os operários seriam mais críticos e mais conscientes de suas condições de classe do que os trabalhadores informais. Esse pressuposto estaria em grande medida vinculado às particularidades das contradições entre capital-trabalho vivenciadas pelos mesmos nas fábricas. Tal hipótese nos parece não ser aplicável, uma vez que, com base nas fontes trabalhadas por esta pesquisa, obtém-se inúmeros exemplos da formação organizada de um movimento social que se apresentou cotidianamente crítico e consciente em relação ao problema do acesso e ao direito à moradia na cidade. Para ficarmos com um deles, poderíamos citar o complexo cotidiano de assembleias políticas coletivas vivenciadas pelos moradores na casa de reunião, ocorridas no decorrer de suas lutas políticas. Uma distinta conclusão que parece ser acertada em relação ao perfil dos moradores se refere à relação da união dos moradores em prol do direito à moradia com o perfil cultural dos mesmos discutido por Edmar Lopes e Geralda. Para Lopes, a participação dos moradores em um passado de histórias e experiências de vida semelhantes e compartilhados, associados a uma imigração que misturava tempos e culturas de vida do campo e da cidade, é fundamental para se entender o perfil dos mesmos. Sobretudo, para entender uma hipótese antropológica que ele identifica em Robinho, de que a partir da ocupação urbana do Jardim Nova Esperança surgiu uma nova ética de comportamento nas ocupações urbanas da cidade. Com Geralda, existe a hipótese de que o Jardim Nova Esperança foi o primeiro movimento de luta por moradia em Goiânia a ter um caráter organizado e que seus participantes

perceberam que só haveria sucesso político na construção de suas demandas, caso houvesse uma organização interna, externa e que os apoios fossem mobilizados. Outra atualização importante do pesquisador Edmar Lopes se refere ao papel das indústrias frente à luta jurídica pela posse do terreno da Fazenda Caveirinha. Com sua investigação, foi possível compreender o terreno nebuloso pelo qual esse ponto percorreu e ainda percorre. Há alguns indícios, como a pista de que provavelmente houve uma articulação entre as indústrias e setores do poder público. Também foi possível identificar alguns casos de violência contra os moradores promovidos pelas indústrias. Sobre esse tema, existe uma grande documentação privada na casa de Geralda e Maria de Jesus Rodrigues e será possível construir investigações futuras sobre o tema.

Sobre o segundo capítulo, concluímos que foi criada e sociabilizada cotidianamente uma expressiva, organizada e complexa mídia comunitária periódica pela associação dos moradores, seus “jornalistas” e os representantes de quadra. Pelo trabalho de campo, na entrevista com os pioneiros do bairro e pela metodologia da história oral, foi possível perceber o cotidiano dessa criação. Para Edmar, a criação dos jornais comunitários surgiu da necessidade de politizar as pessoas, já para Maria, surgiu da necessidade de manter toda a ocupação informada do rápido cotidiano político que se manifestava. Ela acredita que, só em um segundo momento, houve um significado de politização.

Diferente conclusão foi a de que a vivência de produção dos periódicos comunitários e suas funções sociais, assim como ensina Tania Regina de Luca, se deram de forma artesanal e autogerida. Isto é, construída com técnicas artesanais e com o uso de papéis, aparelho de mimeógrafo, alfabeto, estêncil, régua, entre outros. Com um pequeno desenvolvimento da produção dos jornais, primeiro com estêncil, depois com mimeógrafo disponibilizado pela Diocese de Goiânia. Vimos com Geralda que o principal objetivo dos jornais era a socialização das informações e também que havia basicamente três tipos de tiragem: o *Comunicado*, de uma página só, com o intuito de informar com urgência; o *Boletim*, com o papel de ter uma abrangência maior na ocupação e fora dela e o *Jornal 4 de outubro*, edição compartilhada com outros movimentos sociais. Além disso, havia uma rotatividade entre os jornalistas. Uma questão que podemos inferir é que havia um clima de insegurança na produção dos jornais, uma vez que muitos jornalistas não assinavam seus nomes nos jornais e poderiam ser considerados “agitadores”. Ademais, conclui-se que houve uma função social intensa dos representantes de quadra na divulgação dos jornais e, sobretudo, na viabilização e efetivação da informação em toda a ocupação, pois, como foi problematizado, essa função, pelo trabalho estratégico em cada

quadra do bairro, conseguia concluir a comunicação com todas as pessoas do espaço ocupado. Uma das estratégias, além de distribuir o jornal, era relatar a opinião dos moradores de uma quadra na reunião geral ou em reuniões extraordinárias. Ainda sobre essa função, concluímos que não era exigido que se soubesse ler ou escrever, uma vez que uma das mais eficientes representantes de quadra, dona Maria Benta, idosa e acometida de algumas doenças, era, como lembrou Maria Rodrigues, uma das mais eficientes nesse trabalho.

Constatamos que foi limitado o acesso a historiografias sobre o tema da política habitacional regional (área da história urbana) na cidade de Goiânia. Essa questão prejudicou um pouco a ampliação de possibilidades de contextualizarmos melhor as políticas habitacionais construídas na conjuntura das décadas de 1970 e 1980. Isto é, vale uma pesquisa futura acerca do papel das políticas habitacionais institucionais do BNH e SFH na história de Goiânia. Ademais, concluímos que foram possíveis duas políticas habitacionais na vida cotidiana da ocupação, uma representada pela prefeitura, na figura do prefeito Índio do Brasil Artiaga e uma representada por todos moradores da ocupação do Jardim Nova Esperança, todavia só a segunda, voltada para a autoconstrução da moradia e para a infraestrutura urbana, se efetivou na vida cotidiana da ocupação. Constatamos que a política habitacional proposta pela prefeitura se deu a nível de discurso e que ela só aparece no bairro em 1983, de maneira muito tímida, na ajuda da construção de uma escola pública. Sua participação foi pequena, sobretudo porque não atendia às necessidades e pretensões políticas dos moradores. Inúmeras foram as tensões entre essas duas políticas. Constatou-se que, por parte dos moradores, as duas maiores exigências de sua política habitacional eram que a moradia fosse doada e, conseqüentemente, não comprada por financiamento através do BNH e de que os lotes fossem de 300m e não de 250m, assim como previa o BNH. Conclui-se ainda que, para além da autoconstrução da moradia, os moradores criaram uma política habitacional de autoconstrução, em regime de mutirão, para várias infra-estruturas urbanísticas do bairro, como abertura de ruas, quadras, demarcação de lotes, moradias, casa de reunião, escola, associação dos moradores, demarcação futura para hospital, comércios, posto policial, igreja, traçado urbanístico, energia elétrica, linha de ônibus, entre outras questões. Contatou-se que a compra dos materiais de construção civil se deu por doações internas, entre os moradores e por doações externas, representadas principalmente por movimentos sociais sensíveis à ocupação.

Sobre a autoconstrução de outras edificações para o bairro, ficou a hipótese de que o conceito de autoconstrução da escola da espoliação urbana talvez não dê conta dessas outras manifestações, uma vez que sua ênfase se concentra na autoconstrução da moradia precária.

Acredita-se que novas pesquisas possam buscar outras referências teóricas ou construir uma teoria a partir dessas fontes sobre esse tipo específico de processo autoconstrutivo. No que se refere ao traçado urbanístico, é importante perceber que foi criado um saber urbanístico de “urbanistas anônimos” dentro da ocupação. Esse é outro ponto que merece outras pesquisas e que foi pouco explorado por esta presente investigação. Uma boa fonte para essa pesquisa pode estar na figura de Robinho Martins, engenheiro agrônomo, marido de Geralda e principal urbanista do bairro. Não analisamos suas plantas urbanísticas, e cremos que essa análise exigirá outra pesquisa.

Conclui-se também que, reiteradas vezes, Índio do Brasil Artiaga, a partir de sua orientação da política habitacional do BNH, teve uma visão pejorativa da ocupação. Por exemplo, quando esboça a interpretação sobre as supostas condições privilegiadas dos trabalhadores, dando o exemplo de taxistas moradores da ocupação, ou quando diz que não fazia sentido que um morador tivesse “vitro” em suas casas em uma ocupação. Ou seja, essa questão demonstra que o prefeito estava distante da vida cotidiana vivenciada no bairro. Nesse sentido, tem-se a hipótese de que há na cidade de Goiânia uma espécie de memória coletiva que interpreta que em ocupações urbanas, eventualmente, a maioria de seus moradores não precisa da moradia e possui privilégios de classe. Uma pista de outro pressuposto relacionado a essa questão, é a recorrência de interpretações que circulam no campo moral no que se refere ao direito à moradia em Goiânia, pois segundo essa visão, o direito à moradia não deveria ser um direito social gerado pelo Estado, mas uma mercadoria a ser comprada como fruto do trabalho. Há de se avançar em pesquisas futuras sobre esse ponto.

Conclui-se também que os moradores protagonizaram uma complexa atuação dentro de um movimento social político, no qual o pressuposto teórico da união em prol do direito à moradia foi a principal meta a ser seguida. Cremos que não conseguimos dar a dimensão da diversidade e complexidade desse movimento, mas tentamos evidenciar as variadas sociabilidades contidas na vinculação da produção da mídia comunitária com a vida cotidiana política da ocupação, marcada por reuniões, assembleias na casa de reunião, encontros da associação dos moradores, cotidiano dos mutirões, festas, visitas de outros movimentos sociais, visitas religiosas, visitas de intelectuais, entre outras coisas. Este movimento social merece ainda ser investigado por outras pesquisas.

Distinta conclusão foi tida por parte do poder público, principalmente nas gestões de Índio do Brasil Artiaga como prefeito e Ary Valadão como governador, quando houve

intensificação da violência dentro da ocupação. Destaque para o dia 04 de outubro de 1979, data de uma tentativa de desocupação por parte do Estado e do desaparecimento de uma criança. O tema da violência do Estado em relação à ocupação também merece uma outra pesquisa, onde será possível problematizar e construir com mais densidade esse ponto.

Outra constatação importante é que os moradores, na construção de suas políticas habitacionais, aparecem reiteradamente como conscientes das transformações que ocorreram em sua vida cotidiana. Isto é, conscientes de sua reprodução social que, como lembra Lefebvre, é definida como reprodução ampliada de capital, mas é fundamentalmente reprodução ampliada de contradições sociais, pois não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações, não existe repetição do velho sem uma certa criação do novo, não existe produto sem obra e não existe vida sem história, uma vez que esses momentos são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo.

Por fim, conclui-se que, apesar das políticas habitacionais da prefeitura terem tido participação na construção da escola pública da ocupação, de 1983 a 1985, sua aparição se deu de maneira reduzida em relação à autoconstrução da política habitacional vivenciada pelos moradores. Também, que seus momentos de aparição ocorreram em decorrência da pressão política dos moradores e de suas articulações políticas representadas pela associação dos moradores.

No terceiro capítulo, conclui-se que a Arquidiocese de Goiânia, representada pela Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz na década de 1980, teve um papel relevante na difusão da mídia local periódica produzida sobre a ocupação, mas constatamos uma questão curiosa: apesar de terem sido sensíveis à ocupação, montando algumas revistas de divulgação, as reportagens dos jornais que constam dentro da revista não foram problematizadas. Sobre o material da imprensa local periódica, existe uma gama de possibilidades de novas pesquisas, uma vez que esta presente pesquisa problematizou poucos jornais. Mas há uma certa tendência acrítica, pejorativa e hermética nos discursos que versam sobre a ocupação urbana do Jardim Nova Esperança. Um discurso que está em grande medida distante da história urbana da vida cotidiana da ocupação.

Outra conclusão desta pesquisa é que a mídia local periódica, representada pelas reportagens trabalhadas do *O Popular* e *Opção*, não conseguiram obter a dimensão densa da história urbana da vida cotidiana da ocupação do Jardim Nova Esperança, pelo contrário, estiveram muito longe das interpretações que problematizam o objeto da autoconstrução da

moradia precária em ocupações urbanas no Brasil na área da história urbana. Ademais, estiveram mais distantes ainda da complexa vida cotidiana vivenciada pelos moradores. Sobre esses discursos, o primeiro indício é de que houve uma reiteração de que o perfil dos ocupantes da ocupação era de pessoas com altos privilégios socioeconômicos. Outro discurso evidencia que a maioria das pessoas que ocuparam a Fazenda Caveirinha tinham interesses especulativos ou estavam a serviço de especuladores. Distinto discurso, recorrente nas reportagens, foi que as indústrias que se mantinham nas redondezas da ocupação tinham a posse legal do terreno. Ademais, uma outra estratégia usada para inviabilizar o sentido da ocupação urbana foram discursos que visavam atribuir aos moradores versões míticas sobre o território. Ainda, um outro discurso foi o de que, nos momentos iniciais da ocupação, houve muita briga, ou que haveriam forças políticas institucionais que estariam por trás da ocupação. Com o jornalista Luiz na matéria *Release de cordel* tem-se a interpretação de que o conteúdo da política habitacional e da organização política dos moradores se tratava de algo com caráter radical e de que a mídia comunitária dos moradores seria de uma “linha radical”. Com o professor Délio em *Para uns a necessidade de morar, para outros apenas um bom negócio*, além da reiteração da motivação da especulação pelos moradores, o mesmo desenvolveu uma teoria abalizada por uma universidade sobre as ocupações urbanas em Goiânia e especificamente sobre o Jardim Nova Esperança, a identificando como ocupação rápida e especulativa. Outra teoria científica levantada pelo mesmo foi de que seriam as ocupações urbanas as grandes causadoras da diminuição do salário dos trabalhadores na cidade. Por fim, concluímos que foi através da mídia comunitária periódica e pelas entrevistas com os moradores que foi possível compreender densamente os impasses e conquistas da vida cotidiana da ocupação. Ademais, foi em razão desses dois grupos de fontes que foi possível construir uma história urbana dessa ocupação, por vários motivos: uma análise mais precisa das motivações em se ocupar uma terra na cidade, dos perfis sociais que ocuparam a mesma, das políticas habitacionais que se efetivaram e o tipo de problema enfrentado referente ao problema habitacional vivido pelo país diante de seu modelo capitalista periférico e dependente. Sobretudo, foi em razão dessas fontes, em cruzamento com a literatura da espoliação urbana e da sociologia da vida cotidiana de Martins e de Lefebvre, que foi possível interpretar como o homem comum, representado por um morador que ocupa um lugar, imerso em sua vida cotidiana construiu, na prática, as circunstâncias da transformação do impossível em possível.

## REFERÊNCIAS

Fontes:

Jornais:

- *Jornal O Popular*

SÚBITO, milhares invadem área em Goiânia. *Jornal O Popular*, Goiânia, 20 jul. 1979.

ARTUR, L. Release de cordel. *Jornal O Popular*, Goiânia, p. 6, 22 nov. 1979.

- *Jornal Opção*

PARA uns a necessidade de morar, para outros apenas um bom negócio. *Jornal Opção*, Goiânia, 7 out. 1979. Cidade. Dossiê Invasões em Goiânia - O problema das invasões.

- *Jornal 4 de Outubro*

Edição mensal, número 05. *Jornal 4 de outubro*, Goiânia, 5 out. 1980.

Dossiês:

Arquidiocese de Goiânia. Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz. Dossiê Invasões em Goiânia. Noticiário da Imprensa. Número 01. Anos: 1976, 77, 78, 79, 80, 81. Goiânia, dezembro de 1983.

Boletins:

Boletim da Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança:

N. 2, Janeiro de 1980.

N. 3, setembro de 1980.

N. 4, março de 1981.



Comunicados:

Comunicado aos moradores do Jardim Nova Esperança. Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança

N. 5, 23 de maio de 1980.

N. 6, 27 de novembro de 1980.

N. 7, 17 de fevereiro de 1981.

N. 8, 21 de março de 1981.

N. 9, 06 de junho de 1981.

N. 13, 19 de dezembro de 1981.

N. 21, 15 de abril de 1983.

N. 13, 24 de junho de 1983.

N. 23, 24 de junho de 1983.

24 de junho de 1983 (número não identificado).

N. 24, 13 de outubro de 1983.

N. 25, 17 de dezembro 1984.

N. 28 (data específica não identificada).

N. 17, 20 de julho de 1982.

Bibliografia:

BARRA, Edmar Aparecido de. *Ocupação Fazenda Caveirinha: Arquipélago de Memórias Goiânia: 1979-1989*. Goiânia: Editora Vieira, 2011.

BERNARDES, Genilda Dar`c. O cotidiano dos trabalhadores da construção de Goiânia: O mundo do trabalho e extratrabalho. *Revista UFG*, 11(6), p. 37-51, 2009.

BERNARDES, Genilda Dar`c. *Goiânia anos 80: um estudo etnográfico e das relações sociais de bairros periféricos*. Goiânia, novembro de 1991.

BORGES, R. M. R.; LIMA, A.P.D. História da imprensa goiana: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica. *Revista UFG*, Ano X, nº 5, 2008.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia. *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Editora Alfa Omega, p. 37-70, 1982.

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 1, p. 70–104, 2008.

BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

CARPINTÉRO, M.V.T.; CERASOLI, J. F. A cidade como história. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, jan/jun, p. 61-101, 2009.

CYMBALISTA, Renato; MOREIRA, Tomás A. Política habitacional no Brasil: a história e os atores de uma narrativa incompleta. In: GARCÉS DURAN, Mario. *Democracia y ciudadanía en el Mercosur*. Santiago: LOM Ed., p.237-257, 2006.

CHAUL, N. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Editora Cegraf, 1988.

CRUZ, Renatha Cândida da. *A região noroeste de Goiânia: de grande bolsão de miséria a classe trabalhadora*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *A construção do espaço urbano de Goiânia (1947-1968)*. Goiânia, 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *Critique of Everyday Life – Vol. I*. London-New York: VERSO, 1991.

LEITÃO, G.; DELECAVE, J.; ARAÚJO, H.; PORTO, H.; OJANA, J.; FROSSARD, E. *Barbante, ripas e luta: ocupações organizadas de terras urbanas no Rio de Janeiro, 1983-1993*. Rio de Janeiro: Editora UFF, 2014.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meios dos periódicos*. Editora Contexto, São Paulo, 2005.

MARICATO, Ermínia. *Autoconstrução, a arquitetura possível*. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979.

MARICATO, Ermínia. *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1982.

MARICATO, Ermínia. *A política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2017.

- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. Editora Contexto, 2008.
- MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo Social* (Rev. Sociol.). USP, São Paulo, 10(1): p. 1-8, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *Do PT das lutas sociais ao PT do Poder*. Editora Contexto, 2016.
- MARTINS, José de Souza. Apontamentos sobre vida cotidiana e história (A propósito de um texto de Ronaldo Vainfas sobre “História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas”). Em: MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Editora Contexto, p. 83-96, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *Uma Sociologia da Vida Cotidiana*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- MARINHO, Marcelo Benfica. *A imprensa Alternativa e a Comunicação Comunitária em Goiás Décadas 70/80: da Resistência à Cidadania*. Editora Kelps e Editora UCG, Goiânia, 2009.
- MENDES, Juliana Fernandes. *Uma cidade para o capital: especulação imobiliária e déficit habitacional em Goiânia (1933-1964)*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.
- MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: Metrópole não Planejada*. Editora da UCG, Goiânia, 2004.
- MORAES, Lúcia Maria. *A segregação planejada Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia: Editora da UCG, 2003.
- OLIVEIRA, Adão Francisco. *Do pântano ao Jardim: uma nova Esperança, a produção social do espaço em Goiânia*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.
- OLIVEIRA, Eliane Alves de.; SILVA, Margot Riemann Costa e. O Processo de Ocupação do Solo Urbano e a Política Habitacional em Goiânia/Goiás (1933-2010). *Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 151-167, 2016.
- PEIXOTO, E. R.; OLIVEIRA, A. M. V. de. Estudo de Bairros: Entre a Arquitetura e a História. *Mosaico* (Goiânia), v. 01, p. 59-67, 2009.
- PERUZZO, C. M. K. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. *Anais do Núcleo de Comunicação para a Cidadania, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação*, Belo Horizonte, p. 1-30, 2003.
- RODRIGUES, Maria de Jesus. *Retalhos de lembranças*. Editora Kelps, 2ª edição, Goiânia, 2013.
- ROCHA, Nilton José dos Reis. *Entre a submissão social e a revolução tecnológica: caminhos e descaminhos da grande reportagem na América Latina*. Artigo, livro: Atualidades, estudos

contemporâneos em jornalismo. Coletânea 1. Org: Juarez Ferraz de Maia, Editora da Puc Goiás, Goiânia, 2012.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares - colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Editora Bomtempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. *História urbana: história na cidade?* Anais do seminário de história da cidade e do urbanismo. V.2, n.1, 1993

SILVA, Anderson Ferreira da. *Goiânia à Noroeste: da ocupação ao novo centro urbano*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2014.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *História dos Bairros de Goiânia. Livro: relações cidade-campo: fronteiras*, org: Luiz Sérgio Duarte da Silva, editora UFG, 2000.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da; OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. *História urbana: labirinto e fronteira - parte II. Princípios (São Paulo)*, v. 98, p. 75-79, 2008.

SOUZA, Jessé. *Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Minas Gerais: Editora UFMG, 2009.

TREBISCH, Michel. Preface. In: LEFEBVRE, Henri. *Critique of Everyday Life – Vol. 1*. London-New York: VERSO, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. Em: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.4, jan./dez. 1996a, p. 9-27.

VAINFAS, Ronaldo. Resposta aos comentários. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.4, jan./dez. 1996b, p. 105-122.

## APÊNDICE A - Entrevista I

### **Entrevista com Maria de Jesus Rodrigues, Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo e Edmar Joaquim de Oliveira.**

No dia 10 de janeiro de 2018 foi realizada uma entrevista com alguns pioneiros do Jardim Nova Esperança na casa de Geralda, localizada no Bairro Vera Cruz em Goiânia. Participaram na condição de entrevistados: Maria de Jesus Rodrigues, Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo, Edmar Joaquim de Oliveira e Wellington. O pressuposto da entrevista foi traçar, a partir da metodologia da história oral, a construção de outro tipo de vestígio do passado, ou seja, outro tipo de fonte histórica sobre a origem e funcionamento da imprensa comunitária dentro da experiência da ocupação habitacional, pois, para compreender a construção histórica do objeto de pesquisa estudado, não só serão usados como fonte histórica as matérias de periódicos comunitários, mas, ao mesmo tempo, fontes orais.

**Maria:** Acho que a gente pode dar uma relebradinha de como é que surgiu a ideia dos boletins, né... Porque a gente não tinha uma organização, em fala, olha, “nós vamos por aqui”, foi surgindo a medida, né, dos acontecimentos, foi surgindo dessa necessidade de...

**Edmar:** É assim, ó, eu porque assim, eu tenho algumas imagens, assim, na minha mente, dos boletins, porque primeiro eles eram boletins, que era de uma folha só, com informações né...

**Geralda:** Você quer que eu busque os boletins?

**Edmar:** Quero, acho que vai ser bem interessante. Então, assim, é, pois é, em 79, a década de 79 para 80, foi um período de grande formação política, formação das lutas, os movimentos estavam muito organizados no Brasil inteiro, foi as grandes greves no ABC, a luta contra a Ditadura, né, essas questões todas influenciou diretamente no Jardim Nova Esperança quando ele surge, no princípio, quando ele vai aparecer né, como uma resistência da posse urbana não é, e conseqüentemente quando o movimento começa a se organizar, também se sentiu a necessidade de politizar as pessoas, as pessoas precisavam ser politizadas, é a partir desse princípio é que surge a proposta de se criar uma forma de organizar as informações né, e de poder assim, essas informações é... Nortear um caminho de resistência com essa população que estava chegando no Jardim Nova Esperança.

**Maria:** É... Agora, eu já, isso aí eu já vejo assim, por exemplo, essa maturidade política, acho que ela veio na sequência, a primeira, a primeira coisa, que aconteceu com relação aos boletins foi a necessidade de manter a população, de manter os moradores informados né, a gente precisava de um meio da população estar informada de todos os acontecimentos. E aí, o que a gente fazia? Escrevia né... No papel, rodava no mimeógrafo, tirava cópia e distribuía. Mas a partir daí, foi que veio essa etapa da gente sentir a necessidade da politização, né. Mas a primeira mesmo foi a necessidade de manter a população informada, sem um compromisso político, inclusive, era mais por garantia mesmo da moradia.

Enquanto olhava os Boletins sobre a mesa, Edmar relembra questões técnicas referentes a produção do jornal.

**Edmar:** Isso era letra 7, se comprava o alfabeto inteiro, no tamanho da letra que você queria e você ia colando um, por um...

**Lucius:** Bem artesanal ein?

**Edmar:** Bem artesanal, processo todo artesanal.

**Geralda:** Olha esse Edmar, esse aqui... Esse ficou bacana, ó, mesmo sendo mimeografado, conseguimos pôr uma foto.

**Edmar:** Aqui é um estêncil ó, isso aqui era furado ó, “casa de reunião”, isso aqui já foi uma outra técnica que eu usei, que foi pegando a régua furada e se ia riscando na régua ó, pra ficar essa letra grande... Tá vendo... Então nós separávamos, sentávamos pra discutir as matérias pra fazer o boletim.

**Lucius:** E não tinha uma comissão específica sobre os boletins? Às vezes rodava algumas pessoas?

**Edmar:** É, 1980, rapaz! Janeiro de 1980! Já tem essa qualidade o boletim, tá vendo? Já é essa qualidade, do desenho...

**Maria:** Como tudo no setor, não era nada fixo.

**Edmar:** Eu fazia todos os títulos, eu fazia tudo à mão. Era isso, Maria, e a necessidade da gente, porque essa mente pensante, assim, esse grupo, que começou a pensar o movimento de resistência, é... Também se pensava de ter a população do nosso lado, porque tinha os grupos

dentro do Nova Esperança também que eram oposição e foram oposição, né. A vida toda né, ligado a direitona, ligado a ditadura militar, ligado a...

**Maria:** Ao sistema político da época, né? Da época né, então também foi uma forma de trazer a população para o nosso lado, acho que aí que o boletim foi muito eficiente, né?

**Geralda:** É, foi uma, um método assim, muito interessante que é a de socializar as informações. Então nós já tínhamos no Jardim Nova Esperança, é... Uma população grande né, e nós precisávamos rápido, comunicar com todos os moradores. Então surgiu a ideia... Tanto é que alguns boletins são meia página só... Então tem os comunicados e os boletins. Então foram duas etapas, os boletins faziam a abrangência maior das notícias, até notícias externas ao Jardim Nova Esperança e os comunicados era coisa urgente. Então precisávamos reunir um grande número de pessoas para dar uma informação importantíssima, então o comunicado era esse papel que circulava com as notícias.

**Edmar:** Ah! e ele era numerado, era o comunicado 1,2,3...

**Geralda:** Aí o interessante, como então a gente fazia a comunicação se a população era tão grande? Aí o grupo só da diretoria da associação de moradores não daria conta. Nós tínhamos uma outra organização, que foi o fruto também assim, que foi modelo, que era o representante de quadra. E sua organização articulava-se. Então os representantes de quadras era sempre dois homens e duas mulheres, porque os homens saíam pra trabalhar e as mulheres ficavam com a informação pra dar. Então nós passávamos representantes de quadra e eles se encarregavam de repassar a informação, então isso garantiu com que ninguém pegasse nós de surpresa.

**Maria:** E se a gente fizesse uma reunião com 100 pessoas, todo o setor estava representado, porque cada representante, se fosse um representante, a quadra inteira estava representada, então a gente, foi a melhor tática foi essa (risos).

**Geralda:** Aqui nós temos muitas fotografias... Nós fizemos dois congressos de representantes de quadra, então nós temos aqui guardado.

**Edmar:** Eu tenho uma fotografia dessa 1ª assembleia em casa! Nós fazíamos... Então todos falavam...

**Geralda:** Então todos falavam... Tinha unidade a palavra... Todo mundo falava a mesma coisa, então, mesmo o pessoal especialista em movimentos populares da época não é, que tava

iniciando essa questão de associação de moradores, tava começando essa... E aí eles ficavam pasmos de ver que tudo ali engrenava.

**Maria:** Falava a mesma língua, né? As engrenagens ali todas, falavam a mesma linguagem, então o boletim enquanto informação e o comunicado ele, foi assim, de muita importância, pra poder garantir a unidade, e garantir também a nossa organização. Organização a ponto de ser respeitado pelo Estado, pelo poder público, então...

**Edmar:** E era uma forma muito eficiente também porque você passava o boletim para o representante de quadra, a informação ela chegava muito rápido, né... Porque se tinha responsabilidade só pela sua quadra a cobertura se dava um dia pro outro assim...

**Maria:** Às vezes de momento né... (risos) Já aconteceu, né?

**Edmar:** É, às vezes de momento, então assim, todo o setor recebia uma informação: “ah tem, uma reunião na casa de reunião amanhã tal hora, assim, assim, assim...”. Rapidamente todo mundo já ficava sabendo... Aí quando se ia na reunião, todo mundo já tava chegando naquele horário, já... E aí era 200, 300 pessoas numa uma vez. As assembleias elas eram demoradas, porque era muita gente participando.



## APÊNDICE B - Entrevista II

### **Entrevista com Maria de Jesus Rodrigues.**

Entrevista realizada em outubro de 2018 com Maria de Jesus Rodrigues acerca dos representantes de quadra, associando a dinâmica dos *Comunicados e Boletins*.

**Lucius:** Só queria que você falasse sobre como ocorria o relato dos representantes de quadra. Depois da entrega dos boletins, eles faziam uma reunião?

**Maria:** Na verdade os representantes de quadra, eles tinham uma função de organizar a quadra, para levar o resultado da opinião da quadra para a reunião geral, porque a gente fazia uma reunião geral com todos os representantes periodicamente, aí o que acontecia, os representantes, quando a gente, por exemplo, escrevia um boletim, ou um jornalzinho, alguma notícia que tinha que ser divulgada, os representantes tinham essa função, de fazer isso em suas quadras, como cada quadra tinha quatro representantes, eles iam de casa em casa distribuir e, se houvesse necessidade, eles reuniam a quadra, discutia ali o que fosse possível, pegava as opiniões e o representante levava para a reunião geral. Por isso que tudo que a gente fazia todo o bairro, a gente conseguia atingir todo o bairro, dessa forma. Se a gente fazia uma assembleia por exemplo que tinha 100 pessoas, nós conseguíamos atender a presença, 1.500, 2.000 pessoas, até 3.000, todos os moradores do bairro, porque ali naquelas 100 pessoas estavam representadas todas as pessoas do bairro.

**Lucius:** Eu não sabia desta reunião geral, então ela ocorria na casa de reunião mesmo?

**Maria:** Ou não né, era feita num espaço onde coubesse, geralmente era feita nas casas de reunião, inclusive tem fotos que mostra as reuniões de representante de quadra, era tipo esses seminários que tem hoje, era um dia inteiro de reunião, a gente fazia almoço, aí tinha música, não era só conversa a gente cantava, brincava e fazia grupo de discussões, dividia por quadra, ou por assunto, dependia muito do momento, né... E então essas assembleias de representantes de quadra, elas eram realizadas periodicamente, eu não me lembro se era de 3 em 3 meses, mas eu acho que era, e se houvesse necessidade a gente fazia a reuniões extraordinárias

**Lucius:** E tinha essa ainda?

**Maria:** Tinha, porque, na verdade, a extraordinária era aquela que precisou, a gente precisava de atingir todo o setor, convocava uma reunião com os representantes.

**Lucius:** Ela tinha mais importância então?

**Maria:** Ela era o eixo, né... Ela era na verdade o eixo que movia, porque sem estes representantes, a gente jamais conseguiria atingir todo o setor, né?

**Lucius:** Existia um grupo que relatava os boletins que não sabia ler, por exemplo?

**Maria:** Tinha, no setor existia muitas pessoas que não sabiam ler e escrever e que eram representantes de quadra, inclusive.

**Lucius:** Alguém lia pra ela e ela repassava?

**Maria:** Exatamente, né... Lia e ele repassava, então, a participação nossa, era uma participação de luta mesmo, era uma participação de pessoas que estavam lutando pelos direitos, ali não havia discriminação de nada, de cor, de raça, de condições social, de nada, era uma participação... Nós tínhamos uma senhora no nosso grupo, ela faleceu logo depois do movimento, mas ela tinha uma participação ativa, a dona Maria Benta, que inclusive tem o nome dela hoje na casa de cultura.

**Lucius:** Qual casa de cultura?

**Maria:** Da Sobem<sup>204</sup>, né. A a Sobem era a Casa de Cultura Maria Benta, então foi em homenagem a ela. Ela não sabia ler, nem escrever, já estava bem idade, ela era muito doente, ela estava com problemas cardíacos e ela participava de igual para igual com a gente, ela ia, ela discutia, ela era representante de quadra, ela era liderança, além de ser representante da quadra, ela também fazia parte do nosso grupo de discussão com as lideranças, então a gente tinha várias pessoas ali que não sabiam ler, nem escrever e que participavam.

**Lucius:** Olha só... E isso se resolvia rápido, né. É só a pessoa pedir pra quem sabe e ela, na prática, fazia a ação, não era problema, né?

**Maria:** Não, não era problema...

**Lucius:** Tinha um grupo mais fixo, né? De representantes?

**Maria:** Existia um grupo, por exemplo: eu, Geralda, Robinho, Vera, João, Edmar, seu Pedro, Alonso, Valdemar, Dona Maria Benta. Então, existia um grupo maior de lideranças, era esse

---

<sup>204</sup> Centro Educacional Paulo Freire (SOBEM). Avenida Comercial, Q. 117, L. 03 - 04, Jardim Nova Esperança, Goiânia - GO, CEP: 74450-070.

grupo que fazia toda a movimentação e aí os representantes de quadra, eles eram escolhidos por reunião também, era feita uma reunião na quadra (esta a gente participava) e a gente ia na quadra, e reuniam todos os moradores da quadra e eles elegiam quatro pessoas para serem os representantes, eram os próprios moradores que elegiam os seus representantes. Aí o contato nosso era com quatro, esses representantes.

**Lucius:** Tinha um tempo específico para mudar os representantes?

**Maria:** Não, não, mudava se sentissem necessidades de mudar, eles mesmos, tomavam esta decisão, mas a primeira, a gente tava lá participando.

**Lucius:** Havia editoria?

**Maria:** (risos) Editoria... Não, era informal. No começo, como era uma coisa bem nossa, bem interna, às vezes os primeiros eram ocultos, né... A gente fazia era manualmente mesmo, era com estêncil, aquele de rodar folha por folha mesmo, depois a gente conseguiu uma ajuda do Spar<sup>205</sup>, aí era o mimeógrafo, mas era mais rápido, geralmente era a Geralda que era encarregada de rodar os boletins, porque a Geralda tinha vindo do Espar, ligada a Diocese de Goiânia, a Vera também e até a gente ia também, ficava a noite inteira lá, rodando os boletins... (risos)

**Lucius:** Sobre o BNH, como você vê a participação da Prefeitura de Goiânia, em relação às políticas de habitação...

**Maria:** O que aconteceu no Nova Esperança, a proposta de urbanização, quando a gente procurou a prefeitura exigindo, a gente usava muito a palavra exigir, né. A gente exigia a urbanização do bairro, que seria a abertura de ruas e a infraestrutura, né. Abrir as ruas, botar energia, construir escolas, essas coisas, quando a gente procurou a prefeitura, o Índio Artiaga não aceitou, aí o que que a gente fez? A gente resolveu a gente mesmo abrir as ruas, porque senão ia realmente virar uma bagunça, né? Mas aí ele começou a mandar pessoas, dos órgãos da prefeitura, do FUMDEC e IPLAM na época. FUMDEC é os SEMAS hoje, e IPLAM acho que é IPLAM ainda. Então um era do traçado, né e outro era do social, né... Então juntou os dois pra fazer proposta lá pra gente. O que eles propunham? Que o Índio estava disposto a implantar o BNH no Jardim Nova Esperança. O que era o BNH? Era construir a casa para todos os moradores. Quando a proposta chegou alguns moradores até se interessaram, mas aí a gente, como sempre, nós fizemos uma assembleia, essa foi geral, né. Com todos os moradores e jogamos, lançamos a dúvida nossa, “gente, o prefeito tá querendo implantar o BNH, nós vamos

---

<sup>205</sup> SPAR é um órgão da diocese de Goiânia.

aceitar? Aí todo mundo: “vamo!”. Então tá, então nós vamo mudar todo mundo, vamos deixar ele construir as casas, vocês querem sair daqui pra voltar depois? “não!” (risos). Aí pronto, né. A resposta tava alí, né. Pra construir o BNH tinha que sair, né do setor, todo mundo tinha que sair.

**Lucius:** E ele dava uma justificativa, de porquê isso?

**Maria:** É porque na verdade, pra construir tinha mesmo que sair, né. Mas ele lá, sabia porque que ele tinha feito esta proposta. A partir do momento que a gente saísse, ia voltar quem ele quisesse e, se voltasse, né. Ia ser uma coisa totalmente controlada pela prefeitura e a gente não tava afim disso, então, aí então, discutimos com os moradores, então “gente, se a gente não quer sair daqui, a gente não pode aceitar, como que nós vamos aceitar uma proposta que a gente não vai cumprir ela”, aí os moradores concordaram que a gente não ia aceitar o BNH, cada um ia fazer suas casas do jeito que quisesse, aí a gente mandou este retorno pro Índio, “nós não queremos o BNH” (risos).

**Lucius:** Sabe o que eu fico na duvida quando eu vejo as fontes? Se ele estava inventando esse discurso também, do BNH. Eu fiquei muito com essa pulga atrás da orelha, eu não sei se ele mesmo, como é que se diz, estava intencionado com isso... O que você acha?

**Maria:** A gente acha que ele estava mal intencionado, tanto é que a gente não aceitou por isso, né. Porém o BNH existia e não era uma coisa da prefeitura não, era uma coisa do banco e federal, então a proposta dele era que ele ia acionar o projeto do BNH para ser implantando no Jardim Nova Esperança, né. E poderia até ser mesmo, só que a intenção dele não era ser bonzinho e construir casa pra todo mundo, não, ele queria era tirar todo mundo daquela área ali, limpar a área, porque realmente tinha que limpar...

**Lucius:** Porque ele tava recebendo uma pressão também, não tava, da luta pela posse do terreno?

**Maria:** Eu acredito que ele estava muito pressionado, né. Porque era um terreno praticamente no centro de Goiânia, né. Um terreno muito bom e que eles jamais imaginavam que fosse ser ocupado, e com a perspectiva da gente conseguir o terreno através da doação.

**Lucius:** Isso tá no comunicado muito forte mesmo, de vocês, as decisões sempre pela doação e não pela compra, a luta pelos metros também, dos 300 e não 200 e pouco...

**Maria:** É, essa dos 300m é porque a gente queria organizar um setor normal, um setor nos moldes oficiais, nos moldes normais, mas a prefeitura tava com uma proposta de lotear o terreno com 250m, que era a medida do BHN, né. Na época nós estávamos lutando por 360m, que era a metragem normal das imobiliárias, mas aí não ficou nem 250m, nem 360m do jeito que a gente queria, ficou 300m, né. Que era maiorzinho, era normal na época, era considerado assim, um terreno normal, que daria pra você construir uma casa e ainda sobrava um quintal. E hoje... A gente se contenta com a metade e tá bom demais, né... Mas naquela época era a metragem original dos lotes imobiliários era 450m, né, a maioria, se você fizer uma pesquisa nessa área imobiliária aí, você vai ver que a metragem dos lotes era tudo de 360m a 450m. E era essa a nossa luta né, mas aí não deu né, porque também foi chegando muita gente, já não dava mais pra ser aquela metragem, né. Então mais ou menos foi isso, a questão do BNH foi uma proposta que o Índio fez, mas não veio não nada, o Nova Esperança não conseguiu nada de benefício da prefeitura, em termos de material não... Então não teve mesmo né, ajuda. A escola que a prefeitura construiu já foi em 85, bem depois da gente lutar muito pra construção de uma escola... A gente começa a construir com nossos próprios recursos e depois é que a prefeitura construiu, mas ajuda para os moradores não teve nenhuma...

**Lucius:** Sobre a escola, tinha apoio da Igreja, universidades, partidos políticos?

**Maria:** Nós tivemos o apoio da Igreja sim, alguns partidos políticos, na época da oposição né, apoio que eu falo assim... Pelo menos teórico, né. O Líneo de Paiva e o Sebastião Vieira de Melo eram deputados na época e eram oposição. Geralmente quando a gente precisava de algum apoio na área política, a gente procurava eles dois, né.

**Lucius:** A Igreja era mais uma referência da Arquidiocese...

**Maria:** Arquidiocese. Exista um movimento da assembleia do povo na época, que era um movimento popular também, né. Que tava sempre dando apoio pra gente...

**Lucius:** E a liderança da Arquidiocese da época era...?

**Maria:** Dom Fernando, na época era Dom Fernando. Dom Fernando ou Dom Antônio? (risos) Os dois participaram do movimento, mas na época era o Dom Fernando, se não me engano, que era o arcebispo de Goiânia, que dava esse apoio.

**Lucius:** Mas alguns materiais, você acha que eles chegaram a ajudar, tanto a Igreja quanto essas duas lideranças políticas?

**Maria:** Materiais não. É porque a respeito da escola, a escola foi totalmente ajudada pelos moradores mesmo, né. Aí tinha algumas escolas da região, como a Graça era professora, ela tinha contato com as escolas, então tinham algumas escolas que doavam livros pra gente, mas a questão do funcionamento da escola era por conta mesmo dos moradores do bairro.

**Lucius:** Ela chega a falar que, se não me engano, como se diz, que tinha algumas escolas já sendo construídas perto do Jardim Nova Esperança, e às vezes tiveram ajuda da prefeitura, e a de vocês não...

**Maria:** Não, a nossa não teve mesmo, até porque a gente começou construir a escola, a escola mesmo, a parte física, né... Com doações dos moradores, cada um levava tijolo, areia, cimento, o que tivesse em casa era doado para construção da escola, e além das doações, também o mutirão pra construir, então a gente começou a construir essa escola... Nós chegamos a levantar 3 cômodos, era três salas que a gente ia fazer e até acontecer um dia, quando a gente amanheceu um dia as paredes estavam no chão, a gente acredita que tenha sido a oposição que derrubou, mas a gente não teve como provar isso, né.

**Lucius:** A oposição até dentro da ocupação?

**Maria:** dentro da ocupação, né. Porque dentro da ocupação nós tivemos oposição plantada pela prefeitura, né...

**Lucius:** Tentando cooptar as pessoas?

**Maria:** É, exatamente.

## APÊNDICE C - Entrevista III

### **Entrevista com Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo.**

Entrevista realizada em outubro de 2018 com Geralda Maria Santa Bárbara Azevedo acerca dos representantes de quadra, associando a dinâmica dos *Comunicados e Boletins*.

**Geralda:** Então, a questão do Nova Esperança ficou em evidência durante muito tempo, nos jornais, sendo comentado em Goiânia, e houve uma pressão grande na questão da construção da escola, era muito crianças mesmo sem estar na escola e aí era um bairro que foi construído ali pelo povo, mas se pensou em deixar área na demarcação dos lotes, se deixou área, área para escola... Para tudo ali... Pra posto de saúde, foi deixando... Deixando as áreas para o poder público construir, né. E atender ali os moradores na necessidade, mas aí o que ocorreu... A escola, por exemplo... Isso nós temos registro de jornais, fotografias... A prefeitura para responder a tudo isso na época, o prefeito mandou que levasse então o material para poder iniciar a escola, isso tudo antes nós iniciarmos ali a construção coletiva, porque quem iniciou a construção da escola fomos nós, então ele veio porque realmente ficou um pouco estranho né, então ele veio e mandou o material e tudo... E depois ele, não sei o que que aconteceu, que ele ficou assim um pouco... Bravo... Aí ele mandou recolher o material... Quando nós pensávamos que a prefeitura iria assumir, que ia fazer tudo ali, ele vai e recolhe o material da construção da escola, então isso foi uma questão que nós ficamos... Os moradores ficaram indignados com isso... “escola fazer isso?” Aí nós continuamos, nós fizemos mutirões e tudo. Depois eles voltaram com muita pressão e construíram... Aproveitou a nossa, um pouco do que nós estávamos iniciando... Construiu três salas e depois nós fizemos mutirão para continuar a construção... Até que depois veio, bem mais tempo depois e organizou ali como escola né, mas é uma escola pequena que não dava pra atender, porque já tinha jovens no ensino médio né, então aí o que ocorreu... Nós começamos... Foi na época do governo do Íris Rezende, que ganhou pra governador, aí nós fizemos uma reivindicação, né. Ele esteve lá... Que queríamos a escola... E fizemos um documento e entregamos a ele, com muitas assinaturas, e aí com o tempo passou, foi passando, nós fomos negociando, e aí deu início a construção do colégio também, que hoje é o colégio Robinho Martins. Então isso tudo veio muito depois, na construção, por exemplo na demarcação das ruas, nós que assumimos tudo e houve a contribuição financeira dos companheiros que já estavam trabalhando e acreditaram nisso aí e essa contribuição era mais pra manter aquela equipe que tava por conta disso, então nós fizemos

depois a chamada vaquinha né, pra patrolar, quer dizer, dar uma visão, de como ficou o Jardim Nova Esperança, então depois de tudo ali, tinha lugar que precisava realmente que passar patrola né, pra ver ali, tinha feito a metragem né, mas para visualizar melhor... Então essa patrola foi uma contribuição de todos nós que morávamos ali no Jardim Nova Esperança e a questão da moradia em si, cada um ia construindo um cômodo, morou de lona muito tempo, né... Madeira... construía... E não foi... Foi muito devagar tudo isso... Porque... Porque a prefeitura fez uma proposta na questão de ali virar um conjunto habitacional com o BNH, que era o financiador dentro da Caixa Econômica também na questão da construção, era uma proposta habitacional daquela época, né, como agora temos “minha casa minha vida”... Era uma proposta de construção, só que aí, nós teríamos que mudar de lá e eles construiriam, depois ia trazendo de volta, e como na época, realmente não tinha uma confiança, dos moradores, porque muito dos nossos acordos e propostas foram quebrados pela prefeitura, pelo poder público municipal e aí o que que ocorreu, aí os moradores numa assembleia imensa, disse “não, não, não... nós vamos ficar sem nosso lugar”. E aí foi que os moradores construiu a casa de reunião que era sede da associação que serviu para uma escola provisória, que servia para várias reuniões, então a prefeitura veio muito depois, construiu uma pequena casa que virou um posto de saúde, e esse posto de saúde nós não tínhamos nada de atendimento naquela região inteira, tanto é que a gente chamava o alto da poeira, né.. Porque realmente determinadas épocas era uma poeira danada.

**Lucius:** Gerou até um jornal com esse nome, né?

**Geralda:** É, era o Alto da Poeira. E aí, na verdade, o poder público municipal criou uma coisa um pouco pessoal na questão do que nós ali conseguimos ficar... Não sei se eles tinham outros projetos pra lá... Não sei, mas eles não gostaram da ideia que a gente acabou conseguindo energia elétrica, através de Brasília, né. Ir lá no Ministério de Minas e energia, conseguir a escola com o Estado depois, isso tudo gerou situação assim ruim... Mas depois, já tinha uma escola municipal pequena, que foi ampliada na época do Prefeito Nion Albernaz, aí foi feito um concurso mais ampliado, a Dalísia Dolles, que é a professora de história na Universidade Federal, ela era secretária de educação, uma pessoa muito bacana, e ela propôs um concurso regional, para atender as regiões mais longínquas né, porque professor fazia concurso e queria ficar ali mais perto né, e a questão do transporte coletivo ainda era mais difícil em Goiânia nessa época, imagina... Se hoje é... Aí ela propôs e nós fizemos este concurso, com algumas pessoas, e passamos, e aí ficamos trabalhando lá, na escola municipal, efetivamente, vinculado e tudo, então, na verdade a questão das casas nunca houve ajuda da administração nenhuma na



construção.... O povo devagar... Cada um ia construindo sua casa, conforme tinha condições financeiras... E nós não estabelecemos um padrão de casa, né. Porque não existe isso... Um conjunto habitacional, ou eles construiriam ou eles demarcaria um padrão de casas, né. Aí eles entrariam com o material, se tivesse feito esta proposta, o povo tinha, foi o que nós fizemos pra eles, mas eles não aceitaram, que nós teríamos que retirar pra eles construírem e depois a gente voltaria, então... Me lembro na época. não deixou só pro poder público, mas deixou lugar pra igreja evangélica, igreja católica, o centro espírita já tinha comprado um pedacinho, né. Então ele já tinha ali um pedaço pra construção, então não houve a questão de auxílio da prefeitura, inicialmente em nada, depois que passou essa fase, é claro, aí a escola municipal ampliou, aí o posto de saúde virou o distrito policial da polícia civil, é bem pequeno lá a casa... E foi construído depois o cais né, que é o Cândido de Moraes, que atende aquela região, então e veio fazer depois, também já na década 90 que foi o asfalto né, esgoto foi uma promessa, é porque é ligado a questão do estado, não é do município, então foi uma promessa de vários governos e não concluíram até hoje, vinte anos... de Marconi, de PSDB, e a promessa não foi concluída, não temos esgoto, eles abriram, disseram que ia colocar, mas não é, eles colocaram numa rua que dá acesso pra saída, por causa daquele condomínio lá o Borges Landeiro, aqueles condôminos de prédio, então não foi em função da Nova Esperança, eles queriam passar, foi um buchicho que ia construir, mas não construiu.

**Lucius:** Eu lembro também de ver nos comunicados da luta pela metragem do lote, por 300m...

**Geralda:** Uma coisa também que nós já tínhamos definido, 300m, né. Quando foi demarcar os lotes, aí o que que ocorreu, o BNH era 250m, hoje na verdade esses lotes são de 200m dessas casas. E aí o outro motivo, é que além de sair ainda seria lotes de 250m... O que nós pensávamos: “tem tanta terra aqui em volta, né? Por que 250m?” E ali foi feito um levantamento, então a quantidade de moradores que tinha lá dava tranquilo para fazer 300m, então por que, né? E nós sabíamos que a situação econômica do Brasil também não era boa naquela época, e aí, ia iniciar a construção e depois? Parava? E depois? Então não existia essa confiança, né... Mas nós garantimos a moradia, né, todos os moradores foram garantindo a moradia, então isso era importante, construir ia construindo devagar... E construíram... Conseguiram...

**Lucius:** Eu fiquei com dúvida sobre a possibilidade do BNH financiasse áreas de posse.

**Geralda:** Não, não financiava, mas o que ia acontecer, ia regularizar, então a primeira coisa... De todo jeito é isso que despertou nós... Ele ia regularizar, né. À medida que ele assina o decreto

de desapropriação, os proprietários que se diziam donos, e em função de um bem maior que era um bem coletivo... Que iam tá construindo casas pra pessoas que não tinham onde morar, então claro que ele ia comprar, ele ia pagar, ele fazer isso, se fosse o BNH, mas eles realmente não constroem em área de posse, só que ele iria regularizar, entendeu?

**Lucius:** Mas, na impressão de vocês na época você acha só no plano do discurso? Você acha que tinha alguma dimensão prática?

**Geralda:** Olha, nós, os moradores não quiseram ver deixar que viesse o BNH, porque já tinha na cabeça que não era bom, então é... Acredito que ele poderia comprar a área, porque ia sossegar quem dizia ser dono né... Porque a gente tem dúvida... Mesmo porque os cartórios eram de duas partes lá mesmo do governo, do Índio Artiaga e da família do governador Ary Ribeiro Valadão... Aí, a gente tem dúvida sobre isso né, mas aí tem o processo na justiça, então não adianta só ter dúvida né, tem que comprovar né, neste caso... Então o que que ocorre, acredito que os moradores lá não ia ficar, são várias questões que podiam acontecer, podia acontecer num dado momento não dar conta de fazer, porque era imenso o conjunto habitacional que ele ia construir, podia não ter verba, podia parar, a questão política na época era muito sem perspectiva, e mesmo o prefeito era ainda colocado pelo governo federal, o Nion nos dois primeiros anos também foi, depois que houve a eleição, mas veja só: não existia uma confiança né, não existia uma confiança, mas ele podia até pagar essa terra, não sei, não sei como que estava os recursos da prefeitura, poderia negociar, agora que ia reverter para os moradores? Isso aí eu acho que eles acertaram... Em ter ficado lá, sem ter que sair e construir novamente... Foi a questão do Finsocial né, os moradores ocuparam uma fazenda, ela tá lá sem fazer nada até hoje... É em frente ali a Friboi, em frente lá ao Nova Esperança, tem o Friboi, em frente lá... Uma área grande mais na frente foi ocupada... Era uma fazenda, é um terreno, não se bem que, bem que fizeram loteamentos, uma parte fez loteamentos sim, mas aí o que que ocorre, na verdade ali os moradores não saíram de lá enquanto não arrumaram um local pra por eles direitinho, fizeram todo o levantamento... Um local lá perto, que hoje é o Finsocial Agora o Finsocial foi feito um loteamento muito ruim, quiseram aproveitar muito, lá não é 300m e as ruas muito estreitas, hoje é problema lá o jeito do loteamento. Bom, na época eles diziam que tinha que regularizar, então eu acho, que não se constrói realmente né, ainda era financiamento da Caixa Econômica, nem legal era isso, fazer conjunto habitacional patrocinado pelo governo, ou ele construindo num local que você não ter certeza se alguém vai reclamar pelo local.

**Lucius:** Outra coisa que eu fiquei pensando, era como que iria se tornar confiante, sendo que também vários trabalhadores não eram formalizados, né. Porque se não me engano o BNH ele pegava alguns benefícios do FGTS, e tinha muita gente que não era regularizado também, não é, trabalhos, às vezes de bico, informais né... Eu fiquei pensando nisso também, porque como eu vou achar confiante uma situação dessas né, mas um contexto de desconfiança, talvez...

**Geralda:** É, é um contexto de desconfiança... E os trabalhadores no Brasil financiaram grandes construções que eles nunca puderam morar com o FGTS deles né, porque o que se desconta... Hoje é que você está podendo receber FGTS, você não recebia nunca, só quando morria, ou quando se ia fazer uma construção, mas você tinha que ter o tempo que você tinha de FGTS, era difícil, então era um dinheiro que tirava do trabalhador e financiava grandes construções para os construtores, não era...

**Lucius:** Outros interesses, né...

**Geralda:** É...

**Lucius:** Mais uma pergunta, de quem era a fazenda? E as indústrias que estavam perto tiveram a versão de que eram donas, ou se são nomes de alguns fazendeiros mesmo?

**Geralda:** Deixa eu ver se tá fácil aqui o processo... Aqui ó, era a Caferpe, a CAGIGO, a Tocantins Empreendimentos, eu não sei se essas empresas existe mais com este nome... Tem um pedaço da área que é de particular, é uma área que foi a mais difícil que até hoje o pessoal não conseguiu a escritura, porque tem herdeiros, até o Jiruna, quando teve na habitação, na prefeitura, junto com o Hélio que participou e já foi presidente da associação, hoje ele é advogado, mora no nova esperança até hoje... Não sei se você já entrevistou ele... Ele realmente, se você quiser saber disso aprofundadamente é com o Hélio, ele trabalhou também na habitação uma época, então ele fez muito, lutou muito para poder sair o registro, porque ele não muda da Nova Esperança, eu penso que é como o Robinho, se ele tivesse vivo ele também não ia mudar da Nova Esperança, então criou um laço, né... Então e ele, essa questão aqui, ele tem mais recordação do que eu. Então olha só, o 4º ofício era de quem? Índio do Brasil Artiaga, então... Como é que você vai confiar que eles não ajeitaram esse negócio de uma hora pra outra, ein? Aqui ó... Maria Bahia Peixoto Valadão, que era dona de outro cartório, você entendeu? (risos) Como é que você vai... E isso tá documentado, ó, ninguém tá mentindo, tá documentado, lá ela tinha 23 alqueires, então é uma situação assim... Aqui ó, Caferpe, CAGIGO. Então, sabe porque, eles têm assim... Esse é o terceiro ofício, tá vendo... Tinha família da Lúcia Vânia

também, porque eles são donos ali daqueles galpões da perimetral tudo... Eles levavam o pessoal na amarra no lugar lá e se eles não assinassem, e eles tinham que assinar, fazia eles assinar na marra, e aí o João uma vez tentaram levar ele lá, e ele não foi... Olha as testemunhas aqui...

